a arte de ler



Mortimer J. Adler

AGIR

DADOS DE COPYRIGHT

Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe ***Le Livros*** e seus diversos parceiros, com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudíavel a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

Sobre nós:

O ***Le Livros*** e seus parceiros disponibilizam conteúdo de dominio publico e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: ***LeLivros.link*** ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados neste link.

"Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não mais lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade poderá enfim evoluir a um novo nível."

A ARTE DE LER

Como adquirir uma educação liberal

Mortimer J. Adler & Charles Van Doren

Tradução de Inês Fortes de Oliveira

Digitalização por Imagens: Aruan João Baccaro de Freitas

Digitalização por Texto: Aristides H. Da Silva Neto (Neto RPG)

Copyright de

ARTES GRÁFICAS INDÚSTRIAS REUNIDAS S. A. (AGIR)

1954

Título do original norte-americano:

“HOW TO READ A BOOK”

Atenção: este e-book preserva a ortografia da época da publicação.

Prefácio

Procurei tratar de leituras difíceis num livro ameno.

Aqueles que não vêem motivo de alegria em saber ou compreender, não se cansem, lendo-o. Os que acham que as horas de folga são para divertimentos fúteis como o cinema, o rádio, os romances baratos, não se cansem, lendo-o.

Escrevo para os outros.

A leitura – como se explica (e se defende) neste livro – é um instrumento básico para bem viver. Não preciso insistir no quanto é com viver humanamente e razoavelmente, embora nos pareça necessário defender tais princípios.

A leitura, repito, é um instrumento básico. Aqueles que utilizam para aprender nos livros e para se distrair com eles, possuem os tesouros do conhecimento. Podem ornar de tal modo sua inteligência que a perspectiva das horas solitárias se apresenta menos triste. Nem têm que temer, quando estão com os outros, aquele som oco das conversações vazias.

Muitos de nós achamos bobagem conversar. Parecemos ter pouco que dizer depois de esgotados os primeiros assuntos familiares, pela repetição das mesma e velha observação. Os jornais e o rádio fornecem os temas. São os mesmos para a maioria, assim como as banalidades que comentamos aos brados. Esta é a razão por que recorremos à maledicência e ao escândalo ou só falamos de bridge ou cinema. E se não podemos interessar aos outros com nossa prosa, que companhia estúpida não seremos quando entregues a nós mesmos.

Uma – embora não a única – justificativa da educação liberal (e este é um livro de educação liberal) é que ela nos enriquece.

Faz-nos homens. Torna-nos capazes de levar a vida caracteristicamente humana da razão. O treinamento vocacional pode, no máximo, ajudar-nos a ter uma vida que nos sustente as horas vagas. Todos sabem, espero, que a educação só foi iniciada e não se completou no ginásio ou no colégio. Mesmo se as escolas desempenhassem melhor sua missão seria ainda necessário que continuássemos, todos, nossa educação. Como estão as coisas, muitos de nós temos o problema de adquirir a educação que os ginásios e colégios deixaram de nos dar. A educação está ainda em aberto para todos nós – tivéssemos estado num colégio ou não. Com a condição de sabermos como ler.

Com isto na mente, escrevi um livro sobre leituras. Quem escreve sobre

sexo ou sobre o modo de ganhar dinheiro, dá, muitas vezes, a impressão de que aí está a vida toda. Não quero fazer o mesmo ao falar da leitura, mas tentarei provar que constitui parte essencial da vida da razão.

Na primeira parte deste livro, discuti o papel da leitura em relação ao aprendizado e à meditação, tanto no colégio, como fora dele. Na segunda, procurei esboçar as etapas a serem percorridas pelos que aprendem a ler. E veremos que não existe só o problema de como ler, mas, também, o de que ler. O titulo mostra que trato, principalmente, da leitura de livros. Mas esta arte que descrevo aplica-se a qualquer espécie de comunicação. Na vida de insensatez que ora nos oprime, tal habilidade pode ser empregada na decifração da propaganda dos Livros Brancos da Guerra e proclamação de neutralidade. E até para ler, mas entrelinhas, os comunicados por demais breves.

Falta, ainda, a terceira parte. É a mais importante. Numa democracia, temos que estabelecer as responsabilidades dos homens livres. A educação liberal é um meio indispensável para tal fim. Não só nos torna homens, ao cultivar-nos a mente, mas também a liberta, pela disciplina. Sem uma mentalidade livre, não podemos agir como homens livres. Procurei mostrar que a arte de ler bem está intimamente ligada à arte de pensar bem – claramente, criticamente, livremente. Eis por que a terceira parte deste livro se refere à outra metade da vida do leitor.

Este em resumo, é um ensaio que trata da leitura, relacionando-a com a vida, a liberdade e a procura da felicidade. Afirmei que é um "livro ameno". Queria dizer que é muito mais simples do que os grandes e bons livros que vocês devem aprender a ler. Espero que cheguem à mesma conclusão e que, tendo aprendido a ler, a mais pesada leitura, algum dia abandonada, deixe de aborrecê-los. É bom aprender. Os livros ficarão mais simples, ao se ir descobrindo a simplicidade deles.

MORTIMER J. ADLER

Chicago
Setembro de 1930

I PARTE

A ATIVIDADE DE LER

CAPÍTULO I

Para o leitor médio

– 1 –

Este é um livro para leitores que não sabem ler. Parece rude assim, mas sem intenção. Contraditório, e não o sou. A aparência de contradição e indelicadeza deve-se aos vários significados da palavra “leitura”.

Quem leu até aqui, é porque sabe ler, ao menos num dos sentidos da palavra. Percebe-se, portanto, o que quero dizer. É que este livro foi escrito para os a que, num sentido, sabem ler e não o sabem nos outros. Há várias espécies de leitura e vários graus de habilidade em ler. Não é contradição afirmar que este livro é para os que querem ler melhor ou ler de um modo diferente do que lhes é habitual.

Então, para quem não foi ele escrito? Posso responder, simplesmente, à pergunta falando nos dois casos extremos. Há os que não sabem ler de todo: as crianças, os imbecis e outros inocentes. E há os que talvez sejam mestres na arte de ler – fazem qualquer espécie de leitura tão bem quanto é humanamente possível. Muitos autores não achariam nada melhor do que escrever para tais mestres. Mas um livro como este, que trata da arte de ler propriamente dita, e que procura ajudar seus leitores a lerem melhor, não pretende exigir a atenção dos experientes.

Entre os dois extremos, está o leitor médio, isto é, muitos de nós que aprendemos o ABC. Sabemos ler e escrever Mas não somos bons leitores. Temos consciência disto por vários motivos, sobretudo quando achamos difícil ou complicada uma leitura qualquer ou quando alguém, lendo o que acabamos de ler, mostra-nos o que não percebemos ou não compreendemos.

Se vocês não se viram em situações semelhantes, se nunca tiveram dificuldade em ler ou não conheceram o desanimo, quando toda a atenção de quem foram capazes não correspondeu a seus esforços – não sei como interessá-los no problema. Muitos de nós, no entanto achamos dificuldade em ler, sem saber pó que, nem o que fazer para evitá-la.

Talvez seja por não considerarmos a leitura como uma atividade complexa, que compreende diferentes etapas, em cada uma das quais podemos adquirir mais habilidade mediante a prática, como acontece com qualquer outra arte. Mas não devemos pensar que exista uma *arte* de ler. É tendência nossa considerar a leitura tão simples como ver ou andar. E ver ou andar não são artes.

No verão passado, enquanto escrevia este livro, um jovem me visitou. Soube o que eu estava fazendo e me pedia um favor. Será que eu podia ensinar-lhe a melhorar a leitura? Esperava, sem dúvida, que minha resposta viesse em poucas palavras. Mais do que isso, parecia pensar que, uma vez de posse de meia dúzia de regras, o sucesso bateria as suas portas.

Procurei explicar-lhe que não era tão simples assim. Disse-lhe que gastei páginas deste livro, discutindo as regras da leitura e mostrando como devem ser seguidas. Que este era como um livro de tênis. Onde se estuda a arte que subentende regras para cada uma das várias raquetadas, em por que e como aplicá-las, descrevendo a organização dessas partes na estratégia geral de um jogo vitorioso. A arte de ler tem que ser estudada de modo semelhante. Há regras para cada uma das etapas a serem percorridas, a fim de se completar a leitura de um livro.

O jovem mostrou-se desconfiado. Embora reconhecendo não saber ler, parecia achar que não havia muito que ensinar a tal respeito. Perguntei-lhe, então, se bastava ouvir os sons para se ouvir uma sinfonia. Sua resposta foi – lógico que não. Confessei-lhe que era o que me acontecia e pedi-lhe que me ensinasse a ouvir música, como um músico acha que se deve ouvir. Disse-me que o podia fazer, sim, mas não em poucas palavras. Ouvir uma sinfonia é complicado. Não é só ficar atento, mas há tantas coisas diferentes a considerar, tantas partes a distinguir e classificar. Não podia me ensinar, num instante, tudo o que eu tinha de saber. Além disso, levaria bastante tempo ouvindo música, antes de tornar-me um bom ouvinte.

Repliquei-lhe que o caso da leitura era assim também. Se eu podia aprender a ouvir música, ele aprenderia a ler, contanto que fosse nas mesmas condições. Havia regras a conhecer e seguir. É a prática que se criam os bons hábitos. Não havia dificuldades insuperáveis. Só exigia vontade de aprender e paciência.

Não sei até que ponto minha resposta o satisfez. Se ela não o satisfez de todo, foi-lhe difícil aprender a ler. Não tinha noção de que constava a leitura. Por considerá-la como alguma coisa que aprender a ouvir música, a jogar tênis ou a adestrar-se na utilização complexa dos sentidos da mente.

Esta dificuldade é, para mim, uma das que muitos de nós conhecemos. Eis por que vou explicar, na primeira parte deste livro, que espécie de atividade é a

leitura. Pois, enquanto vocês não levarem em conta o que ela significa, não estarão preparados (como aquele jovem não o estava, quando veio me ver) para a instrução necessária.

Estou certo de que querem aprender. Meu auxílio não pode ir além do auxílio de que vocês derem a si mesmos. Não há quem faça vocês aprenderem uma arte mais do que queiram ou julguem necessário. Muitos dizem, freqüentemente, que achariam bom aprender a ler, se soubessem como fazê-lo. Podem estar certos de o conseguir, se se esforçarem. E se o quiserem saberão como esforçar-se.

– 2 –

Nunca pensei que não soubesse ler, até ter deixado o colégio. Foi ensinando aos outros que o descobri. Muitos pais sem dúvida fizeram descoberta semelhante, ao estudar com os filhos. Daí, um paradoxo: em geral, os pais aprendem mais do que os filhos. É simples a razão. Eles têm que desempenhar maior atividade no trabalho. Qualquer pessoa que ensina faz o mesmo.

Voltemos a minha história. No dia em que os diplomas foram conferidos, considerava-me um dos bons estudantes de Colúmbia. Tínhamos passado com boas notas. O jogo era fácil, conhecendo-se os truques. Se alguém nos dissesse que não sabíamos grande coisa ou que não líamos muito bem, isso os chocaria. Estávamos certos de poder assistir as aulas e ler os livros que nos tinham indicado, de modo a responder satisfatoriamente no exame. Era esta a única prova de nossa competência.

Fizemos depois de um curso que aumentou, ainda mais, nosso convencimento. Curso de John Erskine tinha acabado de criar. Durava dois anos, chamava-se “General Honors”, e destinava-se a um grupo seleto de *juniors e seniors*. Não consistia em nada mais do que “ler” os livros célebres, desde os clássicos gregos, passando pelas obras-primas da latinidade e da Idade Média, até os melhores autores de ontem, William James, Einstein e Freud. Os livros eram de todas as especialidades: havia Histórias, livros de Ciência e Filosofia, poemas dramáticos e novelas. Líamos um livro por semana, uns sessenta nos dois anos, e havia uma noite em que tínhamos que comentá-los com os professores, sem formalidade, como se estivéssemos em seminário.

Esse curso produziu dois efeitos em mim. De um lado, fez-me pensar que eu tinha sido o primeiro a perceber o ouro educacional. Por ser um curso materializado, um curso que podia ser realmente apreendido, era diferente dos outros e dos compêndios que só exercitam a memória. Mas eu não possuía só o

ouro, não, pensava também possuir a mina. Estavam ali os livros celebres. Sabia que de modo lê-los. O mundo era minha ostra.

Se, depois de formado, me dedicasse a Medicina ou ao Direito, talvez julgasse, ainda, ter tido uma ótima leitura e, em comparação com os outros, saber desempenhar-me bem dessa tarefa. Felizmente, acordei deste sonho. Para cada ilusão que a sala de aula alimenta, há uma escola que, pesadamente, a destrói. Uns poucos anos de prática despertam o advogado e o médico. O comércio ou jornalismo desiludem o rapaz que se julgava negociante ou repórter ao deixar a escola. De modo que, no ano que se seguiu à minha formatura, considerava-me liberalmente educado, pensava que sabia ler e que tinha lido muito. O remédio era ensinar e o castigo que convinha ao meu crime era ensinar, assim que me diplomei, nesse mesmo curso que tanto me enfatuara. Estudante – tinha lido todos os livros que, ago-ra, ia explicar, mas como era jovem e consciencioso resolvi lê-los de novo – só para refrescar a memória, compreende-se. Para minha admiração crescente notava que, semana após semana, os livros me pareciam novos, Era como se tivesse lido pela primeira vez os livros que pensava ter dominado inteiramente.

Com o correr do tempo, fui descobrindo não só que os desconhecia, como também que não sabia ler. Para tapear minha ignorância e minha incompetência, fiz o que qualquer professor jovem teria feito, se tivesse receio de seus alunos e de seu trabalho. Recorri a outros meios: enciclopédias, comentários, toda espécie de livros sobre livros sobre esses livros. Desde modo julgava aparentar mais sabedoria do que os alunos. Eles não eram capazes de afirmar que as perguntas e observações que eu fazia não eram devidas à minha maior capacidade em ler os livros que eles estudavam tanto,

Ainda bem que fui desmascarado. Senão ter-me-ia contentado em passar por tão bom professor, quanto passava por bom aluno. Se tinha conseguido enganar aos outros, não estava longe de enganar-me a mim mesmo. Minha sorte foi, primeiro, ter como colega nesse ensino, o poeta Mark Van Doren. Discutia poesia como eu, aparentemente, discutia História, Ciência e Filosofia. Era muitos anos mais velhos do que eu, provavelmente mais honesto e melhor leitor, sem dúvida. Obrigado a comparar meu trabalho com o dele, não podia mais ensinar-me assim. A verdade é que eu não tinha descoberto o que continham os livros, ao lê-los, mais lendo o que se escrevia *sobre* eles.

As perguntas que eu fazia sobre um livro eram das que qualquer um podia fazer sem o ter lido – qualquer um que recorresse aos comentários, fáceis de encontrar em centenas de fontes secundárias, quando não se pode ou não se ler. Ao contrário, as perguntas dele brotavam das páginas do livro, mesmo. Parecia ter realmente uma certa intimidade com o autor. Cada livro era um mundo

infinitamente rico para se explorar. E pobre do aluno que fizesse perguntas como se, em vez de viajar nele, seguisse apenas um guia dos viajantes. O contraste era evidente e era mais de mais, pra mim. *Eu não sabia ler*.

Minha sorte estava, em segundo lugar, no grupo de alunos de que se compunha essa primeira turma. Eles sabiam utilizar-se de enciclopédias, comentários ou da introdução feita pelo editor que, freqüentemente, ilustra a publicação de um clássico – do mesmo modo que eu o fazia. Um deles com fama de crítico, era particularmente turbulento. Parecia ter um enorme prazer em discutir várias teorias, que podiam se encontrar em fontes secundárias, só para me mostrar e ao resto da classe que o livro, em si, ainda não tinha sido comentado. Não quero dizer com isso que eles ou os outros lessem melhor do que eu ou o tivessem feito um dia. A verdade é que nenhum de nós, com a exceção de Van Doren, conhecia o assunto.

Depois desse primeiro ano de magistério, estava desiludido de minha cultura. Desde então, venho ensinando aos alunos ler os livros: seis anos em Columbia com Mark Van Doren e, nesses últimos dez anos na Universidade de Chicago, com o reitor Roberto M. Hutchins. Com o tempo, acho que fui aprendendo a ler um pouco melhor. Não há perigo de decepção se afirmar que sou o mestre, hoje. Por quê? Porque lendo o mesmo livro, ano depois de ano, descobri de cada vez, o que tinha percebido em meu primeiro ano de magistério: o livro que estava relendo era como se fosse novo para mim. Durante certo tempo, cada vez que o relia julgava, muito naturalmente alias, que o dominava, que afinal o tinha lido bem – só para que a nova leitura mostrasse minhas falhas e interpretações errôneas. Acontecendo isso uma porção de vezes, até o menos inteligente de nós acaba aprendendo que a leitura está lá, na extremidade do arco-íris. Embora a prática nos aperfeiçoe nessa arte de ler em qualquer outra, o longo caminho que vai confirmar tal máxima é maior do que se pensa.

– 3 –

Não sei que resolução tomar. Gostaria de encorajá-los para o trabalho de aprender a ler, mas não vou enganá-los afirmando que é fácil ou que pode ser levado a. termo em pouco tempo. Estou certo de que não querem ser logrados. Como qualquer outra aptidão, a leitura apresenta dificuldades somente superáveis com esforço e tempo. Quem empreende alguma coisa é porque está preparado para isso e sabe que, raramente, os resultados vão além da energia despendida. É preciso tempo e trabalho para crescer, para fazer fortuna, sustentar a família ou adquirir a prudência de certos velhos. Por que não aconteceria o

mesmo ao se aprender a ler e ao ler o que vale a pena?

Claro, seria mais fácil começar no colégio. Mas o que acontece é, quase sempre, o contrário: forçam-nos a *parar*. Pretendo discutir a falência da escola, mais tarde e mais completamente. Agora, quero apenas acusar os colégios de uma culpa que nos atinge a todos, porque e, em parte, a causa de sermos o que somos hoje – que não sabem o suficiente, para se divertirem em ler com proveito, ou para aproveitarem a leitura como divertimento.

Mas a educação não se interrompe com o colégio, nem a responsabilidade de nosso destino educacional é inteira do sistema escolar. Qualquer um pode e deve decidir por si mesmo se está satisfeito com educação que recebeu ou recebe no colégio. Se não o esta, que faça alguma coisa. Com os colégios assim como são, o remédio não é a intensificação do ensino. O jeito – único, talvez, admissível para muita gente – É aprender a ler melhor e, lendo melhor, aproveitar ao máximo os ensinamentos da leitura.

Tal jeito e como consegui-lo é o que este livro procura mostrar. Foi feito para os adultos que, gradualmente, se convencem do pouco que aprenderam na escola; para os que, tendo oportunidades, não sabem como reparar as faltas de que não precisam se arrepender muito; para os alunos que, no ginásio ou no colégio, ficam pensando em como auxiliar sua própria educação; e para os professores que, por acaso, percebam não estarem ajudando como deviam, sem saber por que isso acontece.

Quando penso nessa vasta audiência potencial que é o leitor médio, não estou desprezando todas as diferenças em treinamento e habilidade, em instrução ou experiência nem, certamente, os diferentes graus de interesse ou espécies de motivação que podem ser invocados, nessa tarefa comum. Mas o que é de primacial importância é que todos nós reconheçamos o trabalho e seu valor.

Podemos ter ocupações que não nos obriguem a ler o tempo todo, sem deixar de admitir que esse tempo seria amenizado, em seus momentos de folga, por alguma instrução – a que adquirimos, por nós mesmos, através da leitura. Nossa profissão pode exigir a leitura de determinado assunto técnico, ao correr do trabalho: o médico tem de estar em dia com a literatura médica; o advogado não deixa nunca de lado as causas; o negociante tem de ler balanços financeiros, apólices de seguro, contratos e assim por diante. Não importa se a leitura é para aprender ou para ganhar. Pode ser bem ou mal feita.

Como alunos do colégio – e candidatos, talvez, a um diploma superior – compreendemos que o que nos estão dando é empanturra-mento e não, educação. Há muitos alunos que, ao se licenciarem, reconhecem ter levado quatro anos ouvindo e se descartando das lições nos exames. A destreza que se atinge nesse processo não depende das matérias, mas da personalidade do

professor. Se o aluno se lembra razoavelmente do que lhe foi ensinado nas aulas e nos compêndios e se conhece as manias do professor, passa de ano, sem gastar energias. Mas deixa passar, também, a educação.

Podemos ensinar num ginásio, colégio ou universidade. Espero que como professores, saibamos que não lemos bem. Que não só nossos alunos são incapazes de o fazer; nós, também, não vamos muito além deles. Toda profissão sem certo número de truques que impressionam aos leigos ou aos clientes a atendidos. O truque que nós, professores, empregamos, é a máscara de sabedoria e competência que usamos. Nem sempre 6 truque porque, em geral, sabemos um pouco mais e chegamos a melhor resultado do que nossos melhores alunos. Se ignorarmos que nossos alunos não sabem ler muito bem, somos piores do que os truques: desconhecemos o dever. E se ignoramos que não sabemos ler muito melhor do que eles, levamos nossa impostura profissional a nos enganar também.

Assim como os melhores médicos são os que conseguem a confiança do doente, não enganando-o, mas confessando as próprias limitações, – assim os melhores professores são os que têm menos pretensão. Se os alunos estão às voltas com um problema difícil, o professor que se mostrar titubeante, também, pode ajudá-los muito mais do que o pedagogo que parece voar nas esferas magníficas lá ao longe, muito acima deles. Se, como professores, fôssemos mais honestos a propósito de nossa incapacidade em ler, menos receosos de confessar o quanto isso nos é difícil e quantas vezes falhamos, poderíamos interessar os estudantes no jogo de aprender, em vez de interessá-los no de passar.

– 4 –

Creio que basta o que disse, para mostrar aos leitores que não sabem ler, que eu, também, não leio melhor do que eles. A vantagem que tenho é a clareza com a qual sei *que não posso* e, talvez, *porque não posso*. Este é o resultado dos anos de experiência em que procurei ensinar aos outros. Se sei mais que alguém, posso ajudá-lo um pouco. Embora nenhum de nós consiga ler suficientemente bem para satisfazer-se, podemos chegar a ler melhor do que outros o fazem. Sendo poucos os que podem ler bem, num certo sentido, um de nós o pode fazer quando a razão bastante para exigir um grande esforço.

Um aluno medíocre pode ler bem, em determinados casos. Há estudantes superficiais, como nós o somos na maioria das vezes, que se desempenham bem da tarefa, quando o sexto trata de suas especialidades, sobretudo se do que disserem depender o bom nome que tenham. Nos casos que interessam à sua

profissão, o advogado chega a ler analiticamente. O médico lê com perfeição as observações clínicas, que tratam de sintomas com os quais está habituado a lidar. Mas, nem um, nem outro, fazem esforço semelhante com outras especialidades ou noutras ocasiões.

Mesmo o comercio assume ares de profissão culta, quando os que o praticam são chamados a examinar relatórios financeiros ou contratos, embora muitos homens de negócio não consigam ler inteligentemente esses documentos, mesmo quando suas fortunas estão em jogo.

Se considerarmos os homens e mulheres de um modo geral e à parte de suas profissões ou ocupações, ha uma situação em que eles dão o máximo de si mesmos, esforçando-se por ler melhor do que o fazem habitualmente. Quando estão amando e recebem uma carta de amor, mostram de que são capazes. Lêem cada palavra três vezes, lêem nas entrelinhas e nas margens; lêem o todo em função das partes e cada parte em função do todo; sensíveis ao contexto e à ambigüidade, a insinuação e às referências, percebem a cor das palavra a o cheiro das frases e o peso das sentenças. Talvez levem em conta até a pontuação. Lêem então; como não o terão feito nem antes, nem depois.

Esses exemplos, especialmente o último, bastam para dar idéia do que entendo por “ler”. Não é tudo, porém. É preciso distinguir, de um modo mais perfeito, as diferentes espécies e graus de leitura. Para ler inteligentemente este livro – que é o que seus leitores devem procurar fazer também com os outros livros – é preciso compreender tais distinções.

O próximo capítulo tratará desse assunto. Basta que se perceba, aqui, que este livro não trata de qualquer espécie de leitura mas da leitura que seus leitores não fazem ou não fazem bem, amenos que estejam amando.

CAPÍTULO II

A leitura de “leitura”

– 1 –

Uma das principais regras para se ler qualquer coisa é destacar as palavras mais importantes que o autor emprega. Isso não basta, entretanto. Achar uma palavra importante é apenas o começo, na pesquisa mais difícil do significado ou significados, comuns ou especiais, que ela tenha, à medida em que vai aparecendo no contexto.

Já se percebeu que “leitura” é uma das palavras mais importantes deste livro. Mas, como já dei a entender, é uma palavra de várias acepções. Se vocês não têm dúvida em afirmar que sabem o que é para mim tal palavra, provavelmente encontraremos dificuldades, antes de prosseguir.

Isto de usar linguagem para falar sobre linguagem – sobretudo quando se faz campanha contra o abuso dela – e arriscado. Há pouco tempo, Stuart Chase escreveu um livro que poderia ter chamado de *Palavras sobre Palavras*. Teria evitado, assim, os protestos dos críticos que logo provavam ser ele, também, vitima da tirania das palavras. Mas soube ver o perigo, quando disse: “Vou ser apanhado, muitas vezes, em minha própria ratoeira, usando má linguagem, ao me bater por uma melhor.”

Posso livrar-me de tais armadilhas? Já que estou escrevendo sobre leituras, não tenho de obedecer às suas regras, mas às da escrita. Meu subterfúgio talvez seja mais aparente do que real, se ficar provado que um escritor sempre tem em mente as regras que governam a leitura. Vocês, no entanto, estão lendo a respeito de leituras. Não têm como fugir. Se as regras que eu sugerir forem boas, devem segui-las, lendo este livro.

Mas como, se vocês não as conhecem nem compreendem? Por Isso, têm de ler uma parte deste livro desconhecendo-as. A única maneira de ajudá-los neste dilema, é fazer de vocês leitores conscienciosos, antes de tudo. Comecemos aplicando a regra de como achar e *interpretar as palavras importantes*.

– 2 –

Quando vocês se dispõem a investigar os vários significados de uma palavra, é geralmente aconselhável utilizar um dicionário e seus próprios conhecimentos a respeito. Se procurarem "read", no grande Oxford Dictionary, verão, primeiro, que essas mesmas letras formam o nome obsoleto do quarto estômago de um ruminante e um verbo muito usado que designa uma atividade mental, relacionada com determinada espécie de palavras e símbolos. Saberão, logo, que não precisamos nos preocupar com o nome obsoleto, a não ser para notar que ler prende-se, de certo modo, a ruminar. Descobrirão, mais tarde, que o verbo tem vinte e um significados, mais ou menos comuns.

Um significado pouco freqüente de “to read” é pensar ou supor. Ele se torna mais conhecido, quando se identifica com conjeturar ou prever, nas expressões: ler as estrelas, ler a mão ou o futuro.

Isso leva eventualmente ao significado de interpretar livros ou quaisquer documentos escritos. Há outros significados ainda, como o de *declamar* (quando uma artista lê seu papel para o diretor); como o de *apreender* o não perceptível pelo perceptível (quando afirmamos que podemos ler o caráter de uma pessoa, através de sua fisionomia); como o de instruir acadêmica ou pessoalmente (quando alguém nos lê uma aula).

As pequenas diferenças de emprego parecem infinitas: um cantor lê a música; um cientista, a natureza; um engenheiro, seus instrumentos; um tipógrafo, as provas; lemos nas entrelinhas; lemos alguma coisa numa situação ou alguém num partido.

Podemos simplificar as coisas, notando o que é comum a muitos desses significados; principalmente que a atividade mental está em jogo e que, de um modo ou de outro, há símbolos a serem interpretados. Impõe-se uma primeira limitação ao emprego da palavra. Não nos interessa nem determinada parte do aparelho digestivo, nem a declamação, nem a leitura em voz alta. Não precisamos tratar – exceto em algumas comparações – da interpretação, inteligente ou não, dos sinais da natureza, como as estrelas, as mãos ou as fisionomias. Temos de nos contentar com certos símbolos legíveis, inventados para fins de comunicação – as palavras da linguagem humana. Isso elimina a leitura de outros sinais artificiais, como a dos ponteiros nos instrumentos de Física, termômetros, aparelhos de Meteorologia, velocímetros, etc.

Daqui por diante, portanto, deve-se ler a palavra "leitura" como ela é usada neste texto, isto é, o processo de interpretar ou compreender o que representa para os sentidos, na forma de palavras ou outras marcas sensíveis.

Esta não é uma interpretação arbitrária do significado *real* da palavra “leitura”. É uma questão de definir nosso problema que é ler, no sentido de receber comunicação. Infelizmente, não é tão simples assim, como se lá de perceber se alguém perguntar: “E ouvir? Não é também receber comunicação?" Pretendo discutir as relações entre ler e ouvir, pois as regras para se ler e ouvir bem são em geral idênticas, embora mais difíceis de aplicar no último caso. Basta, por enquanto, distinguir ler de ouvir, considerando o que é escrito ou impresso e, não, o que é falado.

Vou tentar usar a palavra leitura nesse sentido limitado e Especial. Mas não duvido de só o conseguir por exceção. É impossível deixar de empregá-la nos outros significados que tenha. Por vezes, terei bastante consciência para dizer explicitamente, que estou mudando seu significado. Outras vezes, poderei subentendê-lo, quando for suficientemente claro. E raramente (espero), o alterarei, sem consciência disso.

Tenha coragem, amável leitor, pois você está apenas começando. O que ficou dito foi só para mostrar o significado menos geral em que a palavra "leitura" seria usada. Vamos agora abordar o problema que o primeiro capítulo sugeriu. Temos que fazer uma distinção, por exemplo, entre a leitura que vocês fazem e a que aprenderão a fazer, lendo melhor ou diferentemente.

Notem que eu disse "melhor" *ou* “diferentemente”. Uma das palavras mostra a diferença em *graus* de habilidade, e a outra, a distinção em espécies. Chegaremos à conclusão de que o melhor leitor pode, também, fazer uma *espécie* diferente de leitura. O pior só fará a espécie mais simples. ' primeiro, a classificação das habilidades, para determinar o que queremos dizer com “melhor” e "pior".

– 3 –

Um fato óbvio é a existência de uma perfeita hierarquia de habilidades na leitura. É que a leitura começa na escola primária e continua através de todas as etapas do sistema educacional. *Reading* (= ler) é o primeiro dos três R.[{1}] É o primeiro, porque temos de aprender a ler, para aprender, lendo. Uma vez que o que aprendemos, à medida em que aperfeiçoamos nossa educação, se torna mais difícil ou mais complexo, temos que aperfeiçoar, paralelamente. nossa habilidade em ler.

Alfabetizar é, em toda parte, a primeira característica da educação, mas compreende vários graus, desde a escola primária ou menos ainda, até o grau de bacharel ou de doutor em Filosofia. No seu recente ensaio sobre a democracia

americana, denominado *Of Human Freedom*, Jacques Barzum nos incita a não nos vangloriarmos de ter a mais alfabetizada população do mundo. “A alfabetização neste sentido não é educação; nem é mesmo “saber ler”, isto é, aprender rápida e corretamente a mensagem do papel impresso, e menos ainda fazer um juízo critico a respeito.”

Teoricamente, as gradações na leitura andam a par com as *graduações*, de um período educacional a outro. À luz do que sabemos sobre a educação americana de hoje, esta suposição é infundada. Na França ainda é verdade que um candidato ao doutorado deve revelar uma razoável habilidade em ler, para ser admitido naquele elevado circulo de alfabetização. O que os franceses chamam *explication de texte*, é uma arte a ser praticada em todos os anos de estudo e que deve atingir a perfeição, antes que se mude de grau. Mas neste país, não há quase diferença entre a explicação que um ginasiano dá e a que dá um veterano do colégio ou um candidato ao doutorado. Quando o que se tem a fazer é ler um livro, os ginasianos e os calouros do colégio estão na frente, nem que seja por terem sido menos contaminados pelos maus hábitos.

Se há alguma coisa de errado na educação americana, pelo menos no que se refere à leitura, é porque as gradações se tornaram obscuras e, não, porque não existam. Nosso dever é afastar 'tal obscurida-de. Para classificar as etapas de uma leitura séria temos que escla-recer os critérios do melhor e do pior.

Que critérios são esses? Acho que já dei uma idéia, no capítulo precedente. Dizemos que um homem Le melhor do que outro quando pode ler um assunto mais difícil. Se Jones só consegue ler jornais e revistas e Brown, os melhores livros científicos, como a *Evolução da Física* de Einstein e Infeld e a *Mathematics for the Millions* de Hogben, – ninguém negará que Brown tenha maior aptidão do que Jones. Entre os leitores do adiantamento de Jones, há os que não passam das seleções e há os que dominam o *The New York Times*. Entre os grupos de Jones e Brown há outros mais, caracterizados por revistas melhores e piores, melhores ou piores romances, e livros científicos de natureza mais popular do que os de Einstein ou Hogben, como o *Inside Europe* de Gunther ou *A Odisséia de um Médico Americano* de Heiser. E melhor do que Brown e o homem que lê Euclides e Descartes, assim como Hogben, ou Galileu e Newton, assim como o comentário de Einstein e lnfeld sobre eles.

O primeiro critério e óbvio. Muitas vezes medimos a aptidão de um homem pela dificuldade do trabalho que ele pode realizar. A agudeza de tal medida depende, sem dúvida, da precisão independente com que classificamos os trabalhos conforme sua dificuldade crescente. Estaríamos num circulo vicioso se disséssemos, por exemplo, que o livro mais difícil e aquele que só o melhor

leitor domina. Isto e verdade, mas não ajuda. Para se compreender por que uns livros são mais difíceis do que outros, temos de saber o que eles exigem da habilidade do leitor. Por outras palavras, a dificuldade do assunto de leitura é sinal evidente e objetivo dos graus de habilidade em ler, mas não nos dia que diferença existe no tocante à habilidade do leitor.

Entretanto, o primeiro critério tem certa aplicação, pois quanto mais difícil e um livro, tanto menos leitores terá em qualquer época. Ha certa dose de verdade nino, porque geralmente, à medida em que se sobe na escala da perfeição numa habilidade, o número de peritos diminui: quanto mais alto se está, mais raros são eles. Assim, ao contar as cabeças, teremos a noção precisa da dificuldade de uma leitura qualquer. Podemos construir uma estala rígida e classificar os homens de acordo com ela. De certo modo, e assim que se constroem todas as escalas para os testes de leitura leitos pelos psicólogos.

O segundo critério leva-nos mais longe, mas é difícil de estabelecer. Já falei da distinção entre leitura ativa e leitura passiva. No sentido estrito, toda leitura é ativa. A que achamos passiva é, simplesmente, a menos ativa. A leitura é melhor ou pior, conforme seja mais ou menos ativa. E um leitor é melhor do que outro, se desempenha mais atividade lendo. Para explicar isso, tenho de me certificar de que vocês compreenderam por que, no sentido estrito, não há leitura passiva. Ela só parece assim, em oposição à leitura mais ativa.

Ninguém duvida que escrever e falar são empreendimentos ativos, nos quais o escritor e o orador estão claramente fazendo alguma coisa. Muita gente parece pensar, no entanto, que é inteiramente passivo ler e ouvir. Nenhum trabalho precisa ser feito. Acham que ler e ouvir é *receber* comunicação de alguém que a *transmite* ativamente. Até um certo ponto estão certos, mas, dai por diante, cometem o erro de supor que receber comunicação é como receber uma pancada, um legado ou uma sentença do tribunal.

Vou exemplificar com o beisebol. Apanhar a bola é tanto atividade quanto *arremessá-la* ou *batê-la*. O *pitcher* ou *batter* é o *transmissor*. No sentido em que sua atividade inicia o movimento da bola. O *catcher* ou *fielder* é o *receptor*, no sentido em que sua atividade termina. Ambas as atividades são totalmente diversas. Se há alguma coisa de passivo aqui, é a bola: ela é arremessada e é apanhada. É a coisa inerte, em movimento ou parada, visto que os homens estão ativos, prontos para arremessá-la, batê-la ou apanhá-la. A analogia com ler e escrever é quase perfeita. A coisa escrita e lida é, como a bola, o objeto passivo, de certo modo comum às duas atividades, que dão principio e fim ao processo.

Podemos ir mais longe, ainda. Um bom *catcher* é o que faz parar a bola que foi batida ou arremessada. A arte de apanhar é a habilidade em fazer isso tão

bem quanto for possível em cada situação. A arte de ler é a habilidade em apanhar qualquer espécie de comunicação tão bem quanto for possível. Mas o leitor, como *catcher*, parece mais com o *fielder* do que o jogador que fica atrás do *plate*. O *cather* anuncia determinado arremesso. Ele sabe o que esperar. De certo ponto de visam, o *pitcher* e o *catcher* são como dois homens com um só pensamento, antes de lançada a bola. Não é o que acontece, entretanto, no caso do *batter* e do *fielder*. Os *fíelders* podem querer que os *batter*: obedeçam a seus sinais, mas não é assim que se Os leitores podem pretender que os escritores se submetam as seus desejos quanto ao assunto de leitura, mas os fatos são outros, com freqüência. O leitor tem que aguardar o que se passa no *campo*.

A analogia se quebra em dois pontos, ambos interessantes. Em primeiro lugar, o *batter* e o *fielder*, estando em lados opostos, não tem o mesmo fim em vista. Julgam-se bem sucedidos, se conseguem enganar-se mutuamente. Ao contrário, o *pitcher* e o *catcher* só serão vitoriosos se trabalharem em conjunto. Aqui, as relações entre o escritor e o leitor são maiores do que as dos jogadores entre si. Decerto que o escritor não se preocupa em *ser apanhado*, embora o leitor tenha muitas vezes essa idéia. A comunicação é perfeita sempre que aquilo que o escritor queria ter recebido, acaba por terminar como posse do leitor. Tanto a habilidade do escritor, como a do leitor, convergem para um fim único.

Em segundo lugar, a bola é uma unidade simples. Ou ela é *completamente* apanhada ou não. Um período escrito, entretanto, é o que há de complexo. Pode ser quase todo aprendido ou, então, só muito pouco do que o escritor quis dizer tem sentido para nós. O resultado que o leitor consegue depende em geral da atividade empregada por ele no processo, assim como da habilidade com que executa os diferentes atos mentais necessários.

Agora, podemos definir o segundo critério para julgar a habilidade em ler. Dado um mesmo livro, um homem o lê melhor do que outro: primeiro. Porque o lê mais ativamente; segundo, porque chega a um melhor resultado. Essas duas coisas se relacionam. Ler é uma atividade complexa; e escrever também- Consiste numa série de atos distintos que podem ser todos executados numa boa leitura. Daí, quem chega a realizar mais atos desses, é mais capaz de ler.

– 4 –

Não defini ainda nem a boa, nem a má leitura. Apenas falei das diferenças, de um modo vago e geral. Era impossível fazer outra coisa. Antes de se conhecerem as normas de uma boa leitura, não se compreenderá o que é preciso.

Não sei de método nenhum pelo qual vocês posam ver agora, clara e

minuciosamente, o que espero que vejam antes de acabarem este livro. Mesmo então, poderá não vê-lo. Pelo fato de terem lido um livro de tênis, não adquiriram, *como espectadores*, os vários graus de perícia no jogo. Se continuarem como espectadores, não saberão nunca o que significa jogar melhor ou pior. Do mesmo modo, devem por em prática as regras da leitura, antes de serem, realmente, capazes de compreendê-las e de julgar seu próprio trabalho ou o trabalho alheio.

Mas posso fazer mais, ajudando-os a entender a leitura, ao distinguir seus diferentes tipos.

Aprendi a falar sobre leitura, na premente necessidade que uma conferência às vezes impõe. Estava dissertando sobre educação, para três mil professores. Tinha chegado ao ponto em que lamentava que os alunos de colégio não soubessem ler, e que nada estivesse sendo feito para remediar esse mal. Pelas fisionomias deles, percebi que não sabiam do que se tratava. Pois não ensinavam as crianças a ler? E isso era feito no curso primário. Como é que eu tinha coragem de sugerir que quatro anos de colégio fossem desperdiçados com um ensino tão elementar, e com a leitura dos livros célebres?

Sob a provocação geral de sua incredulidade e de sua impaciência cada vez maior com minhas bobagens, prossegui. Disse que muita gente não sabia ler, que muitos professores de universidade, conhecidos, não o sabiam e que, talvez, nem eles, meus ouvintes, o soubessem. O exagero só fez piorar as coisas. Eles sabiam ler. Faziam-no todos os dias. Que diabo de delírio era o daquele idiota na tribuna? Foi então que comecei a explicar. Distingui, de inicio, duas espécies de leitura.

A explicação foi, mais ou menos, a seguinte. Aqui está um livro, disse, e aqui, suas inteligências. O livro tem uma linguagem, que alguém empregou para lhes comunicar qualquer coisa. A gente lê bem, na medida em que aprende tudo o que o escritor procurou transmitir.

Ao passar das páginas, ou vocês compreendem perfeitamente o que o autor quis dizer, ou não. No primeiro caso, podem ter adquirido conhecimentos, mas, também, podem não ter aperfeiçoado muito sua compreensão. Se entendem um livro quase sem é porque, junto com o autor, são como duas inteligências de uma mesma forma . Os símbolos da página só exprimem a compreensão mútua que tinham antes de se encontrarem.

Vejamos o segundo caso. Vocês não compreendem o livro todo, *de uma só vez*. Admitamos até – o que nem sempre é verdade – que o compreenderam bastante, para saber que não o compreenderam. Há coisas que passaram despercebidas e que poderiam aumentar sua compreensão.

Que fazer, então? Pode-se pedir a algum melhor leitor que explique os

trechos difíceis ou indique um compêndio ou comentário que simplificará tudo revelando a intenção do autor. Ou pode-se fazer como muitos alunos, que não se preocupam com o que ultrapassa sua capacidade e acham que compreenderam o suficiente e nada mais interessa. Se vocês tomarem qualquer uma dessas atitudes, não estarão lendo bem.

O jeito é um só. Estudar o livro e se aplicar nele, sem auxilio de espécie alguma. Sem nada mais que a capacidade de suas inteligências, interpretar os símbolos que defrontarem, de modo a passar, gradualmente, de um estado de menor compreensão para um estado de compreensão maior. Tal progresso, realizado pela inteligência que se aplica num livro, consiste em ler bem esse livro que a desafia.

Defini, assim, de um modo grosseiro, o que entendo por leituras: o processo pelo qual uma inteligência – que se esforça por entender os símbolos da matéria legível, sem auxilio exterior – e aperfeiçoa, mediante o poder de sua própria aplicação. A inteligência que compreendia menos passa a compreender mais. Isso por causa dos vários atos que constituem a arte de ler. “Quantos desses atos vocês conhecem?" – perguntei aos três mil professores. “Que fariam, se suas vidas dependessem de compreender alguma coisa escrita, indecifrável ao primeiro olhar?"

Agora, a expressão de suas fisionomias era francamente outra. Confessavam, sem rodeios, que não sabiam o que fazer. Estavam prontos, além disso, a admitir que tal arte existia e que algumas pessoas a possuíam.

Decerto, nem toda leitura é como a que acabo de descrever. Há muitas que não nos *elevam*, embora nos instruam, nos divirtam ou nos irritem. Donde várias espécies de leitura: para conhecer, para passar o tempo e para compreender. Parece, assim, que só existe diferença na finalidade com que lemos. Em parte, é verdade.

Mas ha também diferença no que se lê e no modo de se ler. Não se pode adquirir muita instrução com as histórias em quadrinhos, ou muita elevação intelectual com um almanaque. Se as coisas que se lêem são de diferentes valores, temos que utilizá-las de acordo. E satisfazer cada uma de nossas finalidades indo em busca do assunto que lhes é apropriado.

Omitindo, por enquanto, a leitura como passatempo, vou estudar, aqui, os outros dois tipos principais: a leitura que instrui e a que desenvolve nossa compreensão. O melhor leitor pode fazer isso e mais ainda. Aumentar sua compreensão, assim como seu cabedal de conhecimentos.

Quando se consegue compreender mais o que se compreendia menos – em virtude de um esforço intelectual próprio – tem-se a sensação de alguém que se levantasse pelos cordões dos sapatos. A sensação e mesmo essa. E o esforço,

muito grande. Decerto que será uma espécie mais ativa de leitura, que exige não só uma atividade mais variada, como também mais desembaraço na realização dos vários atos necessários. Decerto, também, que o que se considera mais difícil e, portanto, para melhor leitor, tem que ser lido assim.

O que se entende sem esforço, como revistas e jornais, exige um mínimo de leitura. E muito pouca arte. Pode-se ler de um modo relativamente passivo. Para qualquer pessoa que saiba ler um pouco, há leituras desse tipo, embora sejam diferentes quando os indivíduos são diferentes. O que para um homem não é esforço ou é um esforço muito pequeno, é, para outro, uma tremenda dificuldade. Tanto mais longe irá um homem ao despender qualquer energia, quanto maior for a habilidade que tenha ou que seja capaz de adquirir, e isso se prende, de certo modo, a sua inteligência inata.

Entretanto, não se trata de classificar leitores, conforme os dons do nascimento. A questão é que, para cada indivíduo, existem duas espécies de leitura: de um lado, a que ele faz sem esforço, para se informar – e ela só lhe transmite o que ele pode compreender imediatamente: de outro, alguma coisa que lhe É superior, no sentido em que desafia sua compreensão. Pode, ainda, estar muito acima dele, sempre além de seu alcance. Mas isso ele não pode saber antes de tentar, e não pode tentar, antes de aperfeiçoar a arte da leitura – a capacidade de se esforçar.

– 5 –

Em geral, não sabemos quais são os limites de nossa compreensão. Nunca procuramos ver até onde vai nossa capacidade. Acredito, sinceramente, que *a maioria dos grandes livros de qualquer especialidade estão ao alcance de todos os homens de inteligência normal* – contanto que adquiram a habilidade necessária e se apliquem ao lê-los. É evidente que os mais favorecidos pela natureza atingem mais rapidamente a meta, mas a corrida não é sempre para os mais velozes.

Há muitos pontos secundários a serem observados. É possível que vocês se enganem, ao julgar o que estão lendo. Pensam que compreenderam tudo, e satisfazem se com o que perceberam, quando muitas coisas podem ter escapado. Para a boa prática, há uma recomendação velha de muitos anos: o princípio da sabedoria é a avaliação da própria ignorância. Do mesmo modo, o princípio da leitura como esforço consciente para entender, é uma percepção aguda do que separa o inteligível do não inteligível.

Vi muitos alunos lerem um livro difícil, como se estivessem lendo o jornal

esportivo. Perguntava-lhes, às vezes, no começo da aula, se tinham dúvidas, se não tinham compreendido alguma coisa do texto. O silêncio deles valia por uma negativa. Depois de duas horas, em que não conseguiram responder nada que se referisse à interpretação do livro, admitiam, embaraçados, a própria deficiência. Embaraçados, porque acreditavam sinceramente terem lido o texto. E o tinham, na verdade, mas não de um modo correto.

Se se tivessem mostrado embaraçados *enquanto liam* – em vez de esperar que a aula acabasse; se tivessem a coragem de anotar o que não tinham compreendido – em vez de afastar tais preocupações, embora envergonhados e embaraçados, teriam descoberto que o livro que liam era diferente de seu alimento habitual. Vou resumir, agora, as distinções entre esses dois tipos de leitura. Temos que considerar a ambos, pois a linha de demarcação entre como se lê e como se deve ler é, muitas vezes, pouco nítida. Enquanto mantivermos distintas as duas espécies de leitura, podemos usar esta palavra em duas acepções diferentes.

A primeira se refere à leitura de jornais, revistas ou outra qualquer coisa que é logo compreensível, levando em conta nossas habilidades e aptidões. Pode aumentar nosso cabedal de conhecimentos, mas não melhora nossa compreensão, que não se alterou, desde que principiamos. Se não fosse assim, sentiríamos o embaraço e a confusão de termos ultrapassado nossa capacidade – isto se estivéssemos com o espírito alerta e honesto.

A segunda acepção se refere a leitura de alguma coisa que, ao primeiro olhar, não se compreendeu perfeitamente. Aqui, a leitura a ser feita e, a principio, melhor do que quem a faz. O escritor está comunicando alguma coisa que pode aumentar a compreensão do leitor. Tal comunicação entre pessoas desiguais deve se realizar, ou, então, ninguém aprenderia com outrem, fosse pela palavra ou pela escrita. Por “aprender”, entendo compreender mais e, não, adquirir mais conhecimentos, do mesmo grau de inteligibilidade de outros que já se possuem.

Não ha dificuldade alguma em adquirir mais conhecimentos com o correr da leitura, se os novos fatos forem idênticos aos que já se conhecem, à medida em que sua inteligibilidade aumenta. Assim, quem conhece certas passagens da História americana e as compreende sob determinados aspectos, pode, com a leitura considerada na sua primeira acepção, adquirir mais conhecimentos idênticos e compreende-los sob o mesmo aspecto. Mas suponha-se que esteja lendo una Historia que não só aspira a lhe revelar mais fatos, mas, também, a fazer incidir sobre os que já conhece, uma luz nova e talvez mais profunda. Suponha-se que tenha maior compreensão agora do que antes de começar a ler. É que está lendo na segunda acepção da palavra leitura. Elevou-se literalmente por

sua própria atividade, embora, de um modo indireto isso só se tomasse possível graças ao escritor, que tinha alguma coisa a lhe ensinar.

Quais são as condições em que tal leitura ocorre? – São duas. Primeiramente, há uma desigualdade inicial de compreensão. O escritor tem de estar acima do leitor e seu livro deve fazer passar em forma legível os conhecimentos que ele possui e seus leitores não. Ao ser a igualdade atingida, a comunicação entre os dois consumou-se de um modo perfeito.

Resumindo: podemos aprender com os que não são melhores do que nós. Temos que saber quem são eles e como aprender com eles. Quem possui essa espécie de conhecimento, possui a arte de ler, no sentido a que me refiro de um modo especial. Todos tem provavelmente, uma certa habilidade em ler assim. Mas todos podem, sem exceção, aprender a ler melhor e progredir cada vez mais, aplicando seus esforços em assuntos de maior valia.

CAPÍTULO III

Ler é aprender

– 1 –

Uma das normas da leitura, como se viu, é achar e interpretar as principais palavras de um livro. Há outra que lhe é intimamente relacionada: descobrir as frases importantes e compreender seu significado.

As palavras “ler é aprender” formam uma frase. Tal frase é sem dúvida importante para esta discussão. De fato é uma das frases mais importantes. Isto se revela pelo peso das palavras que a compõem. Palavras que não são apenas importantes, mas ambíguas, como "ler”.

Se a palavra “ler" tem muitos significados e “aprender” também; e se “é” ganha o prêmio por ambigüidade, não se pode confirmar nem contestar a frase. Ela quer dizer muitas coisas, umas verdadeiras, outras falsas. Quando vocês descobrirem o sentido de cada uma das três palavras *como eu as empreguei*, terão compreendido a propósito que estou procurando transmitir. Só então podem dizer se concordam comigo.

Uma vez que sabem que não vamos considerar a leitura como passatempo, poderão acusar-me de inexatidão, por ter dito: “*Certas vezes*, ler é aprender.” Minha defesa é a que vocês, como leitores, logo chegarão a antecipar. O *contexto* me dispensa de dizer “certas vezes”. Estava entendido que íamos desprezar a leitura como passatempo.

Para interpretar a frase, temos que perguntar primeiro: “Que é aprender?” É o que não chegaremos a analisar convenientemente aqui. De um modo breve, podemos estabelecer uma aproximação grotesca, em termos que todos conhecem: “aprender é adquirir conhecimento.” Não se precipitem que eu não vou definir o “conhecimento”. Se o tentasse, ficaríamos submergidos numa onda de outras palavras, que se tornariam repentinamente importantes e exigiriam explicação. Para nossos fins, basta o que vocês entendem hoje por "conhecimento" . Vocês têm conhecimento. Sabem que sabem e o que sabem. Conhecem a diferença entre saber e não saber alguma coisa .

Se lhes pedisse uma opinião filosófica sobre a natureza do conhecimento, vocês haviam de ficar embaraçados. Mas isso também aconteceu com muitos filósofos. Vamos deixá-los na confusão, e continuar a usar a palavra "conhecimento", na suposição de que nos compreendemos reciprocamente. Mas – podem objetar – mesmo se admitimos ter uma perfeita noção do que significa o "conhecimento", é difícil entender que aprender é adquirir conhecimentos. Aprende-se a jogar tênis e a cozinhar. Jogar tênis e cozinhar não são conhecimentos. São maneiras de fazer alguma coisa que requer habilidade.

A objeção é oportuna. Embora haja conhecimento em toda habilidade, ter uma habilidade é ter alguma coisa mais que conhecimento. A pessoa hábil não somente *sabe* alguma coisa, mas pode *fazê-la*; enquanto que as outras são incapazes ou quase incapazes disto. Há uma distinção que freqüentemente fazemos, quando falamos de saber como (fazer alguma coisa) em oposição a saber *que* (alguma coisa é ou deixa de ser). Pode-se aprender *como* e aprender *que*. Vocês já admitiram esta distinção, que é preciso aprender a ler, para aprender lendo.

Assim, impõe-se uma primeira restrição à palavra "aprender", no emprego que estamos fazendo dela. Ler é aprender, unicamente no sentido de adquirir conhecimento, e, não, habilidade. Vocês não podem aprender a ler, se se contentarem em ler este livro. Só encontrarão, aqui, a natureza da leitura e as regras dessa arte. Isso pode ajudá-los, mas não basta. Devem seguir as regras e praticar a arte. Só assim adquirem a habilidade que está além e acima do conhecimento que um simples livro pode dar.

– 2 –

Até aqui, tudo bem. Temos de voltar agora à diferença que existe entre ler para aprender e ler para compreender: No capitulo precedente, mostrei que a última espécie de leitura deve ser muito mais ativa e que implica num determinado modo de sentir. Vamos considerar, agora, as diferentes formas de realizar essas duas espécies de leitura. Tanto a informação, quanto a compreensão, são, num certo sentido, conhecimentos. Adquirir mais informações é aprender, e aprender É chegar a compreender o que não se tinha compreendido antes. Qual é a diferença, então?

Ser informado é, simplesmente, saber que determinada coisa existe. Ser esclarecido é saber, além disso, de que se trata: por que tal coisa acontece, que relações têm com outros fatos, sob que aspectos são iguais ou diferentes, e assim por diante.

Muitos de nós exprimimos essa distinção, mostrando-nos capazes de lembrar alguma coisa e capazes de explicá-la. Se vocês se lembram do que disse um autor, aprenderam alguma coisa lendo-o. Se o que ele disse é verdade, aprenderam alguma coisa sobre o mundo. Mas, tratando-se de um fato do livro, ou de um fato do mundo, vocês não adquiriram senão informação, se só exercitaram a memória. Não ficaram mais esclarecidos. Isto só acontece quando, além de saber o que diz um autor, sabe-se o que ele quer dizer e por que o diz.

Um simples exemplo pode ajudar-nos muito. O que vou contar aconteceu numa aula em que líamos o tratado das paixões de Santo Tomás de Aquino. Mas pode ter ocorrido em inúmeras outras aulas, com assuntos diferentes. Perguntei a um aluno como Santo Tomás classificava as paixões. Ele me respondeu dizendo que, para Santo Tomás, o amor vem em primeiro lugar e que as outras emoções, cuidadosamente enumeradas, seguem numa ordem preestabelecida. Perguntei-lhe o que queria dizer isso. Ele me olhou espantado. Pois não tinha respondido bem? Disse-lhe que tinha, mas precisava de uma explicação. Ele repetira as palavras de Santo Tomás. E eu desejava saber o significado delas. O rapazinho se esforçou, mas não fez mais que pronunciar, numa ordem quase nada alterada, essas mesmas palavras com que respondera à minha pergunta inicial. Ficou logo evidente que não sabia de que estava falando, embora pudesse brilhar em qualquer exame que não fosse além de minha pergunta ou de perguntas semelhantes.

Procurei ajudá-lo. Perguntei-lhe se o amor em o primeiro, por ser a causa das outras emoções. Perguntei-lhe de que modo o ódio e o rancor, a esperança e o medo dependiam do amor. Perguntei-lhe quais as relações entre a alegria ou a tristeza e o amor. E que é o amor? É o amor fome de comida e sede de bebida, ou é apenas aquele sentimento maravilhoso que faz mover o mundo? É desejo de dinheiro ou glória, de sabedoria ou felicidade, o amor? Enquanto podia responder a essas perguntas, repetindo mais ou menos satisfatoriamente as palavras de Santo Tomás, ele o fazia. Quando errava na recitação, os outros alunos podiam ser chamados para corrigi-lo. Mas, em suma, nem ele, nem os outros, davam um passo adiante na explicação do assunto.

Experimentei ainda outra tática. Desculpando-me, indaguei de suas próprias experiências emocionais. Todos tinham idade suficiente para algumas paixões. Será que nunca odiaram alguém? E isto não se prendia, de certo modo, a amar esse alguém ou qualquer um outro? Será que nunca sentiram uma serie de emoções, relacionadas entre si? Suas respostas eram vagas, não por que estivessem envergonhados, nem porque nenhuma emoção os abatera, mas porque não estavam acostumados a pensar sobre suas experiências, assim. Claro, não estabeleceram relação alguma entre as palavras que leram acerca das paixões

e sua própria vida. Essas coisas estavam em mundos diferentes.

Começava-se a perceber por que não tinham compreendido o que leram. Decoravam as palavras, para responderem de qualquer modo às minhas perguntas. Faziam isso em todas as outras aulas. Eu estava sendo muito exigente com eles.

Mas não desanimei. Já que não compreenderam Santo Tomás à luz de sua própria experiência, talvez fossem capazes de utilizar a experiência que tinham adquirido, lendo romances. Conheciam alguns livros de ficção. E uns poucos deles chegaram a ler um bom romance. Não há paixões, nessas histórias? Não são elas variadas? E como são descritas? Saíram-se tão mal aqui, quanto antes. Responderam-se, fazendo um resumo superficial do enredo. Compreenderam tanto os romances que leram, como tinham compreendido Santo Tomás.

Afinal, perguntei-lhes se tinham freqüentado cursos em que se discutissem as paixões. Muitos tinham assistido a aulas de Psicologia elementar e dois deles ouviram falar de Freud e provavelmente leram alguma coisa dele. Quando descobri que não estabeleceram relação alguma entre a Psicologia da emoção, em cujo exame tiveram talvez ótimas notas, e as paixões de que Santo Tomas tinha tratado; quando descobri que não perceberam que Santo Tomas e Freud tinham um mesmo ponto de referência –vi o que tinha de combater.

Esses alunos eram calouros e veteranos de colégio. Sabiam ler de um modo e não de outro. Passaram os anos do ginásio lendo por erudição – a erudição que a letra de fôrma dá, quando o que se tem em vista é responder aos testes e passar nos exames. Nunca compararam um livro com outro, ou nada que se dissesse nos livros ou nas aulas com o que acontecia em suas próprias vidas.

Ignorando que ler um livro é mais do que decorar afirmações indiscutíveis, não tinham culpa de sua grande falha, ao começarem as aulas. De acordo com o que sabiam, tinham preparado conscienciosamente a lição do dia. Nunca ocorreu a eles que alguém lhes viesse pedir para mostrar que compreenderam o que tinham lido. Mesmo quando um certo número de aulas fez com que tomassem conhecimento dessa nova exigência, não sabiam como se portar. Conseguiram, no máximo, perceber que não compreendiam o que estavam lendo, sem poder reparar essa falta. Nos últimos anos de colégio, ninguém os treinara na arte de ler para compreender.

– 3 –

Quando lemos por erudição, aprendemos fatos. Quando lemos para compreender, aprendemos o significado deles, também. Cada tipo de leitura tem

suas virtudes, que devem ser bem utilizadas. Se o escritor não compreende mais do que nós, ou se, em determinada passagem, não faz esforço algum para explicar, seremos, no máximo, informados por ele, nunca esclarecidos. Mas se o autor tem uma idéia que nós não temos e, mais, se procura transportá-la para o papel – estaremos desprezando sua dádiva, se não procurarmos lê-lo de um modo diferente do que lemos jornais ou revistas.

Os livros que consideramos de valor ou bons são, em geral, os que merecem melhor leitura. Na verdade, qualquer coisa pode ser lida tanto por erudição, quanto para compreensão. Pode-se ter em vista o que o autor disse e o que ele quis dizer. De um certo modo, ser informado é condição primeira para ser esclarecido. A questão é não ficar só nisso. É tão inútil ler um livro só por erudição, quanto usar uma caneta-tinteiro para espetar um verme. Montaigne falava “de uma ignorância analfabeta que precede o conhecimento e de uma ignorância doutoral que lhe sucede". A primeira é a dos que não lêem, porque não sabem o ABC. A outra é a dos que leram mal muitos livros. São, como Pope os denominou, burros livrescos, leitores sem inteligência. Foram sempre literalmente nulos, pois leram muito mal. Os gregos tinham um nome para tal mistura de conhecimentos e incapacidade, que pode ser aplicado aos ledores de todas as épocas que não sabem ler. *Sofomanos*.

Ser um bom leitor, muitas vezes significa a quantidade, raramente a qualidade do que se lê. Não foi só o pessimista e misantropo Schopenhauer que investiu contra o excesso de leitura, por achar que, na grande maioria, os homens lêem passivamente e se saturam com doses tóxicas de erudição não-assimilada. Bacon e Hobbes pensavam assim também. Hobbes dizia: "Se eu lesse como muitos homens o fazem" – ele queria dizer “se lesse tão mal" – "seria tão sem inteligência quanto eles.” Bacon achava que, "entre os livros, há os que merecem ser provados, há os que merecem ser engolidos e há uns poucos que merecem ser mastigados e digeridos". A idéia que persiste é a existência de várias espécies de leitura, apropriadas às várias espécies de literatura.

– 4 –

Fizemos algum progresso interpretando a frase "ler é aprender". Sabemos que certas vezes, e não sempre, ler é aprender. Sabemos que certas vezes, e não sempre, a sabedoria se realiza pela leitura: a aquisição de conhecimentos, mas, não, de habilidade. Se concluirmos, entretanto, que a espécie de leitura que resulta em maior erudição ou compreensão é *idêntica* à espécie de aprendizado que resulta em mais conhecimento – estaremos cometendo um grande erro.

Estaremos dizendo que ninguém pode adquirir conhecimento, a não ser através da leitura, o que e redondamente falso.

Para evitar este erro, temos que considerar uma outra distinção entre os tipos de leitura. Essa distinção tem uma significativa importância no ato de ler e em sua relação com a educação em geral. (Se o assunto de que vou tratar for desconhecido de vocês, e, quem sabe?, um pouco difícil, considerem as paginas seguintes como um desafio à sua habilidade em ler. Está. bom para começar a leitura ativa – marcando as palavras importantes, notando as distinções, vendo como se amplia o significado da frase com que lidamos.)

Na historia da educação, os homens sempre fizeram distinção entre a instrução e a descoberta, como fontes de conhecimentos. A instrução ocorre quando um homem ensina a outro, mediante a fala ou a escrita. Podemos, no entanto, adquirir conhecimento, sem que ninguém nos ensine. Se não fosse assim, e se cada professor tivesse um mestre naquilo que, por sua vez, ensina a outros, nunca se teria começado a adquirir conhecimento. Daí, a descoberta – processo de aprender graças à pesquisa, à investigação, ao raciocínio, sem mestre de espécie alguma.

A descoberta esta para a instrução, assim como aprender sem professor esta para aprender com sua ajuda. Em ambos os casos, a atividade é de quem aprende. Seria um grave erro supor que a descoberta e ativa, e a instrução passiva. Não ha aprendizado passivo, assim como não ha leitura inteiramente passiva.

A diferença entre as duas atividades depende do material do aprendizado. O aluno, que está sendo educado ou instruído, age com o que lhe transmitem. Realiza operações na dissertação escrita ou oral. Aprende, porque lê ou ouve. Note-se a relação intima entre ler e ouvir. Se ignoramos as menores diferenças entre esses dois modos de receber comunicação, podemos dizer que ler e ouvir são a mesma arte – a arte de se educar. Quando, no entanto, o aluno trabalha sem auxílio de professor, o processo do aprendizado se realiza mais na natureza do que no livro. As regras que governam tal aprendizado constituem a arte da descoberta. Se empregarmos, negligentemente, a palavra "ler", podemos dizer que a descoberta é a arte de ler a natureza, como a instrução (ser educado) e a arte de ler livros ou, para não desprezar o ouvido, de aprender com as idéias alheias. E pensar? Se por “pensar” entendemos a aplicação de nossas mentes em adquirir conhecimento, e se a instrução e a descoberta são os únicos modos de o fazer, – é claro que só devemos pensar durante uma ou outra dessas duas atividades. Temos que pensar ao correr da leitura e da audição e da pesquisa. Natural que as maneiras de pensar sejam diferentes – diferentes, como são os dois modos de aprender.

A razão pela qual muita gente considera o pensamento mais intimamente ligado à pesquisa e à descoberta, do que à educação, é porque ler e ouvir são atitudes passivas. Em rigor, pensa-se menos quando se lê por erudição do que quando se procura descobrir alguma coisa. Porque a leitura, ai, é menos ativa. Mas isso não acontece quando ela é mais ativa – e quando se faz esforço para compreende-la. Ninguém que tivesse lido desse modo diria que o pudesse fazer sem pensar.

O pensamento e apenas um setor da atividade de aprender. Deve-se usar também os sentidos e a imaginação. E observar, rememorar e construir ideologicamente o que não pode ser observado. Há, de novo, uma tendência para realçar o papel dessas atividades no processo da pesquisa ou da descoberta, e esquecer ou subestimar sua importância, no processo da instrução pela leitura ou pelo ouvido. Uma reflexão de um instante mostrará que tanto os poderes sensoriais, quanto os do raciocínio, devem ser empregados quando se lê ou ouve. A arte de ler, em síntese, compreende as mesmas habilidades que constituem a arte da descoberta: agudeza de observação, memória pronta, fertilidade de imaginação e, por certo, uma inteligência habituado à analise e à reflexão. Embora, em geral, sejam idênticas, as habilidades podem ser empregadas diferentemente nos dois tipos principais de aprendizado.

– 5 –

Gostaria de insistir, ainda, nos dois erros que ocorrem freqüentemente. Um É feito pelos que escrevem ou falam de uma arte de pensar, como se tal coisa existisse por si mesma. Desde que nunca pensamos, fora dos processos do aprendizado e da pesquisa, não há arte de pensar independente da arte de ler e ouvir, de um lado, – e da arte da descoberta, de outro. Enquanto for verdade que ler é aprender, será também verdade que ler É pensar. Uma noção exata da arte de pensar só pode ser dada com uma analise completa da leitura e da pesquisa.

O outro erro é feito pelos que escrevem sobre a arte de pensar como se ela fosse idêntica à arte da descoberta. Um exemplo notável desse erro e que muito influenciou a educação americana e o *Como Pensamos* de John Dewey. Este livro foi a Bíblia de milhares de professores formados por nossos institutos de educação. Dewey limita sua discussão sobre o pensamento ao aprendizado pela descoberta. Mas esta é apenas uma das principais maneiras de pensar. É igualmente importante saber como pensamos, quando lemos um livro ou assistimos a uma aula. Talvez seja ate mais importante para os professores que realizam a instrução, uma vez que a arte de ensinar se refere à arte de aprender,

como a arte de escrever se refere à arte de ler. Duvido que alguém que não saiba ler bem, consiga escrever bem. Duvido que seja capaz de ensinar, quem não possui a arte de se instruir.

São talvez complexas as causas desses erros. Podem ser devidas, em parte, à suposição de que o ensino e a pesquisa são atividades, enquanto que a leitura e o aprendizado são atitudes meramente passivas. Em parte também, são devidas a um exagero de método científico, que realça a investigação ou a pesquisa, como se fosse a única ocasião de pensar. Houve tempo, provavelmente, em que se cometeu o erro oposto: os homens só davam importância à leitura de livros, não cuidando da leitura da natureza. Isso não nos desculpa, entretanto. Ambos os extremos são igualmente maus. Uma educação equilibrada deve se preocupar com dois tipos de aprendizado e com as artes que subentendem.

Quaisquer que sejam as suas causas, o efeito desses erros na educação americana é por demais patente. Deve-se levar em conta o abandono quase total da leitura inteligente pelo sistema escolar em fora. Perde-se muito mais tempo em habilitar os alunos a fazerem descobertas sozinhos, do que em habilitá-los a aprender com os outros. Não há vantagem nenhuma em gastar energia para descobrir o que já foi descoberto. Devemos poupar nossa habilidade, para pesquisar o que não e conhecido e exercitá-la para aprender o que os outros já sabem e que podem ensinar, portanto.

Perde-se um tempo enorme em cursos práticos. E a única desculpa para tal excesso e que, assim, os alunos aprendem a pensar. Em verdade, os alunos pensam, mas só uma espécie de pensamento. Um homem bem educado, e, mesmo, um cientista, e capaz de aprender com a leitura também. As gerações humanas não precisam aprender tudo por si como se, antes, nada se tivesse aprendido. A verdade e que elas não o poderiam fazer, nem que o quisessem.

A menos que a arte de ler seja cultivada, como ela não o é na educação americana de hoje, o uso de livros deve se reduzir cada vez mais. Podemos continuar a adquirir algum conhecimento, falando à natureza, pois ela responde sempre, – mas não adianta que nossos antecessores nos dirijam a palavra, se não sabemos ouvi-los. Vocês podem dizer que não há quase diferença entre ler livros e ler a natureza. Mas lembrem-se que os fenômenos naturais não são símbolos de alguma coisa transmitida por outra mente humana. E as palavras que lemos e ouvimos são. E lembrem-se também que, quando procuramos aprender diretamente com a natureza, nossa finalidade última é compreender o mundo em que vivemos. Ao contrário do que fazemos com os livros, *não concordamos, nem discordamos da natureza*.

Nossa finalidade última é a mesma, quando procuramos aprender com os livros. Mas, neste caso, temos que ter certeza, primeiro, de que compreendemos

o que o livro está dizendo. Só então podemos resolver se concordamos ou não com seu autor. O processo de compreender *diretamente* a natureza é diferente do de chegar a compreendê-la através da interpretação de um livro. A faculdade critica só precisa ser empregada no último caso.

– 6 –

Tenho falado como se ler e ouvir fosse somente aprender com professores. De um certo modo e o que acontece. São, ambos os atos, maneiras de se instruir, e, para ambos, se exige a arte de aprender. Ouvir uma série de aulas é, a muitos respeitos, o mesmo que ler um livro. Muitas das regras formuladas para a leitura de livros podem se aplicar ao ato de assistir a aulas. Entretanto, é bom limitar nossa discussão à arte de ler ou, pelo menos, dar mais ênfase à leitura, deixando as outras aplicações se tornarem problemas secundários. O fato é que ouvir é aprender com um professor-vivo, enquanto que ler é aprender com um morto, ou com alguém que não está presente, a não ser através de seus escritos.

Se vocês fizerem uma pergunta a um professor-vivo, ele pode respondê-la realmente. Se ficarem intrigados com o que disse, não precisam pensar. Basta perguntar-lhe o que significa isso. Se, no entanto, fizerem uma pergunta a um livro, quem tem de são vocês. Sob esse aspecto, um livro é como a natureza. Quando falam com ele, a resposta só vem na medida em que vocês mesmos realizam o trabalho de pensar e analisar.

Não quero dizer, com isso, que, se o professor faz uma pergunta, vocês não têm trabalho algum. Isto acontece quando a pergunta se refere, simplesmente, a um fato. Mas se vocês seguem uma explicação, têm de compreendê-la ou a explicação foi inútil. Contudo, com um professor-vivo e de valor, tem-se estímulo para compreendê-lo. O que não acontece quando o único auxílio são as palavras do professor num livro.

Os livros podem ser lidos sob a orientação e ajuda dos professores. É esta a relação dos últimos com os primeiros. É esta a diferença entre aprender nos livros com e sem auxílio dos professores. Será o assunto do próximo capítulo. Evidentemente, interessa aos que ainda estão no colégio. Mas interessa, também, aos que não estão mais, pois podem depender dos livros – único meio que têm de continuar a educação – e precisam saber como utilizá-los para um ensino conveniente. Talvez fosse melhor termos perdido os professores-vivos. Talvez pior.

CAPÍTULO IV

Professores-mortos e professores-vivos

– 1 –

Podemos nos instruir ouvindo uma aula ou lendo um livro. Por isso, vamos considerar, agora; os livros e os professores, para ver melhor, na leitura, um fator de aprendizado.

O ensino é o processo pelo qual um homem aprende com outro, através da comunicação. A *instrução* difere, assim, da *descoberta*, que é o processo pelo qual o homem aprende por si mesmo, observando e pensando na vida, e, não, recebendo comunicação de outros homens. É certamente que esses dois tipos de aprendizado se fundem intimamente e intricadamente, na educação real de qualquer homem. Um ajuda a outro. Mas podemos dizer, sempre, se o que sabemos aprendemos com alguém ou descobrimos por nos mesmos.

Somos, ate capazes de afirmar se aprendemos com um livro ou com um professor. Pelo significado da palavra "ensino", o livro que nos ensina alguma coisa pode ser chamado de “professor”. Temos que fazer uma distinção entre professores-escritores e professores que nos ensinam pela palavra.

Para maior clareza, chamarei ao professor que fala de “professor-vivo". Pois é um ser humano, com o qual temos um certo contato pessoal. E chamarei aos livros de “professores-mortos". Notem que não quero dizer com isso que o autor do livro esteja morto. Ele pode, ate, estar bem vivo, ser nosso professor e fazer-nos ler o compêndio que escreveu.

Esteja morto ou não o autor, o livro é uma coisa inerte. Não conversa conosco, nem responde às perguntas que lhe fazemos. Não cresce, nem muda de pensar. É uma forma de comunicação, mas não podemos falar com ele, como falamos com nossos professores-vivos, ao transmitir-lhes alguma coisa. As raras vezes em que conversamos proveitosamente com o autor de um livro, fazem-nos ver o que perdemos, quando ele morre ou não pode mais conversar.

– 2 –

Qual e o papel do professor-vivo em nossa educação? Ele nos ajuda a adquirir certas habilidades: a fazer cata-ventos no jardim da infância, a formar e reconhecer as letras no curso primário, a soletrar e pronunciar, a somar e dividir, a cozinhar, a coser, a fazer serviços de carpintaria. Um professor-vivo pode nos auxiliar na aquisição de qualquer arte, mesmo das artes do aprendizado, como a pesquisa experimental ou a leitura.

Ajudando assim, a comunicação é maior do que se pensa. O professor-vivo é útil porque, além de nos aconselhar, nos *mostra* como fazer determinada coisa e, mais diretamente, nos ajuda a refrear os impulsos. Não há dúvida de que um professor-vivo é mais útil do que um morto. O melhor livro de conselhos não pode agarrar-nos pela mão, ou dizer, no momento preciso: "Não faça isso. É melhor fazer assim." Precisamos de um esclarecimento, agora. No que se refere às noções que adquirimos pela descoberta, o professor-vivo só pode realizar uma função única. De certo que não é ele quem vai nos dar aquelas noções, pois, senão, nos não as teríamos descoberto. Só pode ensinar-nos a arte da descoberta, isto é, mostrar como fazer uma pesquisa, como observar e pensar, à medida em que os fatos nos vão sendo revelados. Pode, ainda, ajudar-nos a reagir, facilmente, aos estímulos. Em geral, e isto que ocorre com livros no gênero do *Como Pensamos* de Dewey, e com os que procuram ajudar os alunos a agir de acordo com determinadas regras.

Enquanto estivermos tratando de leituras – e do aprendizado que se realiza pela instrução – podemos considerar o professor como alguém que transmite o conhecimento, ou nos ajuda a aprender, pela comunicação. E contentemo-nos em ver, no professor-vivo, uma fonte de conhecimento, e, não, um preceptor que nos auxilia num aprendizado qualquer.

Como fonte de conhecimento, o professor-vivo compete ou coopera com os professores-mortos, isto é, com os livros. Por *competição* entendo o modo pelo qual muitos professores-vivos ensinam aquilo que os alunos poderiam aprender, lendo o livro todo. Muito antes que a revista existisse, havia professores que ganhavam a vida, como *readers digests*. Por c*ooperação* entendo o modo pelo qual um professor-vivo divide a função de ensinar, entre sua própria pessoa e os livros de valor: há coisas que ele ensina ao aluno, trocando em miúdos o que leu, há outras que ele espera que o aluno aprenda, pela leitura.

Se essas fossem as únicas funções de um professor-vivo, no que respeita à transmissão de conhecimento, – concluía-se que tudo que se ensina no colégio pode ser ensinado fora e sem professores-vivos. Seria um pouco mais difícil ler os livros, do que, ter quem os digira. Era preciso ler muito mais, se os livros

fossem os únicos professores. Mas, uma vez que o professor-vivo não tem conhecimento algum a transmitir, a não ser o que aprende nos livros, podemos recorrer diretamente a estes. Saberemos tanto quanto eles, se lermos igualmente bem.

Penso, além disso, que, se o que vocês procuram é compreender e, não, aprender, a leitura há de levá-los longe. Em grande parte, somos culpados do vício de ler passivamente. Mas muita gente é mais passiva, ainda, quando assiste às aulas. Já se disse que uma aula é o processo pelo qual as anotações do professor se transformam nas anotações do aluno, sem terem passado pelas mentes de nenhum dos dois.

Tomar notas, em geral, não e uma assimilação ativa do que deve ser compreendido, mas um registro quase automático do que foi dito. Esse hábito torna-se um substituto cada vez mais definitivo do aprendizado e do raciocínio, à proporção em que se passam mais anos nas instituições educacionais. É mais definitivo, ainda, nas escolas superiores e profissionais, como as de Direito e Medicina. Há, assim, um jeito de saber se os alunos são universitários ou não. Se, ao entrar na sala de aula, vocês derem "bom-dia" e eles responderem – não são universitários. Se escreverem – são.

Existem duas outras funções que o professor-vivo desempenha e pelas quais se subordina aos livros. Uma é a repetição. Todos nós freqüentamos aulas, em que o professor dizia as mesmas coisas do compendio, escrito por ele ou por um de seus colegas. Confesso ter ensinado desse modo, também. Lembro-me 'do primeiro curso que dei. Era de Psicologia elementar. Havia um compêndio adotado. O exame que o Departamento exigia, para todos os períodos desse curso, mostrava que os alunos só precisavam aprender o que estava no compêndio. Minha única função, como professor-vivo, era ajudar o trabalho do compêndio. Às vezes, fazia iguais as que se fazem nos exames; Outras vezes, dava a aula, repetindo o livro, capitulo por capítulo, com palavras que não diferiam muito das usadas pelo autor. Ocasionalmente me ocorria ter de explicar um ponto, mas se o aluno tivesse lido para compreender, ele teria compreendido sozinho. Se não soubesse ler assim, não poderia, também, seguir minha explicação.

Grande número dos alunos estavam tomando o curso por crédito e não por mérito. Já que o exame não ia medir a compreensão, e, sim, a erudição, eles, provavelmente, olhariam minhas explicações como uma perda de tempo – evidente exibicionismo de minha parte. Não sei por que continuaram indo às aulas. Se tivessem gasto, lendo o compêndio, o mesmo tempo que gastavam lendo o jornal esportivo, teriam passado nos exames, sem precisar me agüentar.

– 3 –

É difícil dar um nome à função que ficou para ser discutida. Ta1vez pudesse chamá-la de "comunicação original". Estou pensando no professor-vivo que sabe aquilo que não existe em livro algum. Pode ser uma descoberta dele, ainda inacessível aos leitores. Isso acontece raramente, hoje em dia. Ocorre com maior freqüência, nos campos da Pedagogia ou da pesquisa científica. De vez em quando, a escola superior se enriquece com um curso de conferências, que constituem, na verdade, uma comunicação original. Se vocês não tiveram a sorte de poder assistir a tais conferências, consolam-se, dizendo que elas serão publicadas.

Editar livros tornou-se uma tal rotina e uma tal banalidade que as comunicações originais não correm mais o risco de se perderem se não forem ouvidas. Antes de Caxton, entretanto, o professor-vivo teve mais ocasiões de desempenhar essa sua função. Era por isso que os estudantes medievais varavam a Europa inteira, para ouvirem um mestre famoso. Estudando, no passado, o ensino europeu, há de se chegar ao tempo em que o conhecimento ainda não se tinha firmado, em que não existia a tradição da experiência que uma geração recebia da anterior e passava para a seguinte. Então,' de certo, o professor era, em primeiro lugar, um homem de saber e, em segundo, um transmissor. Quero dizer que ele precisava adquirir o conhecimento *descobrindo-o por si mesmo*, antes de poder ensinar os outros.

A situação atual está no extremo oposto. O professor-vivo de hoje é mais um homem de saber, do que um descobridor. É alguém que aprendeu muito com outros professores, vivos ou mortos. Consideremos o professor de hoje, como alguém que não tem comunicação original a fazer. Quanto aos professores-mortos, portanto, ou ele os repete ou os digere. Em qualquer dos casos, seus alunos podem aprender tudo o que ele sabe, lendo os livros que ele leu.

Quanto à transmissão de conhecimentos, a única justificativa para os professores-vivos e de ordem prática. O corpo sendo fraco, segue o caminho mais fácil. O excesso de aulas, de apontamentos e exames pode ser a maneira mais eficiente de ministrar um certo número de noções e um pouco de compreensão às inteligências jovens. Mesmo tendo exercitado essas inteligências na arte da feitura, não devemos esperar que elas se apliquem em ler, para aprender.

O autodidata e tão raro como quem se faz por si mesmo. Os homens, em geral, não se tornam genuinamente cultos, nem amontoam grandes fortunas, por seu próprio esforço. A existência de tais homens, entretanto, mostra que isso

pode acontecer. Sua raridade indica as qualidades excepcionais de caráter – de base e autodisciplina, de paciência e perseverança – necessárias. O pouco de conhecimento e riqueza que possuímos, tivemos de conquistar com esforço.

Esses fatos e suas conseqüências práticas na educação escolar, não atingem o ponto principal. O que e verdade quanto ao professor-vivo, é também verdade quanto a todos os compêndios, manuais e resumos que não são mais que repetições, compilações e condensações do que pode ser encontrado em outros livros, livros da mesma espécie, freqüentemente.

Há uma exceção, entretanto, e ela e importante. Chamemos a esses professores que desempenham a função de comunicação original de "professores-secundários", de acordo com o sentido já explicado. Assim como existem professores primários e secundários, vivos neste momento, podemos, também, fazer a mesma distinção entre os professores-mortos. Há livros-primários e livros-secundários.

Os livros-primários são os que contem comunicações originais. Não precisam ser originais em sua integridade. Pelo contrário, a originalidade completa é impossível e inútil de tentar. É impossível, a não ser no inicio hipotético de nossa tradição cultural. É inútil de tentar, porque ninguém procuraria descobrir, por si mesmo, o que foi ensinado por outros. A melhor originalidade é, sem dúvida, aquela que acrescenta alguma coisa ao cabedal de conhecimentos, capazes de serem utilizados pelo ensino tradicional. A ignorância ou o desprezo da tradição resultam, igualmente, numa originalidade falsa ou superficial.

Os grandes livros de qualquer especialidade são, num bom sentido da palavra, comunicações "originais". São os livros usualmente considerados “clássicos", mas esta palavra tem, para muita gente, um significado errado (porque se refere só à antiguidade) e proibido (porque se tornou sinônimo de ilegível). Escrevem-se, hoje, livros célebres, como ontem e há muito tempo atrás. E vou mostrar que, longe de serem ilegíveis, são os mais fáceis de ler e os que mais merecem ser lidos.

– 4 –

O que venho dizendo pode não ajudá-los a escolher os livros bons, entre todos os outros da estante. Não vou ainda estabelecer os critérios que caracterizam um bom livro – critérios que irão de ajudá-los a separar os livros que prestam dos que não prestam (no capitulo XVI, tratarei disso). O que parece evidente é que se deve indicar a uma pessoa aquilo que ela tem de ler, antes de

ensinar lhe a ler. Mas, o mais pedagógico é explicar, primeiro, as exigências da leitura. Enquanto vocês não forem capazes de ler, de um modo cuidadoso e critico, os critérios de julgamento – por mais bom senso que vocês tenham – logo se transformam em regras arbitrárias e empíricas. Só depois de lerem convenientemente os livros célebres, terão uma noção exata dos padrões pelos quais os outros livros podem ser julgados. Se estão impacientes por conhecer os títulos dos livros que os mais competentes leitores julgaram bons, consultem o Apêndice em que eles foram catalogados; mas e aconselhável esperar, até terem lido o que se diz de suas características e conteúdo, no capitulo XVI.

Há, entretanto, uma coisa que posso dizer, aqui, a respeito dos grandes livros. Explicará por que podem ser lidos, embora não explique por que não o são, geralmente. Os grandes livros são iguais as vulgarizações, porque, na maioria, foram escritos para o comum dos homens e, não, para pedantes ou estudiosos. São também iguais aos compêndios, porque se destinam a principiantes, e, não, a especialistas ou alunos adiantados. Veremos a causa disso. Sendo originais, devem se dirigir a um público que começa a aprender. Não há condição alguma para ler um grande livro, a não ser a existência de qualquer outro grande livro; na tradição do aprendizado, com o qual o último professor aprendeu.

Diferentemente dos compêndios e vulgarizações, os grandes livros têm, como leitores pessoas capazes de ler com perfeição. Esta é uma de suas principais características e a razão por que são tão pouco lidos, hoje em dia. Não somente são mais comunicações originais do que condensações ou repetições, como, ao contrário destas últimas, não procuram estímulos artificiais. Dizem, apenas: "Eis o conhecimento que merece ser adquirido. Tomem, é de vocês."

A proliferação de compêndios e conferências, em nosso sistema educacional moderno, Ó sinal evidente do declínio da leitura. Mais verdadeira do que a afirmação de que quem não sabe ensinar ensina aos professores, é a certeza de que os professores que não ajudam a seus alunos na leitura dos grandes livros escrevem compêndios para eles ou utilizam os que seus colegas escreveram. Um compêndio ou manual quase que pode ser definido como uma invenção pedagógica para meter “qualquer coisa" nas cabeças dos que não sabem ler bastante bem, para aprender mais ativamente. Urna aula normal é uma invenção semelhante. Quando os professores não sabem como realizar a função de ler *com* seus alunos, são obrigados a ler *para* eles.

Os compêndios e vulgarizações de toda espécie foram escritos para as pessoas que não sabem ler ou que só lêem para adquirir determinadas noções. Como professores-mortos, identificam-se com os professores-vivos secundários que os escreveram. Vivo ou morto, o professor-secundário procura comunicar o

conhecimento sem exigir muito ou muita habilidade por parte do aluno. Sua arte de ensinar requer um mínimo de arte de aprender. Sobrecarrega a inteligência, em vez de esclarecê-la. A medida de seu sucesso está na maior capacidade de absorção da esponja.

Mas nossa finalidade última e mais compreender, do que adquirir erudição, embora seja um ponto de apoio indispensável, a erudição. Portanto, devemos recorrer aos professores-primários, pois eles têm compreensão a nos dar. Será que se pode duvidar, ainda, de que os professores-primários sejam fontes melhores de aprendizagem do que os secundários? Duvida-se, ainda, que o esforço que exigem de nos conduza ao cultivo vital de nossas mentes? Podemos desprezar o esforço de aprender, mas não podemos desprezar os resultados do aprender sem esforço – as variadas manias que adquirimos, deixando que professores-secundários nos doutrinem.

Se dois professores ensinassem no mesmo colégio – um, que tivesse descoberto alguma verdade, outro, que repetisse o trabalho do primeiro – qual dos dois vocês preferiam ouvir? Sim, mesmo admitindo que o repetidor prometesse simplificar as coisas, falando para o adiantamento de vocês, não se suspeitaria que esse ensino de segunda mão fosse de algum modo falho, na qualidade ou na quantidade? Se vocês pagar o maior preço em esforço, são melhor recompensados.

Isso acontece, sem dúvida, porque muitos professores primários morreram – morreram os homens, e os livros que eles deixaram são professores-mortos – enquanto que muitos dos professores-vivos são professores-secundários. Mas suponha-se que pudéssemos ressuscitar os professores-primários de todos os tempos. Suponha-se que existisse um. colégio ou universidade em que o corpo docente fosse assim constituído. Heródoto e Tucidides ensinavam Historia da Grécia e Gíbbon falava sobre a decadência de Roma. Platão e São Tomas davam, juntos, um curso de Metafísica. Francis Bacon e John Stuart Mill discutiam a lógica da Ciência; Aristóteles e Emanuel Kant abordavam os problemas morais. Thomas Hobbes e John Locke falavam sobre Política.

As lições de Matemática eram dadas por Euclides, Descartes, Riemann e Cantor, com Bertrand Russel e A. N. Whitehead de contra-peso. Podia-se ouvir São Agostinho e Wi1liam James falarem da natureza do homem e da inteligência e Jacques Maritain a comentar as aulas. Harvey discutia a circulação do sangue e Galeno, Claude Bernard e Haldane ensinavam Fisiologia geral.

As aulas de Física se adaptavam ao talento de Galileu e Newton Faraday e Maxwell, Planck e Einstein. Boyle, Dalton, Lavoisier e Pasteur ensinavam Química. Darwin e Mendel davam as principais noções de Evolução e Genética, com palestras suplementares por Bateson e T. H. Morgan.

Aristóteles, Sir Philip Sidney, Wordsworth e Shelley tratavam da natureza da Poesia e dos princípios da Crítica literária, ajudados por T. S. Eliot. As aulas de Economia estavam aos cuidados de Adam Smith, Ricardo, Karl Marx e Mar hall. Boas discutia as raças e sub-raças humanas, Thorstein Veblen e John Dewey, os problemas econômicos e políticos da democracia americana e Lenine dava aulas de comunismo.

Etienne Gilson analisava a historia da Filosofia e Poinearé e Duhem, a história da Ciência. Havia lições de arte por Leonardo da Vinci e um estudo sobre Leonardo, por Freud. Hobbes e Locke tratavam do uso e do abuso das palavras, referindo-se a Ogden e Richards, Korzybski e Stuart Chase. Podia-se imaginar um corpo docente muito mais vasto do que esse, mas fiquemos por aqui.

Será que alguém iria para qualquer outra universidade, podendo ingressar nesta? Não haveria limite de matrículas. O preço do ingresso – e única exigência para a admissão – seria habilidade e vontade de aprender.

O fato ó que esta escola existe, para todos que queiram e sejam capazes de aprender com os professores de primeiro grau, mortos, porque não 'podem sacudir-nos de nosso torpor, com sua presença viva. Não estão mortos em nenhum outro sentido. Se a América contemporânea os considera mortos, então, como um escritor de nomeada o afirmou, estaremos repetindo a loucura dos antigos atenienses, que pensavam que Sócrates morreu quando tomou cicuta.

Os grandes livros podem ser lidos no colégio ou fora dele. Se são lidos no colégio, sob a orientação de professores-vivos, estes devem se subordinar melhor aos mortos. Só podemos aprender com os que nos são intelectualmente superiores. Os grandes livros são superiores a muitos professores-vivos e a seu alunos, também.

O professor-secundário é, simplesmente, um aluno mais adiantado e devia sujeitar-se a aprender com os mestres, junto com seus jovens alunos. Não deve agir como se fosse um professor-primário, utilizando n livro de valor como se utilizasse um compêndio, daqueles que seus colegas poderiam ter escrito. Não deve fingir que sabe e que pode dar aulas, em virtude de suas descobertas originais, se só aprendeu porque lhes ensinaram. As fontes primárias de seu próprio conhecimento deviam ser as fontes primárias de aprendizado para seus alunos.

E assim, um' professor age honestamente, se não procura se engrandecer, interpondo-se entre os grandes livros e seus pequenos leitores. Não deve se "interpor", atrapalhando, – mas ajudando – ajudando os menos competentes a terem maior contato com as inteligências de escol.

– 5 –

Isso tudo não é novidade, ou, pelo menos, não devia ser. Durante muitos séculos, a educação foi considerada como o aperfeiçoamento da inteligência pelos que lhes eram superiores. Se formos sinceros, nós, os professores-vivos, não hesitaremos em admitir que, além das vantagens que a idade traz, não temos muito mais capacidade intelectual ou cultural do que nossos alunos. Chegando o momento de aperfeiçoar, são as inteligências superiores à nossa que orientam o ensino. Esta era a razão por que, durante muitos séculos, pensava-se que a educação só se realizava no convívio dos grandes vultos do passado e do presente.

Só há uma mosca no mel. Os professores devem ler para compreender. Os alunos também. E todos os que estão no colégio ou fora dele, igualmente, – se o lema é trabalhar.

Mas vocês podem achar que não e tão simples assim. Que, em geral, são muito difíceis esses livros célebres. (Por isso recorrermos aos professores secundários, às aulas de interpretação, aos compêndios e vulgarizações, que repetem e digerem aquilo que, para nós, seria sempre como um livro proibido. Mesmo se nossa finalidade for à compreensão e, não, a erudição, ficaremos satisfeitos com uma dieta menos farta.) Que sofreemos limitações incuráveis. Que os mestres estão muito acima de nós. E que é melhor apanhar as migalhas que caíram da mesa, do que morrer de fome, numa adoração fútil da festa onde não podemos entrar.

Quanto a isso, protesto. Por um lado, a alimentação menos rica deixa de ser nutritiva, se o alimento pré-digerido for engolido passivamente e guardado durante um certo tempo, em vez de ser assimilado de um modo ativo. Por outro, como o professor Morris Cohen disse a uns alunos seus, as pérolas que se jogam aos porcos, na certa que são falsas.

Não nego que os livros célebres exijam um esforço mais árduo e diligente do que os resumos deles. Só estou dizendo que os últimos não substituem os primeiros, porque não são iguais entre si. Podem ser úteis, se o que vocês querem é adquirir conhecimentos, mas de nada servem se procuram ser esclarecidos. Perdeu-se a estrada real. Não há rosas, mas pedras, no caminho da verdade. Quem procura o atalho mais curto, vai acabar num paraíso de idiotas – com uma imbecilidade ignorantemente culta e um eterno pedantismo.

Afirmo, ao mesmo tempo, que os grandes livros podem ser lidos por qualquer homem. O auxilio que os professores secundários lhe trazem não é indicar substitutos com que aprenda rapidamente. É ensinar-lhe a ler e, mais do

que isso, se for possível, é ajudá-lo a ler, realmente, esses grandes livros.

Vou discutir, mais tarde, se os livros célebres não são os mais legíveis. Sob um certo aspecto, sem dúvida, são difíceis de ler.

Exigem grande habilidade. Sua arte de ensinar subentendo uma arte de aprender correspondente e proporcional. Mas, ao mesmo tempo, são os mais capazes de nos instruir a respeito dos assuntos que tratam. Se possuímos a necessária l1abilidade para os ler bem, acharemos que eles são o modo mais fácil, porque mais simples e adequado, de dominar os assuntos em questão.

Parece existir aí um paradoxo. Há duas espécies diferentes de maestria a considerar: de um lado, o domínio do autor sobre o assunto; de outro, nosso domínio sobre o livro. Esses livros são considerados notáveis, porque seu assunto foi bem dominado pelo autor, enquanto que os leitores se classificam de acordo com seu grau de habilidade em dominá-los.

Se nossa finalidade na leitura é adquirir conhecimento e compreensão, os grandes livros são os mais legíveis, tanto para as pessoas competentes, quanto para as outras. “.*Mais* legíveis” não quer dizer “*menos* trabalhosos” – mesmo quando se trata do bom leitor. Esses livros recompensam ao máximo a habilidade e os esforços despendidos. Talvez seja mais difícil procurar ouro do que batatas, mas cada esforço bem sucedido é mais largamente pago, no primeiro caso.

As relações entre os grandes livros e o assunto de que tratam não se alteram. São um fato objetivo e imutável. Mas as relações entre a competência inicial do' leitor principiante e os livros que mais merecem ser lidos podem ser alteradas. O leitor se torna mais capaz, pela orientação e pela prática. Vai lendo com mais facilidade e, por isso mesmo, compreende cada vez melhor o assunto, como o compreenderam os mestres. Tal maestria é o ideal em educação. E é dever dos professores secundários facilitar a consecução desse ideal.

– 6 –

Escrevendo este livro, revelo-n1e um professor secundário. Minha finalidade é ajudar e sugerir. E, não, ler os livros, para não dar a vocês o trabalho de o lazer. Este livro só tem duas lições a desempenhar: interessá-los nas vantagens da leitura e auxiliá-los a cultivar essa arte.

Se já terminaram o colégio, vocês são obrigados a utilizar os serviços de um professor morto, como este livro e. Nenhum livro de conselhos pode ser tão útil quanto um guia vivo. Será talvez um pouco mais difícil desenvolver a habilidade, quando se tem de praticar de acordo com as regras de um livro, sem

que ninguém nos detenha, nos corrija ou nos mostre como fazer. Mas no fim, consegue-se o objetivo visado. Muitos homens o fizeram para que haja possibilidade de dúvida. Nunca e tarde de mais para começar, mas há razão de nos envergonharmos de um sistema educacional que não nos deu um bom princípio na vida.

A decadência das escolas e suas responsabilidades pertencem ao próximo capitulo. Vou terminar este aqui, chamando a atenção de vocês para dois pontos principais. O primeiro é que vocês adquiriram algumas noções a respeito das regras da leitura. Nos primeiros capítulos, viram a necessidade de separar e interpretar palavras e sentenças importantes. Ao correr deste, argumentamos com a legibilidade dos grandes livros e seu papel na educação. Descobrir e seguir os argumentos de um autor é um outro passo na arte de ler. Vou tratar mais tarde da regra que se refere a isto.

O segundo é que definimos bem a finalidade deste livro. Gastamos, para isso, muitas páginas. Mas acho que vocês percebem por que seria incompreensível defini-la no primeiro parágrafo. Eu poderia ter dito: “Este livro tem como objetivo ajudá-los a adquirir a arte de ler para compreender e, não, a arte de ler para aprender.

Dai, sua finalidade: animá-los e orientá-los na leitura dos grandes livros.” Mas vocês não teriam entendido 0 que cu queria dizer.

Agora, já acontece isso, embora com certas reservas a respeito da vantagem ou importância do empreendimento. Podem achar que existem muitos livros, além dos livros célebres, que merecem ser lidos. Com o que eu concordo, plenamente. Mas vocês têm de admitir, em troca, que quanto melhor o livro, tanto mais digno de ser lido. Mais ainda: se vocês aprendem a ler os grandes livros, não encontrarão dificuldades em ler os outros.

Podem empregar sua habilidade procurando jogos mais fáceis. Mas qual é o caçador que atira num pato estropiado?

CAPÍTULO V

“A falência das escolas”

– 1 –

No correr dos capítulos precedentes, disse algumas coisas sobre o sistema escolar, que seriam difamatórias, se não fossem verdadeiras. Mas, verdadeiras, constituem um tremendo libelo contra os educadores, que violaram a confiança pública. Embora pareça uma digressão longa do assunto, este capitulo é necessário para explicar uma situação em que muitos de nós nos encontramos e encontramos nossos filhos – “educados”, mas iletrados. Se as escolas estivessem cumprindo seu dever, este livro era inútil.

Falei, até aqui, baseado em minha própria experiência, como professor de ginásio, colégio e universidade. Mas não se fiem em minha palavra, para conhecer os deploráveis erros da educação americana. Muitos outros testemunhos podem ser chamados a depor. É melhor do que os usuais, que também falam de acordo com a própria experiência, há uma evidência científica em foco. Ouçamos os especialistas, relatando os resultados de testes e medidas.

Tanto quanto me lembre, sempre houve quem se queixasse dos colégios, porque os jovens não aprendiam nem a ler nem a escrever corretamente. As queixas incidiam, principalmente, nos alunos do ginásio e do colégio. Pois nunca se expediu um diploma de escola primária, para certificar grande competência nas matérias ensinadas. Mas depois de quatro e mais oito anos de colégio, era razoável esperar-se uma habilidade disciplinada na realização desses atos fundamentais. Os cursos de inglês eram e continuam a ser, em grande maioria, um ponto obrigatório do currículo ginasial. Ainda recentemente, o inglês básico era um curso obrigatório em todos os colégios, para desenvolver a habilidade no escrever a língua materna. Embora com menos realce, a habilidade de falar com clareza, senão com eloqüência, era também um dos fins em vista.

As queixas vinham de todos os lados. Comerciantes que, na certa, não esperavam grande coisa, protestavam contra a incompetência dos jovens, que procuravam emprego, ao sair do colégio. Diretores de jornal, por outro lado,

divulgavam protestos e alegavam sua própria experiência, revelando' o trabalho do secretario, que tinha que riscar frases inteiras das composições que os recém-diplomados deixavam em sua mesa.

Os professores de inglês no colégio tinham que fazer de novo o que devia ter se completado no ginásio. Os professores de outras matérias queixavam-se do inglês terrivelmente descuidado e incoerente, que os alunos usavam nas provas e exames.

E qualquer pessoa que tenha ensinado numa faculdade, sabe que o B. A.[{2}] de nossos melhores colégios quase nada significa em relação à habilidade do aluno em escrever ou falar. Muito candidato ao Ph. D.[2] teve que ser reprovado na redação de sua tese, não com referencia ao valor cientifico ou doutrinário, mas no que toca a um mínimo de exigências para a simplicidade, clareza e correção do inglês. Meus colegas da faculdade de Direito não podem dizer, muitas vezes, se um aluno sabe ou não a matéria, em vista da dificuldade deles em exprimir-se coerentemente sobre o ponto sorteado.

So me referi ao falar e ao escrever, Resta à leitura.

Faz pouco tempo que se começou a dar atenção à ainda maior incompetência em ler, com exceção dos professores de Direito que, desde a introdução da metodologia das causas na faculdade, compreenderam que grande parte do tempo deve ser passado em ensinar os alunos a ler tais causas. Mas não compreenderam que se eles tivessem uma regular habilidade em ler, essa técnica, por mais especializada que fosse, podia ser adquirida em menos da metade do tempo.

Um dos motivos da negligência da leitura, em comparação com o realce que se da ao escrever e ao falar, e ponto a que já me referi. Para muita gente, escrever e falar são muito mais *atividades* do que ler. Enquanto associarmos habilidade com atividade – será uma conseqüência natural desse erro atribuir a falta de técnica os de- feitos do falar e do escrever e supor que o desacerto com que se lê deve-se a um defeito moral – falta de capacidade e, não, de habilidade. O erro vem sendo corrigido aos poucos. Cada ver se da mais atenção ao problema da leitura. Não quero dizer que os educadores já tenham descoberto o que fazer a esse propósito, mas compreenderam, afinal, que as escolas chegaram a tão mau senão pior resultado em matéria de leitura, como em matéria de expressão escrita e oral.

É preciso ficar claro, de uma vez por todas, que essas habilidades se relacionam. São a arte de empregar a linguagem no processo de transmitir ou receber comunicação. Não devemos nos surpreender, portanto, de achar uma correlação positiva entre os defeitos dessas varias habilidades. Sem o auxilio da pesquisa cientifica e dos testes educacionais, posso predizer que quem não sabe

escrever direito, não sabe também ler direito. Vou mais longe ainda. Chego a apostar que esta falta de habilidade e, em parte, responsável pelos defeitos do escrever.

Por mais difícil que seja, ler e sempre mais fácil do que escrever e falar bem. Para lidar com os outros, é preciso saber como são recebidas as comunicações e ser capaz, além disso, de dominar o meio, para produzir os eleitos desejados. Embora correlatas as artes de ensinar e aprender, o professor, como escritor ou orador, deve ter noção do processo de aprendizado, para poder orientá-lo.

E ser capaz de ler o que escreve, e ouvir o que diz, como se estivesse ensinando a si mesmo. Quando os professores não possuem a arte de aprender, não podem ser bons.

– 2 –

Não tenho que pedir a vocês que aceitem, sem provas, minha predição ou que apostem no escuro comigo. Os especialistas podem ser chamados a comprová-la, a luz da evidência científica. O produto de nossas escolas foi medido pelo aparato autorizado dos testes de conhecimento. Esses testes se referem a todos os tipos de atividade acadêmica – áreas padronizadas de erudição, habilidades básicas, os três R. Mostram, não só que o ginasiano, ao se formar, é inábil, mas, também, chocantemente ignorante. Devemos concentrar nossa atenção nos defeitos de habilidade e, especialmente, na leitura, embora as descobertas do escrever e do falar sejam prova indiscutível de que os ginasianos fracassam, geralmente, quando tem que se haver com qualquer espécie de comunicação.

É quase ridícula essa discussão. Por mais lamentável que seja constatar que aqueles que passaram doze anos no colégio não tenham as noções mais rudimentares, é muito pior ver que eles estão sendo impedidos de usar o único meio que remediaria a situação. Se soubessem ler – para não dizer escrever e falar – riam capazes de se instruir pela vida em fora. Notem que o defeito que os testes revelam está no tipo mais fácil de leitura – aquisição de conhecimentos. Na grande maioria, nem cogitam da habilidade em ler para compreender. Se o fizessem, os resultados causariam verdadeiro pânico. No ano passado, o professor James Mursell do "Columbia Teachers College", escreveu um artigo no *The Atlantic Monthly* denominado "A falência das escolas". Baseou seus argumentos em "milhares de investigações", que constituem "um testemunho consistente de trinta anos de pesquisas em educação. Os colégios de Pensilvânia

da "Varnegie Foudatíon" confirmam, em grande parte, essas afirmações. Vou repetir as próprias palavras dele:

> "E o inglês? Aqui, também. há fracasso e deficiência. Nas escolas os alunos aprendem, realmente, a ler. sua língua materna? Sim, e não. Até o 5° e 6°" ano ensina-se e aprende-se a ler. Nesse grau de adiantamento, podemos ver um progresso constante e geral, mas depois a curva para, num plano morto, Isto não acontece porque o aluno chega a seu limite natural de eficiência, ao passar para o 6° ano, pois já ficou largamente provado que, com um ensino especial, as crianças mais velhas e até os adultos podem atingir um grau notável de aperfeiçoamento. Nem isto quer dizer que muitos alunos do 6.° ano liam corretamente todos os assuntos práticos. E sim que são incapazes de descobrir sentido nas páginas impressas. Podem aperfeiçoar-se; precisam aperfeiçoar-se; mas não o conseguem.
>
> "O ginasiano, em geral, leu muito. E se ingressar no colégio há de ler mais ainda. Mas é um leitor quase sempre incompetente e ineficaz. (Note-se que isto se refere ao aluno normal e não ao que está sujeito a um tratamento particular.) Pode compreender um romance e apreciá-lo. Mas, diante da uma exposição massuda, de um argumento atenta e cuidadosamente estabelecido, ou de um trecho que exija atenção crítica – ficara espantosamente tolhido, sem poder dizer qual o pensamento principal de um período, ou os graus de ênfase e subordinação dum argumento ou raciocínio. Para todos os efeitos, É ainda o estudante de 6° ano, embora promovido ao colégio."

E vai isto por minha conta: mesmo depois de terminar o colégio, não melhorou muito. Acho indiscutível que quem não sabe ler para adquirir conhecimento, não pode cursar o colégio. Não pode, mesmo, ser promovido a ele, se for assim deficiente. Mas se levarmos em conta a distinção entre as espécies de leitura e se nos lembrarmos de que os testes medem, de preferência, a habilidade em ler do modo mais fácil, – não podemos ter muito consolo no fato de os estudantes de colégio lerem melhor do que os alunos de 6° ano. No que se refere a ler para compreender, as faculdades e escolas profissionais mostram que eles são, mais do que nunca, principiantes.

O professor Mursell escreve, mais desanimado ainda, sobre os tipos de leitura em que as escolas iniciam os estudantes:

> “Os alunos de escola primária, ginásio e colégio idem muito pouco. As revistas populares e os romances baratos são seus principais interesses. As escolhas são feitas por ouvir dizer, por recomendações ocasionais e anúncios aparatosos. A educação não visa fazer um público de leitores conscientes ou bem informados. Como concluiu um investigador, não há indícios de que as escolas estejam desenvolvendo um interesse permanente, ao considerar a leitura como uma atividade para as horas de lazer.”

Não tem propósito falar que os estudantes e os doutores sejam capazes de

ler os livros célebres, quando nem conseguem ler os bons livros científicos que se editam todos os anos.

Passo rapidamente por sobre o que Mursell constata, quanto ao escrever: que o aluno médio não sabe se exprimir em sua língua materna, “nem com clareza, nem com exatidão, nem com correção”; que “muitos ginasianos não discriminam entre o que é uma sentença e o que não é; que, em média, o estudante tem um vocabulário restrito. E do último ano do ginásio ao último do colégio, parece que esse seu vocabulário quase não aumentou. Depois de doze anos de estudo, muitos alunos se utilizam de um vocabulário infantil e pouco desenvolvido; e, com mais quatro anos, não há quase progresso a notar”. Esses fatos têm sua causa na leitura. O aluno que não “exprime gradações de significado finas e precisas”, certamente que não pode aprendê-las na expressão de qualquer outra pessoa que procure transmitir alguma coisa, acima do alcance de um sexto-anista.

Há mais evidências a constatar. Recentemente, a “Board of Regents" do Estado de Nova York solicitou um inquérito sobre as realizações de suas escolas, que foi levado a efeito por uma comissão, dirigida pelo professor Luther Gulik, de Colúmbia. Um dos volumes do inquérito tratava dos ginásios e continha uma seção dedicada ao "domínio dos instrumentos de aprendizado". Vou citar de novo:

> “Grande parte dos ginasianos revelam-se muito deficientes, nos instrumentos básicos do aprendizado. Nos testes feitos para os bacharelandos, havia um que media a habilidade em ler e compreender trechos de inglês simplíssimo. Esses trechos apresentados aos alunos consistiam em parágrafos tirados de artigos científicos, de tratados históricos e coisas semelhantes. O teste tinha sido idealizado, primeiro, para alunos do 8° ano."

E o que se descobriu foi que o ginasiano normal do último ano chegava a resolver o teste destinado a medir a capacidade de um aluno do 8° ano. O que não constituía, certamente, uma vitória notável, para o ginasiano. Mas descobriu-se também que “tinta proporção perturbadoramente vasta dos meninos e meninas nova-iorquinos, deixam a escola secundária – e, até, ingressam nas faculdades – sem terem atingido um mínimo desejado”. Temos que concordar com eles, quando afirmam que "nas habilidades que todos devem possuir" – como é o caso da leitura e da escrita, – "é preciso revelar um mínimo de competência, pelo menos". Viu-se que Mursell não tinha empregado uma linguagem muito exagerada, quando se referiu à "falência das escolas".

O Inquérito dos Professores investigou o aprendizado que os ginasianos faziam por si mesmos, sem auxílio de colégio ou curso. Isso, pensavam eles,

poderia ser devido à sua leitura extra-escolar. E, de acordo com os resultados que conseguiram, "uma vez fora do colégio, grande parte dos meninos e meninas só liam para se divertir, especialmente revistas de contos, de valor nulo ou medíocre, e jornais". Sua leitura, no colégio e fora, era lamentavelmente fraca e da pior e mais insignificante espécie. Os livros científicos nem entram em cogitação. Os alunos não estavam a par dos melhores romances publicados, em seu tempo de colégio. Sabiam, quando muito, os nomes dos mais indiscutíveis sucessos de livraria. Pior do que isso, “uma vez terminado o colégio, sua tendência é deixar os livros em paz. Menos de 40% dos meninos e meninas entrevistados tinham lido um livro, ou qualquer trecho de um livro, nas duas semanas anteriores à entrevista. Só um, em dez, tinha lido livros científicos”. Na maioria, liam revistas, por muito favor. E mesmo ai, o nível de sua leitura era baixo: “menos de dois jovens, em cem, liam revistas do tipo de *Harper’s*, *Scribner’s* ou *The Atlantic Monthly*”.

Qual será a causa de tão chocante desinteresse? O inquérito tocou no ponto fraco, quando disse que "os hábitos de leitura desses meninos foram, sem dúvida, afetados pelo fatos de muitos deles não terem aprendido a ler compreensivamente". Alguns "julgavam que sua educação terminara e que, por isso, era inútil ler". Mas, na grande maioria, não sabiam ler, o que os levava a não gostar disso. *Ter uma habilidade, é condição indispensável para utilizá-la e encontra prazer em seu exercício.* À luz do que sabemos acerca de sua completa incapacidade em ler para compreender – e até, em alguns rasos, para adquirir conhecimentos – não É surpreendente descobrir que a leitura dos ginasianos e de um nível limitado e de qualidade inferior.

As conseqüências são graves. "A qualidade inferior da leitura desses meninos e meninas", conclui o Inquérito dos Professores, "não da muita esperança de que possa acrescentar alguma coisa à sua estatura educacional.” li, pelo que sabemos dos resultados, não se espera muito mais dos que terminam o colégio. Eles só podem ter uma leitura um pouco melhor, porque, depois de mais quatro anos de educação, sua habilidade em ler também aumentou um pouco.

Quero repetir, para que vocês gravem, que, embora desanimadores esses resultados, não são nem a metade do que seriam se os testes fossem mais difíceis. Mediram uma compreensão relativamente fácil de trechos relativamente simples. As perguntas a que os alunos tinham de responder, depois de lerem um pequeno parágrafo, não exigiam mais do que um conhecimento exato das palavras escritas. Não era preciso muita coisa, no que se refere à interpretação, e quase nada, no que se refere ao julgamento critico.

Digo que os testes não foram bastante difíceis, mas o padrão que eu

estabeleceria não iria muito além. Será de mais pedir que um aluno seja capaz de ler um livro inteiro, e não um parágrafo só, e não só repetir o que estiver escrito, mas mostrar uma compreensão cada vez maior do assunto que está sendo discutido? Será de mais pretender que os colégios exercitem seus alunos, não só em interpretar, mas em criticar também; isto é, em discriminar o que e verdadeiro do que é falso ou errado, em suspender o julgamento se não se convencerem, ou em julgar com a razão, se concordam ou discordam? Não posso achar que tais exigências sejam exageradas para o ginásio e o colégio. Mas se fossem transformadas em testes e se um desempenho satisfatório fosse condição para a formatura, não haveria um, entre cem alunos que, cada junho, recebem seus diplomas, em condições de vestir a beca.

– 3 –

Vocês podem pensar que meu depoimento é local, restrito a Nova York e Pensilvânia ou que só diz respeito ao ginasiano de inteligência media ou inferior. Não e este o caso. Ele representa o que vai pelo país inteiro. Os colégios de Nova York e Pensilvânia estão acima da média. E o depoimento inclui os melhores ginasianos, e não apenas os menos dotados.

Vou reforçar esta última afirmativa, com uma outra citação. Em junho de 1939, a Universidade de Chicago organizou uma serie ale quatro conferências sobre leitura, para os professores que davam cursos de férias. Numa das sessões o professor Diederich, do departamento de educação, leu os resultados de um teste, feito em Chicago, para ginasianos notáveis, que vieram de todos os cantos do pais. Entre outras coisas examinava-se sua habilidades em ler. Os resultados que o professor Diederich relatou aos mil professores ali reunidos mostraram que muitos desses "hábeis" rapazes não compreendiam o que liam.

Além disso, continuava ele, “nossos alunos não estão recebendo nenhum auxilio direto, para compreender o que lêem ou ouvem, ou para saber o significado do que eles mesmos dizem ou escrevem". Tal estado de coisas não se limita aos ginásios. Estende-se, igualmente, aos colégios deste país e, mesmo, aos da Inglaterra, como se vê nas recentes pesquisas de I. A. Richards, referentes à habilidade lingüística dos alunos de Cambridge.

Por que razão os estudantes não recebem auxilio algum? É impossível pensar-se que os educadores profissionais não estejam a par da situação. (Aquela conferência em Chicago durou quatro dias – e eram muitos os documentos apresentados nas sessões da manhã. da tarde e da noite – sempre tratando do problema da leitura.) Talvez seja porque os educadores não sabem,

simplesmente, como se portar e porque não fazem idéia de quanto tempo e esforço são necessários para ensinar aos alunos a ler, a escrever e a falar corretamente. Outras coisas, de muito menor importância, vieram perturbar o currículo.

Há alguns anos, tive uma experiência que pode ilustrar este fato. Eu e Hutchins nos dispusemos a ler livros célebres com os ginasianos da escola experimental anexa à Universidade. O que foi considerado como uma nova "experiência" ou, pior, uma idéia estapafúrdia. Muitos desses livros eram desconhecidos dos alunos de colégio. Só os universitários podiam se deleitar, lendo-os. E nós íamos fazer isso com meninos e meninas de ginásio!

Passado o primeiro ano, dirigi-me ao diretor, para falar de nosso progresso. Disse que esses jovens tinham interesse em ler os livros. As perguntas que faziam, bem o mostravam. A agudeza e vivacidade de suas discussões sobre os assuntos tratados em classe, revelavam que tinham inteligência suficiente para o trabalho. Sob muitos aspectos eram melhores do que os alunos mais adiantados, que se embruteciam à força de ouvirem aulas, tomarem notas e fazerem exames. Tinham muito mais esperteza do que os alunos de colégio ou universidade. Eu e Hutchins, nas poucas horas da semana que passávamos com eles, não podíamos discutir os livros e, ao mesmo tempo, ensinar-lhes a ler. Era vergonhoso que seus talentos inatos não tivessem sido exercitados para uma função da mais alta importância educacional.

"Que fazia o ginásio para que os alunos aprendessem a ler?" – perguntei. O diretor tinha pensado, algum tempo, sobre isso. E suspeitava que os alunos não sabiam ler muito bem, mas não havia tempo, no programa, para exercitá-los. Enumerou todas as coisas importantes que estavam fazendo. Quase que eu disse que, se os alunos soubessem ler, podiam dispensar muitos desses cursos e aprender com o mesmo proveito, lendo os livros. "De qualquer modo", continuou o diretor, "mesmo se tivéssemos tempo, não podíamos fazer muito pela leitura, antes que a escola de educação terminasse suas pesquisas."

Fiquei espantado. Pelo que eu sabia da arte de ler, não via como alguma pesquisa experimental pudesse ajudar os alunos a ler, ou seus professores a treiná-los nessa arte. Conhecia bem toda a literatura experimental sobre o assunto. Fizeram-se milhares de investigações e inúmeros tratados, para constituir a "psicologia da leitura". Levou-se em conta os movimentos da vista, em relação às diferentes espécies de tipos, à apresentação das páginas, à iluminação, e assim por diante. Discutiram-se outros aspectos de mecânica óptica e de acuidade ou incapacidade sensorial. Fizeram-se testes e medidas, que visavam a padronização dos resultados, em todos os períodos educacionais. E tinha havido até estudos clínicos e de laboratório, tratando dos aspectos

emocionais do ato de ler. Os psiquiatras descobriram que certas crianças revelam uma verdadeira ojeriza pela leitura, como outras, pela Matemática. Algumas vezes, as dificuldades emocionais parecem ser a causa da incapacidade em ler; outras vezes são sua conseqüência.

Todo esse trabalho teve, no máximo, duas aplicações práticas. Os testes e medidas facilitam a administração escolar, a classificação e gradação dos estudantes e a determinação da eficiência de seu modo de proceder. O estudo das emoções e dos sentidos, especialmente dos olhos em seus movimentos como órgãos da visão, resultou num programa terapêutico, que e parte da “leitura medicinal". Mas esse trabalho nem tocou no problema de como ensinar aos jovens a arte de ler bem, tendo em mira tanto o esclarecimento, quanto a erudição. Não quero dizer que o trabalho tenha sido inútil ou sem valor, nem que a leitura medicinal não salve um mundo de crianças de outros desajustamentos mais sérios. E sim que a influencia que teve nos leitores é a mesma que a coordenação muscular bem exercitada tem no desenvolvimento de um escritor que se serve das mãos, para escrever à pena ou à máquina.

Um exemplo pode esclarecer este fato. Suponha-se que vocês queiram aprender tênis. Procuram um professor, que lhes dará lições sobre essa arte. Depois de examiná-los, ele os observa jogando. E então, se for uma criatura de raro bom senso, diz que não pode ensinar-lhes mais. Porque vocês tem um calo no dedo grande e um papiloma na sola do pé. A posição que tornam é, geralmente, má; seus músculos parecem emperrados quando movem os ombros. Precisam de óculos. E, afinal, parecem ter tremedeiras cada vez que a bola vem para o seu lado, e um descontrole nervoso quando não a pegam.

Chamem o calista e o ortopedista. Façam massagens, para desemperrar os músculos. Cuidem dos olhos e controlem suas emoções, com ou sem auxilio da Psicanálise. E depois voltem, que eu procurarei ensinar-lhes a jogar tênis, – conclui o professor.

Tal professor seria não só prudente, mas sincero em seu julgamento. Não adiantaria iniciá-los na arte do tênis, enquanto sofressem desses defeitos todos. Os psicólogos educacionais trouxeram sua contribuição para a arte de ler. Tinham diagnosticado os defeitos que atrapalham ou impedem uma pessoa de aprender a ler. Melhor do que o professor de tênis, divisaram toda espécie de remédios que contribuem para a leitura medicinal. Mas quando esse trabalho termina e todos os remédios são utilizados, falta, ainda, aprender a ler ou a jogar tênis.

Os médicos que tratam dos pés, que prescrevem óculos, que corrigem a postura e aliviam a tensão emocional – não podem transformá-los em tenistas, embora façam com que vocês passem, de pessoas que não podem aprender, a

pessoas que podem. Do mesmo modo, os psicólogos que diagnosticam suas falhas na leitura e prescrevem um tratamento para isso, não sabem como fazer de vocês bons leitores. Só os tornam capazes de serem treinados por alguém que conheça a arte. Arte que não e deles, como a arte do tênis não e do calista, nem do oculista.

Grande parte dessas pesquisas educacionais são apenas preliminares na atividade principal, que é aprender a ler. Destroem e removem obstáculos. Ajudam a curar defeitos, mas não corrigem *incapacidades*. Quando muito, tornam os anormais de qualquer tipo, semelhantes as pessoas bem dotadas, suscetíveis de treinamento, pelos dons que receberam no berço.

O individuo normal tem de ser educado. Foi dotado com a capacidade de aprender a ler, mas não nasceu com a arte. Esta deve ser cultivada. A cura da anormalidade pode superar as desigualdades da origem ou os acidentes de um desenvolvimento precoce. Mesmo se conseguisse tornar todos os homens mais ou menos iguais, no que se refere a sua capacidade inicial em aprender, não poderia ir mais além. Atingido esse ponto, era preciso procurar desenvolver a habilidade. Em suma, a instrução na arte de ler, propriamente dita, começa onde os psicólogos educacionais interromperam seu trabalho.

Devia começar. Infelizmente, os fatos mostram o contrário. E, como já dei a entender, há duas razões para que isso aconteça. *Primeiro*, o currículo e o programa de ensino, em geral, da escola primária ao colégio, está sobrecarregado dentais, para permitir que se de uma suficiente atenção às habilidades básicas. *Segundo*, parece que muitos educadores não sabem ensinar a arte da leitura. Os três R só existem em sua forma mais rudimentar, no currículo de hoje em dia. São considerados como matéria dos primeiros anos, em vez de se estenderem pelo curso todo, até o bacharelado. Como resultado, o bacharel em artes não revela mais competência em ler do que um aluno de 6° ano.

– 4 –

Gostaria de discutir mais a fundo essas duas razões. No que se refere à primeira, não se trata de sabor se os três R pertencem à educação, mas até que ponto o pertencem e se devem ser desenvolvidos. Todos, mesmo o mais progressista dos educadores, admitem que se precisa dar as crianças as habilidades básicas e ensinar-lhes a ler e a escrever. Mas não há um acordo geral quanto ao mínimo de habilidade que um homem educado deve possuir e quanto ao tempo necessário para se dar esse mínimo ao estudante médio.

No ano passado, fui convidado a falar numa irradiação nacional – o

programa “Town Meeting". O assunto era "educação numa democracia". Os outros dois participantes, o professor Gulik, de Colúmbia, e John Studebaker, agente nacional de educação. Se vocês ouviram a irradiação ou leram o folheto que continha as palestras – terão observado que parecíamos estar de acordo, ao falar dos três R, como fatores indispensáveis de uma cidadania democrática.

A harmonia era apenas aparente e superficial. Primeiro, por que eu considerava três R às artes de ler, escrever e contar, como deviam ser possuídas por um bacharel nessas artes; enquanto que meus colegas só pensavam no treinamento elementar da escolar primária. Segundo, porque eles se referiam a leitura e a escrita, como se fossem alguns dos muitos fins que a educação deve visar, especialmente numa democracia. Não nego que ler e escrever sejam apenas uma parte, e, não, o todo; mas discordo da classificação dessas finalidades. Se alguém conseguisse enumerar tudo de essencial que um bom programa de ensino deve considerar, diria que as técnicas de comunicação, que levam à cultura, são nosso primeiro dever, mais ainda numa democracia, do que em qualquer outro tipo de sociedade, porque delas depende um eleitorado culto.

Era isso que eu queria dizer. As primeiras coisas devem vir primeiro. Só depois de realizadas, haverá tempo e energia para considerações menos importantes. Mas não e o que acontece nos ginásios e colégios de hoje. Dá-se igual atenção a matérias de importância desigual. O que e relativamente secundário, transforma-se na essência mesma de um programa de ensino, – como certos colégios que são um pouco mais que escolas aperfeiçoadas. O que era olhado como atividade extracurricular passou para o centro do palco, e as matérias básicas do currículo se amontoam, de qualquer modo, nos bastidores, para serem guardadas ou jogadas no liso. Nesse processo, iniciado pelo sistema eletivo e completado pelos excessos da educação progressiva, as disciplinas intelectuais básicas foram atiradas a um canto ou inteiramente fora do palco.

Em seu liberalismo falso, os educadores progressistas confundiram disciplina com regime, esquecendo-se de que não existe liberdade verdadeira sem que a inteligências tenha se libertado pela disciplina. Nunca me cansei de citar-lhes John Dewey. Faz tempo já que ele disse: “A disciplina que e igual ao poder educado e, também, igual à liberdade... A verdadeira liberdade e intelectual; repousa no poder educado do pensamento." Uma inteligência disciplinada, baseada no poder do pensamento, é a que lê e escreve criti-ca1uente, e faz um trabalho eficiente de descoberta. A arte de pensar, como vimos, ó a arte de aprender pelo ensino ou pela pesquisa, sem auxílio de fora.

Não estou dizendo, repito, que a essência da educação esteja em saber ler e aprender nos livros. É possível realizar inteligentemente uma pesquisa. Além do que, pode-se ser bem informado em todos os setores de fatos que constituem

uma base necessária para o pensamento. Não há razão para que não se façam todas essas coisas, no tempo de aulas à nossa disposição. Mas, tendo que escolher entre elas, o primeiro lugar será sempre das habilidades fundamentais, enquanto que a erudição de qualquer espécie ocupará o segundo. Aqueles que fazem a escolha contrária devem considerar a educação como um amontoado de fatos que a pessoa adquire no colégio e procura carregar, durante o resto da vida, embora a bagagem se torne mais pesada, a medida em que se revela cada vez mais inútil.

Acho que o aspecto mais perfeito da educação e o que dá realce à disciplina. Nesse ponto de vista, o que se adquire no colégio não é tanto o aprendizado, como sua técnica – a arte de se instruir, através de todos os meios que o ambiente oferece. Os colégios só educam, se nos capacitam a continuar aprendendo sempre. A arte de ler e a técnica da pesquisa são os instrumentos primordiais do aprendizado, da erudição e da descoberta. Eis por que devem ser os objetivos principais de um bom sistema educacional.

Embora não concorde com Carlyle, quando afirmou que “*tudo* que uma universidade ou escola superior faz por nos e ainda o que a escola primária começou – isto é, ensinar-nos a ler" –, concordo com o professor Tenney de Cornell, que disse que se o colégio ensinasse os alunos a ler, colocaria nas mãos deles “o instrumento primeiro de toda a educação superior. Dai por diante, se o aluno quiser, pode educar-se por si mesmo." Se os colégios ensinassem a ler bem, seus alunos se tornariam estudiosos, continuando estudiosos fora do colégio e depois.

Vou chamar a atenção de vocês para uma falta que muitas pessoas cometem, especialmente os professores. Se um escritor afirma que uma coisa é de importância primordial, o mau leitor interpretaria isso como se fosse a afirmação de que nada mais tem importância. Li muitas criticas ao *The Higher Learning in America* do reitor Hutchins, que, pouco inteligentemente ou mesmo defeituosamente, falsificaram sua insistência sobre a cultura, excluindo de cogitação qualquer outra coisa. Afirmar, como ele claramente o faz, que não há nada que venha primeiro, – não É negar que outras coisas possam vir em segundo lugar, em terceiro e assim por diante.

O que venho dizendo será, também, mal interpretado pelos professores ou profissionais da educação. Provavelmente irão mais longe e me acusarão de desprezar o "homem total", porque não tratei da disciplina da emoção em educação e da formação do caráter moral. Entretanto, pelo fato de não ter sido discutida, uma coisa não foi necessariamente contestada. Se isto for chamado de omissão – escrever sobre qualquer assunto traria possibilidades infinitas de erro. Este livro trata de leituras e não de tudo. O contexto devia, portanto, indicar que

nos referimos, principalmente, à educação intelectual, e não à educação toda.

Se me perguntassem, como o fizeram na noite da irradiação do programa "*Town Meeting*", "Que é que você considera mais importante para um aluno, os três R ou um caráter reto?", – minha resposta seria a mesma que dei então:

> "A escolha entre as virtudes intelectuais e morais é difícil; mas se eu tivesse que fazê-la, escolheria sempre as virtudes morais, porque as virtudes intelectuais sem as morais seriam mal utilizadas, como o são por todas as pessoas que têm conhecimentos e habilidades, mas não percebem as finalidades da vida."

O conhecimento e a habilidade da inteligência não são os itens principais desta vida. Amar o que É bom é mais importante. A educação como um todo, deve considerar mais do que a inteligência do homem. Enquanto se trata de inteligência, não há nada de mais importante do que as habilidades pelas quais ela deve ser disciplinada, para funcionar direito.

– 5 –

Volto, agora, ao segundo motivo pelo qual os colégios falharam, em matéria de leitura e de escrita. O primeiro motivo É que eles subestimaram a importância e extensão da tarefa e por isso não levaram em conta que o tempo e o esforço destinados a ela, deviam ser relativamente maiores do que os destinados a qualquer outra. O segundo é que as artes quase caíram no esquecimento. Estou me referindo às artes liberais, chamadas, outrora, de Gramática, Lógica e Retórica. São as artes em que um B. A. deve ser um bacharel e um M. A.,[{3}] um mestre. Quem conhece alguma coisa sobre as regras da Gramática, da Lógica e da Retórica sabe que elas governam operações que realizamos pela linguagem, no processo da comunicação.

As várias regras de leitura, a que já me referi mais ou menos explicitamente, abrangem pontos de Gramática ou Lógica ou Retórica. A regra que trata das palavras e termos, sentenças e proposições têm um aspecto gramatical e lógico, ao mesmo tempo. A regra que trata de interpretar a ênfase que o autor da a uma idéia, de preferência a outra qualquer, leva a considerações retóricas.

Vou discutir, mais tarde, esses diferentes aspectos das regras da leitura. A questão, aqui, e que o esquecimento dessas artes é, em grande parte, responsável por nossos defeitos em ler e em ensinar a ler aos alunos. É muito significativo, que, quando I. A. Richards escreve a *Interpretation in Teaching* que, em determinados aspectos, é um livro sobre leituras – julga necessário ressuscitar as

artes, e dividir o seu trabalho em três partes principais: Gramática, Retórica e Lógica.

Quando digo que as artes estão esquecidas, não quero dizer que as ciências da Gramática e da Lógica passaram. Há Gramáticos, ainda, e Lógicos, nas universidades. E o estudo científico da Gramática e da Lógica é ainda feito, e em certos lugares e sob determinados aspectos, com renovado vigor. Vocês na certa ouviram falar na "nova" disciplina, conhecida, antigamente, sob o nome de "Semântica". Mas não é nova. É tão antiga quanto Platão e Aristóteles. Nada mais é do que um novo nome para o estudo científico dos princípios da linguagem, combinando as considerações gramaticais com as lógicas.

Os gramáticos antigos e medievais e os escritores do século XVI-II, como John Locke, poderiam ensinar aos “semânticos” contemporâneos uma série de princípios que eles ignoram, princípios que não precisavam descobrir, se lessem certos livros. Interessante que, justamente quando a Gramática quase é expulsa da escola primaria, e a Lógica é matéria que poucos alunos de colégio ainda estudam, as universidades procuram ressuscitá-las, numa fanfarronada de descoberta original.

O restabelecimento do estudo da Gramática e da Lógica pelos semânticos, não influi na minha afirmação sobre o declínio das artes. Há uma diferença imensa entre estudar a ciência de alguma coisa e praticar sua arte. Não gostaríamos de ter uma cozinheira, cujo único mérito fosse a habilidade de repetir o livro de receitas. É um dito antigo: os lógicos são os menos lógicos dos homens. Quando afirmo que as artes lingüísticas atingiram um novo impulso na educação e na cultura contemporânea, estou me referindo à prática e, não, ao conhecimento da Gramática e da Lógica. A prova de minha afirmação é, simplesmente, que não podemos escrever e ler tão bem quanto os homens de outras épocas, assim como não podemos ensinar a geração atual a fazê-lo.

É um fato bem conhecido que aqueles períodos da cultura européia em que os homens revelavam menos habilidades em ler e escrever, eram períodos em que se levantou a maior celeuma, a respeito da inteligibilidade de tudo que se tinha escrito antes. Foi isto que aconteceu na decadência da cultura helênica e no século XV e está acontecendo hoje, de novo. Quando os homens são incapazes de ler e de escrever, parece que sua incompetência se revela na crítica exagerada que fazem das obras alheias. Um psicanalista entenderia isto como uma projeção patológica dos próprios defeitos em outra pessoa. Quanto menos somos capazes de empregar inteligentemente as palavras, mais reprovamos, nos outros, sua linguagem ininteligível. Podemos fazer tabus de nossos pesadelos lingüísticos, e até nos transformarmos em semânticos.

Pobres semânticos! Não sabem que impressão dão a si mesmos, quando

falam em todos os livros que não compreenderam. Nem a Semântica parece ter lhes sido útil, quando, depois de praticar os rituais todos, continuam a achar incompreensíveis tantas páginas. Não os ajudou a se transformar em melhores leitores do que eram, antes de pensarem que a palavra “Semântica” era mágica como "sésamo". Se, pelo menos, tivessem a elegância de admitir que a culpa não era dos grandes escritores do passado e do presente, mas deles, como leitores, teriam desprezado a Semântica ou procurado utilizá-la para aprender a ler. Se lessem um pouco melhor, descobririam que, no mundo, há mais livros inteligentes do que pensam. Porque, do ponto de vista deles, não há quase nenhum que se salve.

– 6 –

O fato de não serem geralmente praticadas as artes liberais, nem no colégio, nem fora dele, se revela por suas conseqüências: os alunos não aprendem a ler nem a escrever, e os professores não sabem como ajudá-los. Mas a causa desse fato e complicada e obscura. Para explicar de que modo tomamos o caminho em que estamos hoje, educacionalmente e culturalmente, seria talvez preciso fazer uma história cuidadosa dos tempos modernos, começando no século XIV. Vou me contentar em expor duas interpretações incompletas e superficiais do que aconteceu.

A *primeira* é que a ciência é a maior preocupação da idade atual. Não somente a veneramos, por todos os confortos e utilidades que promove e por controlar a natureza, como ficamos cativados por seu método, como elixir da sabedoria. Não vou procurar provar (embora julgue ser verdade) que o método experimental não e a chave mágica das mansões do conhecimento. O único ponto que quero realçar e que, sob tais contingências culturais, é natural* que a educação realce o pensamento e o aprendizado feito pelo cientista com o desprezo ou exclusão total de todos os outros.

Chegamos a desdenhar a aprendizagem que consiste em ser ensinado por outro, em favor da que consiste em fazer descobertas por nós mesmos. Como resultado, as artes próprias do primeiro tipo, de aprendizagem, como a leitura, são negligenciadas, enquanto florescem as artes da investigação empírica.

A *segunda* explicação se relaciona com a primeira. Na idade da ciência, que, progressivamente, descobre coisas novas e aumenta nossos conhecimentos todos os dias, temos a tendência de pensar que o passado não nos pode ensinar nada. Os grandes livros, que estão nas prateleiras de qualquer biblioteca, interessam apenas aos antiquários. Os que querem escrever a História de nossa

cultura que os leiam, mas nós, que só Procuramos conhecer a nós mesmos, às finalidades da' vida e da sociedade, e ao mundo da natureza em que vivemos – ou temos que ser cientistas, ou ler artigos de jornal sobre as mais recentes descobertas científicas.

Não precisamos nos dar ao trabalho de ler as grandes obras de cientistas mortos. Eles não nos podem ensinar nada. A mesma atitude se estende, logo, à Filosofia, a Moral, aos problemas políticos e econômicos, às grandes Histórias que se escreveram antes que se completassem as últimas pesquisas, e até ao campo da Critica literária. É paradoxal que desprezemos o passado, até nos setores que não empregam o método científico e que não podem ser afetados pelo conteúdo mutável das descobertas empíricas.

Uma vez que, em qualquer geração, só se escrevem poucos grandes livros, a maior parte deles pertencem, necessariamente, ao passado.

Depois de lermos os grandes livros do passado, logo deixamos de ler os do presente, e nos contentamos com comentários deles, de segunda ou de terceira mão. Mas, nisso tudo, há um circulo vicioso. Por causa de nossa preocupação com o momento presente e as últimas descobertas, deixamos de ler os grandes livros do passado. E porque não fazemos essa leitura, e não a julgamos importante, não nos damos ao trabalho de aprender a ler os livros difíceis. Nem conseguimos ler os grandes livros do presente, embora os admiremos à distancia e através dos sete véus da popularidade. A falta de exercício torna-nos inertes. Acabamos incapazes de ler, convenientemente, as boas vulgarizações.

O circulo vicioso é digno de ser visto mais de perto: Assim como vocês não podem se aperfeiçoar no tênis, se jogarem somente com adversários fáceis de bater, – não podem, também, aumentar sua habilidade em ler, a menos que se exercitem em alguma coisa que exija esforço e novos expedientes. Segue-se daí que, na proporção em que os grandes livros perderam seu lugar tradicional como fatores de aprendizado, tornou-se cada vez mais difícil ensinar os alunos a ler. Não se pode cultivar a habilidade deles, além do baixo nível da prática diária. Não se pode ensinar-lhes a ler bem, se não se exigir que utilizem a habilidade, em sua forma mais elevada.

Isto basta para o circulo vicioso que está se movendo numa só direção. Agora, na volta, descobrimos que não adianta procurar ler os grandes livros, com alunos que não foram preparados para a arte de ler, nem nos anos mais elementares, nem nos outros anos de sua educação. Foi o que prejudicou, em meus dias, o "Honors course" de Colúmbia, e, na certa, ainda está prejudicando os cursos similares que são dados lá, agora.

Num curso, que toma pequena parte do tempo do aluno, não se pode discutir os livros com ele, e, ao mesmo tempo, ensinar-lhe a lê-los. Isso e

especialmente verdade, se ele vem de cursos elementares e secundários que deram pouca atenção à habilidade de ler, mesmo em seus rudimentos, e se as outras aulas que esta tendo no colégio não fazem exigências, no que se refere ã habilidade de ler para compreender.

Esta foi nossa experiência aqui, em Chicago, também. Nesses últimos dez anos, eu e Hutchins estivemos lendo os grandes livros com os alunos. Em grande parte falhamos, se nossa finalidade foi dar a esses alunos uma educação liberal. Por um aluno liberalmente educado, um aluno que merece o grau de bacharel em artes liberais, entendo aquele que é capaz de ler bastante bem para ler os grandes livros, e que os tenha lido de fato. Se este e o padrão, nós o atingimos poucas vezes. A culpa pode ser nossa. sem dúvida, mas estou mais inclinado a crer que não poderíamos, num curso entre tantos outros, dominar a inércia e falta de preparo devidos ao ensino antecedente e atual.

A reforma do ensino deve começar muito antes do nível colegial e ser aplicado nesse nível mesmo para que a arte de ler seja bem desenvolvida e o tipo de leitura adequado ao tempo em que se confere o grau de bacharel. Antes que isso aconteça, o grau de bacharel há de continuar fantasiado das artes liberais, que lhe dão o nome. Não diplomaremos artistas liberais, mas inteligências formadas caoticamente e totalmente indisciplinadas.

Só conheço um colégio neste país que está procurando formar artistas liberais, no verdadeiro sentido da palavra. É o *St. John's College* de Anápolis, em Maryland. La se reconhece que os quatro anos devem ser passados ensinando os alunos a ler, a escrever, a contar e a fazer observações de laboratório, ao mesmo tempo em que lêem os grandes livros de toda espécie. Lá se compreende que não adianta procurar ler os livros, sem desenvolver todas as artes necessárias, e, também, que é impossível cultivar essas habilidades básicas, sem dar aos alunos o material conveniente para exercitá-las.

Há muitos obstáculos a transpor, no St.Jol1n's College, mas não há falta de interesse dos estudantes ou de vontade de fazer um trabalho que não é exigido por nenhum outro colégio de hoje. Os alunos não julgam que suas sagradas liberdades estejam sendo pisoteadas, só porque não tem a liberdade de escolha. O que se considera educacionalmente bom, é obrigatório. Eles se interessam e trabalham. Mas um dos maiores obstáculos é que os alunos vem para o St. John's, de ginásios que não lhes deram preparo algum. E outro obstáculo É a incapacidade do público americano, pais e educadores, em apreciar o que o Sr. John's procura fazer pela educação americana.

Este é o estado deplorável da educação americana de hoje, a despeito dos discursos e programas de alguns de seus líderes.

O reitor Butler tem escrito eloqüentemente, em seus relatórios anuais e em

outras publicações, sobre a importância de tais disciplinas intelectuais que se manifestam na boa leitura e escrita. Resumiu a verdade referente à tradição do aprendizado, num simples parágrafo:

> "Só o estudioso pode ver a raridade de pensamentos e expressões novas no mundo moderno. Foi imenso o triunfo dos gregos e romanos e dos grandes pensadores medievais ao sondarem quase todos os problemas que a natureza humana apresenta, e ao interpretar o pensamento e as aspirações do homem, com espantosa profundidade e intuição. Infelizmente, esses fatos importantes que deviam ser controlados na vida de qualquer povo civilizado, são conhecidos de poucos, enquanto que a maioria vê toda a atração da novidade, ou numa mentira antiga e comprovada ou numa verdade, também antiga e também comprovada."

A maioria não precisava ser assim infortunada, se os ginásios e colégios a treinassem na leitura e a fizessem ler os livros que constituem sua herança cultural. Mas isso não se faz, nem em Colúmbia, ou Harvard, em Princeton, Yale ou Califórnia. Não se faz nem em Chicago, onde o reitor Hutchins foi mais falado do que o próprio Dr. Butler, e mostrou-se indiscutivelmente explicito no seu plano de reforma do currículo colegial, de modo a que se atingissem os fins da educação liberal.

Por quê? Há muitas causas, as menores das quais não são tão familiares como a inércia dos interesses particulares; a insistência de muitos professores de colégio na perícia em algum campo de pesquisa especializada, mais do que na educação geral ou liberal; um engrandecimento indevido do método científico e de suas últimas descobertas. Outra causa e, certamente, uma apatia generalizada no tocante a esse assunto todo, uma apatia que parece vir de uma igual falta de compreensão do que esta em jogo. Muitas vezes duvidei de que a situação pudesse ser mudada, antes de os professores aprenderem a ler os grandes livros, para ler, não somente os poucos que pertencem a sua roda acadêmica, mas todos eles.

– 7 –

A situação que acabo de descrever existe, não somente no colégio, como fora dele também. O público paga pela educação; deve ficar satisfeito com o que recebe ._ O único modo de explicar sua apatia em não se revoltar é que ele não se importa com isso, ou não vê onde está o erro. Não posso admitir a primeira hipótese. A segunda e mais plausível. Um sistema educacional e a cultura em que existe tendem a perpetuar-se reciprocamente.

Há também aqui um circulo vicioso. Talvez possa ser destruído pela

educação dos adultos, informando-os do que ha de errado nos colégios que freqüentaram e para onde mandam seus filhos. Uma das primeiras providências a tomar é fazê-los apreciar as vantagens de uma educação liberal que tivesse como objetivo a habilidade em ler e escrever e o aproveitamento dos livros que lessem. Para mim, é melhor sobrepujar sua indiferença do que dirigir-me a certos colegas meus na tarefa educacional.

Que o grande público seja também apático quanto à leitura, não há dúvida. Vocês sabem disso, e não precisam ser informados. Os publicistas também o sabem. Talvez interessasse conhecer o que dizem eles de vocês, do grande público e de seu negocio. Eis aqui um se dirigindo aos colegas, em seu jornal comercial.

Começa afirmando que “os recém-formados do colégio que não sabem ler constituem a maior acusação contra os métodos educacionais americanos e um desafio constante aos editores e livreiros do país. Grande número deles não sabem ler; mas são muito mais numerosos aqueles cuja profunda indiferença pela leitura poderia ser descrita como uma doença da profissão”.

Ele aponta o mal: “Os alunos aprendem com professores que são, também, vitimas do mesmo processo educacional, e que abertamente ou no subconsciente manifestam sua versão pela leitura desinteressada. Em vez de nos batermos pela continuação do estudo (como um aluno animado, que olha em sua frente uma vida inteira de aprendizado e leitura *depois* da escola) – formamos um bacharel imaturo, que nem chega a ser adulto e foge da educação como de uma praga.”

Lembra aos editores e livreiros seu dever, que o persuadir a nação a voltar aos livros. E conclui assim:

> “Se os cinco milhões de licenciados deste país aumentassem seu tempo de leitura, nem que fosse de 10%, os resultados seriam formidáveis. Se as pessoas alterassem seu alimento intelectual ou carregassem sua bateria mental com a mesma regularidade com que mudam o óleo do motor, cada 1.000 milhas, ou substituem as cartas de jogo usadas, haveria uma renascença do ensino em nossa republica... Como estão as coisas, não somos uma nação de leitores, Chafurdamos nas revistas e nos intoxicamos com os filmes... Há pessoas que se extasiam diante de espetaculares best-sellers, como o *Esboço da História Universal,* a *Historia da Filosofia, A Arte de Pensar* ou *O Mundo em que Vivemos* de Van Loon – livros que se venderam as centenas de milhares e, algumas vezes, atingiram a um milhão de leitores. „Não basta!' é o meu comentário. Vejo os números das estatísticas e observo a apatia intelectual de muitos homens de colégio e exclamo: „Esperem, até que os licenciados comecem a ler.“ Aplaudo o conselho de Walter B. Pitkin a seus alunos: „Não vendam seus livros, e guardem seus diplomas. Vendam seus diplomas, se encontrarem quem os compre, mas guardem seus livros.“ Para o cumulo, muitos homens e mulheres utilizam seus títulos de colégio, como uma licença oficial para se „estabelecerem“ entre os

> intelectuais, sanção social que lhes permitisse não pensar seus próprios pensamentos nem comprar seus próprios livros.”

Outro editor fala nos “milhões de pessoas que sabem ler e que lê em jornais e revistas, mas nunca um livro”. Acha que elas poderiam ser induzidas a ler os livros, se esses fossem feitos como os artigos de revista – curtos, simples e imaginados, em geral, para aqueles que gostam de correr, enquanto lêem. Esse empreendimento, chamado *The People’s Library*, e descrito como “um esforço cientifico para aumentar a leitura de livros sérios”, parece em desacordo com sua própria intenção. Não podemos elevar o povo descendo ao seu nível. Porque, se isso acontecer, lá ficaremos, já que é mais fácil para ele, do que subir até nós.

Não é tornando os livros menos livros, mas fazendo das pessoas melhores leitores, que a mudança pode se efetuar. O plano que se esconde atrás da “The People“s Library” é um pretexto para a situação que seus patronos estio procurando remediar. Assim como os que estão em Harvard se queixam das escolas excessivamente rígidas, sem compreender que a maneira de evitar esse mal é levar o ensino de Harvard acima do nível das escolas rígidas que, por enquanto, preparam os alunos para o exame com mais eficiência do que a faculdade.

Os editores não se preocupam tanto com a leitura dos grandes livros como com as novidades que gostariam de publicar se encontrassem leitores para elas. Mas sabem – ou, pelo menos, deviam saber – que essas duas coisas se relacionam. A habilidade em ler para compreender, e, por conseguinte, o desejo de o fazer, e condição *sine qua non* de qualquer leitura seria. Talvez seja porque a seqüência causal se manifesta de um modo ou outro. Começando com os livros correntes, o leitor pode chegar aos grandes, ou vice- -versa. Estou certo de que o leitor que lê um, há de eventualmente ler o outro. Apostaria ate que a probabilidade de ele ler ambos é maior, se já leu um grande livro inteiro e com habilidade suficiente para utilizar sua maestria sobre o assunto.

– 8 –

Tudo isso foi uma longa Jeremiada. Houve muito choro e ranger de dentes, sobre o estado em que se encontra o país. Já que vocês não gostam das palavras, podem perder a esperança de um “new deal”, ou dizer como os pessimistas: “Foi sempre assim.” Quanto a isso discordo. Houve tempo, na Historia européia, em que o nível de leitura era mais elevado do que é agora.

Na baixa Idade Media, por exemplo, existiram homens que liam melhor do que os melhores leitores de hoje. Por outro lado, é verdade que poucos

homens sabiam ler, que havia poucos livros, e que esses homens dependiam da leitura como fonte de aprendizado, mais do que nós. O fato, entretanto, É que dominavam os livros de valor, como nos não dominamos nada, hoje em dia. É provável que não respeitemos livro algum, como eles respeitavam a Bíblia, o Alcorão ou o Talmude: um texto de Aristóteles, um diálogo de Platão, ou as *Institutas* de Justiniano. De qualquer modo, desenvolveram a arte de ler a um ponto que não foi por ela atingido, nem antes, nem depois.

Devemos acabar com nossos tolos preconceitos sobre a Idade Média, e considerar os homens que escreveram exegeses das Escrituras, explicações de Justiniano, e comentários de Aristóteles, como os mais perfeitos modelos da arte de ler. Essas explicações e comentários não eram nem condensações, nem resumos. Eram leituras analíticas e interpretativas de um texto de valor. Na verdade, poderia confessar que muito do que sei sobre leituras, aprendi examinando os comentários medievais. As regras que vou aconselhar são simplesmente uma fórmula do método que segui, ao observar o professor medieval lendo um livro com seus alunos.

Comparada com o esplendor dos séculos XII e XIII, a era atual se parece muito mais com a idade das trevas dos séculos VI e VII. Então, as bibliotecas tinham sido queimadas ou fechadas. Havia poucos livros de valor e menos leitores ainda. Enquanto que hoje há mais livros e bibliotecas do que nunca, na História da humanidade. De um certo modo, também, há mais homens capazes de ler. Mas, na verdadeira acepção do termo, isto não é exato. Tratando-se de ler, para compreender, as bibliotecas poderiam ser fechadas e as tipografias destruídas.

Mas, dirão, estamos vivendo numa era democrática. É mais importante que muitos homens saibam ler um pouco, do que poucos ler muito. Há alguma verdade nisso, mas não toda a verdade. A participação real nos processos democráticos de autodeterminação exige maior cultura, do que a que vem sendo dada à maioria.

Em vez de comparar o presente com a baixa Idade Média. Façamos a comparação com o século XVIII, porque, à sua moda, foi um período de cultura que nos legou um alto padrão. A democratização da sociedade já tinha começado. Os líderes do movimento, neste e noutros países, tinham sido liberalmente educados, o que não acontece com nenhum licenciado de colégio. Os homens que escreveram e ratificaram a Constituição sabiam ler e escrever.

Tornando-se mais disseminada a educação pública do que no século XVIII, não precisava se tornar menos liberal, por ser mais universal. O mesmo tipo de educação – para a liberdade, através da disciplina – que capacitou a democracia a criar raízes neste pais, pode ser adquirido de novo, em qualquer

nível, e para todos os elementos da população, se suas flores forem protegidas dos vendavais da violência, que se desencadeiam no mundo atual.

Tudo o que vocês têm a fazer é ler as obras de John Adams e Thomas Jefferson, de Hamilton, Madison e Jay, para saber que eles podiam ler e escrever melhor do que nos ou nossos lideres. Se olharem o currículo dos colégios coloniais, talvez percebam a razão disso. Descobrirão que se dava, outrora, uma educação liberal neste país. Verdade que nem todos recebiam tal educação liberal. A democracia não tinha amadurecido, a ponto de poder disseminar a educação pelo povo todo.

Mesmo hoje, tem-se que admitir que uma parte da população seja orientada vocacionalmente, enquanto que outra venha sendo liberalmente educada. Porque mesmo a democracia deve ter chefes, e sua salvaguarda depende do calibre e liberalismo deles. Se não quisermos chefes que se ufanem de pensar com seu sangue, é melhor que eduquemos e, mais do que isso, que cultivemos um respeito pelos que pensam com suas mentes, mentes libertadas pela disciplina.

Um ponto ainda. Há muito falatório, hoje em dia, entre os educadores liberais que temem a volta do fascismo, através dos perigos da arregimentação e da doutrina. Já afirmei que muitos deles confundem disciplina com rigor prussiano e passo de ganso. Confundem a autoridade que não é senão a voz da razão, com autocracia ou tirania. Mas o erro que fazem a respeito da doutrinação é mais triste. Como muitos de nós, não sabem o que significa docilidade.

Ser dócil é ser maleável. E, para isso, a pessoa tem de possuir a arte de aprender e praticá-la ativamente. Quanto mais ativa é uma pessoa ao aprender com um professor, morto ou vivo, e quanto mais arte utiliza quem ensina, tanto mais dócil é essa pessoa. A docilidade, em suma, é o posto de passividade e credulidade. Aqueles que perdem a docilidade – os alunos que dormem durante as aulas – são os mais fáceis de serem doutrinados. Perdendo a arte de aprender, seja ela habilidade de ouvir ou ler, não sabem como ser ativos, ao receber o que lhes é comunicado. Dai, ou eles não recebem nada, absolutamente, ou o que recebem, absorvem sem criticar. Desprezando os três R no começo e as artes liberais quase completamente, no fim, nossa educação contemporânea é, essencialmente, antiliberal. Nossos alunos são alimentados com todas as espécies de preconceitos locais e papas mastigadas. Engordados assim, são como um trapo nas mãos dos demagogos. Sua resistência à autoridade superficial, que nada mais É do que a imposição de uma opinião, diminuiu. Eles chegarão até a acreditar na propaganda insidiosa dos cabeçalhos de certos jornais.

Mesmo quando as doutrinas que impõem são democráticas, os colégios não cultivam o julgamento livre, porque abandonaram a disciplina. Deixam os

alunos inermes diante da doutrinação oposta de oradores mais poderosos ou, o que é pior, diante do domínio de suas más paixões.

Nossa educação é mais demagógica do que democrática. O aluno que não aprendeu a pensar criticamente, que não foi levado a respeitar a razão como único árbitro da verdade nas generalizações humanas, que não foi conduzido para fora dos becos-sem-saída das gírias e senhas locais, não será salvo pelo orador da sala de aula. Mas sucumbirá diante do orador da praça pública ou da imprensa.

Para nos salvarmos, devemos seguir o preceito do *Book of Common Player*: “Leia, grave, aprenda e assimile interiormente.”

CAPÍTULO VI

“Da auto-suficiência”

– 1 –

Agora todas as minhas cartas estão na mesa. Vocês sabem que tenho um motivo ulterior escrevendo um livro que procura ensinar as pessoas a ler. Durante anos, observei o círculo vicioso que perpetua esse estado de coisas, e esforcei-me por saber como destruí-lo. Pareceu não haver esperança. Os professores de hoje foram educados pelos de ontem e educam os de amanhã. E o publico atual aprendeu nos colégios ele ontem e de hoje. Não se pode pretender que os colégios mudem, amanhã.. Não se pode pretender que façam exigências, se não vêem, intimamente, como resultado de sua própria experiência, a diferença entre a verdadeira educação e todas as imposturas correntes. Este “se” é a chave do problema. Por que não são eles resultado da experiência do povo, em vez de deixá-lo acreditar no que se diz e em todas as disputas que se ferem entre peritos?

Não era impossível isso. Se fora do colégio e depois dele, as pessoas conseguissem adquirir um pouco da educação que não adquiriram no colégio, poderiam ter a tentação de acalmar com o sistema escolar. E teriam a educação que não tiveram, se soubessem ler. Vocês estão seguindo este raciocínio? O circulo vicioso seria destruído, no ponto em que eles realmente soubessem que tipo de cultura gostariam que seus filhos adquirissem. Todas as frioleiras habituais dos educadores não os desviariam de seu caminho.

Quem não se ajuda, não pode aprender a ler nem adquirir habilidades que com isso se relacionem. O auxílio que eu, ou qualquer outra pessoa, ofereça é insuficiente. No máximo, uma orientação remota. Consiste em regras, exemplos, conselhos de várias espécies. Mas vocês devem querer *receber* os conselhos e *seguir* as regras. Não podem ter nada, além do que vocês mesmos tomaram. Portanto, meu plano não se realizará, sem a cooperação de vocês, desde o principio. Urna vez que comecem a ler, deixarei a natureza seguir seu curso e guardarei segredo sobre os resultados finais.

Tenho a convicção intima de que qualquer pessoa que experimentasse a educação, pela qual se debate Hutchins e que o St. John‟s College procura dar, havia de desejá-la para os outros. E, certamente, para seus filhos. Não e paradoxal que a oposição mais violenta ao programa seja feita pelos educadores profissionais que parecem os menos influenciados, em sua própria vida, por esse tipo de educação.

Há mais coisas do que a reforma educacional em jogo. A democracia e as instituições liberais que veneramos neste país, desde sua fundação, estão na balança, também. Quando Walter Lippmann publicou um livro sobre a “Educação dos Fundadores da República", surpreendeu-se que "os homens que fizeram 0 mundo moderno tivessem sido educados de uma maneira tão antiquada". A maneira tão antiquada são as artes da leitura e da escrita e a arte de ler os grandes livros.

Lippmann, que fez um curso brilhante em Harvard, atribuiu seu espanto ao fato de nunca ter desafiado os modelos de sua geração. Diga-se em seu abono, entretanto, que, desde que deixou Harvard, leu muitos grandes livros. Isso tem certo peso em sua observação:

> “Comecei a pensar que era muito significativo que homens assim educados tivessem fundado nossas literaturas, e que nós, que não somos educados desse modo, as estejamos malbaratando, com risco de perdê-las. Passei. aos poucos, a acreditar que esse fato e a chave para o enigma de nossa época, e que os homens estão deixando de ser livres, porque não estão sendo educados nas artes dos homens livres.”

Percebem por que razão acho que a leitura tem dinamite, não apenas para destruir o sistema escolar, mas para garantir a proteção de nossas liberdades?

– 2 –

Hesitei um pouco, antes de falar na auto-suficiência. E hesitei mais ainda, antes de escrever este livro, porque tenho o que poderia ser chamado de preconceito irracional quanto a livros de auto-suficiência. Sempre me pareceram como conselhos de bula de remédio.

Se vocês tomaram isso ou aquilo em doses pequenas ou regulares, ficarão livres de todos os males. O mundo se salvará. Isto é, vocês. Tudo depende de vocês. Na minha serenidade acadêmica, me encontrava acima e além dessas ridículas invenções. Quando vocês escrevem para seus iguais em cultura, não fazem tais insinuações, talvez porque não pensem que eles hão de ajudar-se a si mesmos.

Duas coisas fizeram com que eu caísse da torre. Em primeiro lugar, talvez houvesse sossego lá, mas depois que vocês viram a hipocrisia e a mentira que perpetuam a serenidade, esse sossego ficou parecido com a apatia que, algumas vezes, invade o hospício. Em segundo lugar, vi os resultados da educação dos adultos. O que não é difícil. E qualquer pessoa que trabalhou nessa educação sabe que eles devem recorrer à auto-suficiência. Não há monitores que os obriguem ao trabalho. Não há exames, nem títulos, nada da disciplina exterior. A pessoa que aprende qualquer coisa fora do colégio é autodisciplinada. 'Trabalha para engrandecer-se aos próprios olhos e, não, para subir no conceito dos outros.

Só há uma advertência a acrescentar, para manter, honestamente, o modo de proceder. Esses livros de auto-suficiência, que prometem mais do que podem dar, são ridículos. Nenhum livro, já o afirmei, pode orientá-los na aquisição de uma habilidade, com tanta eficiência quanto um preceptor ou professor que os agarra pela mão, conduzindo-os através dos impulsos.

Vou estabelecer, agora, de um modo simples e breve, as condições sob as quais vocês podem, efetivamente, ajudar-se a si mesmos. Quem possui uma arte ou habilidade, adquiriu o hábito de agir de acordo com determinadas regras. Na verdade, o artista ou o artífice de qualquer especialidade difere assim dos que não tem sua habilidade. Ele tem um hábito que os outros não têm. Vocês sabem o que quero dizer, aqui, com hábito. Não quero dizer adição de drogas. A habilidade que vocês revelam ao jogar golfe ou tênis, ao guiar um carro ou ao cozinhar uma sopa, e um hábito. Vocês o adquiriram realizando os atos que constituem o empreendimento todo.

Não há outra maneira de formar um hábito de procedimento, a não ser procedendo. É isto que significa afirmar que uma pessoa aprende a fazer, fazendo. A diferença de atividade, antes e depois de vocês terem formado um hábito, refere-se a facilidade e rapidez.

Vocês podem fazer a mesma coisa muito melhor do que quando começaram. É isto que significa dizer que a prática leva a perfeição. O que vocês fazem imperfeitamente, no começo, chegarão, gradual- mente, a fazer com a perfeição quase automática de uma execução instintiva. É como se tivessem nascido fazendo-o. Uma atividade tão natural como andar ou comer. É isto que significa dizer que o habito É uma segunda natureza.

Uma coisa é evidente. Conhecer as regras de uma arte, não é o mesmo que ter o habito de praticá-la. Quando dizemos que um homem tem uma habilidade qualquer, não afirmamos que ele conhece as regras de fazer determinada coisa, mas que possui o hábito de fazê-la. Verdade que para se adquirir a habilidade é necessário conhecer as regras, mais ou menos explicitamente. Não se pode seguir regras desconhecidas. Nem adquirir um hábito artístico – qualquer ofício

ou habilidade – sem seguir as regras. A arte, como alguma coisa que pode ser ensinada, consiste em regras a serem seguidas durante o processo. A arte, como alguma coisa que pode ser aprendida e possuída, consiste no habito que resulta de agir em conformidade com as regras.

Tudo o que eu disse até agora sobre a aquisição de habilidade, pode ser aplicado a arte de ler. Mas há diferença entre a leitura e as outras habilidades. Para adquirir uma arte, é preciso conhecer as regras, e segui-las. Mas não É preciso compreendê-las sempre ou, pelo menos, na mesma proporção. Assim, ao aprender a guiar um carro, vocês precisam conhecer as regras, mas não os princípios da mecânica automobilística, que as justificam. Por outras palavras, *compreender* as regras *é conhecer mais do que eles*. É conhecer os princípios científicos que são sua base. Se vocês querem ser tão capazes de consertar o carro, quanto de guiá-lo, precisam conhecer os princípios mecânicos e compreenderão as regras melhor do que muita gente. Se, para a aprovação de um chofer, fosse necessário que ele compreendesse as regras, a indústria automobilística sofreria um baque, que faria com que ela parecesse uma burla.

A razão dessa diferença entre a arte de ler e a de guiar automóvel é que uma delas é mais intelectual, enquanto que a outra é mais manual. Todas as regras de arte obrigam a mente à atividade que governam; mas a atividade não precisa ser, essencialmente, uma atividade da mente, como é a leitura. A leitura e a escrita, a pesquisa científica e a composição musical são artes intelectuais. Eis por que é mais necessário que seus praticantes não só conheçam, mas julguem compreensíveis as regras.

É mais necessário, mas não é rigorosamente indispensável. Talvez seja melhor dizer que é uma questão de intensidade. Vocês precisam ter uma certa compreensão da arte da leitura, se pretendem criar um hábito de sua pratica intelectual. Mas não precisam compreende-la perfeitamente. Se a compreensão completa fosse essencial, este livro seria um embuste. Para compreender perfeitamente as regras da leitura, vocês tinham que conhecer, como mestres, as ciências da Gramática, da Retórica e da Lógica. Assim como o conhecimento da mecânica automobilística subentende as regras para guiar e consertar um carro, assim as ciências liberais que acabo de citar subentendem as regras da arte liberal que governam a leitura e a escrita.

Vocês talvez tenham observado que, às vezes, falo das artes de ler e escrever como de artes liberais, e, às vezes, digo que as artes liberais são a Gramática, a Retórica e a Lógica. No primeiro caso, estou me referendo as operações a que as regras nos levam para realizá-las bem: no ultimo, estou me referindo as próprias regras que governam tais operações. Mais do que isso, o fato de serem a Gramática o a Lógica consideradas ciências as vezes e, as vezes,

artes, significa que as regras prescritas pelas artes podem se tornar inteligíveis graças a princípios que subentendem as regras discutidas pela ciência.

Seria preciso um livro dez vezes maior do que este para explicar as ciências que tornam compreensíveis as artes de ler e escrever. Se vocês começarem a estudar as ciências, com o objetivo de compreender as regras e formar os hábitos, é provável que nunca atinjam essas regras, nem formem esses hábitos. É isso que acontece com muitos lógicos e gramáticos que passaram a vida estudando as ciências. Não sabem ler, nem escrever. Eis por que os cursos de Lógica, como ciência, mesmo sendo obrigatórios, não enganariam aos alunos. Conheço muitos deles que. Depois de anos de verdadeira devoção à ciência da Lógica, não conseguem ler nem escrever direito. A verdade ó que não conhecem as regras da arte e, muito menos, o hábito de agir corretamente, de acordo com elas.

A solução para esse problema é clara. Devemos começar pelas regras – preceitos que regulam direta e intimamente os atos que devemos realizar, para ler bem. Vou procurar tornar as regras tão inteligíveis quanto possível numa ligeira discussão, mas não entrarei nas dificuldades e sutilezas da Gramática cientifica ou da Lógica. Basta vocês saberem que há muito mais coisas sobre as regras do que as que vocês procuram aprender neste livro, e que quanto mais conhecerem seus princípios básicos, tanto mais facilmente hão de compreendê-las. Se aprenderem a ler, lendo este livro, e provável que sejam capazes de ler livros sobre as ciências da Gramática, da Retórica e da Lógica.

Estou persuadido de que este é um bom procedimento. Talvez não seja geralmente assim, mas deve ser, no caso da leitura. Se vocês não sabem ler muito bem para começar, não podem aprender como fazê-lo, lendo livros científicos de Gramática e Lógica, porque não os podem ler bastante bem para compreendê-los em sua essência, ou para fazer aplicações práticas, formulando negras de proceder, para si próprios. Esse aspecto de nosso empreendimento remove qualquer possibilidade de desonestidade ou pretensão. Sempre procurarei avisá-los, se minha explicação de uma regra for superficial ou inadequada, o que necessariamente ocorrerá algumas vezes.

Tenho que preveni-los contra um fato ainda. Vocês não aprenderão a ler, só porque leram este livro, assim como não aprendem a guiar, só porque folhearam o manual do chofer. Compreendem, estou certo, que a prática é necessária. Mal talvez pensem que podem desempenhar bem essa tareia de ler, logo que conhecerem as regras. Se pensam assim, hão de ficar desapontados. Estou prevenindo, porque tais insucessos podem levá-los a abandonar o empreendimento, em desespero.

Não peguem a lista de regras numa dais mãos e o livro a ser lido na outra,

procurando agir como se já possuíssem a habilidade. Isso seria tão perigoso para a saúde mental de vocês, como para sua integridade física entrar num carro com o volante numa das mãos e o manual do chofer, na outra. Em ambos os casos, a operação que, primeiro, e rústica, desconjuntada e aborrecida, torna-se graciosa e aprazível, fácil e agradável, depois de muitas horas de prática. Se, a principio, vocês não progridem, as recompensas da prática devem induzi-los a tentar de novo.

Aaron Copland escreveu, recentemente, um livro denominado *What to Listen for in Music*. Em seu parágrafo inicial fez as seguintes considerações:

> "Todos os livros que tratam da compreensão da música estão de acordo num ponto: não e possível apreciar melhor a arte, só pelo fato de se ter lido um livro sobre ela. Se vocês querem compreender música, o que há de melhor a fazer e ouvi-la. Não há o que possa substituir isso. Tudo que eu disser neste livro, baseia-se numa experiência que vocês só adquirem fora dele. Portanto, estarão, provavelmente, perdendo seu tempo com esta leitura, a menos que tornem a firme resolução de ouvir mais músicas do que o fizeram até agora. Todos nós, profissionais ou não, procuramos sempre aumentar nossa compreensão da arte. Um livro nos ajuda, às vezes. Mas nada substitui a primeira consideração – ouvir música."

Troquem "música" por "livros", "ouvir" por "ler" – e terão a primeira e a última palavra de conselho, no que se refere ao emprego das regras que vou discutir. Aprender as regras pode ajudar, mais nada substitui a primeira consideração, que é ler os livros.

Vocês podem perguntar: Como saberei se estou, realmente, seguindo as regras, enquanto leio? Como posso dizer se estou, realmente, fazendo o esforço necessário para evitar a leitura passiva ou imperfeita? Quais são os sinais que indicam o meu progresso em ler mais inteligentemente?

Há muitas maneiras de responder a essas perguntas. Por um lado, vocês deviam ser capazes de dizer se estão adquirindo a confiança que vem da compreensão de alguma coisa, que lhes pareceu, a principio, ininteligível. De outro lado, se conhecem as regras, podem controlar sempre a leitura, como podem tirar a prova de uma soma qualquer. Das etapas que a regra prescreve, quantas percorreram vocês? Podem medir suas realizações, baseando-se na técnica que empregaram ao ler um livro melhor do que vocês, e por meio do qual vocês se elevam ao nível dele.

O sinal mais evidente de que realizaram o trabalho de ler é o *cansaço*. A leitura-leitura produz uma atividade mental intensa. Se vocês não ficam cansados, é provável que não tenham realizado esse trabalho. Longe de ser passiva e frouxa, sempre julguei a leitura, por mais insignificante que fosse, uma

ocupação árdua e ativa. Freqüentemente, não consigo ler mais do que umas poucas horas de cada vez, e é raro que leia muito nesse tempo. É, para mim, um trabalho difícil e vagaroso. Pode haver pessoas que leiam rapidamente e bem, mas eu não sou delas. A questão de velocidade não se discute. listou certo de que é um assunto em que os indivíduos diferem. O que se discute é a atividade. A mente não se nutre com uma leitura passiva. Torna-se mata-borrão.

– 3 –

De acordo com meus próprios padrões de boa leitura, não acho que tenha lido muitos livros. Não há dúvida que grande número deles me forneceram informações. Mas não procurei esclarecimento em muitos. Reli alguns desses, por diversas ocasiões, o que foi mais fácil do que a leitura original. Talvez vocês percebam aonde quero chegar, se lhes disser que, agora, não leio para compreender mais de l0 livros por ano – isto é, livros que nunca tinha lido antes. Não tenho mais o tempo que tinha antigamente. Sempre foi e continua a ser meu trabalho mais penoso. Raramente o faço na sala-de-estar, numa cadeira-preguiçosa, com medo de cair na moleza ou, até, de dormir. Prefiro sentar-me a escrivaninha, quase sempre com um lápis em punho e um bloco ao lado.

Daí, outro sinal pelo qual vocês podem saber se estão realizando o trabalho de ler. Não só se cansam, como revelarão de algum modo sua atividade mental. Em geral o pensamento se exprime, abertamente, pela linguagem. Os homens tendem a verbalizar as idéias, dúvidas, dificuldades, raciocínios que ocorrem no curso do pensamento. Se vocês estiverem lendo, na certa que pensaram; há alguma coisa que podem exprimir em palavras. Uma das razões que me fazem julgar a leitura como um processo lento é que procuro gravar os poucos pensamentos que me ocorrem. Não posso passar para a página seguinte, se não escrever o que penso desta.

Há pessoas que utilizam a memória de tal maneira, que não precisam se amolar com notas. Ainda uma vez, isso depende das diferenças individuais. Acho mais eficiente não sobrecarregar minha memória enquanto leio e utilizar as margens do livro ou um pedaço de papel. O trabalho da memória pode e deve ser feito mais tarde. Mas penso que é melhor não deixar que ele interfira com o trabalho de compreender, que constitui o momento principal da leitura. Se vocês são como eu – e não como os que conseguem ler e gravar, ao mesmo tempo – podem afirmar se leram ativamente, pelo seu lápis ou papel.

Há pessoas que gostam de anotar na capa ou nas últimas paginas do livro. Pensam, como eu, que isto evita o trabalho de uma leitura extra, para redescobrir

os principais pontos que pretendiam guardar. Vocês custarão mais a emprestar seus livros, se os anotarem ou se escreverem em suas últimas páginas. Eles se tornaram documentos de sua autobiografia intelectual e vocês não gostarão de cofiá-los a ninguém, exceto ao melhor dos amigos. É raro que eu me confesse, mesmo a amigos. Mas o ato de fazer anotações enquanto se lê é tão importante, que vocês não devem .se intimidar de escrever num livro, levando em conta possíveis conseqüências sociais.

Se, pela razão acima ou por outra qualquer, vocês têm preconceitos que os impedem de marcar um livro, utilizem-se de um bloco. Se estiverem lendo um livro emprestado, serão obrigados a fazer isso. Neste caso há o problema de guardar suas notas para referencias futuras, na presunção de que fizeram un1 resumo significativo do que leram. Acho que escrever no próprio livro é o processo mais eficiente e satisfatório, durante uma primeira leitura, embora seja, muitas vezes, necessário fazer anotações mais extensas em fichas separadas. Isso e indispensável, se vocês estão organizando um sumário cuidadoso do livro.

Qualquer que seja o método que adotarem, podem medir sua capacidade de leitura examinando que notas tomaram durante o tempo em que leram um livro. Não se esqueçam, aqui, como sempre, que há alguma coisa mais importante que a quantidade. Assim como há leitura há anotação e anotação. Não estou recomendando o tipo de notas que muitos alunos tomam durante as aulas. Não são documentos de raciocínio. Quando muito, constituem uma transcrição aplicada. Tornou-se mais tarde a ocasião para o que foi bem descrito como “um *burro* legalizado e um plágio estudantil”. Quando são jogados fora, depois dos exames, não se perde nada. A anotação inteligente é, talvez, tão difícil quanto à leitura inteligente. Na verdade, uma deve ser o reflexo da outra, se as notas que se tomam enquanto se lê são o resultado do raciocínio.

Cada operação diferente na leitura exige um novo passo no pensamento, e, assim, as notas feitas nos vários estágios deste processo, exprimem a variedade de atos intelectuais realizados. Se uma pessoa procura aprender a estrutura de um livro, pode fazer varias tentativas de resumo de suas partes principais, antes de contentar-se com a apreensão do todo. Resumos esquemáticos e diagramas de todos os tipos são úteis para separar os pontos principais dos secundários ou tangenciais. Quem pode e quer marcar um livro deve sublinhar as palavras e sentenças importantes, à medida em que forem surgindo. Mais do que isso, deve anotar as mudanças de significado, enumerando as páginas em que as palavras importantes são usadas, sucessivamente, em sentidos diferentes. Se o autor parece se contradizer, deve-se fazer alguma anotação nos lugares em que essas inconseqüências ocorrem, marcando o contento para possíveis indicações de ser a contradição apenas aparente.

Não adianta continuar citando a variedade de anotações ou marcas que podem ser feitas. Serão tantas, quantas são as coisas a fazer, no correr da leitura. O que interessa, aqui, é simplesmente, se vocês estão fazendo o que devem com as notas ou marcas que acompanharam sua leitura.

Talvez seja útil dar um exemplo de anotação. Se eu estivesse lendo os primeiros capítulos deste livro, poderia fazer o seguinte diagrama para esclarecer os significados de “ler” e "aprender", e para relacioná-los um com o outro e com outras coisas:

Tipos de leitura:

I – Para divertimento.
II – Para conhecimento.

A – Para aprender.
B – Para compreender.

Tipos de aprendizado:

I – Pela descoberta: sem professores.
II – Pelo ensino: com professores.

A – Por professores vivos: aulas: ouvindo.
B – Por professores mortos: livros: lendo.

Portanto a Leitura II (A e B) é igual ao Aprendizado II (B)
Mas os livros também são de tipos diferentes:

Tipos de livros:

I – Resumos e repetições de outros livros.
II – Comunicações originais.

E conclui-se que:

A Leitura II (A) se refere mais intimamente aos Livros I.
A Leitura II (B) se refere mais intimamente aos livros II.

Um esquema assim me daria uma compreensão de algumas das principais distinções feitas pelo autor. Enquanto lesse, estaria na minha frente, para ser completado, à medida em que o autor prosseguisse nas distinções, e para concluir as premissas que estabeleceu, baseado nessas distinções. Assim, por exemplo, a distinção entre os professores primários e secundários podia ser acrescentada, relacionando-os com os dois tipos de livros.

– 4 –

Podemos agora entrar na segunda parte deste livro, em que serão discutidas as regras da leitura. Se vocês examinaram o índice, cuidadosamente, antes de começar, sabem o que os espera. Se são como muitos leitores que conheço, não deram atenção nenhuma ao Índice, ou, quando muito, passaram os olhos por ele. Mas os Índices são como os mapas. Tão úteis na primeira leitura de um livro, quanto um guia de ruas em lugares estranhos.

Suponha-se que vocês olhem de novo o Índice. O que encontrarão? Que a primeira parte deste livro, que terminaram agora, e uma discussão geral sobre a leitura; que na segunda só se trata das regras; e que na terceira considera as relações entre a leitura e outros aspectos da vida de uma pessoa. (O Prefácio também dita isso.)

Podem até deduzir que, na segunda parte, cada um dos capítulos, exceto o primeiro, tratará da exposição e explicação de uma ou mais regras, com exemplos de sua prática. Mas, pelos títulos desses capítulos, não poderão dizer de que modo estão as regras agrupadas em sub-regras e quais são as relações mútuas das várias regras subordinadas. Este será o assunto a ser esclarecido no primeiro capítulo da segunda parte. Mas posso dizê-lo aqui. Os diferentes grupos de regras se relacionam com as diferentes maneiras pelas quais um livro pode ser abordado: considerando-o uma complicada estrutura de partes, com uma certa unidade de organização; considerando seus elementos lingüísticos, e considerando a relação entre o autor e o leitor, como se estivessem conversando.

Finalmente, vocês podem ter interesse em saber que há outros livros sobe leitura, e as relações que tem com este. I. A. Richards escreveu um grande livro, ao qual já me referi, chamado *Interpretation in Teaching*. Refere-se, de preferência, às regras do segundo tipo, acima descritas, e pretende ir muito além deste livro, nos princípios da Gramática e da Lógica. O professor Tenney de Cornell, que também já foi citado, escreveu, recentemente, um livro denominado *Intelligent Reading*, que estuda as regras do segundo tipo, embora de alguma atenção às do terceiro. Seu livro sugere vários exercícios na realização de tarefas

gramaticais, relativamente simples. Nenhum desses livros considera as regras do primeiro tipo, isto é, nenhum deles aborda o problema de *como ler um livro inteiro*. Referem-se mais a interpretação de pequenos trechos e passagens isoladas.

Alguém poderia pensar que os modernos livros de Semântica seriam úteis. Tenho minhas dúvidas, por razões que já expus. Diria ate que muitos deles são úteis ao mostrar como *não* ler um livro. Abordam o problema, como se muitos livros não fossem dignos de serem lidos, especialmente os grandes do passado, Ou mesmo os de autores atuais que não se purificaram pela Semântica. Isso me parece errado. A verdadeira máxima e idêntica a que regula os processos de criminosos. Devemos admitir que o autor seja inteligível, ate que se mostre o contrário, e não que ele seja inconseqüente e tenha de provar sua inocência. E o único modo de apontar a culpa de um autor é fazer tudo para compreendê-lo. Antes de se fazer esse esforço, com toda a habilidade de que se for capaz, não se tem o direito de sentenciá-lo. Se vocês fossem autores, compreenderiam por que razão esta é a lei áurea da comunicação entre os homens.

II PARTE

AS REGRAS

CAPÍTULO VII

De várias regras a um hábito

– 1 –

Enquanto vocês estiverem aprendendo a ler, têm de recorrer a um livro mais de uma vez. Se for digno de ser lido, merece, no mínimo, três leituras.

Para que vocês não se alarmem inutilmente com as exigências que lhes serão feitas, apresso-me em dizer que o bom leitor consegue realizar essas três leituras a um tempo só. As “três leituras" não são três no tempo. São, mais explicitamente, três em modo. São os *modos* de ler um livro. Para ser bem lido um livro, deviam-se empregar esses três modos, de cada vez. O número de ocasiões distintas em que se pode ler, com proveito, alguma coisa, depende, em parte, do livro, e em parte dos leitores, de seus expedientes e diligência.

Só no começo, repito, os três modos de ler um livro devem ser feitos separadamente. Antes que vocês se tornem peritos, não conseguem transformar atos diferentes numa realização complexa e harmoniosa. Não podem aproximar as diversas partes da tarefa, de modo a engatá-las uma na outra e fundi-las intimamente. Cada uma delas merece a atenção toda, enquanto se faz a tarefa. Depois de trabalharem, separadamente, com as partes, não somente o fazem com maior facilidade e menor atenção, como também conseguem fundir essas partes, gradualmente, num todo uniforme e fluente.

Nada estou afirmando aqui, que não seja do conhecimento comum sobre o aprendizado de uma habilidade complexa. Só quero assegurar-lhes que aprender a ler é pelo menos tão complexo quanto aprender datilografia ou tênis. Se vocês concentram a paciência em qualquer outro aprendizado que fizeram, talvez tolerem mais um professor que vai enumerar uma longa lista de regras de leitura.

Os psicólogos experimentais puseram o processo de aprendizado sob uma lente, para que todos pudesses observá-lo. As curvas de aprendizado que inventaram, depois de inúmeros estudos laboratório sobre qualquer tipo de habilidade manual, mostram, graficamente, a natureza do progresso, de uma fase a outra da prática. Quero chamar a atenção de vocês para duas descobertas deles.

A primeira chama-se “*plateau* de aprendizado”. Durante vários dias, em que se pratica uma atividade (como escrever a máquina ou receber, telegraficamente, uma transmissão em Morse), a curva mostra um progresso, tanto na velocidade quanto na redução de erros. Mas, subitamente, pára. O aluno não parece progredir. Seu trabalho não produz efeito nenhum palpável, nem em velocidade, nem em correção. A regra de que qualquer pratica, por menor que seja, sempre se aperfeiçoa um poucos parece sem cabimento. Então, de repente, o aluno sai do *plateau* c começa a subir, de novo. A curva que mostra suas atividades revela, dia a dia, um maior progresso. E isso contínua, embora, talvez, com urna aceleração imperceptivelmente menor, ale que ele atinja um outro *plateau*.

Não se encontram *plateaux* em todas as curvas de aprendizado, mas somente naquelas que registram a aquisição de uma habilidade complexa. Na verdade, quanto mais complexa e a atividade que se adquire, tanto mais freqüentemente aparecem esses períodos estacionários. Os psicólogos descobriram, no entanto, que o aprendizado prossegue nesses períodos, embora ocultamente, isto e, sem efeitos práticos imediatos. A descoberta de que se formam então “unidades mais elevadas” de habilidade é a segunda das duas a que já me referi. Enquanto o aluno se aperfeiçoa na batida de letras isoladas, progride em velocidade e correção. Mas tem de formar o hábito de bater sílabas e palavras, como unidades, e, em seguida, frases e sentenças.

O período em que o aluno passa de uma unidade de habilidade mais baixa para uma mais alta, parece não mostrar progresso algum em eficiência, porque ele tem que desenvolver um certo número de “unidades-palavras”, antes de conseguir um resultado, nesse nível. Quando dominar um bom número dessas unidades, da um novo pulo, até passar para uma unidade mais elevada de operação. O que consistiu, a principio, um grande número de atos singulares – a batida de cada letra individual – transforma-se, finalmente, num ato complexo – a batida de uma sentença inteira. O hábito só está perfeitamente formado quando o aluno atingiu a unidade mais elevada de operação. Onde, antes, existiam muitos hábitos, difíceis de marcharem juntos, existe agora um único hábito, em virtude da organização de todos os atos separados, num ato único.

As descobertas de laboratório só confirmam muito do que sabemos baseados em nossa própria experiência, embora não tivéssemos considerado o *plateau* como um período em que o aprendizado estava progredindo ocultamente. Se vocês estão aprendendo a jogar tênis, tem que aprender a servir a bola, a receber ou rebater o serviço do adversário, a jogar perto da rede, no meio do campo ou na linha da base. Cada ato desses e parte da habilidade total. No começo, deve-se dominá-los separadamente, porque, para cada um, existe

uma técnica especial. Mas nenhum deles, por si mesmo, constitui a arte do tênis. Vocês têm que passar das unidades mais baixas para a unidade mais elevada, na qual todas as habilidades separadas se ajuntam, para se tornarem uma habilidade complexa. Vocês tem que ser capazes de passar de um ato a outro, tão rapidamente e tão automaticamente, que sua atenção se concentre tecla na estratégia do jogo.

É o que acontece, quando se aprende a guiar tem carro. No começo, aprende-se a segurar no volante, a fazer as mudanças, a utilizar o freio. Aos poucos, dominam-se essas unidades de atividade, que não se isolam mais no processo todo. Vocês saberão guiar, quando souberem fazer todas essas coisas em conjunto, sem pensar nelas.

Quem já teve experiência na aquisição de uma habilidade complexa, sabe que não tem por que temer a série de regras que se apresentam, quando há alguma coisa nova a ser aprendida. Sabe que não precisa se preocupar em como todos os atos diversos (nos quais deve se tornar separadamente eficiente) venham a colaborar um com o outro. Sabendo-se que os *plateaux* no aprendizado são períodos de progresso oculto, evita-se o desânimo. Mesmo quando não aumentam, logo, a eficiência de uma pessoa, as unidades mais elevadas de atividade estão se formando.

A multiplicidade de regras indica a complexidade do único hábito a ser formado e, não, a pluralidade de atos distintos. Os atos parciais unem-se e se fundem, à medida em que se chega à execução automática. Quando todos os atos subordinados podem ser leitos mais ou menos automaticamente, adquiriu-se o hábito do trabalho total. Então, pode-se pensar em bater o adversário no tênis, ou em guiar um carro na estrada. Este é um ponto importante. No começo, o aluno da atenção a si mesmo e a sua habilidade nos atos parciais. Quando os atos não se isolam mais na habilidade do trabalho todo, o aluno pode pensar, afinal, no objetivo que a técnica que adquiriu lhe permite alcançar.

– 2 –

O que é verdade para o tênis ou para o automobilismo, aplica-se à leitura; e não, simplesmente, aos rudimentos da escola primária, mas ao tipo mais elevado de leitura, que é a leitura para compreender. Qualquer pessoa que reconheça ser tal leitura uma atividade complexa, ha de concordar comigo. Procurei explicar isso para que vocês não pensem que as exigências feitas aqui sejam mais exageradas ou terríveis do que nos outros campos do aprendizado.

Vocês não só se tornarão eficientes, ao seguir cada uma das regras, como

deixarão de se preocupar com elas e com os atos separados que elas regulam. Estarão fazendo um melhor trabalho, certos de que as partes saberão cuidar de si mesmas. Não prestarão tanta atenção a vocês mesmos como leitores, e serão capazes de aplicar a inteligência toda no livro que estio lendo.

Mas, por enquanto, temos que dar atenção as regras, em separado. Essas regras se classificam em três grupos principais, referentes a cada um dos três modos indispensáveis pelo qual um livro deve ser lido. Agora, vou procurar explicar por que precise haver três leituras.

Em primeiro lugar, vocês tem do compreender o que se apresenta como conhecimento. Em segundo, tem de julgar só o aceitam, realmente, como tal. Por outras palavras, tem-se primeiro que c*ompreender* um livro, para depois, *julgá-lo*. Coisas inteiramente distintas, como se ha de ver.

O processo de compreender pode ser assim dividido. Para compreender um livro, vocês têm que se aproximar dele, *primeiro,* considerando-o um todo, com uma unidade e uma estrutura de partes; e, *segundo,* considerando seus elementos, suas unidades de linguagem e pensamento.

Assim, lia três leituras distintas, que podem ser denominadas e descritas como se segue:

I. A primeira leitura pode ser chamada *estrutural* ou analítica. O leitor procede do todo para as partes.

II. A segunda leitura pode ser chamada *interpretativa* ou sintética. O leitor procede das partes para o todo.

III. A terceira leitura pode ser chamada *crítica* ou avaliadora. O leitor julga o autor, e vê se concorda ou não com ele.

Em cada uma dessas três divisões principais, há vários passos a serem dados e, portanto, várias regras. Já viram três das quatro regras para a segunda leitura: 1) descobrir e interpretar as *palavras* importantes do livro; 2) fazer o mesmo para as *sentenças* importantes e 3) para os *parágrafos* que exprimem argumentos. A quarta regra, a que ainda não me referi, é saber quais de seus problemas o autor resolveu, e quais deixou sem solução.

Para realizar a primeira leitura, é preciso saber: 1) que tipo de livro se lê, isto e, qual o assunto dele; 2) o que o livro, como um todo, procura dizer; 3) em quantas partes esse todo se divide e 4) dos problemas principais, quais são os que o autor está procurando resolver. Aqui, também há quatro etapas e quatro regras.

Note-se que as partes a que se chega, analisando o todo nessa primeira leitura, não são iguais às partes com que vocês começaram, para formar o todo na segunda leitura. No primeiro caso, as partes são as divisões últimas do modo

como o autor trata seu assunto ou problema. No segundo, são os termos, as proposições, os silogismos, isto é, as idéias, asserções e argumentos do autor.

A terceira leitura também compreende uma série de etapas. Há, primeiro, varias regras para orientar a tarefa da crítica, e, em seguida, várias observações que podem ser feitas – quatro ao todo. As regras da terceira leitura indicam quais as observações a serem feitas e como fazê-las.

Neste capítulo, vou discutir, de um modo geral, todas as regras. Os próximos capítulos tratarão delas separadamente. Se vocês querem ver uma catalogação simples e completa de todas essas regras, leiam as páginas 209-10, no começo do capítulo XIV.

Embora compreendam melhor mais tarde, pode-se mostrar, aqui, de que modo se fundem essas várias leituras, especialmente as duas primeiras. Isto já foi sugerido pelo fato de ambas se reportarem ao todo e as partes. Se vocês conhecerem o assunto do livro e suas divisões principais, poderão descobrir, mais facilmente, seus termos e proposições de maior importância. Se conseguem descobrir as principais afirmações do autor e o modo como ele as apresenta, pelo argumento e pela evidencia, – chegarão a determinar o teor geral de seu assunto e suas grandes divisões.

A última etapa, na primeira leitura, é definir o problema ou problemas que o autor procura resolver. A última etapa na segunda leitura, é saber se o autor resolveu ou não esses problemas, ou quais foram os que ele resolveu. Assim vocês vêem de que modo essas duas primeiras leituras se relacionam, convergindo na etapa final.

À medida em que vocês se tornam mais desembaraçados, serão capazes de fazer essas duas leituras em conjunto. Quanto melhor o fizerem, mais elas se ajudarão mutuamente. Entretanto, a terceira leitura nunca chega a ser simultânea com as outras duas. Mesmo o mais desembaraçado leitor tem que separar as duas primeiras, da terceira. Antes de criticar ou julgar um autor, tem-se sempre que compreende-lo.

Conheci muitos “leitores” que fazem, primeiro, a terceira leitura. Pior do que isso, nunca chegam a fazer as duas primeiras. Pegam o livro e logo começam a mostrar os defeitos dele. Estilo cheios de opiniões, e o livro é apenas um pretexto para exprimi-las. Não deviam ser chamados “leitores”. São como muitas pessoas que vocês conhecem, que acham que conversar é falar e, nunca, ouvir. Essas pessoas não merecem o esforço que se faz falando com elas, e, muitas vezes, nem merecem ser ouvidas.

O motivo pelo qual as duas primeiras leituras podem marchar juntas é que ambas são tentativas para se compreender um livro, enquanto que a terceira permanece à parte, porque subentende a crítica, depois da compreensão. Mas,

mesmo quando as duas primeiras leituras estão habitualmente fundidas, podem, ainda, ser analiticamente separadas. Isto e importante. Se vocês tem que controlar a leitura de um livro, deviam dividir o processo todo em suas partes. Deviam reexaminar, separadamente, cada passo que deram, mesmo que não o tivessem dado separadamente, na ocasião, – tão banal se tornou o processo de ler.

Por este motivo, é importante lembrar que as várias regras continuam distintas umas das outras, como regras, mesmo que tenham a tendência de perder essa característica, formando um habito complexo e singular. Não os ajudarão a controlar a leitura, a menos que vocês as consultem como a regras diferentes. O professor do composição inglesa, estudando o trabalho de um aluno e explicando suas notas, mostra uma ou outra regra que esse aluno violou. Nessa ocasião, o aluno deve se lembrar das diferentes regras, mas o professor não vai admitir que ele escreva com a relação das regras diante de si. E sim que escreva bem, habitualmente, como se as regras fizessem parte de sua natureza. O mesmo se aplica à leitura.

– 3 –

E agora, outra complicação. Não somente vocês devem: ler um livro de três modos diferentes (e, no começo, isso significa três vezes), mas devem, também, ser capazes de ler dois ou mais livros relacionando-os um com o outro, para ler bem qualquer um deles. Não quero dizer que vocês tenham de ler uma coleção *qualquer* de livros de uma vez. Só estou pensando nos livros que tenham alguma relação entre si, porque tratam do mesmo assunto ou abordam o mesmo grupo de problemas. Se vocês não podem ler esses livros, relacionando-os uns com os outros, não podem ler nenhum deles bem, provavelmente. Se os autores estão dizendo a mesma coisa ou coisas diferentes, se estão de acordo ou em desacordo, – que certeza têm vocês de compreendê-los, a menos que examinem essas coincidências e divergências, essas semelhanças e dessemelhanças?

Este fato leva a uma distinção entre leitura *intrínseca* e leitura *extrínseca*. Espero que essas duas palavras não sejam mal compreendidas. Não conheço outras, Para exprimir a diferença. Por “leitura intrínseca”, entendo ler um livro em si mesmo, a parte dos outros livros. Por “leitura extrínseca”, entendo ler um livro a luz dos outros livros, que podem ser, em certos casos, livros de consulta, como dicionários, enciclopédias e almanaques. Podem ser livros secundários, isto é, comentários ou resumos úteis. E podem ser grandes livros. Outra ajuda extrínseca, para a leitura, é a experiência. As experiências que uma pessoa

precisa para compreender um livro, podem ser do tipo das que ocorrem em laboratório, ou das que os homens adquirem ao correr de sua vida cotidiana. A leitura intrínseca e a extrínseca tendem a fundir-se, no processo real de compreender ou, mesmo, de criticar um livro.

O que se disse antes, a respeito da capacidade de ler os livros, relacionando-os uns com os outros, aplica-se, especialmente, aos grandes livros. Freqüentemente, tratando de educação, referi-me aos grandes livros. Pessoas que me ouviram, escreviam-me, depois, pedindo uma lista deles. Disse-lhes que procurassem ou a lista que a “American Library Association" publicou sob o título de "Classics of the Western World", ou a lista divulgada pelo St. John's College, de Anapohs, Maryland, como parte de seu prospecto. Mais tarde, essas pessoas me informaram que acharam muito difícil ler os livros. O entusiasmo que as levara a pedir a lista e a começar a ler, deu lugar a um desanimador sentimento de incapacidade.

Há dois motivos para que isso aconteça. Um, e o fato de não saberem ler. Mas não é só. Outro, e que pensam que podem compreender o primeiro livro que pegam, sem ter lido os que lhe são intimamente ligados. Podem tentar ler os *Federalíst Papers*, sem terem lido os *Artigos da Confederação* e a Constituição. Ou podem ler tudo isso, sem terem lido o *Espírito das Leis* de Montesquieu, o *Contrato Social* de Rousseau ou o ensaio de Locke *Sobre o Governo Civil*.

Não só muitos dos grandes livros se relacionam entre si, mas foram escritos numa certa ordem, que não deve ser ignorada. O escritor moderno foi influenciado pelo antigo. Se vocês lerem o mais antigo primeiro, ele os ajudará a compreender o moderno. Ler livros relacionados entre si, e numa ordem que torna os mais recentes mais inteligíveis, é uma regra fundamental para a leitura extrínseca.

Tratarei dos auxílios extrínsecos à leitura, no capítulo XIV. Ate lá, só vamos nos referir às regras da leitura intrínseca. De novo, tenho de lembrar a vocês que precisamos fazer tais separações, no processo do aprendizado, mesmo se esse aprendizado só se completa, quando desaparecem as separações. O bom leitor já tem outros livros na memória ou experiências de valor, no momento em que lê um determinado livro ao qual se referem essas coisas. Mas, por enquanto, vocês devem prestar atenção às etapas da leitura de um só livro, como se esse livro fosse um mundo, em si mesmo. Não quero dizer, por certo, que a experiência de vocês possa ser excluída do processo de compreender o que diz um livro. E que muita referência extrínseca, além do livro, é indispensável – como veremos. No fim das contas, vocês não podem penetrar no mundo de um simples livro sem trazer sua mente e, com ela, toda sua experiência passada.

Essas regras para a leitura intrínseca aplicam-se não só a uma livro, mas,

também, a um curso qualquer. Estou certo de que uma pessoa que lê bem um livro inteiro, pode aproveitar melhor um curso, no colégio ou fora dele. As duas situações são idênticas, embora o fato de se seguir uma série de aulas exija um maior exercício de memória ou mais capacidade de anotar. Há uma outra dificuldade quanto as aulas. Pode-se ler um livro três *vezes*, se for preciso ler esse livro separadamente, em cada um dos três modos. O que é impossível com as aula. Elas podem convir aos que se revelam desembaraçados em receber comunicação, mas são inadequadas aos sem experiência.

Isto sugere um principio educacional: talvez fosse um bom plano, a certeza de que as pessoas podiam ler um livro todo, antes de se meterem a assistir a um curso qualquer. Mas isso não acontece no Colégio, hoje. E, muito menos, na educação dos adultos. Muitas pessoas pensam que um curso é um meio fácil de aprender aquilo que não são capazes de ler num livro. Mas não é o caminho mais curto para o mesmo fim. Pode levá-las em direção oposta.

– 4 –

Há um limite para a aplicabilidade dessas leis, que devia ser indiscutível. Já insisti, repetidas vezes, que elas visam ajudar a ler um livro inteiro. Pelo menos, é sua principal finalidade, e seria um erro aplicá-las a excertos ou pequenos trechos extraídos do contexto. Vocês não podem aprender a ler, lendo quinze minutos por dia, como se aconselha no *Harvard Classics*.

Não só pelo fato de serem insuficientes os quinze minutos, mas porque não se deve ler um pouco aqui, e um pouco ali. A *Five- Foot Shelf*[4] contém muitos dos grandes livros, embora também contenha alguns que não são tão grandes . Em muitos casos, inclui livros inteiros; em outros, excertos substancialmente desenvolvidos. Mas ninguém manda vocês lerem um livro inteiro ou quase inteiro.

Vocês podem provar um pouco de néctar e aspirar um pouco de mel, como se fossem borboletas literárias e, não, leitores competentes.

Por exemplo, um dia, têm de ler seis páginas da *Autobiografia* de Benjamim Franklin; no dia seguinte, onze das primeiras poesias de Milton e, no seguinte, dez paginas de Cícero sobre a amizade. Outra seqüência de dias, encontraria vocês lendo oito paginas de Hamilton, nos *Federalist Papers*, dez observações de Burke sobre o gosto, em quinze páginas, e doze páginas do Discurso sobre a *Desigualdade* de Rosseau. A ordem só é determinada pela relação histórica entre o que se lê e certo dia do mês. Mas o calendário é uma consideração de importância muito relativa.

Não só os excertos são muitos curtos para um razoável esforço de leitura, como a ordem em que as coisas se sucedem torna impossível compreender qualquer todo real, em si mesmo, ou relacionar uma coisa com a outra. Este plano de leitura do *Harvard Classics* torna os grandes livros tão incompreensíveis, quanto o curso do colégio sob o sistema eletivo. Talvez fosse imaginado para homenagear o Dr. Eliot, patrono do sistema eletivo e da *Five-Foot Shelf*. De qualquer modo, ó uma boa aula objetiva, a respeito do que não devemos fazer, se quisermos evitar uma dança intelectual de S. Guido.

– 5 –

Há ainda outro limite quanto ao emprego dessas regras. Estamos considerando aqui só uma das grandes finalidade da leitura – a leitura para aprender. E, não, a leitura como passatempo. A finalidade e tanto do leitor, quanto do escritor. Tratamos de livros que pretendem ensinar, que procuram dar conhecimentos. Nos primeiros capítulos, fiz uma distinção entre ler para conhecer e ler para distrair, e restringimos nossa discussão ao primeiro caso. Devemos dar agora um passo além e considerar duas classes de livros que diferem, de acordo com a intenção do autor e com o prazer que podem dar aos leitores. Temos de fazer isso porque nossas regras se aplicam, estritamente, a um tipo de livros e a um tipo de finalidade na leitura.

Não há nomes conhecidos nem convencionados para essas duas classes de livros. Fico tentado a chamar uma delas de poesia ou ficção e a outra, de exposição ou ciência. Mas a palavra “poesia” tem, atualmente, o significado de lírica, em vez de dar nome a toda a literatura da imaginação ou ao que, às vezes, é chamado de belas-letras. Do mesmo modo, a palavra “ciência” tende a excluir a História e a Filosofia, embora sejam, ambas, exposições de conhecimento. Não considerando os nomes, percebe-se a diferença de intenção do autor: o poeta, ou qualquer escritor que seja um *belo* artista, quer agradar ou encantar (assim como o músico e o escultor), fazendo coisas belas para serem admiradas. O cientista, ou qualquer homem de saber, que seja um artista *liberal*, deseja instruir, falando a verdade.

O problema de aprender a ler bem trabalhos poéticos é pelo menos tão difícil quanto o problema de ler para conhecer. E, também, radicalmente diferente. As regras que acabo de enumerar, sucintamente, e que vou agora discutir, em suas minúcias, são orientações para a leitura que visa o aprendizado e, não, a satisfação artística. As regras para se ler poesia têm que diferir, necessariamente. Era preciso um livro do tamanho deste, para expô-las e

explicá-las.

No seu plano básico geral, podem se parecer com as três divisões das regras para se ler trabalhos científicos ou de exposição. Regras referentes à apreciação do todo, com uma estrutura unificada de partes. Regras para discernir os elementos lingüísticos e imaginativos que constituem um poema ou História. Regras para fazer um julgamento critico sobre o valor do trabalho. E regras que ajudam a desenvolver o bom gosto e a capacidade de escolha. Além disso, no entanto, o paralelismo cessa, porque a estrutura de uma História e a de uma ciência são muito diferentes. Os elementos lingüísticos são usados diferentemente para despertar a imaginação e transmitir o pensamento. Os critérios de crítica não são os mesmos, quando é mais a beleza do que a verdade que se julga.

A categoria 'dos livros que encantam ou divertem tem tantos níveis de qualidade, quanto a categoria dos livros que instruem. O que se chama “ficção ligeira” requer tão pequena habilidade para ler, tão pequeno desembaraço e atividade, quanto os livros que são meramente informativos, e que não exigem que façamos esforço para compreender. Podemos ler as histórias de uma revista tão passivamente quanto lemos seus artigos.

Como há livros expositivos que apenas repetem ou condensam o que se aprende melhor nas primeiras fontes de ilustração, há poesias de segunda mão de todos os tipos. Não estou falando simplesmente na história que já foi contada, pois todas as boas histórias são contadas muitas vezes. Falo, de preferência, na narrativa ou poesia que não altera nossos sentimentos, nem modela nossa imaginação.

Em ambos os campos, os grandes livros – os livros primários – são idênticos, sendo trabalhos originais e melhores do que nós. Assim como no primeiro caso, o grande livro alarga nossa compreensão, – no segundo, ele nos inspira, estende nossa sensibilidade a todos os valores humanos, aumenta nossa humanidade. Em ambos os campos da literatura, só os livros melhores do que nos exigem habilidade e atividade para serem lidos. Podemos ler passivamente os outros e com pequena eficiência técnica. As regras para ler a literatura fictícia, portanto, visam, primeiramente, ajudar as pessoas a lerem as grandes obras de *belas-letras* – os grandes poemas épicos, os grandes dramas, romances e poesias – assim como as regras de leitura para o aprendizado visam, principalmente, os grandes trabalhos da História, Ciência e Filosofia.

Lamento que ambos os grupos de regras não possam ser tratados num único volume, não só porque ambos os tipos de leitura são necessários para uma razoável cultura, como porque o melhor leitor é aquele que possui ambas as habilidades. As duas' artes da leitura se sustentam e se influenciam mutuamente.

É raro fazermos uma delas, sem ter feito, ao mesmo tempo, um pouco da outra. Os livros não vêm como em embrulho puro e simples de Ciência ou Poesia.

Os maiores livros combinam, com freqüência, essas duas dimensões básicas da literatura. Um diálogo de Platão, *A República*, por exemplo, deve ser lido como um drama e como um discurso intelectual. Um poema, como a *Divina Comédia* de Dante, não é só uma história magnífica; é, também, uma investigação filosófica. O conhecimento não pode ser transmitido, sem a ajuda da imaginação o do sentimento; e a sensibilidade e a fantasia estão sempre impregnadas de pensamento.

Mas as duas artes de leitura continuam distintas. Seria grandemente embaraçoso se as regras que vamos expor se aplicassem, *igualmente*, à Poesia e à Ciência. Num sentido estrito, só se aplicam à Ciência ou aos livros que transmitem o conhecimento. Sei de duas maneiras que compensam a deficiência desse limitado tratamento da leitura. Um será estudado mais adiante, no capitulo destinado à literatura de fantasia. Talvez, depois de vocês conhecerem as regras para ler livros científicos, seja possível indicar, sucintamente, as regras análogas para ler ficção e poesia. Vou tentá-lo no capitulo XV. Farei, mesmo, um esforço, generalizando de tal modo as regras, que elas se apliquem a *qualquer leitura*. O outro remédio é sugerir livros sobre a leitura de poesia ou ficção. Vou citar alguns aqui e outros no capitulo XV.

Os livros que tratam da apreciação ou critica da poesia são livros científicos. São exposições de um certo tipo de conhecimento, às vezes chamado de “critica literária”, Considerados de um modo mais geral, são livros como este aqui, que procuram ensinar uma arte – um aspecto diferente da mesma arte, a arte da leitura. Agora, se este livro os ajuda a ler qualquer tipo de livro expositiva, lendo este último vocês podem ser ajudados pelo primeiro, na leitura da poesia ou das *belas-letras*.

O grande livro tradicional desse tipo é a Poética de Aristóteles. Mais recentemente, os ensaios de T. S. Eliot e dois livros de I. A. Richards, *The Principles of Criticism* e *Practical Criticism*. Os *Critical Essays* de Edgar .Mlan Poe merecem ser consultados, especi-almente *The Poetic Principle*. Na sua análise, *The Poetic Experience*, Fr. Thomas Gilby esclarece o objetivo e a maneira do conhecimento poético. William Empson escreveu *Seven Types of Ambiguity*, particularmente útil para se ler poesia lírica. E, há pouco tempo, Gordon Gerould publicou um livro denominado *How to Read Fiction*. Se vocês passarem os olhos por esses livros, eles o levarão a outros.

Em geral, esses livros, que não só formulam as regras, mas as exemplificam na prática, discutindo a literatura, apreciativa e criticamente, os

ajudarão muito. Aqui, mais do que no caso da ciência, vocês precisam ser guiados por alguém que realmente lhes mostre como se deve ler, lendo para vocês. Mark Van Doren acabou de publicar um livro, chamado *Shakespeare*, simplesmente. Lá expõe a leitura que *ele* fez das peças de Shakespeare. Não há regras de leitura, mas há um modelo a seguir. Vocês podem até perceber as regras que o governam, vendo-as em execução, Há um outro livro que eu gostaria de mencionar, porque se baseia na analogia que existe entre a literatura de ficção e a literatura de exposição. O livro de Scott Buchanan, *Poetry and Mathematics*, ilustra o paralelo entre a estrutura da ciência e a forma da ficção.

– 6 –

Podem discordar de tudo isso. Podem dizer que forcei uma distinção que não existe. Que só há um modo de ler, ou que todos os livros podem ser lidos de qualquer modo, se há muitos modos.

Antecipei essa objeção, dizendo que grande parte dos livros tem muitas dimensões e, pelo menos, uma científica e uma poética. Disse, até, que muitos livros, especialmente os grandes, tem de ser lido de ambos os modos. Mas isso não significa que se confundam os dois tipos de leitura, ou que ignoremos inteiramente nosso propósito inicial ao ler um livro, ou a principal intenção do autor ao escrevê-lo. Acho que muitos autores sabem se são sobretudo poetas ou cientistas. Pelo menos, os grandes o sabem. Qualquer bom leitor tem noção do que deseja, quando procura um livro: conhecimento ou prazer.

A segunda objeção É que as pessoas realizam seu intento procurando um livro escrito com a mesma finalidade. Se visa o conhecimento, parece mais indicado ler livros que pretendem instruir, se existem, do que livros que contam histórias. Se quer conhecer determinado assunto, é melhor procurar livros que tratam desse assunto. É inconcebível ler a História de Roma, se o que se pretende é aprender Astronomia.

Isso não significa que um único livro não possa ser lido de maneiras diferentes e de acordo com varias finalidades. O autor pode ter muitas intenções, embora uma seja a principal e revele o caráter do livro. Como o livro tem um caráter primário e um caráter secundário – os *Diálogos* de Platão são filosóficos e dramáticos, e a *Divina Comédia*, narrativa e filosófica – o leitor deve lê-lo desse modo. Pode ate, se quiser, inverter a ordem dos propósitos do autor é ler os *Diálogos* de Platão principalmente como drama e a *Divina Comédia* como filosofia. Isso não deixa de ter paralelo em outros campos. Uma peça musical, que deve ser apreciada como obra de arte, pode ser utilizada para fazer uma

criança dormir. Uma cadeira feita para que se sentasse nela, pode ser colocada atrás de cordas num museu e admirada como obra de arte.

Tal duplicidade de propósitos e tais inversões do caráter primário e secundário não alteram o ponto principal. Qualquer coisa que vocês fizerem no domínio da leitura, qualquer finalidade que coloquem em primeiro ou em segundo lugar – deve ser conhecida de vocês, para que sejam seguidas suas regras. Não ha mal em ler-se um poema como se fosse filosofia, ou um livro de ciência como se fosse poesia, enquanto se sabe o que e como fazer. Vocês não hão de pensar que estão desempenhando outra atividade qualquer, ou que é indiferente o modo como a desempenham.

Há, entretanto, dois erros que devem ser evitados. Um deles, chamarei de “purismo". É supor que um certo livro só pode ser lido de um modo. Mas os livros não são puros em caráter, o que é devido ao fato de a mente humana, que os lê ou escreve, se basear nos sentidos e na imaginação e ser movida pelas emoções e sentimentos.

Chamarei o segundo erro de “obscurantismo”. É supor que *todos* os livros só podem ser lidos de um modo. Há um extremo de “esteticismo” que vê poesia em todos os livros, recusando-se distinguir outros tipos de literatura e outros modos de ler. E outro extremo de “intelectualismo”, que trata todos os livros como se fossem instrutivos, como se não se encontrasse nada neles, a não ser conhecimento. Ambos os erros foram sintetizados por Keats, numa única linha: “A beleza é a verdade, a verdade, beleza" – que pode contribuir para o eleito de sua ode, mas que é falsa, como princípio de crítica ou orientação de leitura.

Vocês foram suficientemente avisados do que devem e do que não devem esperar, pelas regras que serão tratadas nos próximos capítulos. Não poderão utilizadas mal, porque descobrirão que elas não funcionam fora de seu campo próprio e limitado de aplicabilidade. Quando alguém lhes vende uma frigideira, não vai dizer que ela não serve como refrigerador. Sabe que vocês são capazes de o descobrir sozinhos.

CAPÍTULO VIII

Interpretando o título

– 1 –

Só pelo título, vocês não são capazes de dizer se *Main Stret* e *Middletown* são tratados de Sociologia ou romances. Mesmo se tiverem lido a ambos, podem hesitar, ainda. Há tanto de Sociologia em certos romances contemporâneos, e tanto de ficção em grande parte das obras de Sociologia, que é difícil separar uma da outra. (Anunciou-se recentemente, por exemplo, que *As Vinhas da Ira* constituíram matéria obrigatória de leitura nos cursos de ciência social de muitos colégios.)

Como já afirmei, os livros podem ser lidos de diferentes modos. Compreende-se, assim, que certos críticos literários leiam um romance de Dos Passos ou Steinbeck, como se estivessem seguindo uma pesquisa científica ou uma peça de oratória política; ou que outros leiam o último livro de Freud sobre Moisés, como se estivessem lendo um romance. Em muitas ocasiões a culpa é do livro e do autor.

Às vezes, os autores têm temas que se confundem. Como os outros seres humanos, são sujeitos ao erro de querer fazer muitas coisas a um tempo só. Se sua intenção for confusa, o leitor não pode ser culpado por não saber que par de óculos usar. As melhores regras de leitura não adiantam para os livros ruins - exceto, talvez, para se descobrir por que são ruins.

Afastemos de nossa cogitação o grande número de livros contemporâneos que confundem ciência e ficção, ou ficção e oratória.

Há muitos outros - os grandes livros do passado e do presente – que têm uma intenção perfeitamente clara e que, portanto, merecem ser lidos com cuidado. A primeira regra de leitura exige que saibamos discriminar. Deveria dizer, a primeira regra da primeira leitura. Pode ser expressa do modo seguinte: vocês precisam saber que tipo de livro estão lendo, e devem saber isso o mais cedo possível, preferivelmente antes de começar a ler.

Devem saber, por exemplo, se estão lendo um livro de ficção – romance,

peça de teatro, epopéia, poesia lírica - ou um trabalho cientifico qualquer - um livro que transmita, principalmente, o conhecimento. Figurem a confusão de uma pessoa que pega um romance, pensando ser um estudo filosófico, ou de uma que medita sobre um livro científico, como se fosse poesia. Vocês não podem imaginar o que é quase impossível, sé pelo fato de eu lhes ter pedido. Em gerai, as pessoas sabem que espécie de livro estão lendo, antes de começar. Resolveram-se a lê-lo, porque era dessa espécie. Isto é verdade, quanto às principais distinções entre tipos de livros. As pessoas sabem se querem diversão ou instrução, e raramente erram na escolha.

Entretanto, ha outras diferenças que não são tão simples, nem tão facilmente reconhecíveis. Uma vez que não levamos em consideração a literatura imaginativa, nosso problema, aqui, tem que se haver com as distinções secundárias, no campo dos livros científicos. Não é só questão de saber que livros são instrutivos, antes de tudo, mas quais são os que instruem de um modo particular. O conhecimento e o esclarecimento que um livro de História e um livro de Filosofia transmitem não são os mesmos. Os problemas que dizem respeito a um livro de Física e a um livro de Moral não são os mesmos, nem são os mesmos métodos que os escritores empregam para resolver tais problemas diferentes.

Vocês não pedem ler da mesma maneira livros que diferem assim. Não quero dizer que as regras ele leitura sejam tio radicalmente diferentes, aqui, como no caso das distinções básicas entre poesia e ciência. Todos esses livros têm muito em comum. Baseiam-se no conhecimento. Mas 15% diferentes, e se os quisermos ler bem, temos de lê-los de um modo adequado as suas diferenças.

Devo confessar que, chegando a este ponto, me sinto como o vendedor que, depois de persuadir ao freguês que o prego não é elevado, não pode deixar de mencionar o imposto de venda adicional. A vontade do freguês começa a diminuir. O vendedor sobrepuja esse obstáculo com alguma conversa fiada, para então ser forçado a dizer que não pode fazer a entrega tio cedo. Se ai o comprador na avançar para ele, é uma sorte. Pais hem, mal acabei de persuadir-lhes de que certas distinções merecem ser observadas, e tenho de acrescentar: “Mas faltam ainda algumas.” Espero que vocês não se enfureçam comigo. Prometo-lhes que há um fim para as distinções entre os tipos de leitura, e que está neste capítulo.

Vou repetir, mais uma vez, a regra: *vocês precisam saber que tipo de livro (científico) estão lendo, e devem saber disso o mais cedo possível, preferivelmente antes de começar a ler.* Tudo é claro, aqui, exceto a última cláusula. Como pode o leitor saber que tipo de livro está lendo, antes de começar a ler? – perguntarão vocês. Lembrem-se de que um livro tem sempre um título e,

mais do que isso, um subtítulo e um índice e um prefácio ou introdução do autor. Não vou falar nos comentários do editor. Vocês podem estar lendo um livro que perdeu a capa. O que se considera como “fora do texto”, basta para o propósito de classificação. E consiste no seguinte: título, subtítulo, índice e prefácio. São estes os sinais que o autor faz passar pelos olhos de vocês, para que saibam de que lado vem o vento. Não É culpa dele, se não pararem, para ouvir e olhar.

– 2 –

O número de leitores que não prestam atenção aos sinais é maior do que podem supor, a menos que vocês sejam suficientemente crédulos para admiti-lo. Tive várias dessas experiências com os alunos. Perguntava-lhes que livro liam. Que me dissessem, em termos gerais, o tipo dele. Esta é uma boa maneira, uma maneira quase obrigatória de começar uma discussão.

Muitos alunos são incapazes de responder a essa primeira e simplíssima pergunta sobre o livro. Às vezes, desculpam-se, dizendo que não acabaram ainda de ler e que, por esta razão, não sabem. Isso não É desculpa, replico. Vocês viram o título? Estudaram o índice? Leram o prefácio ou a introdução? – Não. O que está fora do texto parece o bater do relógio – alguma coisa que se nota quando não existe.

Uma razão por que os títulos e prefácios são ignorados por tantos leitores É que eles não acham importante classificar o livro que estão lendo. Não obedecem a esta primeira regra. Se o tentassem, agradeceriam ao autor que os ajuda. Sem dúvida, o autor pensa que é importante fazer saber ao leitor que tipo de livro lhe apresenta. É por isso que se dá ao trabalho de explicá-lo no prefácio, e de procurar um título mais ou menos expressivo. Assim, Einstein e Infeld, no prefácio de sua *Evolução da Física*, dizem ao leitor que ele precisa saber "que um livro científico, mesmo quando popular, não deve ser lido corno se fosse um romance". E fizeram, como muitos autores, um índice analítico, para informar ao leitor, com antecedência, das etapas de seu trabalho. De qualquer modo, os títulos dos capítulos, catalogados nas primeiras páginas, servem para ampliar o significado do titulo principal.

O leitor que ignora essas coisas todas, só pode se queixar de si mesmo, se ficar embaraçado com a pergunta: Que tipo de livro é este? E seu embaraço há de aumentar ainda. Se não puder responder a tal pergunta, e se nunca a fizer a si mesmo, será incapaz de fazer ou de responder a uma série de outras perguntas sobre o livro.

Recentemente, estávamos, eu e Hutchins, lendo dois livros numa aula.

Um, era de Maquiavel, outro, de S. Tomás de Aquino. No começo da discussão, Hutchins perguntou se os dois livros eram do mesmo tipo. Pegou um aluno que ainda não os tinha acabado de ler e que se serviu deste pretexto para não dar resposta alguma. “Mas” – insistiu Hutchins, “que me diz você dos títulos?” Ele não tinha observado que Maquiavel escreveu sobre *O Príncipe* e S. Tomas, sobre o *Governo dos Príncipes*. Quando a palavra "príncipe" foi posta em foco e sublinhada, o aluno estava querendo apostar que ambos os livros tratavam do mesmo problema. “Mas que problema é esse?” - persistiu Hutchins. “Que tipos de livros são esses?” O aluno pensou encontrar uma saída, dizendo que leu os dois prefácios. E Hutchins: “De que adianta isso?” “Ora”, replicou o aluno, “Maquiavel escreveu seu manual para mostrar como se consegue ser ditador, dedicando-o a Lourenço de Medicis, e S. Tomás escreveu o seu para o rei de Chipre.”

Não paramos ai, para corrigir o erro de tal afirmativa. S. Tomás não estava ajudando os tiranos a serem tiranos. Entretanto, o aluno empregou uma palavra que era quase resposta. Quando lhe perguntaram que palavra era, não soube responder. Quando lhe disseram que era “manual”, não percebeu o valor de sua idéia. Perguntei-lhe se ele sabia o que era manual. Um livro de cozinha era um manual? E um tratado de Moral? E um livro sobre a arte de escrever poesia? Respondeu afirmativamente a todas essas perguntas.

Dissemos-lhe que se lembrasse de uma distinção feita em aula, entre livros teóricos e livros práticos. “Ah!” - disse ele, com uma iluminação súbita. – “esses livros são ambos práticos; são livros que ensinam o que *deve ser* feito e, não, o que *é*.” No fim de outra meia hora, com mais alunos metidos na discussão, conseguimos classificar os dois livros como obras *práticas* sobre *política*. O resto do tempo ficou para se descobrir se os dois autores compreendiam do mesmo modo a política, e se seus livros eram práticos, ou igualmente práticos.

Contei essa história, não só para corroborar minha afirmativa a propósito da pouca conta em que se tem os títulos, mas para fazer outra afirmativa. Os títulos mais claros do mundo, a mais explicita das introduções, não ajudarão a classificar um livro, mesmo se vocês derem atenção a esses sinais, – a menos que tenham em mente as linhas gerais de classificação.

Não saberão por que os *Elementos de Geometria* de Euclides e os *Princípios de Psicologia* de William James são livros da mesma espécie, se não souberem que tanto a Psicologia quanto a Geometria são ciências teóricas; nem, depois, serão capazes de distingui-las, a menos que saibam que existem diferentes espécies de ciência. Do mesmo modo, no caso da *Política* de Aristóteles e da *Riqueza das Nações* de Adam Smith, só podem dizer se esses

livros são parecidos ou diferentes, se souberem o que é um problema prático e o que são diferentes espécies de problemas práticos.

Os títulos, às vezes, facilitam a classificação dos livros. Qualquer pessoa saberá que os *Elementos* de Euclides, a *Geometria* de Descartes, e os Fundamentos da Geometria de Hilbert são três livros de Matemática, mais ou menos relacionados quanto ao assunto. Nem sempre é assim. Talvez não seja tão fácil determinar pelos títulos que a *Cidade de Deus* de Sto. Agostinho, o *Leviatã* de Hobbes e o *Contrato Social* de Rousseau sejam tratados políticos, embora a leitura cuidadosa do índice possa revelar o problema comum a esses três livros.

Mas não basta agrupar livros da mesma espécie. Para seguir a primeira regra de leitura, é preciso saber que espécie é essa. O título não o diz, nem todo o resto da introdução, nem às vezes o livro inteiro, se vocês não o classificaram, inteligentemente, de acordo com determinados padrões. Por outras palavras, essa regra tem de se tornar mais inteligível, se pretendem segui-la inteligentemente. Isso só pode ser feito através de uma breve discussão dos principais tipos de livros científicos.

É provável que vocês leiam os suplementos literários semanais. Eles classificam os livros recebidos durante a semana, de vários modos, como: ficção e poesia ou *belas-letras*; História e Biografia; Filosofia e Religião: Ciência e Psicologia; Economia e Sociologia; g há, ainda, uma longa lista de "miscelâneas". Essas categorias servem como aproximações grotescas, mas deixam de fazer certas distinções básicas e associam alguns livros que deviam ser separados.

Não são tão ruins, quanto um sinal que vi em certas livrarias, a indicar as prateleiras em que estão os livros de "Filosofia, Teosofia e Pensamento moderno". Não são tão boas como o esquema *standard* de classificação, nas bibliotecas, mais minucioso, embora não sirva para nossos fins. Precisamos de um esquema de classificação que agrupa os livros, tendo em vista os problemas da leitura, e, não, o propósito de os vender ou arrumar.

Estabelecerei, primeiro, uma maior distinção e, depois, várias outras que lhe serão subordinadas. Não vou aborrecê-los com distinções que não interessam à habilidade em ler.

– 3 –

A principal distinção está entre os livros teóricos e os práticos. Todo o mundo emprega as palavras “teórico” e “prático”, mas poucos sabem o significado delas e, menos do que todos, os cabeçudos homens práticos que

desprezam os teóricos, sobretudo se estes estão no governo. Para muitos, “teórico” significa visionário, ou mesmo, místico, e “prático” significa alguma coisa que trabalha, alguma coisa que tem uma compensação monetária imediata. Há certa dose de verdade nisto. O prático tem que se haver com o que trabalha uma vez ou o tempo todo. O teórico se refere ao que precisa ser visto ou compreendido. Polindo a verdade grotesca que se percebe, aqui, chegamos á distinção entre o conhecimento e a ação – finalidades duplas que um escritor deve ter em mente.

Mas, dirão vocês, não estamos tratando dos livros que transmitem conhecimento? O que tem de ver a ação com isso? Vocês se esquecem de que a ação inteligente depende do conhecimento. O conhecimento pode ser aplicado de diferentes modos: não só para controlar a natureza e para inventar máquinas úteis, mas, também, para dirigir a conduta humana e regular suas operações, em vários setores de habilidade. O que tenho em mente, aqui, está exemplificado na distinção entre a ciência pura e a ciência aplicada, ou, como se diz impensadamente, entre a ciência e a técnica.

Alguns livros e professores só se interessam pelo conhecimento que tem de transmitir. Isso não significa que eles neguem sua utilidade ou que insistam no conhecimento *pelo* conhecimento. Limitam-se, simplesmente, a uma espécie de ensino, deixando a outra para outros homens, Estes se interessam por alguma coisa além do conhecimento. Tratam dos problemas humanos que o conhecimento pode resolver. Transmitem o conhecimento, também, mas sempre pensando em como aplicá-lo.

Para tornar pratico o conhecimento, devemos transformá-lo em regras de ação. Não se trata mais de saber alguma coisa, mas saber o que fazer se quisermos atingir determinado objetivo. Posso resumir isso, lembrando uma distinção que vocês já encontraram neste livro, entre saber *que* e saber *como*. Os livros teóricos ensinam que uma coisa *existe*. Os livros práticos ensinam como fazer aquilo que se julga *necessário*.

Este livro e prático e, não, teórico. Qualquer manual (para usar a expressão daquele aluno) é um livro pratico. Qualquer livro que ensina o que vocês *devem* fazer ou *como* devem fazê-lo e prático.

Assim, vê-se que entre os livros práticos estão todos os tratados sobre o aprendizado das artes, todos os manuais de pratica de qualquer especialidade, como a engenharia, a medicina ou a cozinha, e as obras que são convencionalmente classificadas como normativas, livros de Economia, problemas éticos ou políticos.

Outro exemplo de obra prática deve ser lembrado. Uma oração – discurso

político ou exortação moral. – procura ensinar o que vocês devem fazer ou mostrar como devem sentir alguma coisa. Quem escreve praticamente sobre qualquer assunto, não só aconselha, mas faz tudo para que seu conselho seja seguido. Portanto, há um elemento de oratória em todo tratado de Moral. Elemento também presente nos livros que procuram ensinar uma arte, como este aqui. Eu, por exemplo, procurei persuadir a vocês que se esforçassem por aprender a ler.

Embora todos os livros práticos sejam. de certo modo, de oratória – ou, talvez, visem a propaganda, como diríamos hoje – não se conclua que a oratória se identifica com a prática. Vocês conhecem a diferença entre uma arenga política ou propaganda econômica e uma analise de problemas econômicos. O *Manifesto Comunista* e uma peça de oratória, mas *Das Kapital* é mais do que isso.

Às vezes, podem descobrir que um livro é prático, pelo seu titulo, se contiver expressões como: "a arte de" ou "como fazer". Se o titulo se refere a setores que vocês sabem que são práticos, como Economia ou Política, engenharia ou comércio, direito ou medicina, podem classificar os livros com presteza.

Há, ainda, outros sinais. Uma vez, perguntei a um aluno se ele podia dizer, pelos títulos, qual, entre dois livros de John Locke, era prático e qual, teórico. Os títulos eram: Ensaio sobre o *Entendimento Humano* e *Ensaio sobre o Governo Civil*. O aluno conseguiu o que eu queria. Disse que o estudo sobre o governo era prático e a análise sobre o entendimento, teórico.

Foi mais longe. Tinha lido a introdução de Locke no livro sobre o entendimento. Locke exprimia ai seu propósito de procurar a "origem, razão e extensão do conhecimento humano". A frase se parece com o titulo do outro livro, mas tem uma diferença importante. Locke se referia à *razão* ou validez do conhecimento num dos casos, e à *finalidade* do governo, no outro. – Ora, disse o aluno, os argumentos sobre a validez de alguma coisa são teóricos. Enquanto que as perguntas que se fazem sobre fins, o propósito a que servem, são práticas.

Esse aluno tinha vários métodos para perceber que tipo de livro estava lendo, e era melhor leitor do que a grande maioria. Vou usar seu exemplo, para dar a vocês um conselho geral. Esforcem-se por diagnosticar um livro através de seu titulo e do resto da introdução. Se isso não chega, vocês terão de depender dos sinais que se encontram no corpo principal do texto. Prestando atenção às palavras e gravando na mente as principais categorias, e fácil classificar um livro, sem ler muitas páginas.

Um livro prático logo trai seu caráter, pela ocorrência freqüente de

palavra, como “deve” e “convêm”, “bom” e “mau”, “fins” e “meios”. A afirmação característica de um livro prático e a que diz que alguma coisa deve ser feita; ou que ê assim que se faz ou que uma coisa é melhor do que outra, como fim a ser procurado ou meio a ser escolhido. Em contraste, um livro teórico diz “é”, e, não, “deve” ou “convém”. Procura mostrar que alguma coisa é verdadeira, que os fatos são assim; e, não, que as coisas seriam melhores, se fossem diferentes e que ai estava a maneira de melhorá-las.

Antes de passar para a subdivisão dos livros teóricos, vou preveni-los contra a suposição de que o problema ê tão simples quanto dizer se vocês estão tomando chá ou café. Só sugeri alguns sinais que podem ajudá-los a fazer tais discriminações. Quanto melhor vocês entenderem tudo o que está compreendido na distinção entre o teórico e o prático, tanto melhor se utilizarão dos sinais.

Aprenderão a desconfiar dos nomes e, também, dos títulos. Descobrirão que, apesar de ser principalmente e usualmente uma matéria pratica, há livros de Economia essencialmente teóricos. Descobrirão autores que não conhecem a diferença entre a teoria e a prática, assim como romancistas que não sabem o que ê ficção e o que é Sociologia. Descobrirão livros que parecem de ambos os tipos, como a *Ética* de Spinoza. Apesar disso, cabe a vocês, leitores, ver como o autor trata seu problema. Para esse fim, a distinção entre a teoria e prática ê importantíssima.

– 4 –

Vocês já se familiarizaram com a subdivisão dos livros teóricos em Historia, Ciência e Filosofia. Todos, exceto os professores dessas matérias, sabem, de modo grotesco, as diferenças principais. É só quando se procura aperfeiçoar o que ê evidente, e dar grande precisão as distinções, que se arranjam dificuldades. Já que não pretendo que vocês fiquem tão confusos quanto os professores, não vou procurar *definir* nem a História, nem a Ciência, nem a Filosofia. A aproximação grotesca basta para que nos tornemos capazes de classificar os livros teóricos que lemos, numa ou noutra espécie.

No caso da História, o título, em geral, faz o trabalho. Se a palavra “Historia” não aparece no titulo, o resto da introdução nos informa tratar-se de um livro sobre alguma coisa que aconteceu no passado (não na antiguidade necessariamente, pois pode ter sido ontem). Vocês se lembram do garoto que caracterizou o estudo da Aritmética com a pergunta tão batida: “O que se encerra nela?”

A História pode ser similarmente caracterizada: “E depois, o que

aconteceu?” A História é o conhecimento de determinadas coisas ou fatos que não só existiram no passado, mas sofreram uma série de transformações no curso do tempo. O historiador narra esses acontecimentos e, muitas vezes, ilustra sua narrativa com algum comentário, ou penetra no porquê dos fatos.

A Ciência não se refere assim ao passado. Trata de fenômenos que podem acontecer a qualquer hora ou em qualquer lugar. Todo o mundo sabe que o cientista anda em busca de leis ou generalizações. Quer descobrir corno aconteceram as coisas em geral, ou em cada caso particular, enquanto que o historiador estuda como ocorreram de terminados fatos, em certo tempo e em certo lugar do passado.

O titulo nos permite afirmar se o livro nos instrui na ciência, menos freqüentemente do que o faz no caso da História. A palavra “Ciência” aparece, às vezes, mas o que ocorre mais freqüentemente é o titulo do assunto principal, seja Psicologia, Geologia ou Física. Então, precisamos saber se esse assunto pertence ao cientista, como é o caso da Geologia, ou ao filósofo, como é o caso da Metafísica. A dificuldade surge quando os assuntos não são tão claros, como a Física e a Psicologia que foram reclamadas, várias vezes, pelos cientistas e pelos filósofos. Ha dúvidas até com as palavras “Filosofia” e “Ciência”, pois elas foram usadas de diversos modos. Aristóteles chamou de tratado cientifico seu livro de *Física*, embora, de acordo com o uso corrente, devemos considerá-lo filosófico e Newton intitulou seu trabalho de Princípios *Matemáticos do Filosofia Natural*, embora seja, para nós, uma das obras-primas da Ciência.

A Filosofia se parece com a Ciência, e difere da História, porque procura as verdades gerais, de preferência a determinados acontecimentos passados. Mas o filósofo não faz as mesmas perguntas do cientista, nem emprega o mesmo método para respondê-las.

Se vocês têm interesse em continuar a discussão, procurem ler *Les Degrés du Savoir* de Jacques Maritain, que apresenta uma boa definição dos métodos e finalidades da Ciência moderna, assim como uma interpretação notável do escopo e natureza da Filosofia. Não há como um escritor contemporâneo para tratar adequadamente dessa distinção, porque só nestes últimos cem anos apreciamos, integralmente, o problema de distinguir e relacionar a Filosofia com a Ciência. E entre os escritores contemporâneos, Jacques Maritain é um dos poucos capazes de fazer justiça tanto à Ciência, quanto à Filosofia.

Uma vez que os títulos e as denominações dos assuntos não são bastantes para nos mostrar se um livro e filosófico ou científico, o que mostrará, então? Tenho um critério a apresentar – que me pareceu sempre eficiente, embora seja preciso ler muitas paginas do livro, antes de aplicá-lo. Se um livro teórico se

refere a coisas que se situam fora das finalidades da experiência normal, rotineira, diária – é cientifico. Em caso contrário, é filosófico.

Vou procurar ilustrar. Para ler as *Duas novas Ciências* de Galileu vocês tem de imaginar ou observar, realmente, num laboratório, a experiência do plano inclinado. A *Óptica* de Newton trata de experiências em câmaras escuras, com prismas, espelhos e raios de luz controlados. A experiência a que o autor se refere especificamente, pode não ter sido obtida por ele num laboratório. Vocês precisam de muito trabalho, para adquirir essa experiência. Os fatos que Darwin relata na *Origem das Espécies* foram observados por ele durante anos de estudo experimental; todavia são fatos que podem ter sido e foram anotados por outros observadores que fizeram esforço semelhante. Não podem ser verificados pela experiência cotidiana do homem comum.

Ao contrário, um livro filosófico não apela para nenhum fato ou observação que se coloque fora da experiência do homem normal. Um filósofo leva um leitor à sua própria experiência de todos os dias, para verificação ou apoio do que diz. Assim o *Ensaio sobre o Entendimento Humano* de Locke ó um trabalho filosófico de Psicologia, enquanto que as obras de Freud são cientificas. Locke faz suas afirmações com a mesma experiência que vocês podem ter tido, em seus processos mentais. Freud faz muitas das suas relatando apenas o que observou, nas condições clinicas de um consultório de psicanalista – coisas com que muitas pessoas não sonham ou, se sonham não as vêem como o psicanalista.

A distinção que sugeri é popularmente reconhecida, quando dizemos que a Ciência é experimental ou depende de elaboradas pesquisas e observações, enquanto que a Filosofia e pensar de papo para o ar. O contraste não foi imaginado para cada individuo. Há alguns problemas que podem ser resolvidos da mesma maneira, por um homem que sabe pensar neles a luz da experiência humana comum. Mas há outros problemas que não podem ser resolvidos assim. O que e preciso é uma investigação qualquer – experiências ou pesquisas – para estender a experiência além da rotina normal de todos os dias. E para isso se exige uma experiência especial.

Não quero dizer que o filósofo seja apenas um pensador e o cientista, um mero observador. Ambos têm de observar e pensar, mas pensam sobre coisas diferentes. Um tem de fazer observações especiais, sob condições especiais, antes de procurar resolver o problema. O outro precisa confiar em sua experiência ordinária.

Essa diferença de método sempre se revela nos livros filosóficos e científicos, e assim vocês podem dizer que tipo de livro estão lendo. Se notam que a experiência relatada ti condição de se compreender o que está sendo dito.

podem saber se o livro é cientifico ou filosófico. As regras para a leitura extrínseca são mais complicadas no caso dos livros científicos. Vocês podem ter que testemunhar uma experiência ou visitar um museu, antes de utilizar a imaginação para construir alguma coisa que nunca observaram, g que o autor está descrevendo como base de suas mais importantes afirmativas.

Não são diferentes só as condições extrínsecas para ler livros científicos e filosóficos, mas as regras para as leituras intrínsecas estão sujeitas a diferentes aplicações nos dois casos. Os cientistas e os filósofos não pensam do mesmo modo. Seus argumentos são diferentes. Vocês devem ser capazes de achar os termos e proposições que constituem esses diferentes tipos de argumentação. É por isso que ó importante saber que espécie de livro estão lendo.

O mesmo para a História. As afirmações históricas são diferentes das cientificas e das filosófica . Um historiador argumenta e interpreta diferentemente os fatos. Mais do que isso, muitos livros históricos são narrativos, na forma. E uma narrativa é uma narrativa, trate-se de um fato real ou imaginário. O historiador deve escrever poeticamente. Quero dizer com isso que ele deve obedecer às regras para se contar uma boa história. As regras intrínsecas para a leitura da História são, portanto, mais complicadas do que as que se referem à Ciência e à Filosofia. É preciso combinar o tipo de leitura que convém aos livros científicos com o que convém à poesia ou à ficção.

– 5 –

Descobrimos uma coisa interessante nesta discussão. A História apresenta complicações na leitura intrínseca porque combina, curiosamente, dois tipos de escrita. A ciência apresenta complicações, na leitura intrínseca, porque exige que o leitor siga, de algum modo, a relação de experiências especiais. Não quero dizer que estas sejam as únicas complicações da leitura. Mais tarde, havemos de achar outras. Mas, das duas já mencionadas, a Filosofia parece ter o tipo mais simples de leitura. E É somente no que toca ao domínio das regras que a leitura de livros científicos conduz ao domínio dos livros filosóficos.

Vocês podem objetar a tudo, fazendo distinções sobre distinções, ou considerando isso de pouca importância para quem quer aprender a ler. Acho que posso resumir as objeções de vocês aqui, embora seja preciso mais para convencê-los inteiramente. Em primeiro lugar, vou lembrar-lhes que vocês já sabem por que devem distinguir a poesia da ciência. Compreenderam que não e possível ler do mesmo modo um romance e um livro de Geometria. As mesmas regras não servirão para os dois tipos de livros, nem servirão para diferentes

espécies de livros instrutivos, tais como Histórias e Filosofias.

Em segundo lugar, vou chamar a atenção de vocês para um fato óbvio. Se vocês entrarem numa classe qualquer, acho que poderiam dizer logo se a aula que o professor tinha dado foi de História, Ciência ou Filosofia. Alguma coisa em seu procedimento, as palavras que empregou, o tipo de argumentos de que se serviu, os problemas que propôs – revelam se ele pertence a uma especialidade ou a outra. E será importante vocês saberem disso, se procurarem ouvir inteligentemente o que está sendo dito. Felizmente, nós, em geral, não somos tão tolos quanto o garoto que assistiu a aulas de filosofia durante metade de um semestre, sem saber que o curso de História em que tinha se matriculado estava funcionando noutro lugar.

Em suma, os métodos de ensinar diferentes espécies de assuntos são diferentes. Qualquer professor sabe disso. Por causa da diferença de método e assunto, o filósofo acha, em geral, mais fácil ensinar a alunos que não foram previamente instruídos por seus colegas, embora o cientista prefira o aluno que seus colegas já prepararam. Os filósofos acham mais difícil ensinar-se mutuamente do que os cientistas. Falo nesses fatos tão conhecidos, para mostrar como é diferente ensinar Filosofia ou Ciência.

Agora, se existe diferença na arte de ensinar em campos diferentes, deve haver diferença recíproca na arte de aprender. A atividade do aluno é de certo modo o eco da atividade do professor. As relações entre livros e leitores são as mesmas que entre os professores vivos e seus alunos. Portanto, como os livros diferem nos tipos de conhecimento que têm de transmitir, são levados a nos instruir diferentemente; e se formos segui-los, temos de aprender a ler, apropriadamente, cada tipo de livro.

Tendo tomado todo este capitulo para fazer tal afirmação, vou deixá-los sós. Vocês talvez fiquem aliviados sabendo que nos próximos capítulos, que tratam das restantes regras da leitura, vou me referir a todos os livros que transmitem conhecimento, e que Lemos para nos ilustrar e cultivar, como se fossem da mesma espécie. São da mesma espécie, *de um modo geral*. São mais científicos do que poéticos. E é necessário apresentar a vocês essas regras, antes de especificá-las nos tipos secundários de literatura científica.

As especificações só serão inteligíveis, depois de vocês terem compreendido às regras gerais. Procurarei, entretanto, adiar qualquer discussão sobre os tipos secundários, até o capitulo XIV. Então, vocês já examinaram todas as regras de leitura e compreenderam alguma coisa de sua aplicação, em qualquer tipo de livro que transmite conhecimento. Será possível sugerir o quanto as distinções que fizemos neste capítulo exigem especificações das regras.

Quando chegarem a esse ponto, verão, melhor do que o fazem agora, por que a primeira regra da primeira leitura de qualquer livro é saber que espécie de livro é ele. Espero que vocês o façam, porque estou certo de que o bom leitor é aquele que é capaz de finas discriminações.

CAPÍTULO IX

Vendo o esqueleto

– 1 –

Todo livro tem um esqueleto escondido entre as páginas. O dever de vocês é descobri-lo, porque tem os ossos cobertos de carne e a carne coberta de roupas. Vem todo vestido. Não estou insinuando que vocês sejam mal-educados ou cruéis. Não precisam despi-lo, nem cortar a carne de seus membros, para chegar à estrutura consistente que está por baixo da massa. Apenas vocês devem lê-lo com olhos de raio X, porque é essencial, nessa primeira apreensão, compreender a estrutura.

Vocês sabem com que energia certas pessoas se opõem à vivisseção. Outras não fraquejam diante de analise alguma. Simplesmente, não gostam de ver nada cortado, mesmo quando o instrumento cortante é a inteligência. Acham que sempre se destrói alguma coisa com a análise, o que ó particularmente, verdade, no caso dos trabalhos de arte. Se vocês procuram mostrar-lhes a estrutura íntima e a articulação das partes c o modo como as juntas se adaptam mütuamente, revoltam-se como se o poema ou a peça de música estivessem sendo assassinados.

É por isso que usei a metáfora dos raios X. Não se faz mal nenhum ao organismo vivo, iluminando seu esqueleto. O paciente nem chega a se sentir importunado em seu íntimo. Entretanto, o médico descobriu a disposição das partes. Tem um mapa visível do corpo todo. Uma planta baixa de arquiteto. Ninguém discute a utilidade de tal conhecimento, para ajudar operações futuras no organismo vivo.

Pois bem, do mesmo modo, vocês podem penetrar além da superfície móvel do livro – em seu esqueleto rígido. Podem ver de que maneira se articulam as partes, como se unem e que fio as amarra num todo. Podem fazer isso sem afetar em nada a vitalidade do livro que estão lendo. Não precisam temer que o *Humpty-Dumpty* se esfarele, e nunca mais se restaure. O todo pode permanecer animado, enquanto vocês procuram descobrir o que faz funcionar a

engrenagem.

Foi em minha vida de estudante que aprendi esta lição. Como outros meninos da mesma idade, julgava-me capaz de escrever poesias líricas. Talvez até pensasse que era poeta. Por isso, sem dúvida, que me insurgi tão fortemente contra um professor de literatura inglesa que nos obrigava a mostrar a unidade de todos os poemas, numa simples sentença, para, então, dar uma relação prosaica de seus conteúdo, enumerando ordenadamente todas as partes secundárias.

Fazer isso com o *Adonis* de Shelley ou uma ode de Keats não me parecia menos criminoso do que um rapto ou uma mutilação. Depois de tal violência a sangue-frio toda a "poesia" se evapora. Mas fiz o trabalho que exigiam de mim e, depois de um ano de análise, julguei-o diferentemente. Pelo contrário, a maior compreensão que resultou fez o poema se assemelhar mais a um organismo vivo. Em vez de ser uma nódoa inefável, movia-se diante de nós com a graça e a proporção de uma coisa viva.

– 2 –

Foi esta a minha primeira lição de leitura. Aprendi, com ela, duas regras, que são a segunda e a terceira para a primeira leitura de qualquer livro. Disse "qualquer" livro. Essas regras servem tanto para a Ciência, quanto para a poesia e para os livros didáticos em geral. Suas aplicações podem ser diferentes, de acordo com o tipo de livro em que são empregadas. A unidade de um romance não é a mesma de um tratado político; suas partes também não são do mesmo tipo, nem ordenadas do mesmo modo. Todo livro digno de ser lido tem unidade e organização das partes. O que não fosse assim seria absurdo. E relativamente ilegível, como são os livros ruins.

Vou expor essas duas regras o mais simplesmente possível. Depois, procurarei explicá-las e ilustrá-las. (A primeira regra, de que tratamos no último capitulo, era: *Classificar o livro de acordo com o seu tipo e assunto*.)

A segunda – digo "segunda" porque quero manter a numeração das quatro regras que se referem a primeira leitura – pode ser expressa assim: *Mostrar a unidade do livro numa frase única ou, quando muito, em poucas frases (um parágrafo curto).*

Isso significa que vocês devem ser capazes de dizer em que consiste o livro todo, o mais resumidamente possível. Dizer em que consiste um livro todo não É o mesmo que dizer que tipo de livro é. A palavra "consiste" pode ser mal interpretada aqui. Um livro consiste em determinado assunto, tratado de

determinado modo. Se vocês souberem disso, sabem que tipo de livro é. Mas talvez haja outro sentido mais familiar para a palavra “consiste”. Perguntamos a uma pessoa em que consistem suas idéias, o que pretende ela. Assim podemos imaginar o que um autor está procurando fazer. Descobrir em que *consiste* um livro, nesse sentido, descobrir seu *tema* ou *questão* principal.

Acho que todos admitem que um livro é um trabalho de arte. Mais do que isso, concordam que quanto melhor – como livro e como trabalho de arte – tanto mais perfeita e penetrante o sua unidade. Isto é verdade no que diz respeito à música, à pintura, aos romances e peças de teatro. Não e menos verdade quanto aos livros que transmitem conhecimento. Mas não basta reconhecer vagamente esse fato. É preciso apreender definitivamente a unidade. Vocês só têm um jeito de se certificarem do sucesso. Devem ser capazes de dizer a si mesmos ou a qualquer outra pessoa onde está a unidade e em poucas palavras. Não se contentem em “senti-la”, quando não a podem exprimir. O aluno que diz “Eu sei o que é, mas não sei explicar”, não engana a ninguém, nem mesmo a ele próprio.

A terceira regra pode ser expressa assim: *Destacar as principais partes do livro e mostrar como elas se organizam num todo, relacionando-se mutuamente entre si e referindo-se à unidade do todo.*

A justificativa dessa regra é óbvia. Se um trabalho de arte fosse absolutamente simples, lógico que não teria partes. Mas não é este o caso. As coisas sensíveis e físicas que o homem conhece não são simples assim, como não o é nenhuma produção humana. São todas unidades complexas. Vocês não compreenderam uma unidade complexa, se tudo o que sabem e que ela é complexa. Devem saber também que é múltipla, não porque consiste numa série de coisas separadas, mas porque é organizada. Se as partes não estivessem organicamente relacionadas, o todo que constituem não seria uno. Rigorosamente falando, não haveria todo, em absoluto, mas uma simples coleção.

É fácil distinguir um monte de tijolos da casa que podem constituir, e uma casa, de uma coleção de casas. Um livro é como uma casa. Construção de muitas salas, em andares diferentes, de metragens e formas e vistas diferentes, com funções diferentes a desempenhar. Essas salas, em parte, são independentes. Cada uma tem sua estrutura própria e decoração interior. Mas não são, inteiramente, separadas e independentes. Ligam-se por portas e arcos, por corredores e escadas. Porque se ligam, a função parcial que cada uma realizar contribui para a utilidade da casa toda. De outro modo, a casa não poderia ser habitada.

A analogia arquitetural é quase perfeita. Um bom livro, como uma boa

casa, e um arranjo ordenado de partes. Cada parte principal tem uma certa independência. Como havemos de ver, pode apresentar uniu estrutura interior própria. Mas deve se relacionar também com as outras partes – isto é, relacionar-se com elas, funcionalmente – pois, se não fosse assim, não contribuiria para a inteligibilidade do todo.

Como as casas são mais ou menos habitáveis, os livros são mais ou menos legíveis. O livro mais legível é uma obra arquitetural do autor. Os melhores livros são os que têm a estrutura mais inteligível e mais aparente. Embora sejam, em geral, mais complexos do que os livros ruins, essa sua maior complexidade é de algum modo, também, uma grande simplicidade, porque suas partes estão melhor organizadas e mais unificadas.

Eis uma das razões por que os grandes livros são os mais legíveis. As obras ruins são aborrecidas de ler. Entretanto, para lê-las – tanto quanto podem ser lidas – deve-se procurar seu plano. Elas seriam melhores, se o autor tivesse percebido o plano mais claramente. Mas, se se juntam de qualquer modo, se, sob qualquer aspecto, constituem uma unidade complexa – é porque existe um plano a ser revelado.

– 3 –

Vou voltar, agora, à segunda regra que exige que vocês especifiquem a unidade do livro. Algumas ilustrações dessa regra talvez os ajudem a pô-la em prática. Começarei com um caso famoso. Muitos de vocês na certa leram a *Odisséia* de Homero, no colégio. E pelo menos em grande maioria conhecem a história de Ulisses, o homem que levou dez anos para voltar da guerra de Tróia, encontrando Penélope, sua fiel esposa, assediada de pretendentes. É uma história complicada que Homero conta, cheia de aventuras interessantes na terra e no mar, de episódios de toda natureza e de tragédias terríveis. Sendo uma boa história, tem uma unidade de ação, um fio principal que liga os acontecimentos.

Aristóteles, na *Poética*, insiste em dizer que este e o sinal de toda boa história, novela, ou drama. Para corroborar sua afirmativa, mostra como a unidade da *Odisséia* pode ser resumida em poucas frases:

> “Um homem se ausenta se rasa por muitos anos. Netuno o contempla com inveja e o abandona só. Enquanto isso, seu lar esta num estado lastimoso; os pretendentes arruínam seus Itens e conspiram contra seu filho. Afinal, arrojado pela tempestade, chega; dá-se a conhecer a certas pessoas; ataca os pretendentes e se salva enquanto os destrói.”

“Esta”, diz Aristóteles, “e a essência da tragédia; o resto é episódio.” Depois de conhecer a tragédia assim, e, através dela, a unidade da narrativa toda, vocês podem colocar as partes em seus lugares próprios. Podem achar que é um bom exercício fazer isso com alguns romances que leram, como *Tom Jones* ou *Crime e Castigo* ou o *Ulisses* moderno.

Uma vez em que Clifton Fadiman visitava Chicago, Hutchins e eu lhe pedimos para dar uma aula, em nossa turma, sobre o *Tom Jones* de Fielding. Ele reduziu o enredo à formula conhecida: o rapaz encontra a pequena, o rapaz deseja a pequena, o rapaz possui a pequena. Este é o enredo de todo o romance. Os alunos compreendiam o que significa dizer que há pouquíssimos enredos no mundo. A diferença entre a boa e a má ficção de mesmo enredo está no que o autor faz dele, em como veste os ossos nus.

Para outra ilustração – mais apropriada porque se refere a livros científicos – tomemos os primeiros seis capítulos deste livro. Espero que vocês os tenham lido. Tratando-os como se fossem um todo completo, podem determinar a unidade deles? Este livro estuda a natureza da leitura em geral, os vários tipos de leitura e a relação da arte de ler com a arte de aprender, no colégio ou fora dele. Considera, portanto, as sérias conseqüências do desprezo pela leitura, na educação contemporânea, sugerindo, como solução, que os livros sejam substituídos por professores-vivos, se os indivíduos podem, por si mesmos, aprender a ler. Eis a unidade que percebo, em duas frases. Hesito em pedir a vocês que releiam os primeiros seis capítulos, para ver se tenho razão.

Às vezes, um autor indica, amavelmente, na primeira página, onde esta a unidade. No século XVIII, os escritores tinham o hábito de compor títulos imensos, que diziam ao leitor o assunto do livro todo. Eis um título de Jeremy Collier, adivinho inglês, que atacou a obscenidade dos dramas da Restauração, muito mais inteligentemente do que a “Legion of Decency" ataca os cinemas atuais: *A Short View of the Immorality and Profaneness of the English Stage, together with the Sense of Antiquity upon this Argument*.[{5}] Vocês podem saber, por isso, que Collier relata muitos exemplos flagrantes de desrespeito à moral pública e pretende basear seu protesto citando textos dos antigos que afirmaram, como Platão, que o teatro corrompe a juventude ou, como os velhos padres da Igreja, que as peças de teatro são seduções da carne e do diabo.

Às vezes, o autor fala da unidade de seu plano, no prefácio. Sob esse aspecto, os livros científicos diferem radicalmente dos de ficção. Um escritor científico ou filosófico não tem nada a esconder de vocês. Na verdade, quanto menos ele os deixa na expectativa, mais vocês serão capazes de o ler todo. Como uma notícia de jornal, o livro científico pode ser resumido em seu primeiro

parágrafo.

Não sejam orgulhosos de mais não aceitando a ajuda do escritor, mas não se fiem também, completamente, no que ele diz no prefácio. Os melhores planos dos autores, como os de outros desocupados, se desenvolvem na surdina. Orientem-se pelo prospecto que o autor lhes apresenta, mas lembrem-se sempre de que a obrigação de achar a unidade é trabalho do leitor, assim como construí-la é trabalho do escritor. Vocês podem se desempenhar honestamente dessa obrigação lendo o livro todo.

O parágrafo inicial da *História* de Heródoto sobre a guerra entre os gregos e os persas, dá um sumário excelente do todo. É assim:

> "Estas são as pesquisas de Heródoto de Halicarnasso, para que as ações humanas não se apeguem com o tempo, nem sejam desprovidos de renome os feitos notáveis e assombrosos praticados pelos gregos e pelos bárbaros; e, quando ao mais, o motivo que os levou à guerra."

É um bom começo para vocês, como leitores. Mostra sucintamente o assunto do livro todo.

Mas é melhor que vocês não parem aí. Depois de terem lido as nome partes, talvez julguem necessário elaborar aquela afirmativa, para fazer justiça ao todo. Podem querer mencionar os reis persas - Ciro, Dario e Xerxes, - os heróis gregos de Salamina e das Termópilas e os acontecimentos mais importantes - o cruzamento do Helésponto e as batalhas decisivas da guerra.

Todos os outros episódios fascinantes, com os quais, ricamente, Heródoto os prepara para seu clímax, podem ser considerados fora do enredo. Notem, aqui, que a unidade de uma história é um simples fio do enredo, assim como a unidade da ficção. Isto é que a história é amálgama de ciência e poesia. Quanto à unidade, essa regra de leitura produz resposta idêntica na História e na ficção.

Algumas ilustrações a mais bastarão. Vou, primeiro, criar um livro prático. A *Ética* de Aristóteles é uma análise da felicidade humana e das condições sob as quais ela pode ser adquirida ou perdida, com conselhos sobre o que os homens devem fazer em sua conduta ou pensamento para serem felizes ou para evitar a infelicidade, sendo que a principal ênfase está colocada no cultivo das virtudes morais e intelectuais, embora outros bens sejam também reconhecidos, como a riqueza, a saúde, os amigos, e uma sociedade justa para viver.

Outro livro prático é a *Riqueza das Nações* de Adam Smith. Aqui, o leitor é ajudado pela explicação do "plano de trabalho", logo no inicio. O que toma várias páginas. A unidade pode ser determinada mais sucintamente assim: esta é uma análise das fontes da prosperidade nacional, em qualquer economia baseada

na divisão do trabalho, considerando as relações do ordenado pago ao trabalho, dos lucros dados ao capital e do rendimento devido ao proprietário, como principais fatores no preço das comodidades. Discute os vários modos de empregar mais ou menos vantajosamente o capital, e relata a origem e uso do dinheiro, para acumulação e emprego de capital. Examinando o desenvolvimento da riqueza em diversas nações e sob condições diferentes, compara os vários sistemas de economia e política e argumenta com as vantagens do comércio livre. Se um leitor compreender assim a unidade da *Riqueza das Nações*, e fizer um trabalho semelhante para *Das Kapital* de Karl Marx, estará a caminho de perceber as relações entre dois dos mais influentes livros dos tempos modernos.

A *Origem das Espécies* de Darwin nos dá um bom exemplo da unidade de um livro teórico de ciência. Poderia resumi-lo assim: esta é a história das transformações sofridas pelos seres vivos, durante o curso de inúmeras gerações, resultando em novos grupos de plantas e animais: trata da variabilidade dos animais domesticados e da evolução sob condições naturais, mostrando que fatores, como a luta pela vida e a seleção natural, influem no nascimento e na conservação de tais grupos; argumenta que as espécies não são grupos firmes e imutáveis, mas variedades, na transição de um estado menos fixo, para um estado mais definido o permanente, baseando este argumento nos fósseis de animais extintos e achados na crosta da terra, na distribuição geográfica dos seres vivos e na Embriologia e Anatomia comparadas. Isso pode parecer muito para vocês, mas o livro era maior, ainda, para que o século XIX o admitisse facilmente.

Vou considerar, agora, o *Ensino sobre o Entendimento Humano* de Locke, como um livro teórico de Filosofia. Vocês podem ver, no ultimo capítulo, que o próprio Locke resumia seu trabalho dizendo que era "um ensaio sobre a origem, valides e extensão do conhecimento humano, juntamente com os alicerces e graus da crença, da opinião e do consentimento". Não vou contestar uma exposição tão excelente, exceto para acrescentar duas características secundárias, fazendo justiça à primeira e à terceira parte do ensaio: será provado que não existem idéias inatas, mas que todo o conhecimento humano é adquirido pela experiência e a linguagem será tratada como um meio de expressão do pensamento, sendo apontado seus empregos próprios e absolutos mais freqüentes.

Há duas coisas que quero que vocês observem, antes de prosseguirmos. A primeira é que, em geral, espera-se que o autor, especialmente se ele é com, ajudar a descobrir o plano de seu livro. A despeito disso, muitos alunos se perdem quase completamente, quando alguém lhes pede para resumir o livro.

Em parte, talvez isso seja devido à falta de habilidade em exprimir-se num inglês conciso. Em partem ao desprezo dessa regra de leitura. Mas é sinal evidente de que eles prestam tão pouca atenção às palavras introdutórias do autor, quanto ao título. Não acho precipitado concluir que o que é verdade para os alunos de colégio, é verdade também para muitos leitores, em qualquer etapa da vida. Os leitores desse tipo, se é que podem ser chamados de leitores, parecem considerar um livro – é Willian James quem o diz – como uma criança considera o mundo: uma grande, barulhenta e florescente confusão.

A segunda coisa é um peito de autodefesa. Não tomem os sumários de amostra que lhes dei, como se eu os julgasse, em cada caso, ser a expressão final e absoluta da unidade do livro. A unidade pode ser determinada de vários modos. Não há um simples critério de certo e errado, nessa questão. Uma afirmativa é melhor do que outra, na proporção exata em que é breve, exata e compreensiva. Mas afirmativas totalmente diversas podem ser igualmente boas ou igualmente más.

Muitas vezes, determinei a unidade de um livro, de um modo diferente da expressão do autor sobre ele, sem pedir-lhe desculpas. Vocês também, podem discordar de mim. O fato é que um livro é diferente para cada um que o lê. Não é estranho que essa diferença se revele no modo como o outro determina sua unidade. Isso não quer dizer que qualquer coisa sirva. Embora os leitores sejam diferentes, o livro é o mesmo e pode haver uma objeção ponderável quanto à exatidão e fidelidade das afirmativas que se fazem sobre ele.

– 4 –

Agora podemos voltar à outra regra estrutural, a regra que exige que separemos as principais partes do livro em ordem e relacionadamente. Essa terceira regra está intimamente ligada a segunda, que acabamos de discutir. Vocês já devem ter observado como uma unidade bem determinada indica as principais partes que compõe o todo. Não podem apreender o todo sem, de certo modo, ver suas partes. Mas é também verdade que, a menos que percebam a organização das partes, não podem conhecer o todo compreensivamente.

Devem se admirar, portanto, do que me levou a formular duas regras em vez de uma. Primeiro, é uma questão de convivência. É mais fácil apreender uma estrutura completa e unificada em duas etapas, do que em uma. A segunda regra dirige a atenção de vocês para a unidade, e a terceira para complexidade de um livro. Há um outro motivo para a separação. As principais partes de um livro podem ser vistas quando se percebe a unidade dele. Mas essas partes são em

geral complexas e tem uma estrutura interior que vocês precisam ver. Portanto, a terceira agora é mais do que uma simples enumeração das partes. É tratar as partes como se fossem todos secundários, cada um com sua unidade e complexidade própria.

Vou lhes dar uma fórmula para que vocês trabalhem de acordo com a segunda regra. Por ser uma fórmula, pode orientá-los de um modo geral. De acordo com a segunda regra, temos que dizer: o livro trata disso ou daquilo, ou foi feito de um modo ou de outro. Portanto prossigamos: 1) O autor realiza seu plano em cinco grandes partes, cada uma das quais trata de uma coisa qualquer. 2) A primeira dessas partes principais está dividida em três seções, das quais uma considera X, a segunda Y e a terceira Z. Cada uma das outras partes principais é dividida da mesma maneira. 3) Na terceira seção da primeira parte, o autor faz quatro afirmativas, das quais a primeira é A, a segunda B, a terceira C e a quarta D. Cada uma das outras seções é igualmente analisada, o que também é feito para cada uma das seções de cada uma das outras partes principais.

Está difícil? Acho que sei por quê. Tudo isso, dizem vocês, e só na primeira leitura de um livro? Se fossemos ler assim, lavaríamos a vida inteira. Sendo essa a idéia que vocês tem, nada adiantaram meus conselhos. Quando colocada nesses termos, numa fórmula fria e exata, a regra parece exigir um esforço impossível de vocês, Mas se esqueceram de um modo simples e natural. Pode ser que ele não escreva tudo. Talvez, até, ao tempo da leitura, não o tenha tornado verbalmente explícito. Mas se fosse chamado a dar uma opinião sobre a estrutura de um livro, faria alguma coisa aproximada da fórmula que sugeri.

A palavra “Aproximação” alivia a ansiedade de vocês. Uma boa regra sempre descreve uma execução ideal. Mas um homem pode ser hábil em qualquer arte, sem ser um artista ideal. Formulei a regra, aqui, para o caso ideal Ficarei satisfeito, como vocês também, se vocês se aproximarem do que é exigido. Mesmo quando se tornem mais hábeis, não hão de querer ler todos os livros com o mesmo esforço. Não acharão proveitoso gastar toda sua energia com alguns deles.

Procurei fazer uma aproximação maior às exigências dessa regra, tratando de poucos livros, relativamente. Noutros exemplos, isto é, na maioria das vezes, ficarei satisfeito se tiver uma vaguíssima noção da estrutura do livro, e a finalidade de sua leitura. Apesar dessa variabilidade, a regra permanece a mesma. Vocês precisam saber como segui-la, se a seguem de perto e rigorosamente ou só de um modo grotesco.

O aspecto proibitivo da fórmula de separar a ordem e relação das partes talvez seja diminuído por algumas ilustrações dessa regra em execução. Infelizmente, é mais difícil ilustrar essa regra do que a outra sobre a

determinação da unidade. Uma unidade, no fim das contas, pode ser expressa numa frase ou duas e, no máximo, num curto parágrafo. Mas no caso de qualquer livro grande e complexo, uma relação cuidadosa e adequada das partes e as partes de suas partes, até as menores unidades estruturais, gastaria muitas páginas de um livro.

Alguns dos melhores comentários medievais sobre os trabalhos de Aristóteles, são maiores do que os originais. Incluem, sem duvida, mais do que uma análise estrutural, pois pretendem interpretar o autor, frase por frase. O mesmo se aplica a alguns notáveis comentários modernos, como os que se fizeram sobre a *Critica da Razão Pura* de Kant. Sugiro que vocês vejam um desses comentários, se querem seguir perfeitamente a regra, Tomás de Aquino, por exemplo, começa cada seção de seu comentário com um admirável esboço do que fez Aristóteles naquela parte do trabalho; e sempre diz, explicitamente, como essa parte do trabalho; e sempre diz, explicitamente, como essa parte se adapta à estrutura do todo, sobretudo em relação às partes que vem depois.

Numa segunda consideração, seria melhor que vocês não olhassem os comentários de mestre. Um principiante na leitura ficaria deprimido por sua perfeição. Havia de se sentir como o principiante de alpinismo, no alto da Jungfrau. Uma pequena e ligeira amostra de análise seria mais amadora, embora menos eficiente. Não faz mal que vocês dirijam seu carro para as estrelas, contando que se certifiquem de que está lubrificado antes de tomarem as rédeas.

– 5 –

Há outra dificuldade para ilustrar esta regra. Vou escolher uma obra que acho que muitos de vocês já leram. De outro modo, não seriam capazes de aproveitar a amostra de análise como orientação. Para começar, portanto, refiro-me, de novo, aos seis primeiros capítulos deste livro. Vou logo avisando, que não é um livro muito bom. Seu autor não é o que eu chamaria uma grande inteligência. O livro tem uma estrutura muito frouxa. Seus capítulos não correspondem às divisões básicas do assunto. E nos capítulos o argumento é muitas vezes desordenado e interrompido por digressões extravagantes. Talvez vocês pensassem que fosse um livro fácil de ler. mas a análise há de mostrar que não é tão legível assim. Eis a análise dos primeiros seis capítulos, compreendendo a I Parte, tratada como um todo: I. Este livro (isto é, a I Parte) se divide em três grandes partes:

A. A primeira trata da natureza e tipos de leitura, e do papel da leitura na educação.

B. A segunda trata do fracasso da educação contemporânea no que se refere à leitura.

C. A terceira procura mostrar como a situação contemporânea pode ser remediada.

2. A primeira parte (A) se divide nas seguintes seções:

a. Uma primeira que se refere às variedades e graus de habilidade em ler;

b. Uma segunda que aborda' as principais diferenças entre ler por passatempo e ler para instrução;

c. Uma terceira que trata da diferença entre a aquisição de cultura e a compreensão, quando se lê para aprender;

d. Uma quarta que trata da relação entre esta última distinção e a leitura ativa e a passiva;

e. Uma quinta que define a leitura a ser discutida como a recepção de comunicações, que transmitem o conhecimento;

f. Uma sexta que relaciona ler com aprender, fazendo distinção entre aprender pela descoberta e aprender pelo ensino;

g. Uma sétima que trata da relação entre livros e professores, classificando a estes últimos como mortos e vivos, e mostra que ler é aprender com professores mortos:

h. Uma oitava que distingue os professores primários dos secundários, vivos ou mortos, e define os grandes livros como comunicações originais e, portanto, professores primários.

A segunda parte (B) se divide nas seguintes seções:

a. Uma primeira em que se citam várias provas, mostrando as experiências pessoais do escritor com a dificuldade que os alunos acham em ler;

b. Uma segunda em que se discutem as relações entre a leitura e outras habilidades, como escrever o falar, com respeito aos mais correntes defeitos educacionais;

c. Uma terceira em que se relatam os resultados dos testes científicos, para mostrar como faltam essas habilidades aos recém-formados de nossas escolas;

d. Uma quarta em que outras provas são dadas, especialmente pelos editores, para corroborar essas descobertas; *e*. Uma quinta em que se procura a razão da falência das escolas.

A terceira parte (C) se divide nas seguintes seções:

a. Uma primeira em que se mostra que qualquer arte ou habilidade pode ser adquirida por aqueles que a praticam, de acordo com regras;

b. Uma segunda em que se indica como a arte de ler poderia ser adquirida pelos que não a aprenderam no colégio;

c. Uma terceira em que se prova que, aprendendo a ler, as pessoas podem compensar os defeitos de sua educação;

d. Uma quarta em que se espera que as pessoas compreendam o que deve ser a educação; e, por terem aprendido a ler e terem lido, saberão dar os passos necessários para reformar o fracassado sistema escolar.

3. Na primeira seção da primeira parte são feitas as seguintes observações:

l. Que os leitores deste livro devem ser capazes de ler num sentido, embora talvez não, em outro:

2. Que a habilidade de leitura varia com os indivíduos, conforme os dons naturais que receberam e o aproveitamento educacional;

3. Que muitas pessoas não sabem no que consiste a arte de ler...

E assim por diante.

Vou parar aqui, porque vocês vêem quantas páginas seriam precisas para fazer o trabalho cuidadosamente. Eu teria que enumerar as observações de cada uma das seções de cada uma das partes principais. Vocês notaram que enumerei três grandes etapas de analise, correspondentes às três partes da fórmula que lhes dei, paginas atrás. A primeira é a determinação das grandes partes; a segunda, sua divisão em seções; a terceira, a relação das observações de cada seção. Completei as duas primeiras etapas da analise, mas, não, a terceira.

Vocês notarão, além disso, se passarem os olhos pelos seis capítulos que analisei assim, que não são tão ordenados e claros, como eu desejava que fossem. Algumas das observações vêm fora de propósito. Certos capítulos insistem no estudo da mesma observação ou no tratamento do mesmo tema. São tais defeitos de organização que fazem com que este livro não seja bom, como já o afirmei. Se vocês tentarem completar a análise, descobrirão isso por si mesmos.

Serei capaz de lhes dar mais alguns exemplos de aplicação desta regra se não procurar levar adiante o processo, em todos os seus pormenores . Peguem a Constituição dos Estados Unidos. É na verdade um documento interessante e prático e uma peça literária muito bem arquitetada. Vocês não terão dificuldades em achar as partes principais dela. Sugiro as seguintes:

Primeiro: O preâmbulo, explicando a finalidade da Constituição;

*Segund*o: O artigo primeiro que trata do poder legislativo;

Terceiro: O artigo segundo que trata do poder executivo;

Quarto: O artigo terceiro que trata do poder judiciário;

Quinto: O artigo quarto que trata das relações entre o estado e os governos

federais;

Sexto: Os artigos quinto, sexto e sétimo que tratam da reforma da Constituição, de sua importância como suprema lei do pais, e das providências para sua ratificação;

Sétimo: As dez primeiras reformas que constituem a Proclamação dos Direitos;

Oitavo: As restantes reformas, até os dias de hoje.

Esta é apenas uma das maneiras de fazer o trabalho. Há muitas outras. Os três primeiros artigos poderiam ser agrupados numa única divisão; ou, em vez de duas divisões com respeito às reformas, poderiam ser introduzidas mais, agrupando as reformas de acordo com os problemas que tratam. Experimentem fazer a divisão da Constituição em suas partes principais. Vão mais longe do que eu, e determinem as partes das partes, também. Vocês podem ter lido a Constituição muitas vezes antes dessa, mas se aplicarem esta regra para uma outra leitura, descobrirão uma porção de coisas que nunca perceberam.

Vou apresentar outro exemplo, muito resumidamente. Já determinei a unidade da *Ética* de Aristóteles. Agora lhes darei uma idéia de sua estrutura. O todo se divide nas seguintes partes principais: uma primeira, que trata da felicidade, como objetivo da vida, discutindo-a em relação a todos os outros bens praticáveis; uma segunda, que trata da natureza da ação voluntária e sua influência na formação de virtudes ou vícios; uma terceira, que discute as virtudes e vícios morais e intelectuais; uma quarta, que se refere aos estados morais que não são nem virtuosos, nem viciosos; uma quinta, que trata da amizade e uma sexta e última, que discute o prazer, e completa o estudo da felicidade humana começando na primeira.

É claro que essas divisões não correspondem aos dez livros da Ética. Assim, a primeira parte termina no primeiro volume; a segunda se estende do volume II à primeira metade do volume III; a terceira vai do resto do volume III ao fim do VI; o estudo do prazer aparece no fim do volume VII e, de novo, no começo do X.

Digo tudo isso para 1nostrar que vocês não precisam seguir a estrutura aparente de um livro, pela divisão de seus capítulos. Isso pode ser melhor do que a impressão que vocês tenham, mas, também, pode ser pior; em qualquer dos casos, o que importa e que vocês tenham sua própria impressão. O autor teve a sua para escrever um bom livro. Vocês a tenham para ler bem. Se ele fosse um escritor perfeito e vocês, perfeitos leitores, concluía-se, naturalmente, que as duas seriam idênticas. Na medida em que ele ou vocês se afastam da perfeição, as discrepâncias começam a surgir.

Não quero dizer que vocês devam ignorar totalmente os títulos dos capítulos e as divisões feitas pelo autor. Ele as fez para ajudá-los, assim como fez os títulos e prefácios. Mas vocês devem utilizá-los para sua própria atividade e não descansar passivamente neles. São poucos os autores que executaram seu plano com perfeição, mas num grande livro o plano é sempre maior do que o que os olhos vêem, ao primeiro olhar. A aparência pode ser decepcionante. É preciso olhar fundo para descobrir a estrutura real.

– 6 –

Em geral, essas duas regras de leitura, que discutimos, podem ser consideradas regras de escrita, também. E são. Escrever e ler são atividades recíprocas, como ensinar e aprender. Se os autores ou professores não organizarem suas comunicações, se não conseguirem unificá-las, nem ordenar suas partes, não adianta orientar os leitores ou ouvintes para que procurem a unidade e descubram a estrutura do todo.

Embora sejam regras recíprocas nos dois casos, não são seguidas do mesmo modo. O leitor procura *descobrir* o esqueleto que o livro esconde. O autor começa com ele e procura *cobri-lo*. Sua finalidade É esconder, artisticamente, o esqueleto ou, noutras palavras, pôr carne nos ossos nus. Se é um bom escritor, não vai enterrar um esqueleto desprezível, sob uma massa de gordura. As juntas não devem mostrar onde a carne e magra, mas se a flacidez for evitada, ficarão descobertas e o movimento das partes revelará a articulação.

Há alguns anos atrás, cometi um erro proveitoso. Escrevi um livro em forma de esquema. Estava tão obcecado pela importância da estrutura, que confundi as artes de escrever e ler. Esbocei a estrutura de um livro e publiquei-a. Naturalmente, esse livro não agradou a muitos leitores altivos que se achavam tão capazes de fazer seu trabalho como eu. Vi, por suas reações, que lhes tinha dado a ler um livro que não foi escrito por mim. Os escritores devem escrever livros e deixar os comentários para os leitores.

Vou resumir tudo isso relembrando a velha máxima de que uma obra literária deve ter unidade, clareza e coerência. Esta máxima e básica para escrever bem. As duas regras discutidas neste capítulo estão dentro dela. Se a obra literária tem unidade, temos de descobri-la. Se tem clareza e coerência, temos que apreciá-la, vendo como se distinguem e ordenam as partes. O que é claro é claro graças à nitidez de seus esboços. O que é coerente resulta de uma disposição ordenada das partes.

Essas duas regras podem ser usadas para se ler qualquer trecho substancial

de um livro científico, assim como todo ele. Se o trecho escolhido é uma unidade complexa, relativamente independente, sua unidade e sua complexidade devem ser discernidas para que o livro seja bem lido. Aqui, há uma diferença significativa, entre os livros que transmitem conhecimento e as obras poéticas, as peças de teatro e os romances. Os trechos dos primeiros podem ser muito mais autônomos do que os dos últimos. O aluno que, depois de ter lido um romance, afirma que "leu bastante para ter uma idéia dele", não sabe o que está dizendo. Se o romance tiver algum valor, a idéia está fora da leitura do todo. Mas pode-se apreender a idéia da *Ética* de Aristóteles ou da *Origem das Espécies* de Darwin, lendo, cuidadosamente, alguns de seus trechos.

– 7 –

Há tanto tempo – vocês já devem ter esquecido – referi-me a uma quarta regra, que completa a primeira maneira de ler um livro. Podemos exprimi-la resumidamente. Precisa de pouca explicação e de nenhuma ilustração. Repete, sob outra forma, o que vocês já fizeram, se aplicaram a segunda e terceira regras. Mas É uma repetição útil, porque lança uma nova luz sobre o todo e suas partes.

Essa quarta regra exige que vocês descubram *quais são os problemas do autor*. Refere-se mais diretamente aos grandes livros. Se vocês se lembrarem de que eles são comunicações originais, hão de perceber que o homem que os escreveu partiu dos problemas para as soluções. Um problema e uma pergunta. O livro contem, ostensivamente, uma ou mais respostas para ela.

O escritor pode formular ou não as perguntas, assim como dar as respostas que são os frutos de seu trabalho. Se ele faz isso ou não – sobretudo se não faz – o dever de vocês, como leitores, é formular os problemas, o mais nitidamente possível. Devem ser capazes de determinar o principal problema ou problemas a que o livro procura responder, e os problemas secundários, se as perguntas forem complexas e contiverem muitas partes. Não só devem ter uma noção exata de todas as perguntas, mas ser capazes de formulá-las numa ordem inteligível. Quais são primárias e quais secundárias? Quais das perguntas devem ser respondidas primeiro, se há outras que devem ser respondidas depois?

Vocês vêem como esta quarta regra duplica, num sentido. O trabalho que já tiveram para estabelecer a unidade e mostrar suas partes. Pode, entretanto, ajudá-los, realmente, nesse trabalho. Por outras palavras, é útil seguir a quarta regra, quando se obedecem às outras duas.

Se vocês sabem que perguntas *qualquer pessoa pode fazer sobre qualquer coisa*, é fácil descobrir os problemas de um autor. Problemas que podem ser

formulados concisamente. Alguma coisa existe? Que coisa e essa? O que faz com que exista, sob que condições pode existir, por que existe? A que finalidade serve? Quais são as conseqüências de sua existência? Quais são suas propriedades características, seu desenvolvimento típico? Quais são suas relações com outras coisas da mesma espécie ou de espécies diferentes? Como se comporta? Estas perguntas são todas teóricas. As seguintes serão práticas. Que objetivo deve ser visado? Que meios devem ser escolhidos para um dado fim? Que coisas devem ser feitas para se atingir determinado objetivo e em que ordem? Sob essas condições, o que se deve fazer, ou qual é a melhor maneira de o fazer? Sob que condições será melhor ou pior?

Esta série de perguntas está longe de ser analiticamente completa, mas representa os tipos de perguntas feitas mais freqüentemente, na procura do conhecimento teórico ou prático. Talvez os ajudem a descobrir os problemas que o livro procurou resolver.

Quando vocês tiverem seguido as quatro regras expostas neste capítulo e no capitulo anterior, podem fechar, por um instante, o livro que estão lendo. Então suspirem, e digam: “Acabou-se a primeira leitura.”

CAPÍTULO X

Chegando a um acordo

– 1 –

Onde estávamos nós?

Vimos que qualquer livro bom merece três leituras. Essas leituras devem ser feitas separadamente e conscienciosamente, quando aprendemos a ler, embora possam ser feitas em conjunto e no subconsciente quando nos tornamos peritos. Descobrimos que ha quatro regras para a primeira leitura ou leitura analítica. São elas: I) classificar o livro de acordo com seu tipo e assunto; 2) dizer, com a maior brevidade, em que consiste o livro todo; 3) definir suas partes principais em ordem e relação e analisá-las; 4) definir o problema ou problemas que o *autor* esta procurando resolver.

Vocês estão preparados, agora, para a segunda leitura e suas quatro regras. De um certo modo, já conhecem a primeira delas. Foi formulada no segundo capitulo deste livro: destacar as palavras importantes que um autor emprega e explicar por que razão ele as emprega. Usamos esta regra ao falar nos vários significados de palavras, como “ler” e “aprender”. Quando, em qualquer trecho, vocês perceberam o que eu queria dizer com tais palavras, *chegaram a um acordo comigo.*

Chegar a um acordo e quase a última etapa de qualquer negócio bem sucedido. Só fica faltando assinar na linha pontilhada. Mas, na leitura de um livro, é a primeira etapa de interpretação. A menos que o leitor concorde com o autor, a transmissão de conhecimentos não se realiza entre os dois. O termo, como vocês hão de ver, É o elemento básico do conhecimento comunicável.

Mas um *termo* não e uma *palavra* – pelo menos, não é uma palavra sem mais aquela. Se termo e palavra fossem exatamente o mesmo, bastava que vocês soubessem quais as palavras importantes de um livro, para conhecerem, imediatamente, seus termos básicos. Mas as palavras podem ter muitos significados, sobretudo se forem importantes. Se o autor as emprega com um sentido, e o leitor as lê com outro, as palavras passaram por eles, mas eles não

perceberam os termos. Onde há ambigüidade de comunicação, não há comunicação, ou, no máximo, ela é incompleta.

Vejam, rapidamente, a palavra “comunicação”. Sua raiz se prende à palavra “comum”. Falamos de uma comunidade, quando há pessoas que tem alguma coisa em comum. A comunicação é um esforço que um homem faz para participar alguma coisa a outro: seu saber, suas decisões, seus sentimentos. Só se realiza quando resulta numa coisa comum, como o item de conhecimento que dois homens têm em comum. Agora, quando existe ambigüidade na comunicação, o que há de comum são só as palavras que um homem pronuncia ou escreve e que outro ouve ou lê. Persistindo a ambigüidade, não há significados em comum entre o escritor e o leitor. Portanto, para que se complete com êxito a comunicação, é necessário que as duas partes usem as mesmas palavras, com os mesmos significados. Quando isso acontece, surge a comunicação – milagre de duas inteligências, com um se pensamento.

O termo pode ser definido como uma palavra não-ambígua. Isso não chega a ser exato, pois, rigorosamente. não existem palavras não-ambíguas. O que eu deveria ter dito e que o termo e uma palavra *empregada de um modo não-ambíguo*. O dicionário está cheio de palavras. São quase todas ambíguas, pois tem vários significados. Procurem *qualquer* palavra e descubram isto por si mesmos, se acham que existem muitas exceções a generalização. Mas uma palavra que tem vários significados pode ser usada com um único de cada vez. Quando vocês e eu, juntos, como escritor e leitores, utilizamos determinada palavra com um significado único, então, durante esse tempo de uso não-ambíguo, chegamos a um acordo, Acho que devíamos procurar concordar em matéria de ler e aprender, por exemplo.

Vocês não podem achar termos nos dicionários, embora se encontre lá o material deles. Os termos só ocorrem no processo de comunicação, quando o escritor procura evitar a ambigüidade e o leitor o ajuda, seguindo o emprego que faz das palavras. Há muitos graus de sucesso nessa questão. Chegar a um acordo é o limite ideal por que devem lutar o escritor e o leitor. Desde que este e um dos principais objetivos da arte de escrever e ler, podemos considerar os termos como um emprego artístico de palavras, um emprego hábil, tendo em vista comunicar conhecimentos.

Vou repetir a regra para vocês. Como eu a formulei inicialmente era: destacar as palavras importantes E imaginá-las como o autor as imaginou. Agora, posso torná-la mais precisa e elegante: *descobrir os palavras importantes e interpretá-las como o autor*. Notem que a regra tem duas partes. A primeira e localizar as palavras que importam. A segunda, determinar seus significados com

precisão, à medida em que são usados.

Esta e a primeira regra para a segunda leitura, a leitura interpretativa. As outras, que serão discutidas no próximo capítulo, se parecem com esta sob um certo aspecto. Também exigem que vocês percorram duas etapas: uma que trata da linguagem como tal, e outra que vai além da linguagem, para o pensamento que ela exprime.

Se a linguagem fosse um meio puro e perfeito de expressão do pensamento, essas etapas não precisavam se separar. Se todas as palavras tivessem um único significado, se não pudessem ser usadas com ambigüidade; em suma, se cada palavra fosse um termo ideal, a linguagem seria um meio diáfano. O leitor veria, diretamente, através das palavras do escritor, o que ele procurou dizer. E não haveria necessidade alguma desta segunda leitura. *A interpretação seria inútil*.

Mas vocês sabem que isso está longe de ser verdade. Não adiantam lamentações, nem esquemas impossíveis de uma linguagem ideal, como o tentaram Leibniz e alguns de seus discípulos. A única coisa a fazer e tirar a maior vantagem da leitura, e o único modo de o conseguir, usar a linguagem o mais habilmente possível.

Por ser imperfeita como meio, a linguagem se torna, às vezes, um obstáculo para a comunicação. As regras da leitura interpretativa foram imaginadas para sobrepujar tal obstáculo. Podemos esperar que um bom escritor faça o possível para nos conduzir através da barreira que a linguagem inevitavelmente cria, mas não podemos exigir que ele faça tudo. A verdade é que temos de encontrá-lo no meio do caminho. Nós, como leitores, devemos procurar atravessar o túnel. 0 acaso de um encontro de inteligências, através da linguagem, depende da força de vontade do leitor e do escritor para trabalhar, cada um, em direção ao outro. Assim como o ensino de nada adianta Se não houver uma atividade recíproca de aprender, assim, nenhum autor, a despeito de sua habilidade recíproca em escrever, pode realizar a comunicação, sem que haja uma habilidade por parte dos leitores. A reciprocidade se baseia, aqui, no fato de que as regras referentes a uma boa leitura e escrita são, em principio, as mesmas. Se não fosse assim, as varias habilidades de escrever e ler não aproximariam as inteligências, por mais esforço que se despendesse, – do mesmo modo que os homens que escavam um túnel, em lados opostos da montanha, nunca se encontrariam, se não fizessem seus cálculos de acordo com os mesmos princípios de engenharia.

Vocês notaram que cada uma das regras de leitura interpretativa compreende duas etapas. Vou me valer da analogia, para mostrar como elas se relacionam. Podem ser comparadas as duas etapas que um detetive percorre,

quando procura um assassino. De todas as coisas que se encontram no local do crime, ele deve pegar as que julga serem o *fio da meada*. Deve usá-lo, então, para perseguir o acusado. Interpretar um livro parece trabalho de detetive. Achar as palavras importantes é localizar o fio da meada. Compreender os termos através dele é perseguir o pensamento do autor.

Se eu me tornasse técnico por um instante, diria que essas regras tem um aspecto gramatical e lógico. O aspecto gramatical é o que se refere às palavras. O aspecto lógico é o que se refere a seus significados ou, mais precisamente, aos termos. Tratando-se da comunicação, ambas as etapas são indispensáveis. Se a linguagem for usada sem pensamento, não ha comunicação alguma. E o pensamento e o conhecimento não podem ser transmitidos sem a linguagem, em 1-relação ao pensamento, e vice-versa. E por isso que afirmei que a habilidade em ler e escrever se adquire através das artes liberais, e especialmente da Gramática e da Lógica.

Essa questão de linguagem e pensamento – e sobretudo a distinção entre palavras e termos – é tão importante que me arrisco a repetir, para ter certeza de que vocês compreenderam a afirmativa principal. *Uma* palavra pode ser o veiculo de muitos termos. Vou ilustrar isso esquematicamente, da maneira seguinte. A palavra "ler" foi usada com vários significados, no curso desta discussão. Tomemos três dos significados dela: 1) ler, no sentido de passar o tempo; 2) ler, no sentido de adquirir conhecimento; e 3) ler, no sentido de compreender.

Agora, simbolizemos a palavra “ler” pela letra X, e os três significados por *a, b,* e *c*. O que está simbolizado por X*a,* X*b* e X*c* não são três palavras, pois X permanece o mesmo sempre. Mas são três termos, contanto que eu e vocês saibamos quando se emprega X num certo sentido e, não, em outro . Se eu escrevesse Xe em determinado lugar, e vocês lessem X*b,* estaríamos escrevendo e lendo a mesma palavra, mas não do mesmo modo . A ambigüidade impede a comunicação . Só quando vocês pensam na palavra como eu, há uma comunicação entre nós. Nossas mentes não vão se encontrar em X, mas em X*a*, X*b* ou X*c*. Assim chegamos a um acordo.

– 2 –

Vocês estão preparados para considerar z regra que exige que o leitor chegue a um acordo. Como se porta ele na primeira etapa? Como consegue achar as palavras importantes de um livre?

Podem estar certos de uma coisa. Nem todas as palavras que um autor

emprega são importantes. Mais do que isso, a maioria delas não o é. Só as que ele emprega de um modo especial tem importância para ele e para nós, como leitores.

Esta não é uma questão absoluta, sem dúvida, mas uma questão de grau. As palavras podem ser mais ou menos importantes. Só temos de nos preocupar com o fato de que, num livro, algumas palavras são mais importantes do que outras, Num extremo estão as que o autor emprega como o homem da rua o faz. Uma vez que o autor emprega essas palavras como os homens comuns as empregam em conversas comuns, o leitor não vê dificuldade nelas. Sua ambigüidade lhe é familiar e ele cresceu acostumado com a variação de seus significados, à medida em que aparecem num con-texto ou outro.

Por exemplo, a palavra "leitura" aparece no belo livro de Sir Arthur Eddington, *The Nature of the Physical World*. Ele fala de “leituras de ponteiro”, isto é, a leitura dos mostradores e medidas, nos instrumentos científicos. Usa a Palavra “leitura” num de seus sentidos ordinários. Não e uma palavra técnica para ele. Ele pode se fiar no uso comum, para transmitir o que pensa ao leitor. Mesmo que usasse a palavra com um sentido diferente, em qualquer outro lugar de seu livro – numa expressão, digamos, como “leitura da natureza” – podia ter a certeza de que o leitor havia de notar a mudança dos significados ordinários da palavra. O leitor que não pudesse fazer isso, não podia, também, conversar com seus amigos ou trabalhar.

Sir Arthur não pode usar a palavra “causa”, tão descansadamente. Pode ser uma palavra da linguagem corrente, mas ele a emprega num sentido especial, quando aborda a teoria da causalidade. Tanto o escritor, quanto o leitor, tem de meditar sobre como esta palavra deve ser compreendida. Pela mesma razão, a palavra “leitura” é importante neste livro. Não podemos continuar usando-a de um modo ordinário.

Repito: um autor emprega muitas das palavras de que os homens geralmente se servem na conversação, com uma hierarquia de significados, e confiando no contexto, para indicar as mudanças. Para que vocês descubram as palavras mais importantes, é bom saber este fato. Ha ainda uma particularidade. Precisamos não esquecer que, em diferentes épocas e lugares, as palavras não são igualmente empregadas. Um contemporâneo, como Eddington ou eu, empregaria muitas palavras como são usadas *hoje*, e vocês saberiam o significado delas, porque vivem hoje. Mas, lendo os grandes livros do passado, talvez seja mais difícil compreender as que o autor empregou como os homens de seu tempo e pais. A tradução de livros de línguas estrangeiras ainda complica mais a questão.

Percebem, portanto, por que é uma discriminação grotesca eliminar as

palavras ordinárias. Apesar disso e verdade que, na maioria, as palavras de um livro podem ser lidas, como se fossem usadas numa conversa entre amigos. Tomem qualquer página deste livro e contem as palavras que empregamos dessa maneira: todas as preposições, conjunções e artigos e grande número de verbos, nomes e adjetivos. Neste capitulo, diria que ocorreram poucas palavras importantes: “palavra", “termo”, “ambigüidade”, "con1unicação", “importante”. E, destas, “termo” é a mais importante. A importância das outras está em relação a ela.

Vocês não podem determinar as palavras importantes, sem se esforçarem por compreender o trecho em que aparecem. A situação e de algum modo paradoxal. Se compreendem o trecho, saberão logo quais suas palavras mais importantes. Se não o compreenderam inteiramente, e talvez porque não sabem de que modo o autor emprega certas palavras. Marcando as palavras que julgam difíceis, chegarão a compreender as que o autor esta usando de um modo especial.

De seu ponto de vista, como leitores, as palavras mais importantes são as que dão a' vocês algum trabalho. Já disse que é como se elas fossem importantes para o autor também. É possível, sem dúvida, ocorrer o oposto. Elas podem não o ser.

É também possível que as palavras que são importantes para o autor não o sejam para vocês, precisamente por que as compreendem. Neste caso, tinham chegado a um acordo com o autor. Só onde não chegaram é que tem um trabalho a fazer.

– 3 –

Agimos negativamente até agora, eliminando as palavras comuns. Vocês descobriram algumas das importantes, pelo fato de elas *não serem comuns para vocês*. Foi por isso que elas os intrigaram. Mas, haverá outro jeito de separar as palavras importantes? Haverá sinais positivos para indicá-las?

Posso mostrar muitos deles. O primeiro e mais evidente é o realce explicito que o autor dá a certas palavras e, não, a outras. Faz isso de vários modos. Pode utilizar-se de convenções tipográficas, como as aspas e o grifo, para marcar a palavra. Pode chamar a atenção, discutindo, explicitamente, seus vários significados e o modo como vai empregá-la aqui e ali. Ou pode realçá-la, definindo o objeto a que ela geralmente se refere.

Ninguém consegue ler Euclides, sem saber que palavras como “ponto”, “linha”, “plano”, “ângulo”, “figura”, “paralela”, etc., são da maior importância.

Dão nome às entidades geométricas definidas por Euclides. Há outras, também importantes, como “igual”, “todo” e “parte”, mas essas não nomeiam nada do que é definido. Vocês sabem sua importância, pelo fato de elas ocorrerem nos axiomas. Euclides os ajuda, formulando as proposições, desde o começo. Os termos que compõem tais proposições são básicos, o que mostra a vocês as palavras que exprimem esses termos. Não acharão dificuldade nas palavras, por que são palavras da linguagem comum e Euclides parece utilizá-las desse modo.

Se todos os autores escrevessem como Euclides – dirão vocês – a leitura seria muito mais fácil. Infelizmente, isto não é possível, embora certas pessoas tenham pensado que todo o assunto pode ser exposto de um modo geométrico. Não vou tentar explicar por que o método de exposição e prova de que se usa em Matemática não serve para os outros ramos do conhecimento. Para nosso propósito, basta notar o que é comum a tenda exposição. Todo ramo de conhecimento tem um vocabulário técnico que lhe é próprio. Euclides torna o seu claro desde o começo. O mesmo e verdade para qualquer escritor, como Newton ou Galileu, que escreve de um modo geométrico. Nos outros livros ou nas outras especialidades, o vocabulário técnico deve ser descoberto pelo leitor.

Quando o autor não designa as palavras, o leitor deve localizá-las, se tem conhecimento prévio do assunto. Com alguma noção de Biologia ou Economia, é fácil discernir as palavras técnicas, antes de ler Darwin ou Adam Smith. As várias etapas da primeira leitura talvez sejam úteis aqui. Se vocês sabem de que tipo de livro se trata, em que consiste ele como um todo, e quais as suas partes mais importantes, isso os ajudará muito a separar o vocabulário técnico das palavras comuns. O título, os capítulos e os prefácios podem ser consultados.

É assim que “riqueza” e "espécie" são palavras técnicas para Adam Smith e Darwin. E como uma palavra técnica leva a outras, vocês tem de descobri-las, de modo semelhante. Podem logo organizar uma lista das palavras importantes, usadas por Adam Smith: trabalho, capital, terra, salários, lucros, renda, comodidade, preço, câmbio, produtivo, improdutivo, moeda, e assim por diante. E eis algumas que não podem desprezar em Darwin: variedade, gênero, seleção, sobrevivência, adaptação, híbrido, apto, criação.

Quando um ramo de conhecimento tem um vocabulário técnico estável a tarefa de localizar as palavras importantes de um livro que trata desse assunto e relativamente fácil. Pode-se separá-las *positivamente*, graças a um certo conhecimento que se tem da especialidade, ou *negativamente*, sabendo-se que certas palavras tem de ser técnicas, já que não são comuns. Infelizmente, há muitas especialidades em que o vocabulário técnico não é nada estável.

Os filósofos são conhecidos por terem vocabulários privados. É evidente que algumas palavras tem um emprego tradicional em Filosofia. Embora nem

todos os escritores as utilizem com o mesmo sentido, são palavras técnicas na discussão de certos problemas. Mas, em geral, os filósofos julgam necessário cunhar novas palavras ou fazer uma palavra da linguagem comum passar para a técnica. Este último processo não é muito bom para o leitor que pensa saber o significado dela, e, por isso, a trata como se fosse uma palavra comum.

Nesse assunto, sabe-se que uma palavra é importante porque o autor disputa com outros escritores sobre ela. Quando vocês encontram um autor explicando como uma determinada palavra foi usada por outros, e por que razão ele resolveu fazê-lo diferentemente, podem ter a certeza de que tal palavra é importante para ele.

lnsisti na noção de vocabulário técnico, mas não se deve tomar isso de um modo muito rigoroso. As poucas palavras que exprimem as primeiras idéias de um autor e suas concepções dirigentes, constituem seu vocabulário especial. São palavras que contêm sua análise. Se está fazendo uma comunicação original, algumas delas serão utilizadas de um modo muito particular, enquanto outras podem ser usadas de uma maneira que se tornou tradicional na especialidade. Em qualquer dos casos, essas são as palavras importantes *para ele*, E deviam ser importantes para vocês, como leitores . Por outro lado, qualquer palavra, cujo significado não seja muito claro, tem importância para vocês.

– 4 –

O que perturba muitos leitores é que eles não prestam atenção suficiente às palavras, para localizar suas dificuldades. Não conseguem distinguir as que não compreendem das que compreendem. Tudo o que sugeri para ajudá-los a encontrar as palavras importantes de um livro, pode não servir de nada, se vocês 11% se esforçarem por descobrir as que precisam estudar para perceber seu significado. O leitor que não consegue analisar ou, pelo menos, marcar, as palavras que não compreende terá um fim tão ruim quanto o maquinista que avança o sinal, na esperança de descongestionar o trafego.

Se estão lendo um livro capaz de desenvolver sua compreensão, é lógico que todas as palavras não serão igualmente inteligíveis, Se considerarem todas como palavras comuns, todas como do mesmo nível de inteligibilidade que as palavras de um artigo de jornal, não terão percorrido a primeira etapa que leva a leitura interpretativa. Fariam melhor se lessem o jornal, pois o livro não pode esclarecê-los se não o procuram entender.

Sei que muitos de nós nos prendemos inveteradamente à leitura passiva. O maior erro do leitor passivo é sua falta de atenção às palavras, e sua conseqüente

incapacidade de chegar a um acordo com o autor.

Alguns anos atrás, eu e o professor Malcolm Sharp, da Escola de Direito da Universidade de Chicago, demos um curso especial para os alunos que pretendiam ali ingressar. Uma de nossas principais finalidades era ensinar-lhes como ler e escrever. Um advogado devia possuir essas habilidades. E a congregação da Escola de Direito suspeitava que não se podia contar com os colégios para desenvolve-las. Nossa experiência com os alunos do primeiro ano, mostrou que tal suspeita tinha fundamento.

E descobrimos, logo, que sua leitura era por demais passiva. Tiveram varias semanas para ler umas cem páginas do segundo ensaio de John Locke – Sobre o *Governo Civil*. E concordaram com isso. Eu e Sharp fizemos perguntas relativamente simples, a propósito das opiniões de Locke sobre o governo, sobre as relações entre o direito natural e o civil, sobre a natureza da liberdade e assim por diante. Responderam a elas, sem revelar que tinham qualquer ponto de contato com Locke. Podiam ter dado as mesmas respostas, se nunca o tivessem lido.

E será que leram? Garantiram-nos que sim. Indagamos se tinham cometido o erro de ler o primeiro ensaio, em lugar do segundo. Não houve tal erro – parece. A única coisa a fazer era provar que, embora tendo *olhado* todas as páginas, não *leram* o livro.

Fui à pedra, e pedi-lhes que citassem palavras mais importantes do ensaio. Disse que queria ou as palavras que fossem mais importantes para Locke ou as que eles, alunos, tinham achado difíceis de compreender. A principio, não houve resposta. Só depois que escrevi na pedra palavras como “natural”, “civil”, “prosperidade” e “igualdade”, consegui que eles se mexessem. Afinal, organizamos uma lista que incluía: “liberdade”, “despotismo”, “consentimento” (dos governados), “direitos”, “justiça”, etc.

Antes de prosseguir, fiz uma pausa, para perguntar se essas palavras eram estranhas para eles. Não, eram todas palavras familiares e comuns – responderam-me. Um aluno lembrou que algumas delas aparecem na Proclamação da Independência. Lá se afirma que todos os homens são criados *iguais* e dotados de certos *direitos* inalienáveis; que os poderes legais do governo emanam do *consentimento* dos governados. Descobriram outras palavras, como “despotismo”, “usurpação” e “liberdade”, que tanto Locke, quanto os fundadores da República teriam usado do mesmo modo – pensavam eles.

Ai estava nossa última palavra. Concordamos em que os autores da Proclamação e os da Constituição tornaram essas palavras extremamente populares na tradição política americana. Sharp acrescentou que muitos deles

provavelmente leram o ensaio de Locke, e seguiram sua orientação. Como empregou Locke essas palavras? Qual era seu significado, não de um modo geral, nem na linguagem popular, mas na teoria política de Locke, e nos grandes documentos americanos, que podem ter sido influenciados por ele?

Fui à pedra, de novo, para escrever os significados das palavras, à medida em que os alunos os sugeriram. Mas poucas sugestões eram oportunas e, raramente, vinham em série. Poucos alunos descobriram a ambigüidade fundamental das palavras importantes. Organizamos uma lista, não de um, mas de vários Significados das palavras. Opondo "natural" a "civil", procuramos mostrar-lhes as distinções feitas por Locke entre a igualdade *natural* e a *civil*, a liberdade *natural* e a *civil* e os direitos *naturais* e os *civis*.

No fim da aula, perguntei-lhes se ainda julgavam ter lido o livro. Um pouco confusos, admitiram que não. Talvez o tivessem lido como liam os jornais ou os compêndios. Passivamente, sem dar atenção alguma nem as palavras, nem aos termos. Mas não compreenderam nada do que Locke tinha dito. E era um grupo de futuros advogados, que não conheciam o significado das principais palavras da Proclamação da Independência ou do preâmbulo da Constituição.

Minha finalidade, contando esta história, é mostrar que, a menos que a leitura passiva seja combatida, o leitor procede como se soubesse o significado de todas as palavras, especialmente se estiver lendo alguma coisa em que as palavras importantes sejam da linguagem popular. Tivessem esses alunos desenvolvido o hábito da leitura ativa, e notariam as palavras que mencionei. Saberiam, em primeiro lugar, que tais palavras não são somente populares, mas pertencem ao vocabulário técnico da teoria política. Reconhecendo isto, poderiam, em segundo lugar, meditar sobre seus significados técnicos. E, afinal, se procurassem determiná-los, descobririam que Locke usou essas palavras com vários sentidos. Teriam compreendido, então, a necessidade de concordar com ele.

Poderia acrescentar que a lição foi útil. Com esses mesmos alunos, lemos, subseqüentemente, livros mais difíceis do que o ensaio de Locke. E eles vieram, dessa vez, melhor preparados para a discussão, por que sublinharam as palavras importantes, seguindo-as, através das mudanças de significado. E o que e mais – estavam passando por uma nova experiência – a leitura ativa de um livro. Isso veio um pouco tarde em sua vida de colégio, mas muitos deles reconheceram, agradecidos, que antes tarde do que nunca.

Lembrem-se de que separar as palavras importantes e o começo do trabalho. É semente localizar as palavras no texto. Mas há outra etapa nessa primeira 'regra de leitura interpretativa, e vamos estudada agora. Suponhamos que foram marcadas as palavras difíceis. E depois?

Há duas grandes possibilidades. Ou o autor está usando essas palavras num único sentido, ou em dois ou mais sentidos, mudando o significado delas a todo momento. Na primeira hipótese, a palavra representa um único termo. (Um bom exemplo de palavras importantes, restritas a um único significado, se encontra em Euclides.) Na segunda, a palavra representa vários termos. Isso e mais freqüente. Pode ser demonstrado pelo ensaio de Locke.

À luz dessas alternativas, o procedimento de vocês deve ser o seguinte: Primeiro, procurem determinar se a palavra tem um ou vários significados. Se tem vários, vejam se se relacionam – e como. Finalmente, observem os lugares em que a palavra é empregada num sentido ou outro, e se o contexto dá alguma explicação para a mudança de significado. Isto faz com que vocês possam seguir a palavra na sua mudança de significados, com a mesma flexibilidade que caracteriza o autor.

Mas – podem notar – tudo está claro, exceto a principal questão. Como descobrir os significados? Só há uma resposta para a pergunta. E penso que vocês não vão achá-la muito satisfatória. Entretanto, a paciência e a prática farão com que pensem de outro modo. Vocês têm de descobrir o significado de uma palavra que não compreendem, usando os significados de todas as outras palavras compreensíveis do contexto. O método é esse, por mais infantil que pareça à primeira vista.

O modo mais simples de ilustrá-lo é considerar uma definição. Uma definição se formula por meio de palavras. Se vocês não compreendem nenhuma das palavras usadas na definição, não podem compreender o sentido da palavra que denomina a coisa definida. A palavra “ponto” é básica em Geometria. Vocês pensam, talvez, que sabem o significado dela. Mas Euclides quer ter a certeza de que só a empregam de um modo. Explica o que quer dizer, definindo, primeiro, alguma coisa que, mais tarde, a palavra vai designar. Diz assim: “Ponto e aquilo que não tem partes.”

Como chegam vocês a concordar com ele? Sabem o significado de todas as outras palavras da frase, com suficiente precisão. Sabem que tudo que tem partes e um todo complexo. Que o oposto de complexo e simples. Ser simples é o mesmo que não ter partes. Sabem que o emprego das palavras "é" e “aquilo que" mostra que a coisa a que se está referindo é uma entidade qualquer. Talvez saibam, até, que não existem coisas físicas sem partes e, portanto, que um ponto, como Euclides o considera, não pode ser físico.

Essa ilustração é típica do processo pelo qual se aprendem os significados. Vocês se utilizam de significados que já possuem. Se cada palavra usada numa definição tivesse que ser definida por sua vez, não haveria definição possível. Se cada palavra de um livro que lessem fosse desconhecida, como acontece com um livro de língua totalmente estranha, vocês não podiam fazer progresso algum.

Acho que é isso que as pessoas querem dizer quando falam que uma coisa é grego para elas. Simplesmente, 11% procuraram compreendê-la. A maioria das palavras de qualquer livro inglês são familiares, e cercam as palavras estranhas, as palavras técnicas, as palavras que perturbam de algum modo o leitor. Constituem o *contexto* das palavras a serem interpretadas. O leitor tem modo o material que precisa para o trabalho.

Não estou dizendo que o trabalho seja fácil. Só afirmo que não é impossível. Se o fosse, ninguém poderia ler um livro para aumentar sua compreensão. Se um livro pode lhes dar novas noções ou maior compreensão é porque, provavelmente, contem palavras que vocês não entenderam logo. Se não chegassem a compreender essas palavras por seu próprio esforço, então o tipo de leitura de que estamos falando seria absurdo. Impossível passar de um estado de menor compreensão, para um estado de compreensão maior, unicamente pela leitura.

Mas não sendo impossível – e não é! – a única solução é aquela que indiquei. Porque vocês compreendem alguma coisa, para começar, é que podem empregar seu cabedal de conhecimentos na interpretação das palavras que os desafiam. Quando o conseguirem, terão se aproximado ou atingido a compreensão com que o autor começou.

Não há regra prática para isso. O processo é como o método de ensaios e erros, na resolução de um quebra-cabeças. Quanto mais partes vocês conseguirem unir, tanto mais facilmente adaptarão as partes restantes. Um livro chega até vocês com um grande número de palavras já no lugar. Uma palavra no lugar é um termo. Está definitivamente localizado pelo sentido de que participam vocês e o autor, quando a utilizam. As palavras restantes devem ser colocadas em seus Lugares. Isso vocês o conseguem, vendo se elas se adaptam de um modo ou outro. Quanto melhor compreenderem a figura que a palavras já colocadas revelam, tanto mais fácil é completá-la, transformando em termos as restantes. Cada palavra localizada faz com que o novo ajustamento seja mais fácil.

Vocês hão de cometer erros, no processo. Pensarão que conseguiram achar o lugar de uma palavra e que sabem adaptá-la, descobrindo mais tarde que a colocação de outra exige toda uma série de reajustamentos.

Os erros serão corrigidos porque senão a figura ficará incompleta. Uma

vez que vocês tiverem uma experiência qualquer neste trabalho de chegar a um acordo, serio capazes de fazer uma análise de si mesmos. Saberão se conseguiram algum resultado ou não. Não pensarão que compreendem, quando não compreendem.

Comparando um livro com um quebra-cabeças fiz uma observação que não é simplesmente ou universalmente verdadeira. Um quebra-cabeças bom é aquele em que todas as partes se adaptam umas as outras. A figura pode ser completada. O mesmo se aplica ao livro idealmente bom. Mas ha poucos livros dessa espécie. Na medida em que são bons, seus termos são tão bem feitos e tão bem colocados pelo autor, que o leitor pode realizar, com proveito, o trabalho de interpretação. Aqui, como no caso de qualquer outra regra de leitura, os livros ruins são menos legíveis do que os bons. As regras não servem para eles, senão para mostrar sua ruindade. Se o autor emprega as palavras ambiguamente, vocês não podem saber com exatidão o que ele esta procurando dizer. Só podem saber que não está sendo preciso.

Mas, perguntarão, um autor que emprega uma palavra em mais de um sentido, não a emprega ambiguamente? E não se disse que a pratica usual é que os autores usem as palavras em vários sentidos, sobretudo as mais importantes?

A resposta para a segunda pergunta é Sim, para a primeira Não. Usar, ambiguamente, uma palavra é usá-la em vários sentidos, sem distinguir ou relacionar esses sentidos. (Por exemplo, é provável que eu tenha empregado _____ “importante”, sem nunca esclarecer se me referi a ____ vocês.) O autor que ____ não ___ termos que possa chegar e leitor. Mas aquele que distingue os vários sentidos que da a uma palavra crítica e que capacita o leitor a fazer uma discriminação responsável, está apresentando termos.

Não se esqueçam de que uma palavra pode representar vários termos. A maneira de lembrar isto e distinguir entre o vocabulário técnico do autor e sua *terminologia* analítica. Se vocês fazem uma lista, colocando numa coluna as palavras importantes e noutra, seus vários significados, poderão ver as relações entre o vocabulário e a terminologia.

– 6 –

Ha muitas complicações mais. Em primeiro lugar, uma palavra que tem vários significados distintos, pode ser usada num único ou em vários sentidos. Vou tomar, de novo, como exemplo, a palavra “leitura”. Servi-me dela, em certos lugares, para me referir à leitura de qualquer tipo de livro. Em outros, para me referir à leitura de livros que instruem mais do que divertem. Em outros

ainda, para me referir à leitura que esclarece mais do que ilustra.

Agora, se simbolizarmos, como já o fizemos, os três significados diferentes de “leitura”, por X*a*, X*b* e X*c*, vocês podem ver que o primeiro emprego mencionado é X*abc*, o segundo, X*bc* e o terceiro, X*c* Por outras palavras, se os três significados se relacionam, pode-se usar uma palavra comum a todos, a alguns ou só a um deles de traria vez. Na medida em que se define o uso, a palavra usada é um termo.

Em segundo lugar, vem o problema dos sinônimos. Vocês sabem que, de um modo geral, os sinônimos são palavras que tem o mesmo significado ou que apresentam gradações de significado muito relacionadas. Um par de sinônimos é justo o oposto de uma palavra única usada de dois modos. Sinônimos são duas palavras que se usam do mesmo modo. Portanto, um mesmo termo pode ser representado por duas ou mais palavras usadas como sinônimos.

Podemos explicar isso simbolicamente, assim. *X* e *Y* representam duas palavras diferentes, como “esclarecimento” e “noção”. A letra *a* representa um significado comum a ambas, isto e, desenvolvimento da compreensão. Então, X*a* e Y*a* representam o mesmo termo, embora difiram como palavras. Quando falo em ler “para adquirir noções” e ler “para esclarecimento”, estou me referindo ao mesmo tipo de leitura, por que as duas expressões estão sendo usadas com o mesmo significado. As palavras são diferentes, mas só há um termo que vocês, como leitores, devem procurar compreender.

Vocês vêem a importância disto. Se pensam que cada vez que o autor altera as palavras está trocando de termos, cometem um erro tão grande como se supusessem que cada vez que ele emprega as mesmas palavras estaria empregando os mesmos termos. Lembrem-se disto, ao catalogar o vocabulário e a terminologia do autor em colunas separadas. Encontrarão dois pontos de contato. De um lado, uma única palavra pode se referir a vários termos. De outro, um único termo pode se referir a várias palavras.

O fato de acontecer isso quase sempre, resulta da natureza da linguagem em relação ao pensamento. Um dicionário é um registro do emprego das palavras. Mostra como os homens usaram diferentes palavras para se referir à mesma coisa. O problema do leitor é saber o que o autor está fazendo das palavras, em qualquer lugar do livro. O dicionário talvez ajude, mas se o escritor parte do uso comum, o leitor está em seu próprio elemento.

Em terceiro lugar e finalmente, ha a questão das frases. A frase, como vocês não ignoram, é um grupo de palavras que não exprimem tão completamente um pensamento quanto um período. Se a frase é uma unidade, se é um todo que pode ser sujeito ou predicado de um período, assemelha-se a uma

palavra única. Como palavra única, pode designar alguma coisa de que se fala.

Segue-se, portanto, que um termo tanto pode ser expresso por uma frase quanto por uma palavra. E todas as relações que existem entre as palavras e os termos, existem também entre os termos e as frases. Duas frases podem exprimir os mesmos termos, e uma frase pode exprimir vários termos, conforme o modo por que se usam suas palavras principais.

Em geral, a frase é menos capas de ser ambígua do que a palavra, sendo um grupo de palavras, cada uma das quais explica as outras. As palavras isoladas têm significados mais restritos. Por isso, o escritor substitui uma frase bem elaborada por uma palavra única, se quer ter a certeza de que se apreende seu significado.

Um exemplo basta. Para me certificar de que vocês concordam contigo a respeito de leituras, vou substituir a expressão “ler para esclarecimentos”, pela palavra “ler”. Para ter mais certeza, ainda, posso substituí-la por uma expressão complexa, como “o processo de passar de um estado de menor compreensão, para um estado de compreensão maior, graças ao trabalho da mente, através de um livro”. Só há um termo aqui, isto é, a referência a um tipo de leitura que estou procurando analisar. Termo que foi expresso por uma palavra única, por uma frase curta, e por uma maior.

Este foi talvez o mais difícil capítulo do livro. Pelo menos para mim, foi o mais difícil de escrever. E acho que sei por quê. A regra de leitura que discutimos não pode ser completamente inelegível, sem que se abordem todas as explicações gramaticais e lógicas, a respeito das palavras e termos.

Garanto a vocês que minhas explicações leram mínimas. Para estudar adequadamente este assunto seriam precisos muitos capítulos. Digo isso, para prevenir-lhes que só cuidei dos pontos essenciais.

Espero ter feito o bastante para tornar a regra um guia útil na prática. Quanto mais vocês a praticarem, tanto mais apreciarão as dificuldades do problema. Quererão saber alguma coisa do uso literal e metafórico das palavras. Quererão saber como diferem as palavras concretas das abstratas, ou os nomes próprios dos comuns. Ficarão interessados nessa questão de definições: a diferença que existe entre definir palavras e definir coisas; por que razão certas palavras são indefiníveis e, no entanto, têm significados definidos, e assim por diante. Compreenderão aquilo que é chamado de “emprego emotivo das palavras”, isto é, o emprego de palavras para provocar emoções, para conduzir os homens ia ação, ou transformar suas mentes, – distinguindo-o da transmissão de conhecimento.

Se a prática da leitura produz tais interesses, vocês poderão satisfazê-los, lendo livros especializados. E aproveitarão mais a leitura de tais livros, porque

recorrerão a eles com perguntas nascidas de sua própria experiência. O estudo da Gramática e da Lógica (ciências que são a base das regras de interpretação) – só é pratico, na medida em que vocês o relacionam com a pratica.

CAPÍTULO XI

Qual é a proposição, e por quê

– 1 –

Além dos acordos, ocorrem também propostas, tanto entre negociantes, quanto no mundo dos livros. O que um comprador ou vendedor entende por proposta, é qualquer coisa que se relaciona com oferta ou procura. Num negócio honesto, quem faz tais propostas mostra sua intenção de agir de um determinado modo. Mas para uma negociação bem sucedida, a honestidade só não basta. A proposta deve ser clara e atraente. Então, chega-se a um acordo. Uma proposta num livro é também uma declaração. É a expressão do julgamento do autor sobre qualquer coisa. Ele afirma o que julga ser verdade, ou nega o que julga ser falso. Afirma que isto ou aquilo é um fato.

Uma proposta desse tipo é uma afirmação de conhecimentos, e, não, de intenções. O autor pode revelar suas intenções logo no prefácio. Num livro cientifico, promete geral mente instruir-nos de algum modo. Para ver se ele mantém a promessa, devemos procurar suas proposições. A ordem da leitura é, de certo modo, o oposto da ordem do negócio. Os comerciantes chegam a um acordo, quando compreendem à proposta. Mas o leitor deve concordar com o autor, antes de perceber o que este autor propõe, que julgamento faz. É por isso que a primeira regra de interpretação se refere às palavras e termos, e a segunda, que vamos discutir, às sentenças e proposições.

Há uma terceira regra de interpretação, intimamente ligada à segunda. O autor pode ser sincero ao se declarar sobre um fato ou conhecimento. Geralmente, temos essa confiança. Mas não basta honestidade. A menos que nos interessemos, exclusivamente, pela personalidade do autor, não ficaremos satisfeitos por saber quais são suas opiniões. Suas proposições não são mais que a expressão de opiniões, a não ser que haja alguma justificativa para elas. Se nos interessamos pelo assunto de um livro, e, não, pelo autor, propriamente, além de conhecer as proposições, queremos conhecer o porquê delas.

A terceira regra, portanto, refere-se a argumentos de todos os tipos. Ha

muitas maneiras de raciocinar, muitas maneiras de provar o que se diz. Às veres, é possível argumentar com a veracidade de alguma coisa; outras vezes, não se pode defender mais que uma probabilidade. Mas todo o argumento Consiste numa série de afirmações, relatadas de um certo modo. Diz-se isso por causa daquilo. A expressão “por causa" significa, aqui, a razão que se dá.

A presença de argumentos se indica por outras palavras que relatam afirmações, como: se isso e assim, então aquilo; ou, desde que isso, por este razão aquilo; ou conclui-se disso que aquilo é assim. Essas correlações apareceram nos primeiros capítulos. Se o pensamento, disse eu, é a aplicação de nossas mentes para adquirir conhecimento, e se só podemos adquirir conhecimento aprendendo e investigando, concluiremos que pensamos através de uma dessas duas atividades.

Um argumento é sempre uma série de afirmativas, com que se procura chegar a uma conclusão. Portanto é preciso um parágrafo, ou, pelo menos, uma série de sentenças para se exprimir um argumento. As premissas ou princípios de um argumento não precisam sempre ser dados em primeiro lugar, mas são a fonte da conclusão. Se o argumento é valido, a conclusão segue as premissas. Isso não quer dizer que a conclusão seja sempre exata, porque as premissas em que elas se apóiam podem ser todas falsas ou falsas em parte.

Talvez vocês já tenham observado alguma coisa da seqüência dessas três regras. Chegamos a um acordo quanto às proposições e argumentos, partindo das palavras (e frases) para as sentenças, coleções de sentenças ou parágrafos.

Quando ainda se ensinava Gramática nos- colégios, todo o mundo tinha noção dessas unidades. Um colegial sabia que uma serie ordenada de sentenças constituía um parágrafo. Minha experiência com alunos de colégio, nesses últimos dez anos, faz com que eu duvide que este simples conhecimento ainda exista. Eles não parecem capazes de escrever ou enunciar sentenças e parágrafos, o que me faz pensar que são incapazes de reconhecê-los nos livros que lêem.

Vocês verão, ainda, que estamos perto de construir unidades mais complexas, de unidades mais simples. O menor elemento significativo de um livro é, sem dúvida, a palavra isolada. Seria verdade, mas não adequado, dizer que um livro consiste de palavras. Consiste, também, de grupos de palavras e de grupos de sentenças, considerados como unidade. O leitor, que seja mais ativo do que passivo, presta atenção não somente às palavras, mas às sentenças e parágrafos. Não ha outra maneira de descobrir os termos, proposições e argumentos do autor.

O movimento dessa segunda leitura ou leitura interpretativa parece estar em direção oposta ao movimento da primeira leitura ou leitura estrutural. Então, viemos do livro, como um todo, para suas partes principais, e, depois, para suas

divisões secundárias. Como vocês talvez suspeitem, os dois movimentos se encontram. As principais partes de um livro c, ate, suas grandes divisões, contêm várias proposições e, em geral, vários argumentos. Mas se vocês insistem em dividir um livro em suas partes, tem que dizer afinal: “Nessa parte, foram feitas as seguintes afirmativas.” Agora, cada uma dessas afirmativas pode-se identificar com uma proposição, e algumas delas, consideradas em conjunto, talvez formem um argumento. Assim, os dois processos, que chamamos de primeira e segunda leitura, se encontram. Vocês estudam as proposições e argumentos, dividindo o livro em suas partes. Estudam os argumentos, procurando ver como se compõem de proposições e de termos. Quando completarem essas duas leituras, podem dizer, realmente, que conhecem o conteúdo do livro.

– 2 –

Há mais uma observação a fazer a propósito das regras que vamos discutir neste capitulo. Como no caso da regra referente a palavras e termos, vamos estudar a relação entre a linguagem e o pensamento. As sentenças e os parágrafos são unidades gramaticais ou unidades de linguagem. As proposições e os argumentos são unidades lógicas ou unidades de pensamento e de conhecimento.

Se vocês se lembram de nosso principal problema no último capitulo, estão preparados para abordar um que lhe é semelhante. Não sendo a linguagem um meio perfeito de expressão do pensamento, porque uma palavra pode ter vários significados, e duas ou mais palavras um único, vemos que é muito complicada a relação entre o *vocabulário* de um autor e sua *terminologia*. Uma palavra pode representar vários termos e um termo pode ser representado por várias palavras.

Os matemáticos descrevem a relação entre os botões e as casas de um casaco bem confeccionado, como uma relação perfeita de reciprocidade. Para cada botão há uma casa, e para cada casa um botão. Ora, a questão é que as palavras e os termos *não* se correspondem reciprocamente. O maior erro que vocês podem fazer, aplicando estas regras, é supor que exista uma relação de reciprocidade entre os elementos da linguagem e os elementos do saber.

Vou mostrar-lhes isso, no caso das sentenças e proposições. Nem toda sentença de um livro exprime uma proposição. Algumas exprimem perguntas. Formulam problemas e, não, respostas. As proposições são respostas as perguntas. São declarações de conhecimento ou opinião. Por isso, chamamos as

sentenças que as exprimem declarativas, e consideramos as que são perguntas, como interrogativas. Outras sentenças mostram desejos ou intenções. Dão-nos um certo conhecimento do propósito do autor, mas não do que ele procura transmitir.

Além do mais, nem todas as sentenças declarativas podem ser lidas como se exprimissem uma proposição. Há, pelo menos, duas razões para isso. A primeira rã o fato de que as palavras são ambíguas e podem ser usadas em vários sentidos. Daí a possibilidade da mesma sentença exprimir proposições diferentes, se há uma mudança nos termos que a palavra exprime. “Ler é aprender” e por certo uma sentença simples. Mas, se, nun1 lugar, entendo que “aprender” é a aquisição de conhecimento e se, noutro, me retiro ao desenvolvimento da compreensão – a proposição não e mais a mesma, porque os termos são diferentes. Entretanto, verbalmente, não se alterou.

A segunda razão é que todas as sentenças não são tão simples como “ler é aprender”. Se vocês pertencem a uma geração mais afortunada, talvez se lembrem da distinção que se faz na escola primária entre as sentenças simples e as sentenças complexas ou compostas. Quando suas palavras são usadas de um modo não-ambíguo, uma sentença simples exprime geralmente uma proposição simples. Mas mesmo nesse caso, a sentença composta exprime duas ou mais proposições. Uma sentença composta é realmente- uma coleção de sentenças, ligadas por palavras como “e”, ou “se” e “então”, ou “não somente” e “mas também”. Vocês podem concluir que o limite entre uma sentença composta e longa e um parágrafo curto talvez seja difícil de traçar. Uma sentença composta pode exprimir uma serie de proposições, exposta em forma de argumento.

As sentenças complexas são as mais difíceis de interpretar. Não há dúvida que exprimem várias proposições relatadas de certo modo. Mas tanto podem exprimir uma, quanto várias proposições. Vou tomar uma interessante sentença do *Príncipe* de Maquiavel, para mostrar-lhes o que quero dizer:

“Um príncipe deve causar tanto medo, que se não inspirar amor não provoque também o ódio; porque pode suportar ser temido se não e odiado, o que acontece enquanto respeita a propriedade e as mulheres de seus súditos.”

Esta sentença é, gramaticalmente, simples, embora seja composta e complexa ao mesmo tempo. O ponto e vírgula e o “porque” indicam a maior pausa da sentença composta. A primeira proposição é que um príncipe deve inspirar um certo medo.

Começando com a palavra "porque", temos uma sentença complexa. Poderia se tornar independente assim: "A razão disso e que ele pode suportar", etc. Esta sentença complexa exprime duas proposições, pelo menos: 1) a razão por que ele pode suportar ser temido, enquanto não é odiado; 2) só não e odiado

se respeitar a propriedade e as mulheres de seus súditos.

Vocês percebem por que e importante distinguir as várias proposições contidas numa longa sentença complexa. Para que concordem ou discordem de Maquiavel, devem compreender, primeiro, o que ele esta dizendo. Mas ele está dizendo três coisas numa sentença. Vocês podem discordar de uma delas e concordar com as outras. Podem achar que Maquiavel faz mal recomendando o terrorismo a um príncipe, embora reconheçam sua astúcia, quando diz que o príncipe não deve provocar o ódio juntamente com o medo, e concordar com ele que o respeito à propriedade e às mulheres dos súditos e condição indispensável para que não seja odiado. A menos que vocês reconheçam as proposições distintas de uma sentença complicada, não podem julgar -com isenção de ânimo o que o autor esta dizendo.

Os advogados não ignoram este fato. Têm de examinar as sentenças cuidadosamente, para ver o que está sendo alegado pelos queixosos e negado pelos defensores. A sentença única, “John Doe assinou o arrendamento em 24 de março”, parece bastante simples, mas, ainda assim, diz muitas coisas, que podem ser falsas ou verdadeiras. John Doe pode ter assinado o arrendamento, mas não em 24 de março, e este fato talvez seja importante. Em suma, mesmo uma sentença gramaticalmente simples pode exprimir, às vezes, duas ou mais proposições.

– 3 –

Já disse o bastante para mostrar a diferença entre sentenças e proposições. Não se relacionam reciprocamente. Tanto uma simples sentença pode exprimir várias proposições, graças à ambigüidade ou à complexidade, quanto uma só proposição pode ser expressa por duas ou mais sentenças diferentes. Se vocês percebem os termos através das palavras e frases que usei como sinônimos, saberão que estou dizendo a mesma coisa quando afirmo: “Ensinar e aprender são funções correlatas” e “Transmitir e receber comunicação são processos relacionados”.

Vou parar de explicar os aspectos gramaticais e lógicos que se subentendem, voltando as regras. A dificuldade deste capítulo, como a do último, é parar de explicar. Talvez fosse melhor supor que o colégio que vocês freqüentaram ensinou-lhes alguma gramática. Se isso for verdade, podem perceber, agora, por que razão todo o trabalho de sintaxe, de analise e esquematização. das sentenças não eram uma rotina sem sentido, *inventada por professores fora de moda para oprimir o espírito dos jovens. Foi muito útil para a

habilidade de escrever e ler.

É quase indispensável esse trabalho. Vocês não podem lidar com os termos, proposições e argumentos que constituem o raciocínio, antes de penetrar a superfície da linguagem. Enquanto as palavras, sentenças e parágrafos permanecerem opacos e não forem analisados, constituem uma barreira, mais do que um meio de comunicação. Vocês lerão palavras, sem receber conhecimento.

Eis as regras. A primeira, que vocês estudaram no último capitulo, é: *Descobrir as palavras importantes e chegar a um acordo.* A segunda: *marcar as sentenças mais importantes do livro e descobrir as proposições que contêm.* A terceira: *Localizar ou estabelecer os argumentos básicos do livro, descobrindo-os na ligação das* sentenças. Verão, mais tarde, por que não disse "parágrafos", ao formular esta regra.

Já tomaram conhecimento da segunda e terceira regras. Nos primeiros capítulos, consideramos importantes a sentença "ler é aprender", porque exprimia uma proposição básica nesta discussão. Notamos, também, vários tipos de argumento: uma prova de que os grandes livros são os mais legíveis é a demonstração do fracasso dos colégios no ensino das artes de ler e escrever.

Nosso trabalho, agora, é esclarecer como devemos agir de acordo com as regras. Como determinar as sentenças mais importantes de um livro? E depois, como interpretá-las, para descobrir a proposição ou proposições que contem?

De novo, a insistência no que é *importante*. Dizer que o número das sentenças importantes de um livro é relativamente pequeno, não significa que vocês não precisem dar atenção a todo o resto. Sem dúvida, devem compreender todas as sentenças. Mas a grande maioria delas, corno a grande maioria das palavras, não trarão dificuldade para vocês. De seu ponto de vista como leitores, as sentenças importantes *para vocês* são as que exigem um esforço de interpretação, porque, a primeira vista, não são perfeitamente inteligíveis. Vocês as compreendem suficientemente para saber que ha mais coisas a compreender. Podem não ser essas as sentenças mais importantes *para o autor,* mas é provável que sejam, porque é provável que vocês encontrem maior dificuldade no que o autor dia de mais importante.

Do ponto de vista do autor, as sentenças importantes são as que exprimem as idéias em que se baseia todo o argumento dele. Em geral, um livro contem muito mais do que a simples exposição de um argumento ou de uma série de' argumentos. O autor pode explicar como clicou ao ponto de vista que abraça, ou por que pensa que sua posição tem sérias conseqüências. Pode discutir as palavras que vai usar. Pode comentar o trabalho de outros. Pode abandonar-se a discussões comprovantes e extraordinárias. Mas a essência de sua comunicação

está nas principais afirmações ou negações que faz, e nas razões que dá para isso. Para chegar ao controle, portanto, vocês devem ver as sentenças principais, como se brotassem da página, em alto relevo.

Alguns autores os ajudam nisto. Sublinham as sentenças para vocês. Ou dizem que tal questão é importante, ou utilizam-se de um sinal tipográfico qualquer, para realçar as sentenças básicas. Sem dúvidas, não há nada que ajude aos que dormem, quando lêem. Conheci muitos alunos que não prestavam atenção a esses sinais. Preferiam passar adiante, em vez de parar e examinar tais sentenças, com cuidado. Sabiam, de certo modo, inconscientemente, que o autor não estava sendo útil. Estava procurando levá-los a algum trabalho mental que não era necessário.

Há poucos livros em que as proposições básicas se transformam em sentenças que ocupam um lugar especial na ordem e no estilo da exposição. Euclides, ainda, dá o exemplo mais claro. Não só expõe suas definições. Seus postulados, seus axiomas – suas principais proposições – no começo, mas marca toda a proposição que precisa ser provada. Vocês podem não compreender suas afirmativas. Podem não seguir seus argumentos. Mas se tiverem olhos para ver, não podem deixar passar as sentenças importantes ou o agrupamento de sentenças, na exposição das provas. Isso tudo já está leito para vocês.

A *Summa Theologíca* de Santo Tomás de Aquino é um outro livro cujo estilo de exposição coloca as sentenças básicas em alto relevo. Seu processo é fazer perguntas. Cada seção está encabeçada por uma pergunta. Há muitas sugestões para a resposta que Santo Tomás está procurando defender. Toda uma série de objeções é feita à resposta. O lugar em que Santo Tomás começa a argumentar seu assunto está marcado pelas palavras: “Eu repondo que.” Ninguém tem desculpa de não ser capaz de localizar as sentenças importantes em tal livro, ou as que exprimem as razões e as conclusões, embora isso aconteça com os alunos que tratam tudo o que lêem como se fosse de importância igual. O que é o mesmo que dizer que tudo e igualmente sem importância.

– 4 –

A não ser nos livros cujo estilo ou formato chamam a atenção para o que mais exige a interpretação do leitor, a separação das sentenças é um trabalho que ele realiza por si mesmo. Há muitas coisas a fazer. Já me referi a uma. Se ele for sensível à diferença entre as passagens que pode compreender rapidamente e as que não pode, será provavelmente capaz de localizar as sentenças que têm maior

significação. Talvez vocês estejam começando a fazer idéia de como é importante ficar intrigado, e reconhecê-lo. A admiração e o principio da sabedoria, no aprendizado dos livros, assim como da natureza. Se vocês nunca perguntaram nada a si mesmos, a respeito do significado de um trecho, não podem pretender que o livro lhes dê uma noção que não possuem.

Outra maneira de achar as sentenças importantes é descobrir as palavras que as compõem. Se vocês já marcaram as palavras importantes, elas os levarão as sentenças que merecem maior atenção. Assim também pode acontecer o contrário. Vocês marcaram certas palavras, só depois de ficarem intrigados com o significado de uma sentença. O fato de eu ter formulado essas regras numa ordem fixa, não quer dizer que vocês as devem seguir nessa ordem. Os termos constituem as proposições. As proposições contem termos. Se vocês sabem que termos as palavras exprimem, percebem a proposição na sentença. Se compreendem a proposição transmitida pela sentença, compreendem também os termos.

Isto sugere um outro modo de localizar as proposições mais importantes. Elas devem pertencer aos principais argumentos de um livro. Devem ser ou premissas ou conclusões. Portanto, se vocês conseguem perceber aquelas sentenças que parecem formar uma seqüência, uma seqüência que tem começo e fim, e provável que tenham tocado as sentenças importantes.

Disse uma sentença que tem começo e fim. Qualquer argumento que os homens possam exprimir em palavras leva tempo para ser formulado, mais tempo do que uma simples sentença. Pode-se pronunciar uma sentença num só fôlego, mas há pausas num argumento. É preciso dizer primeiro uma coisa, depois outra, e outra ainda. Um argumento começa num lugar, vai para algum lugar, chega a algum lugar. É um movimento da imaginação. Pode principiar com o que é realmente a conclusão, para, então, prosseguir, dando as razões dela. Ou pode partir das evidências e razões, levando-nos à conclusão que se segue.

Sem dúvida, de nada adianta isso, se vocês não souberem utilizá-lo. Ao ver um argumento, devem reconhecê-lo. A despeito de certas experiências desanimadoras no ensino, continuo persistindo na idéia de que a mente humana é tão naturalmente sensível aos argumentos, quanto os olhos às cores. Os olhos não vêem senão estiverem bem abertos e a mente não segue um argumento se não estiver acordada. Explico meu desapontamento com os alunos, neste setor, dizendo que eles, em geral, dormem, quando lêem um livro ou assistem a uma aula.

Há muitos anos passados, eu e Hutchins lemos uns livros com um novo grupo de alunos. Quase não tinham prática nenhuma e sua leitura era insignificante quando começamos a ter contato com eles. Um dos primeiros

livros que lemos foi *Da Natureza das Coisas* de Lucrécio. Julgamos que os pudesse interessar. A grande maioria de nossos alunos são exageradamente materialistas. E essa obra de Lucrécio e uma exposição audaz da mais extremada tese materialista. É a melhor exposição que temos da atitude dos antigos atomistas gregos.

Por serem esses alunos principiantes na leitura (embora muitos fossem alunos do colégio), lemos o livro devagar, numa media de trinta páginas de cada vez. Mesmo assim, eles tinham dificuldade em saber que palavras deviam marcar, que sentenças deviam sublinhar. Tudo o que Lucrécio dizia, parecia-lhes de igual importância. Hutchins decidiu que seria bom que eles escrevessem *só* as conclusões a que Lucrecio chegava ou que procurava provar na página seguinte. "Não queremos saber" – dizia ele – "o que Lucrecio pensa dos deuses ou das mulheres; ou o que vocês pensam de Lucrecio. Queremos o resumo do argumento, e isto significa achar, primeiro, as conclusões."

O principal argumento do trecho que eles tinham de ler era uma tentativa de mostrar que os átomos só diferem na forma, no tamanho, no peso e na velocidade de movimento. Não tinham outras qualidades, nem cor, nem cheiro, nem contextura. Tudo o que experimentamos era inteiramente subjetivo – estava mais em nos, do que nos objetos.

As conclusões poderiam ser escritas em poucas frases. Mas eles fizeram afirmações de toda espécie. Seu fracasso em tirar conclusões não era devido a uma falta de prática em Lógica. Não tinham dificuldade em seguir um argumento que lhes tivesse sido proposto. Mas esse argumento precisava vir destacado no texto. Quando Hutchins fez o trabalho, perceberam que as afirmações escritas na pedra formavam um argumento. Via-se a diferença entre as premissas – razões ou evidências – e as conclusões a que chegavam. Em suma, deviam aprender como ler e, não, como raciocinar.

Repito: não tínhamos que ensinar-lhes Lógica ou explicar um argumento. Eles podiam reconhecê-lo, assim que era exposto na pedra, numa meia dúzia de simples afirmações. Mas não podiam descobrir os argumentos num livro, porque ainda não tinham aprendido a ler *ativamente*, a separar as sentenças importantes de todo o resto e a observar as associações que o autor faz. Lendo Lucrécio como li-am o jornal, não podiam, naturalmente, fazer tais discriminações.

– 5 –

Suponhamos, agora, que vocês localizaram as sentenças básicas. Mas a regra exige uma outra etapa. Descobrir a proposição ou proposições contidas em

cada uma dessas sentenças. Isso é uma nova maneira de dizer que vocês precisam saber o que significa a sentença. Descobrem-se os termos, descobrindo' o sentido de uma palavra num uso determinado. Descobrem-se as proposições, igualmente, interpretando todas as palavras que constituem a sentença e, sobretudo, as palavras principais.

É claro que vocês não podem fazer isso se não tiverem certas noções de Gramática. Devem saber que papel desempenham os adjetivos e advérbios, como funcionam os verbos em relação aos substantivos, como as palavras modificadores e as cláusulas restringem e ampliam o significado da palavra que modificam, e assim por diante. Devem ser capazes de dissecar uma sentença, de acordo com as regras da sintaxe. Já admitimos que vocês sabem Gramática. Não acredito o contrário, embora vocês possam ter se desenvolvido mal, pela falta de pratica nos rudimento da arte da leitura.

Há duas diferenças entre encontrar os termos que as palavras exprimem e encontrar as proposições nas sentenças. Uma, é que vocês empregam um contexto maior no último caso. Fazem todas as sentenças circundantes se apoiar na sentença em questão, assim como usaram as palavras circundantes para interpretar uma palavra em particular. Em ambos os casos, partem do que compreendem para a elucidação gradual do que-era, a princípio, relativamente incompreensível.

A outra diferença está no fato de que as sentenças complexas exprimem duas ou mais proposições. Vocês não completam a interpretação de uma sentença importante, antes de terem separado dela todas as proposições diferentes, embora relacionadas, que possa conter. É fácil exercitar essa habilidade. Tomem algumas sentenças deste livro e procurem exprimir, por suas próprias palavras, cada uma de suas afirmações. Depois de enumerá-las, mostrem como podem se relacionar.

“Exprimir por suas próprias palavras.” Esta ê a melhor prova para ver se vocês compreenderam a proposição ou proposições da sentença. Se, quando lhes perguntarem o que pretende o autor com determinada sentença, tudo o que vocês podem fazer é repetir as mesmas palavras dele, com algumas alterações mínimas na ordem, é melhor vocês se convencerem de que não sabem o que ele quer dizer. Deviam ser capazes de afirmar a mesma coisa com palavras totalmente diferentes. O ideal pode ser atingido aos poucos. Mas se vocês não conseguem se libertar das palavras do autor, revelam que só palavras passaram entre ele e vocês, e, não, *o pensamento ou conhecimento*. Desconhecem suas palavras, não conhecem sua mente. Ele estava procurando transmitir um conhecimento, e tudo o que vocês receberam foram palavras.

O processo de traduzir uma língua estrangeira para o inglês ê uma

demonstração dessa prova. Se vocês não podem exprimir numa frase inglesa o que diz uma frase francesa, não compreenderam o significado desta última. A tradução foi somente verbal, porque, mesmo quando vocês derem uma versão fiel em inglês, podem ainda não saber o que o autor da frase francesa estava procurando transmitir. Li muitas traduções que revelam tal ignorância.

A versão de uma frase inglesa noutra frase inglesa não é meramente verbal. A nova sentença que vocês formaram não é uma réplica fiel da primitiva. Se exata, é fiel ao pensamento apenas. Por isso, fazer tais versões é o melhor teste que vocês podem aplicar a si mesmos, se querem ter a certeza de terem aprendido a proposição e não apenas roçado pelas palavras. Tentei-o inúmeras vezes com os alunos. Nunca deixou de revelar a falsidade da compreensão. O aluno que diz saber o que o autor afirma, mas só repete a sentença dele para mostrar que compreendeu, não seria capaz de reconhecer a proposição, se ela lhe fosse apresentada noutras palavras.

O próprio autor pode exprimir a mesma proposição por diferentes palavras, no correr de seu trabalho. O leitor que não viu através das palavras a proposição que transmitem, provavelmente tratará as sentenças equivalentes, como se fossem afirmações de proposições diversas. Imagine-se uma pessoa que não soubesse que “2 + 2 = 4” e “4 - 2 = 2” fossem notações diferentes da mesma equação aritmética – quatro é o dobro de dois, ou dois é a metade de quatro. Vocês teriam simplesmente de concluir que tal pessoa não compreendeu a equação. A mesma conclusão se aplica a vocês ou a qualquer outro que não saiba dizer quando estão sendo feitas afirmativas equivalentes da mesma proposição, ou que não possa fazer afirmação idêntica, quando pretende compreender a proposição que uma sentença contém.

Essas observações se baseiam no problema de ler dois livros de mesmo assunto. Autores diferentes costumam dizer a mesma coisa em palavras diferentes, ou dizer coisas diferentes usando quase as mesmas palavras. O leitor que não vê através da linguagem os termos e proposições, nunca será capaz de comparar tais palavras que se relacionam. Devido à diferença verbal, lerá, provavelmente, os autores como se estes discordassem entre si, ou ignorará as diferenças em virtude das semelhanças verbais de suas afirmativas. Vou mais longe ainda, dizendo que quem não consegue ler dois livros relacionados, discriminando-os, não consegue ler nenhum deles isoladamente.

Há outra prova para ver se vocês compreenderam a proposição, na sentença que leram. Será que podem revelar alguma experiência que tiveram e que a proposição descreve ou para a qual a proposição e de algum modo importante? Podem exemplificar a verdade geral que foi enunciada, referindo-se a um exemplo particular dela? Imaginar um caso provável é, muitas vezes, tão

útil quanto relatar um verdadeiro. Se vocês não conseguem fazer nada, absolutamente, nem pela lembrança de experiências reais, podem ter a certeza de não saber o que está sendo dito.

Todas as proposições não são igualmente suscetíveis desta prova. É necessária a experiência especial que só um laboratório pode dar para ver se vocês compreenderam certas proposições cientificas.

Voltaremos a este assunto mais tarde, ao discutir a leitura dos livros científicos. Mas aqui, o fato principal está bem claro. As proposições não existem no vácuo. Referem-se ao mundo em que vivemos. A menos que vocês possam mostrar algum conhecimento de fatos atuais ou possíveis a que a proposição se refere ou se prende de certo modo, estarão *jogando com palavras* e, não, com o pensamento ou o conhecimento.

Vou dar-lhes um exemplo. Uma proposição básica em Metafísica é a que se exprime assim: “Só age o que é atual (real).” Tive muitos alunos que me repetiam essas palavras com um ar de sabedoria satisfeita. Pensavam estar cumprindo seu dever para comigo e para com o autor, graças a essa tão perfeita repetição verbal. Mas o engano ora evidente. Primeiro, eu lhes pedia para formular a proposição com outras palavras. Raramente chegavam a dizer, por exemplo, que se uma coisa não existe não pode fazer nada. E, no entanto, esta e uma versão aparente – pelo menos, aparente para qualquer um que tenha compreendido a proposição na sentença original.

Não conseguindo urna outra versão, pedia-lhes para exemplificar a afirmativa. Se qualquer um deles me dissesse que as pessoas não se batem pelo que e meramente provável – que um jogo de beisebol não é adiado em vista de *possíveis* tempestades – eu veria que a proposição foi compreendida.

O vício do “verbalismo" pode ser definido como o mau hábito de usar as palavras, sem consideração pelos pensamentos que elas deveriam transmitir e sem cuidado com as experiências a que deveriam se referir. É brincar com elas. Como as duas provas que acabo de sugerir o indicam, o “verbalismo” é o pecado mais comum dos que não conseguem ler interpretativamente. Tais leitores nunca vão alem das palavras. O que leram é como uma lembrança verbal que podem recitar de um modo oco. E uma das acusações feitas pelos educadores progressistas às artes liberais é que elas tendem para o verbalismo – quando os fatos mostram claramente que e o desprezo da educação progressista pelos três R. a causa disso. O fracasso em ler – o verbalismo vicioso – dos que não foram treinados nas artes da Gramática e da Lógica mostra como a falta de tais disciplinas resulta na escravidão e, não, no domínio das palavras.

Já perdemos muito tempo com as proposições. Estudemos, agora, a terceira regra, que exige que o leitor trate das coleções de sentenças. Afirmei que

havia uma razão para não formular esta terceira regra, e que o leitor devia descobrir os parágrafos mais importantes. A razão é que não há convenções estabelecidas entre os escritores, Sobre como construir parágrafos. Alguns grandes escritores como Montaigne e Locke escreveram parágrafos extremamente longos; outros, como Maquiavel e Hobbes, escreveram parágrafos relativamente curtos. Nos dias de hoje, sob a influência do estilo de jornal e de revista, a grande maioria dos escritores cortam seus parágrafos, para se adaptarem a uma leitura rápida e fácil. Devo confessar a vocês que, ao escrever este livro, fiz dois parágrafos do que me parecia ser naturalmente um, porque me disseram que a maioria dos leitores preferem os parágrafos curtos. Este parágrafo, por exemplo, é provavelmente longo de mais. Se eu quisesse agradar a meus leitores, começaria um novo, com as palavras: Alguns grandes escritores.

Não e apenas uma questão de extensão. O que é difícil, aqui, é a relação entre a linguagem e o pensamento. A unidade lógica, para a qual a terceira regra dirige nossa atenção, é o argumento – uma seqüência de proposições, das quais umas justificam as outras. Essa unidade lógica não se relaciona unicamente com uma unidade reconhecível da escrita, – como os termos se relacionam com as palavras e as frases, e as proposições com as sentenças. Um argumento, como vimos, pode ser expresso por uma única sentença complexa. Ou por uma série de sentenças, que são as partes de um parágrafo. Às vezes, um argumento pode coincidir com um parágrafo, mas também pode acontecer que o argumento se estenda por vários parágrafos.

Há outra dificuldade ainda. Num livro, há muitos parágrafos que não exprimem argumento algum, – talvez nem uma fração de argumento. Podem consistir em coleções de sentenças, que explicam a evidência ou relatam como foi ela apreendida. Assim como há sentenças de importância secundária, porque são apenas digressões ou observações à margem, também há parágrafos desse tipo.

Por tudo isso, sugiro a seguinte regra: *Descubram, se ponderem, os parágrafos do livro em que estão seus argumentos principais; mas se os argumentos não vierem assim expressos, o dever de vocês formulá-los, tomando uma sentença de um parágrafo, outra de outro, até terem apreendido a serie de .sentenças que constituem os proposições do argumento.*

Depois de descobertas as sentenças básicas, a construção dos parágrafos será relativamente fácil. Há muitas maneiras de fazer isso. Vocês podem fazê-lo escrevendo numa ficha as proposições que, juntas, formam um argumento. Ou colocar um número na margem, para mostrar o lugar em que ocorrem as sentenças a serem englobadas numa série.

Os autores são mais ou menos úteis para seus leitores, nessa questão de tornar nítidos os argumentos. Os bons autores procuram revelar seu pensamento e, não, esconde-lo. Entretanto, nem todos os bons autores fazem isso do mesmo modo. Alguns, como Euclides, Galileu, Newton (autores que escreveram num estilo geométrico ou matemático), aproximam-se muito do ideal de tornar um simples parágrafo uma unidade argumentativa. Com a exceção de Euclides, não há quase nenhum que fizesse de cada parágrafo um argumento. O estilo da maioria que escreve em ramos não-matemáticos da ciência, tende a apresentar dois ou mais argumentos num único parágrafo, ou desenvolver um argumento através de muitos parágrafos.

Quanto mais descuidado é um livro, tanto mais difusos são seus parágrafos. É preciso, muitas vezes, analisar todos os parágrafos de um capítulo, para se descobrirem as sentenças que constituem t1n1 argumento único. Li vários livros que nos fazem procurar em vão, e alguns que nem dão vontade de pesquisas.

Um bom livro se sintetiza, ã medida em que seus argumentos vão surgindo. Se o autor resume seus argumentos no fim do capítulo, ou no fim de uma seção bem elaborada, vocês serão capazes de ver nas páginas precedentes o material que ele ajuntou no sumário. Na *Origem das Espécies*, Darwin resume todo o seu argumento no último capítulo intitulado “Recapitulação e Conclusão”. O leitor que se esforçou em ler merece esse auxílio. O que não se esforçou, não pode utilizá-lo.

Outra diferença entre o bom e o mau escritor é a omissão de etapas num argumento. Algumas vezes, elas são omitidas sem perigo ou inconveniência, porque as proposições que não aparecem podem ser descobertas pelo conhecimento comum dos leitores. Mas, outras vezes, sua omissão e contraproducente, e pode ser intencional. Um dos truques mais banais' do orador ou propagandista é deixar de dizer certas coisas – coisas que são de grande importância para o argumento, mas que podem ser contestadas, se explícitas Embora não esperemos isso de um autor cuja finalidade é instruir-nos, podemos considerar uma boa máxima de leitura explicar cada etapa de um argumento.

Qualquer que seja o livro, a obrigação de vocês, como leitores, permanece a mesma. Se o livro contém argumentos, devem conhecê-los e resumi-los. Qualquer bom argumento pode ser resumido. Há argumentos que brotam de argumentos. No correr de uma análise cuidadosa, prova-se uma coisa para provar outra, o que, por sua vez, pode ser usado para uma nova afirmação. As unidades de raciocínio, no entanto são argumentos simples. Se vocês podem achá-las em qualquer livro que lêem, é provável que não deixem passar as maiores seqüências.

Isso está certo – podem objetar – mas a menos que se conheça a estrutura de um argumento como um lógico conhece, não se pode pretender fechá-la num livro, ou formula-1a, se o autor não a formula compactamente num único parágrafo.

Vou responder-lhes, mostrando que vocês não precisam conhecer os argumentos “como um lógico conhece”. Há relativamente poucos lógicos no mundo, seja imo bom ou mau. A maioria dos livros que transmitem noções e que nos instruem contém argumentos. Foram feitos para o leitor médio e, não, para os especialistas em Lógica.

Acho que não é preciso uma grande competência lógica para ler esses livros. Repito o que disse' antes: a natureza da mente humana é tal que se ela realiza um trabalho qualquer durante o processo da leitura, se chega a concordar com o autor e se percebe suas proposições, verá também seus argumentos.

Há, no entanto, alguma coisa que posso dizer e que talvez seja útil na obediência a esta terceira regra. Em primeiro lugar, lembrem-se de que, em todo argumento, há uma série de afirmativas.

Algumas delas dão o motivo por que se deve aceitar a conclusão que o autor apresenta. Se acham a conclusão primeiro, procurem os motivos depois. Se acham primeiro os motivos, vejam para onde eles os levam.

Em segundo lugar, discriminem entre o tipo de argumento que se refere a um fato ou a fatos mais particulares (como a evidencia de alguma generalização) e o que apresenta uma serie de afirmativas gerais, para provar alguma generalização futura. As proposições gerais evidentes por si mesmas chamam-se axiomas, e são proposições que sabemos ser verdadeiras, assim que compreendemos seus termos. Derivam de nossa experiência de particulares.

Por exemplo, quando vocês compreendem que qualquer todo *físico* é, e o que significa, para uma coisa, ser parte de *tal* todo. sabem logo que o todo é maior do que qualquer uma de suas partes. Compreendo três termos – todo, parte e maior do que – conheceram, de uma vez, uma proposição verdadeira. A etapa mais importante na consecução dessa verdade é restringir o significado da palavra “todo”, pelo qualificativo físico. A proposição de que o todo e maior do que uma parte não é verdadeira para qualquer todo. Mas usando essas palavras com um significado restrito, vocês atingem certos termos que se relacionam de algum modo. O que se torna evidente é um axioma familiar, uma proposição que os homens comumente reconheceram como verdadeira, através dos séculos.

Às vezes, tais proposições se chamam tautologias. O nome não interessa, a não ser para indicar como vocês sentem a proposição que encerra uma verdade evidente e sem prova – uma generalização que vem diretamente dos particulares. Quando, nos tempos modernos, se chamaram às verdades evidentes de

“tautologias”, o que fica atrás disso é um sentimento de desprezo pelo trivial ou uma suspeita de fraude. Os coelhos estão sendo tirados da cartola. Definindo suas palavras, vocês mostram a verdade, para logo depois escondê-la, como se estivessem surpresos de encontrá-la ai. Notem, no entanto, que este não é o caso. Restringir o significado de uma palavra não é definir uma coisa. Os todos e as partes são coisas e, não, palavras. Não precisamos defini-los. E nem podemos. O que fizemos foi limitar de tal modo nossas palavras, que elas passaram a se referir a um certo tipo de fatos. Descobrimos, então, saber alguma coisa que nossas restritas palavras exprimiam.

Na literatura cientifica, observa-se a distinção entre provar uma proposição, raciocinando, e formulá-la, experimentalmente. Galileu, no seu livro *Duas Novas Ciências*, fala em ilustrar pela experiência as conclusões a que já tinha chegado pela demonstração matemática, E num capitulo final, o grande fisiologista Harvey escreve: “Provou-se pela razão e pela experiência que o sangue, graças ao movimento dos ventrículos, corre pelos pulmões o pelo coração e atravessa o corpo inteiro.” Às vezes, e possível confirmar uma proposição raciocinando com outras verdades gerais, ou com a evidencia experimental. Às vezes, só adianta o método de argumentação.

Em terceiro lugar, observem que coisas o autor deve supor, que coisas podem ser evidenciadas de outro modo, e que coisas não precisam ser provadas porque são evidentes por si mesmas. Ele pode, honestamente, procurar explicar a vocês suas suposições, ou pode, tão honestamente, deixar que vocês as encontrem sozinhos. Sem dúvida, nem tudo se define. Se toda proposição tivesse de ser provada, não havia começo para nenhuma prova. Os axiomas ou proposições originam-se diretamente da experiência, e as suposições ou postulados são necessários para a prova de outras proposições. Se estas últimas forem provadas, serão usadas como premissas de provas seguintes.

– 7 –

Essas três regras de leitura – referentes aos termos, proposições e argumentos – podem ser sintetizadas numa quarta e última regra, que governa a última etapa da segunda leitura de um livro. Mais do que isso, estabelece uma ligação entre a segunda leitura e a primeira.

Talvez vocês se lembrem de que a última etapa na primeira leitura era a descoberta dos principais problemas que o autor procurou resolver, no curso de seu trabalho. Agora, depois que vocês chegaram a um acordo com ele e compreenderam suas proposições e argumentos, podem verificar o que

descobriram, respondendo às seguintes perguntas: Quais dos problemas que o autor procurou resolver, conseguiu resolver? Resolvendo-os, abordou outros? Dos problemas que não resolveu, velhos ou novos, quais reconhece não ter resolvido? Um bom escritor, como um bom leitor, devia saber se um problema foi ou não resolvido, embora muito mais freqüentemente o fracasso seja reconhecido pelo leitor. Quando vocês puderem responder a essas perguntas, estejam certos de terem compreendido o livro. Se começaram com um livro que estava acima de vocês – e, portanto, com um livro capaz de ensinar-lhes alguma coisa – percorreram um longo caminho. Mais do que isso, tornaram-se aptos para completar a leitura de tal livro.

A terceira e última etapa do trabalho será relativamente fácil. Vocês ficaram de olhos e mente abertos e de boca fechada. Até aqui, seguiram o autor. Daqui por diante, têm oportunidade de discutir com ele e exprimir seu pensamento.

CAPÍTULO XII

A arte de replicar

– 1 –

E, agora, onde estamos nós?

Afirmei, no fim do último capítulo, que percorremos um longo caminho. Aprendemos o que exige de nós a primeira leitura: é aí que analisamos a estrutura de um livro. Aprendemos, também, quatro regras da segunda leitura do mesmo livro – a leitura interpretativa. São elas: 1) concordar com o autor, pela interpretação de suas palavras básicas; 2) apreender as principais proposições do autor, descobrindo suas sentenças importantes; 3) conhecer os argumentos do autor, achando-os ou construindo-os, na seqüência das frases; 4) determinar que problemas o autor resolveu e que problemas não resolveu, e ver à que ponto ele reconhece isso.

Vocês estão preparados, agora, para o terceiro modo de ler. Colherão, aqui, os frutos de seus esforços anteriores.

Ler um livro é como conversar. Talvez vocês não pensem assim, porque só quem fala ê o autor e vocês não têm nada a dizer. Se essa for a opinião de vocês, não compreenderam suas oportunidades e deveres como leitores.

Na verdade, o leitor tem a última palavra. A conversa entre um livro e seu leitor devia ser metódica, cada parte falando por sua vez sem interrupções. Se, no entanto, o leitor for indisciplinado e impolido, é tudo, menos metódico. O pobre do autor não pode se defender. Nem dizer: “Espere que eu acabe, e depois discordo.” Nem protestar contra a incompreensão do leitor.

As conversações ordinárias entre pessoas que se defrontam só são boas se forem convenientes. Não estou pensando só nas conveniências que se baseiam em preconceitos sociais. Há um código intelectual a observar. Sem ele, a conversa torna-se uma comunicação agitada, em vez de proveitosa. Suponho que se esteja tratando de um assunto sério, sobre o qual os homens podem concordar ou discordar. É importante que eles se portem bem. De outro modo, o empreendimento não traz proveito algum. O proveito de uma boa conversa é

aprender alguma coisa.

O que é verdade, na conversação ordinária, é mais verdade, ainda, na situação especial em que um livro fala e um leitor responde. Que o autor seja bem disciplinado, admitamos temporariamente. Que orientou bem a sua prosa, supõe-se, no caso dos grandes livros. O que *pode* o leitor fazer, em troca? O que *deve* fazer, para atingir seu fim?

O leitor tem o dever e o direito de replicar. O direito e evidente. Nada o impede de emitir um julgamento. As raízes do dever, no entanto se fixam um pouco mais profundamente na natureza das relações entre os livros e os leitores.

Se o livro é, dos que transmitem conhecimentos, a finalidade do autor e instruir. Ele procurou ensinar. Procurou convencer ou persuadir seu leitor de alguma coisa. Seu esforço se coroa de êxito, se o leitor disser no final: “Aprendi Você me convenceu que isso é verdade, ou me persuadiu que é provável.” Mas mesmo que o leitor não se convença ou persuada, a intenção e o esforço do autor devem ser respeitados. O leitor lhe deve uma consideração. Se não pode dizer “Concordo”, devia, pelo menos, ter uma base para discordar ou mesmo para deixar de julgar a questão.

Não estou dizendo senão que um bom livro merece uma leitura ativa. A atividade da leitura não para com o trabalho de compreender o que diz um livro. Deve se completar pelo trabalho da crítica, pelo trabalho de julgar. O leitor passivo peca mais, talvez, contra essa exigência, do que contra as regras de análise e interpretação. Não só não faz esforço algum para compreender; despreza o livro, abandonando-o, simplesmente, ou esquecendo-o. Pior do que um louvor fingido, ele o condena, porque não o critica de modo algum.

– 2 –

O que entendo por replicar não e alguma coisa ã parte da leitura. É o terceiro modo por que um livro deve ser lido. Há regras para isso, como para as outras duas leituras. Algumas delas são máximas gerais de código intelectual. Outras, são critérios mais específicos de definir os aspectos da critica. Serão discutidos no próximo capitulo.

Há uma tendência em pensar que um bom livro está acima da crítica do leitor médio. O leitor e o autor não são iguais. O autor só pode ser julgado por um júri de seus pares. Lembrem-se do conselho de Bacon ao leitor: “Leia, não para contradizer ou refutar; nem para acreditar ou admitir; nem para achar assunto de conversar ou discurso; mas para pesar e considerar.” Sir Walter Scott ataca mais diretamente aqueles “que lêem para duvidar ou para escarnecer”.

Há uma certa verdade nisso, como veremos, mas não aprecio a auréola de impecabilidade que cerca os livros assim, ou a falsa compaixão que alimenta. Os leitores são como as crianças, no sentido de que os grandes livros podem ensinar-lhes, mas isso não quer dizer que eles não sejam ouvidos. Não acho que Cervantes tivesse razão, quando disse: “Não há livro inteiramente ruim; sempre se pode encontrar alguma coisa de bom nele.”

É verdade que um livro que ilustra seus leitores e que, neste sentido, e melhor do que eles, deve ser criticado, até que o compreendam. Então, os leitores se elevaram ao nível do autor. Podem, agora, exercer os direitos e privilégios de sua nova posição. A menos que exercitem suas faculdade; criticas, estarão cometendo uma injustiça para com o autor. Ele fez o que lhe foi possível para torná-los seus iguais. Merece que eles se portem como seu pares, que conversem com ele e lhe repliquem.

Como já afirmei, a docilidade se confunde, geralmente, com a subserviência. (Estamos esquecendo que a palavra “dócil” se prende a raiz latina que significa ensinar ou aprender.) Uma pessoa não e dócil, se é passiva e maleável. Pelo contrário, a docilidade e a virtude extremamente ativa de poder aprender. Quem não exercita, livremente, sua capacidade de julgamento, não é capaz de aprender. O leitor mais dócil é, portanto, o mais critico. É o leitor que, finalmente, corresponde ao livro, esforçando-se por opinar sobre os assuntos que o autor discutiu.

Disse “finalmente”, porque a docilidade exige que um professor seja ouvido e, mais do que isso, compreendido, antes de ser julgado. Acrescentaria, também, que um esforço exagerado não e um bom critério de docilidade. O 'leitor deve saber julgar um livro, assim como deve chegar à compreensão de seu conteúdo. Esse terceiro grupo de regras de leitura é um guia para o último estágio do exercício disciplinado de docilidade.

Encontramos, sempre, uma certa reciprocidade entre a arte de ensinar e a arte de aprender, entre a habilidade que dá. consideração a um autor e a habilidade que [az com que o leitor pegue num livro com consideração. Vimos como os mesmos princípios de Gramática e Lógica são tanto a base das regras da boa escrita, quanto da boa leitura. As regras que discutimos até aqui, referem-se à consecução da inteligibilidade por parte do escritor e do leitor. Esta última série de regras vai da compreensão ao julgamento crítico. Depois é a vez da Retórica.

Há vários tipos de Retórica, sem dúvida. Habitualmente, pensamos nela, em conexão com o orador ou propagandista. Mas, em seu significado mais geral, a Retórica sempre aparece na comunicação entre os homens. Se fôssemos nós os oradores, não só havíamos de querer ser compreendidos, como apoiados, num

certo sentido. Se nosso propósito de comunicação é sério, desejamos convencer e persuadir – mais precisamente: convencer a respeito de assuntos teóricos e persuadir a respeito de assunto que afetam a ação ou o sentimento.

Para ser igualmente sérios, recebendo tal comunicação, devemos não só ser ouvintes que respondem, como ouvintes responsáveis. Vocês podem responder, na medida em que seguem o que está sendo dito, notando a intenção que o sugere. Mas tem também a responsabilidade de tomar uma decisão. Quando vocês a tomam, ela à sua e, não, do autor. Considerar todos, exceto vocês, como responsáveis por tal julgamento, e ser um escravo e, não, um homem livre.

Da parte do orador ou escritor, a habilidade retórica e saber como convencer ou persuadir. Uma vez que este é o último fim em vista, todos os outros aspectos da comunicação devem servi-lo. A habilidade gramatical c lógica em escrever de um modo claro e inteligível vale por si mesma, mas é, também, um meio para um fim. Reciprocamente, da parte do leitor ou ouvinte, a habilidade retórica é saber como reagir a alguém que procura nos convencer ou persuadir. Aqui, também, a habilidade gramatical e lógica, que nos capacita a compreender o que está sendo dito, prepara o caminho da reação crítica.

– 3 –

Vê-se assim como as três artes da Gramática, da Lógica e da Retórica cooperam na orientação do complicado processo de escrever e ler. A habilidade nas duas primeiras leituras vem de um domínio sobre a Gramática e a Lógica. A habilidade na terceira depende da arte restante. As regras dessa terceira leitura repousam nos princípios da Retórica, entendida em seu sentido mais alto. Devemos considerá-las como um código para tornar o leitor não só polido, como eficiente nas réplicas.

Vocês provavelmente já vêem o que vai ser a primeira regra. Foi sugerida várias vezes. É simplesmente que não se deve começa a réplica, antes de ter ouvido, cuidadosamente, e de ter compreendido. Vocês não podem sentir-Se livres para se manifestar, antes de terem realizado as duas primeiras leituras satisfatoriamente. Então, têm não só a razão, como o dever de se tornarem críticos.

Isso significa que a terceira leitura deve sempre seguir as outras duas no tempo. Já viram como elas se influenciam reciprocamente. Estão separadas no tempo só para o principiante, e, mesmo ele, deve combiná-las de algum modo. O leitor perito pode descobrir o conteúdo de um livro, analisando o todo em duas

partes e, ao mesmo tempo, construindo o todo com seus elementos de pensamento e de conhecimento – termos, proposições e argumentos. Mas o perito, tanto quanto o principiante, deve esperar até compreender, antes que se justifique sua crítica.

Vou formular esta primeira regra de leitura crítica, do modo seguinte: *Vocês devem ser capazes de dizer "Compreendo", com uma razoável segurança, antes de qualquer outra coisa, como: "Concordo", ou "Discordo", ou "Deixo de comentar"*. Espero que não tenham cometido o erro de supor que criticar ê, sempre, discordar. Essa é uma concepção infeliz e muito generalizada. Concordar é um tão grande exercício de julgamento crítico da parte de vocês, quanto discordar. Vocês tanto podem estar errados concordando, quanto discordando. Concordar, sem compreender, é vão. Discordar, sem compreender, é desonesto.

Embora não pareça, deixar de comentar é, também, um ato de crítica. É tomar a posição contra alguma coisa que não foi demonstrada. É dizer que não se está convencido, nem persuadido, de modo algum.

Esta regra parece de tão bom senso, que vocês talvez se admirem de eu me preocupar em formulá-la explicitamente. Tenho dois motivos para isso. Em primeiro lugar, muita gente comete o erro, a que já me referi, de identificar crítica com negação de valor. Em segundo, embora pareça uma boa regra, minha experiência revelou que poucos a observam na prática. Como a regra áurea, produz mais falatório do que obediência inteligente.

Passei por aquilo que todos os autores passaram, vendo meus livros analisados por críticos, que não se julgaram obrigados a fazer a primeira leitura, cm primeiro lugar. O crítico pensa, muito freqüentemente, que não precisa ser leitor, já que é juiz. Tive também a experiência de ensinar, tanto na universidade, quanto em público - para que me fizessem perguntas criticas que não se baseavam na compreensão de nada que afirmei. (Por "pergunta crítica", entendo o artifício de Retórica, de que uma pessoa se serve para embaraçar o orador.) E vocês talvez se lembrem de uma ocasião em que o orador foi interrompido assim: "Não sei o que você quer dizer, mas acho que está errado."

Aprendi, aos poucos, que não adianta responder a tais perguntas, mas fazer o aparteante repetir a idéia que combate. Se não o consegue, se não reproduz o que vocês disseram *em suas próprias palavras*, saibam que ele não compreendeu e ignorem suas criticas. Elas não têm fundamento, como toda critica que não está solidamente baseada na compreensão. Quando encontrarem uma pessoa, rara, que prova compreender tão bem quanto vocês o que vocês estão dizendo, então alegrem-se com seu apoio, ou fiquem seriamente inquietos com sua reprovação.

Nos anos em que lia os livros com os alunos, reparei que esta regra quase não era seguida. Alunos que não sabem, nem por sombras, o que o autor está dizendo, não hesitam em se promover a juízes. Não só discordam de coisas que não compreendem, como, o que e tão mau, concordam com idéias que não podem exprimir inteligivelmente a seu modo. Suas discussões, como sua leitura, são palavras, palavras, palavras. Onde não há compreensão, tanto as afirmações, quanto as contestações são igualmente incompreensíveis e sem inteligência. Nem é mais inteligente uma posição de dúvida ou indiferença, para o leitor que não sabe por que se exime de julgar.

Há muitas outras anotações a fazer, referentes à observância desta primeira regra. Se vocês estiverem lendo um grande livro, devem hesitar, antes de dizer "Compreendo". Supõe-se, de certo, que vocês tenham um grande trabalho, antes de poder fazer tal declaração, honestamente e com segurança. Devem ser seus próprios juízes, nesse assunto, e isso aumenta ainda mais sua responsabilidade.

Dizer "Não compreendo" e, também, um julgamento crítico; e só depois de se esforçarem ao máximo, e que ele se aplica mais ao livro do que a vocês. Se fizeram o que se esperou de vocês, e continuam sem compreender, é porque o livro talvez seja incompreensível. Tudo, no entanto, está a favor do livro, principalmente se for um grande livro. Neste último caso, o fracasso é quase sempre culpa do leitor. Portanto, ele e obrigado as duas primeiras leituras, muito antes de entrar na terceira. Quando vocês dizem "Não compreendo", prestem atenção ao tom de sua voz. Estejam certos de admitir a possibilidade do autor não ter culpa.

Há duas outras condições sob as quais a regra requer um cuidado especial. Se vocês só estão lendo uma parte do livro, é mais difícil de se certificarem se compreendem, e, portanto, devem hesitar na critica. E, às vezes, um livro se relaciona com outros do mesmo autor, e depende deles para sua compreensão total. Nessa situação, também, vocês devem ser mais circunspetos em dizer "Compreendo", e mais vagarosos em empunhar sua lança crítica.

O melhor exemplo de fracasso nesse último caso e dado pelos críticos literários que concordaram ou discordaram da *Poética* de Aristóteles, sem compreender que os princípios mais importantes da análise de Aristóteles sobre a poesia dependem, em parte, de observações feitas noutros trabalhos seus; tratados de Psicologia, de Lógica, de Metafísica. Concordaram ou discordaram, sem terem compreendido nada.

O mesmo é verdade para outros escritores, como Platão e Kant, Adam Smith e Karl Marx, que não foram capazes de dizer, numa única palavra, tudo o que pensavam ou sabiam. Aqueles que julgam a *Crítica de Razão Pura* de Kant, sem terem lido a *Crítica da Razão Prática*, ou a *Riqueza das Nações* de Adam

Smith, sem ler a *Theory of Moral Sentiments*, ou o *Manifesto Comunista*, sem *Das Kapital* de Marx, estão provavelmente concordando ou discordando de alguma coisa que não compreendem.

– 4 –

A segunda máxima geral de leitura critica é tão indiscutível quanto à primeira, mas precisa ser formulada explicitamente, apesar disso: Não adianta ganhar uma discussão, se conhecemos ou suspeitamos o nosso erro. Praticamente, poderemos subir na vida, durante um certo tempo. Mas a honestidade é a melhor política para um caminho um pouco mais longo.

Aprendi a máxima, assim formulada, com Beardsley Ruml, no tempo em que ele era reitor da *Social Science Division* de Chicago. Formulou-a à lua de muitas experiências tristes, tanto no mundo acadêmico como fora dele. Tornou-se até líder do mundo mercantil. Para ele, as pessoas julgam que a conversa é uma ocasião de engrandecimento pessoal. O que interessa é vencer a discussão e, não, conhecer a verdade.

Quem considera a conversação como uma batalha, só pode ganhar sendo antagonista e discordando com sucesso, esteja certo ou errado. O leitor que se aproxima de um livro com esse espírito, só lê para descobrir alguma coisa de que possa discordar. Os briguentos e altercadores sempre encontram um osso para roer. Não importa que o osso seja uma lasca do ombro do adversário. O que se procura é o *casus belli* – como numa contenda no Extremo Oriente ou na Europa Central.

Agora, na conversa que o leitor tem com um livro, na intimidade de seu próprio estudo, não há jeito de evitar que ele tenha a última palavra. Pode dominar a situação. O autor não está ali, para se defender. Se tudo o que deseja é a satisfação oca de parecer arrasar com o autor, pode consegui-la, prontamente. Basta que leia o livro. Um simples olhar às primeiras páginas talvez seja suficiente.

Mas se compreende que o único proveito de uma conversa com professores-vivos ou mortos, é aprender com eles, se compreende que ganhará é adquirir conhecimentos e, não, acachapar o adversário talvez veja a futilidade da contenda pela contenda. Não estou dizendo, que o leitor não deva discordar, mostrando onde está o erro do autor. Mas deve se preparar tanto para concordar, quanto para discordar. O que for feito, será motivado por uma única consideração – os fatos e a verdade deles. Só honestidade não basta. Não é preciso dizer que o leitor deve admitir uma proposição, quando a vê. Mas não se

julgue batido, por ter concordado com o autor, em vez de discordar dele. Neste caso, seria um disputador crônico. A luz desta segunda máxima, eu o aconselharia a procurar um psicanalista, ante de fazer qualquer leitura um pouco mais seria.

– 5 –

A terceira máxima está intimamente relacionada com a segunda. Exige uma outra atividade anterior à crítica. Recomenda *que se olhem as diferenças de opinião como capazes de serem resolvidas*. Enquanto a segunda máxima lhes aconselha a não discordar *disputando*, esta não os deixa discordar *desesperançadamente*. Quem não reconhece que todos os homens racionais podem concordar, não acredita nos resultados da discussão. Notem que eu disse "podem concordar". E, não, que todos os homens racionais *concordam*. Mesmo quando não concordam, podem concordar. E a observação que estou procurando fazer é que discordar é uma agitação fútil, a menos que seja empreendida com a esperança de levar a uma solução qualquer.

Isso dos homens discordarem e poderem concordar resulta da complexidade da natureza humana. Os homens são animais racionais. De sua racionalidade vem o poder de concordar. De sua animalidade, que se reflete na razão, vêm a maioria das discordâncias- São criaturas de paixões e preconceitos. A linguagem que utilizam para se comunicarem entre si é um meio imperfeito, encoberto pela emoção e colorido pelo interesse, que é também de uma transparência inadequada para o pensamento. Entretanto, quanto mais racionais são os homens, mais esses obstáculos â compreensão recíproca podem ser sobrepujados. A discordância apenas aparente e que resulta de um mal-entendido, é certamente curável.

Há, sem dúvida, outra espécie de discordância, devida às desigualdades de conhecimento. Os ignorantes muitas vezes discordam, imprudentemente, das pessoas cultas, em assuntos que excedem sua ilustração. Os mais cultos, no entanto, tem o direito de criticar os erros feitos pelos que não têm certas noções. A desigualdade de conhecimento sempre se corrige pela instrução.

Por outras palavras, todas as discordâncias humanas podem ser resolvidas pela remoção do mal-entendido ou da ignorância. Ambas as curas são possíveis, embora às vezes difíceis. Portanto o homem que, em qualquer trecho de uma conversa, discorda, devia esperar concordar, pelo menos, no fim. Devia estar tão preparado a mudar de opinião, quanto a influir na opinião alheia. Devia ter sempre diante de si a possibilidade de que pode não compreender ou de que pode

ignorar um ponto qualquer. É preciso ver na discordância tanto a ocasião de ensinar, quanto a ocasião de aprender.

Mas o problema é que muita gente considera a discordância a parte do ensino ou do aprendizado. Consideram tudo como uma questão de opinião. Eu tenho as minhas, vocês, as suas. Nosso direito as opiniões e tão inviolável, quanto nosso direito à propriedade privada. Desse ponto de vista, a comunicação não pode ser proveitosa, se o proveito que se adquire é um aumento de cultura. A conversação é pouco melhor o que um jogo de pingue-pongue de opiniões opostas, um jogo em que ninguém faz pontos, em que ninguém ganha, e em que todos ficam satisfeitos, por acabarem com as mesmas opiniões do começo.

Não posso ter esse ponto de vista. Acho que o conhecimento pode ser transmitido e a discussão resultar no aprendizado. Se o conhecimento e, não, a opinião, está em foco, – ou as discordâncias são apenas aparentes, e podem ser removidas por um acordo das inteligências; ou são reais, e suas premissas podem sempre ser concluídas – depois de muito tempo, sem dúvida – apelando-se aos fatos e à razão. Nas discordâncias, exige-se, da razão, paciência para um longo caminho. Em suma, as discordâncias são assuntos argumentáveis. E o argumento é vazio e é vicioso, a menos que seja empreendido.na suposição de uma verdade que, ao se tornar evidente para a razão, resolve as premissas originais.

Como aplicar essa terceira máxima à conversa entre o leitor e o autor? Ela se refere à situação em que o leitor se encontra, discordando de alguma coisa de um livro. Exige que ele se certifique, primeiro, que a discordância não é devida a um mal-entendido. Suponha-se que o leitor tenha observado a regra de que não deve começar uma leitura critica, antes de compreender e, portanto, antes de ver que não há mal-entendido. E depois?

Essa máxima exige que se distinga entre conhecimento e opinião, e que se olhem as questões do conhecimento como passíveis de solução. Prosseguindo no assunto, pode-se ser instruído pelo autor, em fatos que influirão nos pensamentos. Se isto não acontece, pode-se justificar a critica e, pelo menos metaforicamente, instruir o autor. Se o autor fosse vivo e estivesse presente, seus pensamentos poderiam mudar.

Vocês talvez se lembrem de alguma coisa que foi dita no capitulo anterior. Se o autor não dá os motivos de suas proposições, elas podem ser tratadas como expressões de opinião de sua parte. O leitor que não distingue entre a exposição racional de conhecimentos e a simples expressão de opiniões, não está lendo para aprender. No máximo, interessa-se pela personalidade do autor e usa o livro, como a História, um caso. Tal leitor nem concorda, nem discorda. Não julga o livro, mas o homem.

Se, no entanto, o leitor está interessado no livro, e, não, no homem – se,

procurando aprender, leva em conta o conhecimento e, não, a opinião – cumprirá seriamente seu dever critico. A distinção entre o conhecimento e a opinião aplica-se tanto a ele, quanto ao autor. O leitor deve 'fazer mais do que julgamentos de concordância ou discordância. Deve dar razões. No primeiro caso, sem dúvida, basta que participe ativamente das razões do autor, no ponto em que ambos estão de acordo. Mas quando discorda, deve expor os porquês disso. De outro modo, estará tratando uma questão de conhecimento, corno se fosse de opinião.

Vou resumir, agora, as três máximas gerais que discuti. As três juntas estabelecem as condições para uma leitura critica e o modo como o leitor deve proceder na réplica.

A primeira exige que o leitor complete a tarefa de compreender, antes de se precipitar nela. A segunda aconselha-o a não disputar ou brigar. A terceira impele-o a considerar as discordâncias, em questões de conhecimento, como remediáveis. Vai mais longe, ainda. Recomenda-lhe que dê as razões de suas discordâncias, de modo que as premissas não sejam meramente formuladas, mas definidas. Aí está toda a esperança de solução.

CAPÍTULO XIII

O que o leitor pode dizer

– 1 –

A primeira coisa que um leitor pode dizer é que compreende ou não. Na verdade, pode dizer que compreende, para dizer mais. Se não compreende não deve se alterar, mas aplicar-se nas duas primeiras leituras do livro.

Há uma exceção para a rigidez da segunda alternativa. “Não compreendo” pode ser, por si mesma, uma observação critica. Para isso, o leitor deve ser capaz de demonstrá-la. Se a culpa é mais do livro do que dele, deve apontar as fontes de dificuldade. E ser capaz de provar que a estrutura do livro é desordenada, que suas partes não se prendem umas às outras, que algumas delas não têm importância. Ou, talvez, que o autor se enganou no emprego das palavras importantes, promovendo com esse engano uma confusão conseqüente. Se o leitor pode provar que um livro é incompreensível, não tem outras obrigações críticas. Mas suponhamos que vocês estejam lendo um bom livro, e isto quer dizer um livro relativamente inteligível. E suponhamos que possam, afinal, dizer “Compreendo”. Se, além disso, concordarem inteiramente com o que diz o autor, o trabalho está leito. A leitura completada. Vocês foram esclarecidos, e convencidos ou persuadidos. É claro que temos de considerar etapas adicionais, quando há discordâncias ou suspensão de julgamento. É mais provável o primeiro caso. Vamos tratar principalmente dele, neste capitulo.

Na medida em que os autores argumentam com os leitores – e esperam sua replica – o bom leitor deve tomar conhecimentos dos princípios da argumentação. Deve ser capaz de manter uma controvérsia polida e inteligente.

Daí, a necessidade de um capítulo conto este, num livro sobre leitura. Não é só *seguindo* os argumentos de um autor, *mas encontrando-os*, também, que o leitor chega a concordar ou discordar razoavelmente desse autor.

O significado da concordância ou discordância merece uma consideração um pouco maior. O leitor que chega a concordar com m autor, e a compreender suas proposições e raciocínio, está en *rapport*[{6}] com sua mente. Na verdade,

todo o processo de interpretação visa um encontro de inteligências, através do meio que e a linguagem. O ato de compreender um livro pode ser descrito como uma espécie de acordo entre escritor e leitor. Ambos concordam com o uso da linguagem, na expressão de idéias. Por essa concordância, o leitor é capaz de perceber, através da linguagem do autor, as idéias que ele está procurando exprimir.

Se o leitor compreende um livro, como pode discordar dele? A leitura crítica exige que ele tenha suas idéias próprias. Mas suas idéias e as do autor tornaram-se idênticas, por ele ter conseguido compreender o livro. Que idéia ficou para ser formulada independentemente?

Certas pessoas cometem um erro que causa essa aparente dificuldade. Não chegam a distinguir os dois significados da palavra “concordar”. Por conseguinte, supõem que onde há compreensão entre os homens, não há lugar para a discordância. Dizem que toda discordância se deve, simplesmente, a um mal-entendido.

O erro se corrige, se nos lembrarmos de que o autor faz julgamentos sobre o mundo em que vivemos. Afirma que esta nos dando um conhecimento teórico, a respeito das coisas existentes e do modo como se portam – ou um conhecimento prático do que deve ser feito. E tanto pode estar certo, quanto errado. Sua afirmativa só se justifica na medida em que diz a verdade, ou diz o que e provável, à luz da evidencia. De outro modo, não tem fundamento.

Se vocês afirmam, por exemplo, que “todos os homens são iguais”, posso pensar que querem dizer que todos os homens são dotados, ao nascer, da mesma inteligência, força e habilidade. À luz dos fatos, como os conheço, discordo de vocês. Acho que estão errados. Mas suponha-se que não compreendi bem vocês. Suponha-se que tenham querido dizer, com essas palavras, que *todos os homens deviam ter os mesmos direitos políticos*. Porque não os compreendi, minha disconcordância não tem fundamento. Agora, suponha-se o erro corrigido. Continuam a existir duas alternativas. Posso concordar ou discordar, mas se discordo há uma separação real entre nós. Compreendo a posição política de vocês, mas sigo outra.

As diferenças entre matérias de fato ou políticas – as diferenças entre o modo como as coisas são ou deviam ser – só são reais quando se baseiam numa compreensão comum do que está sendo afirmado. Para que haja concordância ou discordância sobre os fatos que se discutem, é absolutamente indispensável haver concordância no emprego das palavras. É por causa de seu encontro com a mente do autor, através de uma interpretação cuidadosa do livro, que vocês são capazes de se colocar a favor ou contra a posição que ele tomou.

– 2 –

Agora, consideremos a situação em que, tendo afirmado compreender, vocês principiam a discordar. Se procurarem seguir as máximas formuladas no capítulo precedente, discordam por que acham que o autor está errado nalgum ponto. Não estão, simplesmente, divulgando seus preconceitos ou exprimindo suas opiniões.

O que penso atualmente, pensei num livro chamado *Dielectic*. Foi o meu primeiro livro, e, sob muitos aspectos, errado, mas, pelo menos, não era tão pretensioso quanto seu titulo. Tratava da arte da conversação inteligente, da etiqueta da controvérsia.

Meu erro principal era pensar que toda questão tem dois lados, isto é, dois lados que podem ser igualmente certos. Não sabia, então, distinguir entre o conhecimento e a opinião. Apesar desse erro, acho que foram boas as três sugestões que fiz e que devem ser seguidas numa controvérsia bem conduzida.

Desde que os homens são animais, c racionais, é necessário reconhecer as emoções que levam a uma disputa, ou as que surgem em seu curso. De outro modo, è provável que estejam dando vazão aos sentimentos e, não, exprimindo razões. Podem até pensar que tem razões, quando o que não tem são sentimentos muito arraigados.

Além disso, devem tornar explícitas suas próprias hipóteses. Devem conhecer seus preconceitos – isto é, seus *pré-julgamentos*. De outro modo, não admitirão que o adversário possa ter idéias diferentes. Uma boa controvérsia não deve ser uma disputa de opiniões. Se um autor, por exemplo, pode explicitamente, a vocês, que considerem alguma coisa como verdadeira – o fato de que o oposto também pode ser assim considerado, não deve fazer com que vocês desprezam o pedido. Se seus preconceitos estão do lado contrario, e se vocês não os reconhecem como preconceitos, não podem dar uma atenção conveniente à idéia do autor.

Por fim, sugeri que a imparcialidade é um bom antídoto contra a cegueira, inevitável no partidarismo. Controvérsia, sem partidarismo, é impossível – lógico. Mas para que tenha mais luz e menos calor a controvérsia, cada um dos adversários deve se colocar no ponto de vista do outro. Não lendo um livro compreensivamente, vocês discordam dele, mais por amor à contenda, do que ao raciocínio.

Acho ainda que essas três condições são o *sine qua non* da conversa inteligente e proveitosa. Aplicam-se, também, a leitura, enquanto esta for uma espécie de conversa entre leitor e autor. Cada uma delas contém um bom

conselho para os leitores que desejam respeitar as conveniências da discordância.

Mas, os anos passaram por mim, desde que escrevi *Díalectic*. E sinto-me um pouco menos otimista, no que se deve esperar dos seres humanos. Entristece-me dizer que a maioria de minhas desilusões se originam do conhecimento de meus próprios defeito. Violei, freqüentemente, todos as regras de boas maneiras intelectuais na controvérsia. Vi-me, muitas vezes, *atacando* um livro, em vez de *criticá-lo*, pisoteando os medíocres, denunciando o que não podia negar, proclamando meus preconceitos, como se fossem melhores do que os do autor.

– 3 –

Julgo-me ainda bastante ingênuo para pensar que a conversa e a leitura critica podem ser disciplinadas. Só agora, doze anos depois, vou substituir as regras da *Dialectic* por uma série de prescrições mais fáceis de seguir. Indicam os quatro modos de se criticar um livro, discordando dele. Minha esperança é que, se o leitor se limitar a essas observações, terá menos probabilidade de abandonar-se às emoções ou preconceitos.

As quatro regras podem ser resumidas, concebendo-se uma conversa entre o leitor e o autor. Depois de dizer: “Compreendo, mas não estou de acordo”, o primeiro pode fazer as seguintes observações:

1) “Você não está informado”;
2) “Você foi mal informado”;
3) “Você é ilógico; seu raciocínio não convence”;
4) “Sua analise está incompleta.”

Essas observações talvez não resolvam tudo; mas acho que resolvem. De qualquer forma são as principais restrições que um leitor que discorda pode fazer. E, de certo modo, são independentes. O fato de ter feito uma delas, não impede que vocês façam outras, porque as falhas a que se referem não se excluem mutuamente.

Mas o leitor não o consegue, sem se mostrar definido e preciso em relação ao autor não informado, mal informado ou ilógico. Um livro não pode ser “não informado” ou “mal informado” a respeito de *tudo*. E nem inteiramente “i1ógico”. Além disso, o leitor que afirma qualquer uma dessas coisas, não só deve fazê-lo definitivamente, especificando o motivo, mas deve também comprová-lo. E dar as razões do que afirma.

As três primeiras observações diferem um pouco da quarta, como se vê. Consideremos cada uma delas brevemente, para então passarmos para a quarta.

1) Dizer que um autor *não está informado* e dizer que lhe falta algum conhecimento, *importante* para o problema que procura resolver. Note-se que, a menos que o conhecimento possuído pelo autor seja importante, esta observação não tem cabimento. Para prová-la, vocês devem ser capazes de expor o conhecimento que falta ao autor e mostrar o quanto vale e influi nas conclusões.

Poucos exemplos bastarão. Darwin não tinha o conhecimento da Genética, que surgiu com o trabalho de Mendel e de experimentalistas mais recentes. Sua ignorância do mecanismo da hereditariedade é um dos maiores defeitos da *Origem das Espécies*. Gibbon desconhecia certos fatos, que a pesquisa histórica revelou serem a causa da decadência de Roma. Em geral, na ciência e na História, a falta de conhecimento se descobre em pesquisas posteriores. Melhores técnicas de observação e uma investigação mais cuidadosa fazem com que as coisas aconteçam assim em grande maioria. Mas em Filosofia, isso pode ser diferente. Tanto se perde, quanto se ganha, com a passagem do tempo. Os antigos, por exemplo, distinguiam claramente entre o que os homens podem sentir e imaginar e o que podem compreender. Entretanto, no século XVIII, David Hume revelou sua ignorância da distinção entre as imagens e as idéias, apesar de tão bem estabelecida pelo trabalho de filósofos mais antigos.

2) Dizer que um *autor está mal informado* é dizer que ele afirma o que não é exato. Seu erro, aqui, pode ser devido a uma falta de conhecimento, mas e mais do que isso. Qualquer que seja a causa, consiste em afirmações contrárias aos fatos. O autor está propondo como verdadeiro ou mais provável o que, realmente, e falso ou menos provável. Diz ter um conhecimento que não possui. Esse tipo de defeito só pode ser apontado, se influir em suas conclusões. E para provar a observação, vocês devem ser capazes de argumentar com a verdade ou a maior probabilidade de uma posição contrária à do autor.

Por exemplo, num tratado político, Spinoza diz que a democracia e um tipo mais primitivo de governo do que a monarquia. Isso vai contra todos os fatos da História política. O erro de Spinoza a esse respeito influiu em seu argumento. Aristóteles estava mal informado do papel que o elemento masculino desempenhava na reprodução animal, o que fez com que ele chegasse a conclusões inadmissíveis sobre os processos da procriação. Santo Tomás de Aquino supôs, erradamente, que os corpos celestes trocavam apenas de posição, mas eram imóveis sob qualquer outro aspecto. A moderna Astrofísica corrige esse erro e, assim, aperfeiçoa a Astronomia antiga e a medieval.

Mas é um erro de importância limitada. E que não afeta a concepção

metafísica da natureza de todas as coisas sensíveis, como compostas de matéria e forma, segundo Santo Tomas.

Essas duas primeiras observações críticas se relacionam de certo modo. A falta de conhecimento, como vimos, pode ser a causa de afirmações errôneas. Ainda mais: quando um homem está mal informado, não está, também, informado da verdade. Entretanto, interessa saber se o defeito é simplesmente negativo ou positivo. A falta de conhecimentos importantes torna impossível resolver certos problemas ou provar certas conclusões. As suposições errôneas, no entanto, levam a conclusões falsas ou a soluções insustentáveis. Consideradas em conjunto, essas duas observações sobrecarregam o autor de defeitos, em suas premissas. Ele precisa de mais conhecimentos do que possui. Suas evidências ou razões não são suficientemente boas, nem em quantidade, nem em qualidade.

3) Dizer que um autor é *ilógico* é dizer que ele cometeu um sofisma no raciocínio. Em geral, os sofismas são de dois tipos. Há o *non sequitur*: o que é dado como conclusão não resulta das razões apresentadas. E há a *inconsistência*: duas coisas que o autor procurou afirmar são incompatíveis. Para fazer qualquer uma dessas criticas, o leitor deve ser capaz de mostrar o ponto em que o argumento do autor não convence. Só se toma conhecimento desse defeito, na medida em que as conclusões finais são por ele afetadas.

É mais difícil ilustrar essa terceira regra, porque poucos grandes livros cometem um deslize no raciocínio. Quando tais deslizes ocorrem. São, em geral, cuidadosamente ocultos, e é preciso ser um leitor muito hábil para descobri-los. Mas posso mostrar-lhes um sofisma evidente, que encontrei no *Príncipe* de Maquiavel:

> “A principal base de todos os estados, antigos e modernos, são as boas leis. Já que não podem existir boas leis quando o estado não está bem armado, segue-se que quando ele está bem armado há boas leis.”

Mas não se segue do fato das boas leis dependerem de uma adequada força policial, que, quando a força policial é adequada, as leis sejam necessariamente boas. Ignore o caráter altamente discutível do primeiro fato. Só me interessa, aqui, o *non sequitur*. É mais certo dizer que a felicidade depende da ande (do que dizer que as boas leis dependem de uma força policial efetiva), mas não se conclua que todas as pessoas saudáveis sejam felizes.

Nos seus *Elements of Law*, Hobbes afirma, num lugar, que todos os corpos não são mais do que quantidades de matéria em movimento. O mundo dos corpos – diz ele – não tem qualidade alguma. E, noutro lugar, afirma que o homem nada mais é do que um corpo, ou uma coleção de corpos atômicos em

movimento. Entretanto, admitindo a existência de qualidades sensoriais – cores, cheiros, gostos, e assim por diante – ele conclui que não há nada a não ser os movimentos dos átomos no cérebro. Esta conclusão é inconsistente com a posição já tomada, isto e, que o mundo dos corpos não tem qualidades. O que se dia de *todos* os corpos em movimento, deve se aplicar a qualquer grupo particular deles, incluindo os átomos do cérebro.

Essa terceira observação critica se prende as outras duas. É lógico que um autor pode deixar de chegar às conclusões que suas premissas ou princípios sugerem. E seu raciocínio ficará incompleto. Mas, estamos tratando, primeiramente, do caso em que ele raciocina mal, com bases boas. É interessante, mas secundário, descobrir falta de sentido um raciocínio em que as próprias premissas são falsas, ou em que os princípios são inadequados.

Uma pessoa que, partindo de premissas verdadeiras, chega a uma conclusão falsa, está, de certo modo, mal informada. Mas e conveniente distinguir entre o tipo de afirmação errônea devido a um mau raciocínio, do tipo, previamente discutido, devido a outros defeitos, sobretudo a um conhecimento insuficiente de pormenores importantes.

– 4 –

As três primeiras observações críticas que acabamos de considerar tratam da justeza das afirmações e raciocínios do autor. Pensemos agora na quarta restrição que um leitor pode fazer. Refere-se à execução do plano do autor – à habilidade com que ele desempenha a tarefa que escolheu.

Antes de entrarmos nessa cri tica, devemos observar uma coisa. Desde que vocês disseram que compreenderam, seu fracasso em provar qualquer uma dessas três primeiras observações obriga-os a concordar com o autor em tudo o que ele afirma. Não há mais liberdade aí. E não e privilégio sagrado de vocês decidir se vão concordar ou discordar.

Desde que não sejam capazes de provar que o autor não foi informado, foi mal informado ou e ilógico, não podem discordar dele, tratando-se de assuntos importantes. Devem concordar. Não podem dizer, como dizem muitos alunos e muitas outras pessoas: “Não vejo erro em suas premissas, nem falhas em seu raciocínio, mas não concordo com suas conclusões.” Tudo o que vocês dão a entender, se disserem isso, é que não *gostem* das conclusões. Não estão discordando. Estão exprimindo suas emoções ou preconceitos. Se ficarem convencidos, devem admiti-lo. (Se, apesar de seu fracasso em provar uma ou mais dessas observações criticas, ainda não se *sentem honestamente*

convencidos, não deveriam ter dito logo que compreenderam.)

As três primeiras observações se relacionam com os termos, proposições e argumentos do autor. São os elementos que ele utiliza para resolver os problemas que iniciaram seus esforços. A quarta é observação – de que o livro é *incompleto* – baseia-se na estrutura do todo.

4) Dizer que análise de um autor é *incompleta*, é dizer que ele não resolveu todos os problemas que abordou ou que não utilizou como devia seu material; que não viu todas as suas conseqüências e ramificações, ou que fracassou ao fazer as distinções importante para seu empreendimento. Não basta afirmar que um livro é incompleto. Qualquer pessoa pode dizer isso de um livro. Os homens são finitos, e assim são seus trabalhos todos, até o último. Portanto não adianta fazer essa observação, a menos que o leitor possa definir precisamente os defeitos, graças a seus próprios esforços de conhecedor ou através do auxílio de outros livros.

Vou dar um exemplo breve. A análise dos tipos de governo, na *Política* de Aristóteles, e incompleta. Por causa das limitações de seu tempo e de sua concepção errônea da escravidão, Aristóteles não chega a considerar, ou, por isso mesmo, não chega a considerar a verdadeira constituição democrática, que se baseia no sufrágio universal da humanidade, nem pode imaginar o governo representativo ou o tipo moderno de estado federado. Sua analise devia se estender a essas realidades políticas. Os *Elementos de Geometria* de Euclides são um estudo incompleto, porque ele não considerou outros postulados sobre as relações das linhas paralelas entre si. Os trabalhos modernos de Geometria suprem essas deficiências, formulando outras hipóteses. O *Como Pensamos* de Dewey, já o afirmei, é uma análise incompleta, porque não trata do pensamento que ocorre quando se lê ou aprende pela instrução, só considerando o que ocorre na investigação e na descoberta. Para um cristão, que acredita na imortalidade pessoal, a *Ética* de Aristóteles é um estudo incompleto da felicidade humana, porque se limita a felicidade nesta vida.

Esta quarta observação, rigorosamente falando, não é uma base para a discordância. É criticamente contrária, na medida em que marca as limitações do trabalho do autor. Um leitor que concorda com um livro – porque não vê motivo de fazer qualquer observação critica – pode, no entanto, suspender o julgamento do todo, à luz desta quarta regra. A suspensão de julgamento por parte do leitor corresponde ao fracasso de um autor em resolver perfeitamente seus problemas.

Livros relacionados do mesmo ramo podem ser comparados criticamente, em referência a esses quatro pontos de vista. Um e melhor do que o outro na medida em que fala mais verdade e comete menos erros. Um autor pode não ter

o conhecimento que outro possui; pode fazer suposições erradas, que outro não faz; pode ser mais convincente do que outro, ao raciocinar sobre bases semelhantes. Mas a comparação mais profunda se faz a respeito da analise que cada um apresenta. Essa análise é completa em relação ao número de distinções válidas e significantes, que os estudos comparados contem. Vê-se agora como é útil compreender os termos do autor. O número de termos distintos Se relaciona com o número de distinções.

Pode-se ver, também, de que modo a quarta observação critica liga as três leituras de qualquer livro. A última etapa, na primeira leitura, é conhecer os problemas que o autor está procurando resolver. A última etapa, na segunda leitura, saber quais desses problemas ele resolveu e quais não resolveu. A última etapa da crítica diz respeito à analise. Toca na primeira leitura, enquanto considera que o autor formulou adequadamente seus problemas, e na segunda, enquanto mede se ele os resolveu satisfatoriamente.

– 5 –

Terminamos, agora, de um modo geral, a enumeração e a discussão das regras de leitura. Quando vocês tiverem lido um livro de acordo com essas regras, fizeram alguma coisa. Não preciso dizer-lhes. Sentirão isso por si mesmos. Mas talvez deva lembrar-lhes que essas regras descrevem uma atividade ideal. Poucas pessoas lêem desse modo ideal, e as que lêem, leram provavelmente poucos livros assim. Entretanto, o ideal e ainda a medida da realização. Vocês são bons leitores, enquanto se aproximam dele.

Quando falarmos de alguém “muito lido”, devemos ter em mente esse ideal. Várias vezes usamos tal expressão para significar mais a quantidade do que a qualidade da leitura. Uma pessoa que leu de mais, e não leu bem, merece mais compaixão do que louvor, porque tão grande esforço mal orientado é inútil.

Os grandes escritores foram sempre grandes leitores, mas isso não quer dizer que eles tenham lido *todos* os livros considerados como grandes e indispensáveis, em seu tempo. Muitos, comumente, leram menos livros do que se exige hoje em nossos melhores colégios, mas leram bem. Porque dominaram esses livros, tornaram-se iguais a seus autores. Podiam ser mestres em seu próprio direito. No curso natural dos acontecimentos, o bom aluno torna-se, freqüentemente, professor, e o bom leitor, autor.

Minha intenção, aqui, não é conduzi-los da leitura para a escrita. É lembrar-lhes que nos aproximamos do ideal, aplicando as regras já descritas na leitura de um único livro, e, não, procurando ter uma noção superficial de grande

número deles. Há, sem dúvida, muitos livros que merecem uma boa leitura. E há muitos mais que só deviam ser folheados. Para serem “muito lidas”, em todos os sentidos da palavra, as pessoas devem saber usar com discriminação a habilidade que possuem – lendo cada livro de acordo com seus méritos.

CAPÍTULO XIV

Mais regras, ainda

– 1 –

Disse o Pregador: “Escrever livros é uma coisa sem fim, e o estudo exagerado é cansaço para o corpo.” Talvez seja essa a opinião de vocês sobre a leitura de livros e suas regras. Apresso-me em dizer, no entanto, que este capítulo não vai aumentar o número delas. De um modo geral, todas as regras' básicas já foram formuladas. Vou procurar aplicar as regras a diferentes tipos de livros, considerando, logo, o problema da leitura extrínseca. Ate agora, concentramos nossa atenção no livro. Há algumas observações a lazer sobre a utilidade de olhar em redor do livro, para ler bem. Antes de abordar qualquer um desses assuntos, talvez seja útil apresentar todas as regras num esquema único, sob a forma de simples prescrições:

I. ANÁLISE E ESTRUTURA DE UM LIVRO.

1. *Classificá-lo de acordo com seu tipo e seu assunto.*
2. *Expor, com a máxima brevidade, sua constituição.*
3. *Enumerar as partes principais em sua ordem e relação, e analisá-las como se analisou o todo.*
4. *Definir o problema ou problema; que o autor está procurando resolver.*

II. INTERPRETAÇÃO DO CONTEÚDO DE UM LIVRO.

1. *Concordar com o autor, interpretando suas palavras básicas.*
2. *Compreender as proposições principais do autor, estudando suas sentenças mais importantes.*
3. *Conhecer os argumentos do autor, descobrindo-os na série de*

sentenças ou construindo-os fora delas.

4. *Indicar que problemas o autor resolveu e que problemas não resolveu; e, quanto aos últimos, ver se o autor reconheceu seu fracasso.*

III. CRÍTICA DE UM LIVRO COMO TRANSMISSÃO DE CONHECIMENTOS. A – Máximas Gerais:

1. *Não começar a critica, antes de completar a análise e a interpretação. (Não digam que concordam, discordam ou deixam de julgar, antes de poderem dizer "Compreendo".)*

2. *Não discordar, como se se estivesse brigando ou disputando.*

3. *Respeitar a diferença entre o conhecimento e a opinião, apresentando os motivos de qualquer julgamento crítico que se fizer*

B – Critérios Específicos de Observação Crítica:

1. *Mostrar em que o autor não está informado.*
2. *Mostrar em que o autor está mal informado.*
3. *Mostrar em que o autor é ilógico.*
4. *Mostrar em que a análise ou concepção do autor é incompleta.*

Nota: Desses, os três primeiros critérios são de discordância. Fracassando neles todos, vocês devem concordar, pelo menos em parte, embora possam deixar de julgar, à luz da quarta observação.

Em qualquer arte ou setor de prática, as regras desapontam por serem muito gerais. Entretanto, quanto mais gerais, menos numerosas, e isto é uma vantagem. Mas também é verdade que quanto mais gerais, tanto mais estão afastadas das dificuldades reais em que se procura seguidas.

Formulei as regras, de um modo suficientemente geral, para aplicá-las a qualquer livro instrutivo. Mas não se pode ler um livro em geral. Lê-se um livro ou outro, e cada um deles é um. Pode ser um livro de História ou de Matemática, um tratado político ou um trabalho de História Natural. Vocês devem, portanto, ser maleáveis e flexíveis, seguindo as regras. Acho que, gradualmente, saberão como aplicá-las a diferentes tipos de livros, mas vou apressar de algum modo o processo, com umas poucas indicações do que se pretende.

No capítulo VII, excluímos de cogitação todas as belas letras – romances, dramas, poesias líricas. Estou certo de que vocês percebem, agora, que *estas* regras de leitura não se aplicam às obras de ficção. (Há sem dúvida, uma série

paralela de regras, que vou aconselhar no próximo capítulo.) Depois, no capitulo VIII, vimos que os livros científicos se dividem em práticos e teóricos – livros que se referem a problemas de ação e livros que só se referem a alguma coisa a ser conhecida. Proponho, agora, que examinaremos um pouco mais a natureza dos livros práticos.

– 2 –

O que há de mais importante a respeito de qualquer livro prático é que ele não pode *resolver* nunca os problemas que aborda. Enquanto que um livro teórico pode. Responde-se completamente, num livro, às perguntas que se fazem sobre a natureza de alguma coisa. Mas um problema prático só pode ser resolvido pela ação. Quando o problema prático em foco é como ganhar a vida – um livro que trate de como fazer amigos e influenciar pessoas, não pode resolvê-lo, embora dê algumas sugestões para isso. Não há caminho mais curto do que a ação, para se resolver o problema. Isto é, ganhar a vida.

Tomem este livro, como exemplo. É um livro prático, Se o interesse que tem por ele é prático, vocês querem resolver o problema de aprender a ler. Não considerarão tal problema resolvido e removido, antes de aprender. Este livro não pode resolver o problema para vocês. Só pode ajudá-los. Vocês devem se dedicar, realmente, à atividade de ler, não este livro apenas, mas outros. É isto que entendo ao dizer que só a ação resolve os problemas práticos, e a ação ocorre no mundo e, não, nos livros.

Toda a ação se verifica numa situação particular: aqui, agora e em circunstâncias especiais. Vocês não podem agir em geral. O julgamento prático, imediatamente anterior à ação, deve ser sobretudo particular. Pode ser expresso por palavras, mas isso é raro. Quase nunca se encontra nos livros, porque o autor de um livro pratico não vê as situações concretas e práticas em que seus leitores talvez tenham de agir. Por mais que procure ser útil, não lhes pode dar um conselho concreto realmente prático. Só uma outra pessoa numa situação exatamente semelhante poderia fazê-lo.

Entretanto, os livros práticos podem formular regras mais ou menos gerais, que se aplicam a uma série de situações particulares do mesmo tipo geral. Quem procura se servir de tais livros, deve aplicar as regras a casos particulares e, portanto, deve exercitar o julgamento prático, fazendo-o. Por outras palavras, o leitor deve acrescentar alguma coisa ao livro, para torná-lo aplicável na prática. Deve acrescentar seu conhecimento da situação particular, e julgar como aplicar a regra ao caso em questão.

Qualquer livro que contenha regras – prescrições, máximas ou outra espécie de instruções gerais – será logo reconhecido como prático. Mas um livro prático pode não conter só regras. Pode procurar formular os princípios que as justificam e as tornam inteligíveis. Por exemplo, neste livro prático sobre leitura, procurei explicar as regras, por meio de breves exposições dos princípios gramaticais e lógicos. Os princípios que justificam as regras são, em geral, científicos, isto é, são itens de conhecimento teórico. Considerados em conjunto, são a teoria n1esma. Falamos, assim, da teoria da construção da ponte (*bridge*) e da teoria da construção do jogo (*bridge*). Estamos nos referindo aos princípios teóricos que fazem com que as regras de bom procedimento sejam o que são.

Os livros práticos se classificam em vários grupos. Alguns, corno este aqui, e o livro de receitas culinárias e o manual do chofer, são essencialmente constituídos de regras. Qualquer outro assunto que abordem é abordado em função das regras. Não conheço nenhum grande livro dessa espécie. O outro tipo de livro prático trata, essencialmente dos *princípios que originam as regras*. Todos os grandes livros de Economia, de Política e de Moral são dessa espécie.

Não quero dizer que a distinção seja definitiva e absoluta. Um mesmo livro pode conter princípios e regras. O que importa é a ênfase relativa. Vocês não terão dificuldade em escolher os livros nessas duas pilhas. Um livro de regras de qualquer especialidade será, sempre, reconhecido como prático. O livro de princípios práticos pode parecer, à primeira vista, teórico. E é teórico sob um certo aspecto, como vimos. Trata da teoria de um tipo especial de prática. Entretanto, sempre se pode dizer que é prático. A natureza de seus problemas o revela. Refere-se a um setor do comportamento humano, em que os homens podem agir melhor ou pior.

Lendo um livro que é essencialmente um livro de regras, as proposições de mais importância são, sem dúvida, as regras. Uma regra se explica melhor por uma sentença imperativa do que por uma sentença declarativa. É uma ordem. Exemplo: “Salvem nove malhas, pegando uma em tempo." Pode ser expressa declarativamente; assim: “Pegar uma malha em tempo salva nove." Ambas as fórmulas dão a entender – e a imperativa um pouco mais enfaticamente – que vale a pena ser rápido, para salvar nova malhas.

Seja expressa declarativa ou imperativamente, sempre se pode reconhecer uma regra, porque ela recomenda alguma coisa corno digna de ser feita, em vista de um determinado fim. Assim, a regra de leitura que aconselha a concordar com o autor, pode ser formulada como uma recomendação: “boa leitura” significa concordar com o autor. A palavra “boa“ é a senha. Que tal leitura merece ser feita, subentende-se.

Os argumentos de um livro prático dessa espécie procuram provar que as

regras são boas. O escritor pode ter de recorrer aos princípios, para persuadi-los de sua existência, ou pode, simplesmente, ilustrar seu valor, mostrando-lhes como atuam em casos concretos. Procurem os argumentos de ambas as espécies. O fato de se recorrer aos princípios é menos convincente, em geral, mas tem uma vantagem. Pode justificar as regras melhor do que o exemplo de seu uso.

No outro tipo de livros práticos, que tratam dos princípios que justificam as regras, as proposições e argumentos mais importantes são idênticos aos de um livro puramente teórico. As proposições mostram que alguma coisa está em foco, e os argumentos, que seu procedimento é esse ou aquele.

Mas há diferença em ler tal livro é um livro puramente teórico. Desde que sejam práticos os problemas a resolver – problemas de ação – um leitor inteligente de tais livros de "princípios práticos" sempre lê nas entrelinhas ou nas margens. Procura ver as regras que podem não vir expressas, mas que, no entanto, derivam dos princípios. Pode ir mais longe. E procurar como devem se aplicar as regras, na pratica.

A menos que seja lido assim, um livro prático não é lido *como prático*. Não ler um livro prático como prático é ler mal. É não o compreender e não o poder criticar adequadamente de nenhum outro modo. Se a inteligibilidade das regras esta nos princípios, não é menos verdade que o significado dos princípios práticos deve se encontrar nas regras a que conduzem e nas ações que recomendam.

Isso mostra o que vocês devem fazer para compreender qualquer espécie de livro prático. Mostra, também, os padrões de julgamento critico . No caso de livros puramente teóricos, os critérios de concordância ou discordância referem-se à verdade do que está sendo dito. Mas a verdade prática difere da teórica. Uma regra de conduta é praticamente verdadeira em dois casos: primeiro, quando é útil; segundo, quando sua utilidade leva ao verdadeiro fim, ao fim que vocês realmente desejam.

Suponha-se que o objetivo que o autor julga ser o de vocês não lhe parece bom. Mesmo se seus conselhos forem sensatos, no sentido de levá-los a tal objetivo, vocês não concordarão com ele no final de contas. E o julgamento que fizerem sobre o livro, como praticamente verdadeiro ou falso, estará de acordo com isso. Se não acham que vale a pena fazer uma leitura cuidadosa e inteligente, este livro encerra uma verdade prática muito pequena para vocês, por mais sensatas que pareçam as regras.

Notem o que significa isso. Julgando um livro teórico, o leitor deve observar a identidade ou discrepância entre seus próprios princípios básicos ou suposições e os do autor. Julgando um livro prático, no entanto, tudo se concentra na meta final ou nos objetivos. Se vocês não partilharem do

entusiasmo de Karl Marx pela justiça econômica, sua doutrina econômica e a reforma que sugere parecerão praticamente falsas ou sem importância. Podem pensar que preservar o *statu quo* é um objetivo mais desejável, do que remover as iniqüidades do capitalismo. Neste caso, estarão a ponto de acreditar que os documentos revolucionários são absurdamente falsos. Seu principal julgamento se referira sempre aos fins e, não, aos meios. Não temos interesse prático em meios que, apesar de excelentes, nos levam a fins que não procuramos.

– 3 –

Esta breve discussão sugere duas perguntas que vocês devem fazer a si mesmos, lendo um livro prático qualquer. A primeira e: Quais são os objetivos do autor? A segunda: Que meios ele está propondo? É mais difícil responder a essas perguntas no caso de um livro de princípios, do que no caso de um livro de regras. Os fins e os meios são provavelmente menos óbvios. Entretanto é necessário responder a elas, para a compreensão e crítica de um livro prático.

Também faz lembrar um aspecto da escrita prática, que já notamos. Há um misto de oratória e propaganda em todo livro prático. Nunca li um livro político – por mais teórico que fosse e por mais "abstratos" que se revelassem seus princípios – que não procurasse convencer o leitor da "melhor forma de governo". Assim também os tratados de moral procuram convencer o leitor da "melhor vida" e recomendam os caminhos que levam a ela.

Eis por que o autor prático tem sempre um pouco de orador ou propagandista. Desde que o julgamento de vocês a respeito de seu trabalho faz com que aceitem a finalidade para a qual esse autor propõe os meios – o que ele quer é ganha-los para tal finalidade. Para o conseguir, tem de argumentar de um modo que apele ao coração é à inteligência de vocês. Talvez tenha que fazer vibrar suas emoções e tomar as rédeas de sua vontade. É por isso que o chamo de orador ou propagandista.

Não há nada de errado nem de falso nisso. É da natureza dos negócios práticos terem os homens de pensar e agir de um certo modo. Nem o pensamento prático, nem a ação provêm somente da inteligência. Não se pode desprezar o ventre. Ninguém faz julga mentos práticos sérios ou entra em ação, sem ser impelido. O Escritor de livros práticos que não compreende tal coisa, não conseguirá nada. E o leitor seria como quem comprasse uma quantidade enorme de mercadorias, sem ter dado seu consentimento.

A melhor proteção contra qualquer espécie de propaganda é o reconhecimento completo dela, pelo que ela é. Só a oratória oculta e inatingível

é insidiosa. O que toca o coração, sem ter passado pela inteligência, é provável que estouro e ponha a inteligência fora da história. A propaganda tomada nesse sentido é como engolir uma droga desconhecida. Seu efeito é misterioso. Vocês não sabem, depois, por que sentem ou pensam como o fazem. Mas o álcool que adicionam à bebida, numa dosagem já experimentada, pode dar-lhes a animação que necessitam e que sabem usar.

Quem lê inteligentemente um livro prático, e conhece seus termos básicos, proposições e argumentos, será sempre capaz de perceber sua oratória. Marcará os trechos em que se faz um "uso emotivo das palavras". Sabendo que pode ser sujeito à persuasão, analisa as insinuações várias. Tem resistência de venda. Mas não cometam o erro de supor que a resistência de venda tenha de ser de um por cento. Ela evita que se compre afobada mente e sem pensar. Mas não deve afastá-los definitivamente da loja. O leitor que se julga inteiramente surdo a todas as solicitações, não devia ler livros práticos.

Há uma outra questão ainda. Devido à natureza dos problemas práticos e à intromissão da oratória em todo livro prático, a "personalidade" do autor é mais importante neste caso, do que no caso dos livros teóricos. Tanto para compreender, quanto para julgar um tratado de moral, uma tese política ou uma discussão econômica, precisa-se conhecer alguma coisa do temperamento do autor, de sua vida e prazeres. Lendo a *Política* de Aristóteles, é importante saber que a sociedade grega se baseava na escravidão. Do mesmo modo, esclarece-se muito *O Príncipe*, conhecendo-se a situação italiana no tempo de Maquiavel e as relações dele com os Medicis; ou, no caso do *Leviatã* de Hobbes, saber que Hobbes viveu durante as guerras civis inglesas e foi influenciado patologicamente pela revolução social e pela desordem.

Às vezes, o autor fala de si mesmo, de sua vida e prazeres. Em geral, não o faz de um modo explicito, e, quando o faz, a revelação deliberada de si mesmo é raramente adequada ou fidedigna. Portanto, ler só seu livro não basta. Para compreendê-lo e julgá-lo, talvez vocês tenham de ler outros livros, livros que tratem dele e de seus prazeres, ou livros que ele leu e que o influenciaram.

Qualquer auxílio à leitura que se coloque fora do livro que se lê é extrínseca. Talvez vocês se lembrem que fiz uma distinção entre as regras intrínsecas e os auxílios extrínsecos, no capitulo VII. Pois bem, a leitura de *outros* livros ê um dos maiores auxílios na leitura de um determinado livro. Chamarei a esse auxílio de "leitura extrínseca". E resumirei a questão dizendo simplesmente que a leitura extrínseca a respeito do autor é muito mais importante na interpretação e critica dos livros práticos do que dos teóricos.

Lembrem-se disto, como de uma regra adicional, para orientá-los na

leitura de livros práticos.

– 4 –

Voltemos agora a classe dos livros teóricos, para ver se há regras adicionais ai. Vou dividir essa classe em três grandes grupos, de que já tratei no capitulo VIII: *História*, *Ciência* e *Filosofia*. Para estudar resumidamente um assunto complexo, discutirei dois fatos que se relacionam com cada um desses tipos de livros, considerando, primeiro, aquilo que é peculiar aos problemas desse tipo de livros – termos, proposições e argumentos – para depois tratar de todos os auxílios extrínsecos de importância.

Vocês já sabem que um livro de História tem um misto de conhecimento e poesia. Todas as grandes obras históricas são narrativas Contam uma lenda. E toda lenda tem enredo e caracteres e episódios e ações que se cruzam e um clímax e um final. Os elementos de uma História, considerada como narrativa, são estes – e, não, os termos, proposições e argumentos. Para compreender uma História em seu aspecto poético, é preciso saber corno se lê ficção. Ainda não tratei das regras que se referem a isto, mas a grande maioria das pessoas conseguem fazer essa leitura com alguma habilidade.

Sabem seguir uma história. E conhecem a diferença entre uma história boa e uma história má. A História pode ser mais incrível do que a ficção, mas o historiador deve tornar plausível o que aconteceu. Senão, estará contando uma história que não presta, que é estúpida ou até absurda.

Vou tratar, no próximo capitulo, das regras para se ler ficção. Tais regras talvez ajudem vocês a interpretar c criticar as histórias, em suas dimensões poéticas como narrativas. Vou me limitar aqui às regras lógicas de qual tratamos. Aplicadas a História, exigem que se distingam duas afirmações que se encontram. Em primeiro lugar, estão todas as proposições referentes a fatos particulares – acontecimentos, pessoas ou instituições. É essa, de certo modo, a matéria da História, a substância do que está sendo narrado. Na medida em que essas afirmativas estão sujeitas a argumentação, O autor pode procurar lhes dar, no texto ou nas anotações, a prova de que tais coisas aconteceram de um modo e, não, de outro.

Em segundo lugar, o historiador pode dar urna interpretação geral dos fatos que está narrando. Isso é expresso poeticamente na maneira como conta Historia - quem é seu herói, onde esta o clímax, como se desenvolve o enredo. Exprime-se, também, em certas generalizações que enuncia. É preciso ver onde estão as proposições gerais deste tipo. Heródoto, em sua História das guerras

persas revela logo sua idéia principal:

> “As grandes cidades tornaram-se, na maioria insignificantes; e as que são atualmente poderosas foram fracas em tempos passados Posso tratar, igualmente, a ambas, convencido de que a *prosperidade não dura muito num só lugar*.”

Grifei a generalização que Heródoto exemplifica varias vezes no correr de sua História. Ele não procura provar a provar a proposição. Contenta-se em revelar as inúmeras ocasiões em que ela se mostra verdadeira. É assim que os historiadores argumentam com suas generalizações.

Há alguns historiadores que procuram argumentar com suas idéias gerais, sobre o curso dos problemas humanos. O historiador marxista não escreve apenas para exemplificar, sempre, a luta de classes; freqüentemente, afirma que isto acontece, baseando-se em sua “teoria da História”. Procura mostrar que a interpretação econômica é única. Um outro historiador, como Carlyle, procura mostrar que os problemas humanos são controlados pela ação dos lideres. É a teoria histórica do “grande homem”.

Para ler criticamente a História, ó preciso descobrir a interpretação que o escritor dá aos fatos. É preciso conhecer sua “teoria”, isto é, suas generalizações e, se possível, o motivo delas. De outro modo, vocês não podem dizer por que se destacam certos fatos e se omitem outros; por que se dá realce a um acontecimento e não a outro. O meio mais fácil de o conseguir é ler duas Historias do mesmo fato, escritas de diferentes pontos de vista. (Uma das coisas que distingue a História da Ciência e que podem existir duas ou mais boas histórias do mesmo acontecimento – profundamente diversas, embora igualmente convincentes e dignas de fé. Enquanto que só há uma boa interpretação científica de determinado assunto, em qualquer tempo.)

A leitura extrínseca auxilia a compreensão e o julgamento dos livros de História. Vocês podem recorrer a outras Histórias ou a livros de consulta, para examinar os fatos. Talvez estejam até tão interessados, que procurem compulsar os documentos originais de que o autor tirou suas conclusões. Ler outros livros não ê o único auxílio extrínseco à compreensão de uma história. Pode-se também visitar o local dos acontecin1entos, ou os monumentos e outras relíquias do passado. O que ganhei percorrendo o campo de batalha .de Gettysburg, faz-me imaginar como compreenderia melhor a invasão de Aníbal, se atravessasse os Alpes no dorso de um elefante.

A leitura de outras grandes Histórias dos mesmos acontecimentos é o melhor modo de perceber a orientação de um grande historiador. Mas há mais do que orientação numa História. Há propaganda. A História de alguma coisa

remota no tempo ou no espaço, ê, em geral, um ataque ou uma crítica aos contemporâneos, como acontece com o estudo de Tácito sobre os germanos, e a explicação de Gibbon sobre a decadência de Roma. Tácito exagera as virtudes primitivas das tribos teutônicas, para ridicularizar a decadência e efeminação dos romanos de seu tempo. Gibbon realça o papel que a nova Cristandade desempenhou numa Roma decadente, para apoiar os livres pensadores e anticlericais contra os homens de igreja estabelecidos.

De todos os livros teóricos, a História é o que mais se assemelha aos práticos, sob este aspecto. Entretanto, o conselho ao leitor é o mesmo. Descobrir alguma coisa do temperamento do historiador e das condições locais que podem ter influído nele. Fatos assim, não somente explicam sua orientação, mas nos preparam para as lições de moral que a História, segundo ele, ensina.

– 5 –

As regras adicionais para se ler trabalhos científicos são as mais fáceis de formular. Por trabalho científico, entendo a relação de descobertas ou conclusões em certo setor de pesquisas, levados a termo por experiências de laboratório ou observações da natureza. O problema científico sempre procura descrever os fenômenos do melhor modo possível, traçando as relações de diferentes tipos deles.

As grandes obras cientificas não tem oratória, nem. propaganda, embora revelem uma certa ambigüidade nas hipóteses iniciais. Vocês percebem isso e o compreendem, fazendo uma distinção entre o que o autor supõe e o que ele afirma pela argumentação. Quanto mais “objetivo” é um autor cientifico, tanto mais explicitamente os forçará a admitir isso ou aquilo como verdadeiro. A objetividade científica não é ausência de ambigüidade inicial. E é conseguida, graças a conclusão sincera da existência de tal ambigüidade.

Os termos principais de um trabalho científico se exprimem, geralmente, por palavras pouco usadas ou técnicas. São, relativamente, fáceis de destacar, e, através delas, pode-se compreender as proposições. As proposições mais importantes são sempre gerais. Um cientista, ao contrário de um historiador, procura evitar qualquer localização de tempo e espaço. Procura dizer como são as coisas e como se comportam elas em geral.

A única dificuldade diz respeito aos argumentos. A ciência, como vocês sabem, e, antes de tudo, indutiva. Isso significa que seus principais argumentos são os que estabelecem uma proposição geral, que se refere a uma verdade observável – casos criados por uma experiência ou uma serie deles colecionados

pacientemente, Ha outros argumentos dessa espécie, chamados dedutivos. São argumentos em que se *prova* uma proposição, por meio de outras já formuladas. No que diz respeito a provas, a Ciência não difere muito da Filosofia. Mas o argumento indutivo é peculiar a Ciência.

Para compreender e julgar os argumentos indutivos de um livro cientifico, vocês devem ser capazes de seguir a verdade a que o cientista se refere, como base. Às vezes, a descrição que um cientista luz de uma experiência realizada e tão clara e tão real, que vocês não têm dificuldade alguma. Outras vezes, o livro cientifico contém ilustrações e diagramas, que os ajudam a tomar conhecimento dos fenômenos descritos.

Se tudo isso falha, o leitor só tem um recurso. Adquirir a experiência que lhe e necessária, de primeira mão. Presenciar uma demonstração de laboratório. Conhecer e manejar os aparelhos de que trata o livro. Visitar um museu e observar os espécimes ou modelos que se encontram nele.

Por isso, o St. John's College de Anápolis, onde todos os alunos lêem os grandes livros, exige quatro anos de trabalhos em laboratório. Não só esses alunos aprendem a se servir dos aparelhos – para medidas precisas e experiências – como conhecem, através da experiência direta, as maiores realizações na História da Ciência. Há experiências clássicas, assim como há livros clássicos. Os clássicos científicos são melhor compreendidos pelos que viram com seus próprios olhos, e fizeram com suas próprias mãos, o que um grande cientista descreve como o procedimento pelo qual atingiu suas descobertas.

Assim, o maior auxilio extrínseco à leitura de livros científicos não é a leitura de outros livros, mas o conhecimento direto dos fenômenos abordados. Quanto mais especializada é a experiência a ser obtida, tanto mais indispensável e difícil de se adquirir.

Não digo que a leitura extrínseca não seja útil. Outros livros de mesmo assunto podem esclarecer os problemas e ajudar-nos a criticar o que estamos lendo. Podem revelar a ignorância do autor, a falta de provas, a análise inacabada. Mas, continuo achando que o auxilio mais importante é o que faz incidir uma luz direta nos argumentos indutivos, que silo a essência de qualquer livro cientifico.

– 6 –

A leitura de obras filosóficas tem determinados aspectos que se prendem à diferença entre a Filosofia e a Ciência. Só estou considerando, aqui, as obras

teóricas de Filosofia, como os tratados metafísicos ou os livros que estudam a Filosofia da natureza, porque já falamos da Ética e da Política. São Filosofia prática.

O problema filosófico é explicar e, não, descrever, a natureza das coisas. É mais do que a relação dos fenômenos. Procura penetrar nas causas últimas e nas razões das coisas existentes e mutáveis. Tais problemas só se resolvem quando as respostas que se derem a eles forem claramente demonstradas.

O principal esforço do leitor deve se aplicar aos termos e proposições iniciais. Embora o filósofo também tenha uma terminologia técnica, as palavras que exprimem seus termos são, em geral, tiradas da linguagem corrente e empregadas num sentido muito especial. O que exige grande atenção por parte do leitor. Se ele não sobrepuja a tendência de usar palavras comuns de um modo comum, o livro será ininteligível e sem sentido. Vi muita gente abandonar a leitura de um livro científico, com pouco caso ou irritação, quando a culpa era sua e, não, do autor. Nunca procuraram concordar com esse autor.

Os termos básicos de um tratado filosófico são, sem dúvida, abstratos. E os da Ciência, também. O conhecimento geral só pode ser expresso por termos abstratos. E não há nada de peculiarmente difícil nas abstrações. Nós nos servimos delas, todos os dias de nossa vida, e em qualquer tipo de conversa. Se vocês substituírem a distinção entre o particular e o geral, pela distinção entre o concreto e o abstrato, terão menos receio das abstrações.

Sempre que falam de uma coisa em geral, estão usando abstrações. O que podem perceber, através dos sentidos, e concreto e particular. O que pensam com a mente é, sempre, abstrato e geral. Compreender uma “palavra abstrata” e ter uma idéia do que ela exprime. “Ter uma idéia” é um outro modo de dizer que se conhece um aspecto geral de alguma coisa a que a mente se refere. Não se pode ver, nem tocar, nem mesmo imaginar esse aspecto considerado assim. Se isso fosse possível, não haveria diferença entre os sentidos e a mente. As pessoas que procuram imaginar a que se referem às idéias, ficam numa confusão tremenda, para acabar pessimistas quanto a todas as abstrações.

Assim como os argumentos indutivos deviam ser a principal preocupação do leitor de livros científicos, – precisamos dar, aqui, a maior atenção aos princípios do filósofo. A palavra “principio” significa começo. As proposições com as quais o filósofo começa são seus princípios. Podem ser fatos hipotéticos ou fatos evidentes por si mesmos.

As hipóteses não apresentam dificuldade alguma. Façam-nas para ver o que se segue, mesmo se vocês têm idéias contrárias. Quanto mais claros forem seus preconceitos, tanto mais dificilmente deixarão de compreender os preconceitos alheios.

Entretanto, e outra espécie de princípio que lhes parecerá complicado. Não conheço livro filosófico que não tenha algumas proposições iniciais, que o autor considera como evidentes. Essas proposições são semelhantes às induções do cientista, sob um aspecto. Brotam diretamente da experiência, em vez de serem provadas por outras proposições.

A diferença está na experiência em que se baseiam. O filósofo dirige um apelo à experiência comum da humanidade. Não faz trabalhos de laboratório, nem pesquisas experimentais. Portanto, para compreender e testemunhar os mais importantes princípios de um filósofo, vocês não precisam do auxilio extrínseco de uma experiência especial. Ele se refere a seu próprio bom senso e à observação cotidiana do mundo em que vivem.

Uma vez compreendidos os termos e princípios de um filósofo, o resto da leitura não traz dificuldades especiais. Lógico que vocês devem seguir suas provas. E notar cada etapa que ele percorre na análise – as definições e distinções e a ordenação dos termos. Mas isso também se aplica a um livro cientifico. O conhecimento da verdade, num caso, e a aceitação dos princípios, no outro, são condições indispensáveis para se seguir todos os outros argumentos.

Um bom livro *teórico* de Filosofia tem tão pouco de oratória e propaganda, quanto um bom tratado cientifico. Vocês não devem se preocupar com a "personalidade" do autor, nem investigar seu passado social e econômico. É útil, no entanto, fazer uma leitura extrínseca em conexão com o livro filosófico. Isto é, ler os trabalhos de outros grandes filósofos que trataram dos mesmos problemas. Na história do pensamento, os filósofos conversaram muito entre si. Era bom que vocês procurassem ouvi-los antes de pronunciar seu julgamento a propósito do que um deles diz.

O fato de discordarem os filósofos, não os torna diferentes dos outros homens. Lendo livros filosóficos, vocês têm de se lembrar, antes de tudo, do respeito que devem à diferença entre conhecimento e opinião. Isso não vai fazer com que pensem que tudo é uma questão de opinião. As discordâncias que persistem esclarecem, às vezes, os problemas que não se resolvem ou que, talvez, sejam insolúveis. Apontam os mistérios. Mas quando os problemas podem ser resolvidos pelo conhecimento, vocês não devem se esquecer de que os homens *podem* concordar, se conversarem bastante entre si.

Não se preocupem com as discordâncias tios outros. A responsabilidade de vocês é só saber o que pensar disso. Diante da conversa que os filósofos tiveram, através de seus livros, vocês devem julgar o que é verdadeiro e o que é falso. Quando tiverem lido bem um livro filosófico – e isto significa: leitura extrínseca suficiente e interpretação hábil – estão no ponto de poder julgar.

A característica principal das questões filosóficas é que todos os homens podem responder a elas. Seguir as *opiniões* alheias, não e resolver, mas escapar. Elas só se resolvem pelo conhecimento, e este conhecimento deve ser de vocês. Vocês não devem depender do testemunho dos especialistas, o que pode ter' acontecido no caso da Ciência.

Ha ainda duas observações a fazer a propósito da leitura extrínseca dos livros filosóficos. Não passem o tempo todo a ler livros sobre os filósofos, suas vidas e opiniões. Mas procurem lê-los, comparando-os entre si. E lendo os filósofos antigos e medievais, ou mesmo os primeiros modernos, não se inquietem com os erros e falhas de conhecimento científico que seus livros revelam.

O conhecimento filosófico repousa diretamente na experiência comum e, não, nas descobertas da Ciência, nem nos resultados da pesquisa especializada. Vocês podem ver, se seguirem cuidadosamente a argumentação, que o desconhecimento de assuntos científicos não tem importância.

Esta segunda observação deve levá-los a considerar a época em que viveu o filósofo que estão lendo. Assim, não somente ele ficará bem localizado na conversa com os que vieram antes e depois; vocês, também, estarão preparados para as fantasias científicas, que ilustram algumas de suas observações. A mesn1a urbanidade que os torna indulgentes para com os que falam uma língua estrangeira, os levará a cultivar a tolerância para com os homens de saber, que não conheciam todos os fatos que nós, agora, conhecemos. Ambos podem ter alguma coisa a dizer e seríamos tolos de não os ouvir, ao revelar nosso provincianismo.

– 7 –

Há dois tipos de livros que deixei, propositadamente, de mencionar: Matemática e Teologia. Minha justificativa e que, num nível de leitura, eles não apresentam problemas especiais. E noutro nível, os problemas que apresentam são muito complicados e difíceis para mim. Entretanto, talvez possa dizer alguma coisa a respeito deles.

Em geral, o tipo de proposição e o tipo de argumento de um livro matemático são mais filosóficos do que científicos. O matemático, como o filósofo, são pensadores de “cadeira-preguiçosa” Não fazem experiências. Não empreendem observações especiais. De princípios, que são evidente ou hipotéticos, tiram suas conclusões e resolvem seus problemas.

A dificuldade em ler livros matemáticos se origina, em parte, dos símbolos

que o matemático utiliza. Ele escreve numa linguagem especial e, não, na linguagem corrente. Tem uma gramática especial, uma sintaxe especial e regras de ação especiais. Em parte, também, o método preciso da demonstração matemática é peculiar a esta matéria. Vimos já muitas vezes que Euclides e todos os que escreveram matematicamente tem um estilo diferente dos outros autores.

Vocês devem conhecer a Gramática e a Lógica especiais ao matemático, se pretendem tornar-se leitores eficientes de livros matemáticos. As regras gerais que discutimos podem ser inteligentemente aplicadas a esta matéria, se se procurar compreende-las à luz de princípios especiais. E a lógica do argumento cientifico e da prova filosófica diferem, não só da Matemática, como entre si, também. A noção que gostaria que vocês tivessem ê que há tantas gramáticas e tantas lógicas especiais, quanto há aplicações especificamente diferentes das regras de leitura, em livros e assuntos diferentes.

Uma palavra sobre a Teologia. Ela difere da Filosofia, porque seus princípios são artigos de fé, seguidos por crentes de uma religião qualquer. O raciocínio baseado em premissas que a razão pode atingir é filosófico e, não, teológico. Um livro teológico depende sempre dos dogmas e da autoridade de uma igreja que os proclama. Se vocês não participam da crença, se não pertencem à igreja, podem, apesar disso, ler *bem* um livro teológico, tratando seus dogmas com o mesmo respeito com que tratam as hipóteses de um matemático. Mas devem lembrar-se de que um artigo de fé não e alguma coisa que o crente *supõe*. A fé para aqueles que a possuem, é a forma mais certa de conhecimento, e, não, uma opinião a ser provada.

Existe urna leitura extrínseca, peculiar aos trabalhos teológicos. Aqueles que tem fé acreditam na palavra de Deus, revelada numa escritura santa. Assim, a Teologia judaica exige que seus leitores conheçam o Velho Testamento; a Teologia cristã, o Novo: a maometana, o Alcorão, e assim por diante.

Devo parar aqui. O problema de ler a Bíblia – quando se acredita que ela é a Palavra de Deus – é o mais difícil, em todo o campo da leitura. Escreveram-se mais livros sobre a leitura da Bíblia do que sobre todos os outros aspectos da arte de ler, juntos. A Palavra de Deus, é, sem dúvida, o que os homens possam ler de mais difícil. O esforço dos crentes foi exatamente proporcional à dificuldade da tarefa. Acho que seria verdade afirmar que, na tradição européia, pelo menos, a Bíblia é o livro, em mais de um sentido. Não foi apenas o mais lido dos livros, mas o mais cuidadosamente lido.

Vou terminar este capítulo com um breve sumário dos auxílios extrínsecos à leitura. O que fica além do livro que vocês estão lendo? Três coisas são particularmente importantes: a experiência – comum ou especial –, os outros livros e a discussão viva. O papel da experiência como fator extrínseco e bastante indiscutível. Os outros livros podem ser de vários tipos: livros de consulta, livros secundários, comentários ou grandes livros que tratam dos mesmos assuntos ou de assuntos relacionados.

Seguir todas as regras de leitura intrínseca raramente basta para se ler bem qualquer livro, seja interpretativamente, seja criticamente. A experiência e outros livros são auxílios extrínsecos indispensáveis. Lendo livros com os alunos, fiquei tão impressionado pelo fato de eles não empregarem esses auxílios, como pelo lato de eles não saberem ler o livro isoladamente.

Sob o sistema eletivo, o aluno segue um curso como se fosse alguma coisa inteiramente a parte, sem relacioná-lo com outros cursos ou com suas preocupações ordinárias, seus problemas vitais, sua experiência cotidiana. Os estudantes que seguem cursos assim, lêem os livros assim também. Não fazem esforço algum para relacionar um livro com outro, mesmo quando são evidentemente correlatos: nem aplicam o que o autor está dizendo à sua experiência própria. Lêem o que se escreve nos jornais sobre fascismo e comunismo. Ouvem, pelo rádio, a defesa da democracia. Mas parece que nunca ocorre à maioria deles que o grande tratado político que talvez estejam lendo aborda os mesmos problemas, apesar de ser um pouco mais elegante a linguagem que fala.

No ano passado, eu e Hutchins lemos uma serie de obras políticas com os alunos. A principio, a tendência deles era ler cada livro como se existisse no vácuo. Apesar do fato de estarem os vários autores argumentando sobre a mesma coisa, não pareciam pensar que valesse a pena citar um livro, quando discutiam outro. Uma das aulas mais interessantes foi aquela em que Hutchins perguntou se Hobbes tomaria a defesa de Hitler, quando este internou o pastor Niemoller num campo de concentração. E Spinoza, procuraria tira-lo dela? E que faria Locke e John Stuart Mill?

Os problemas da liberdade de palavra e de consciência encontraram autores mortos falando de situações vivas. Os alunos tomaram partido na questão Niemoller e os livros também – Mill contra Hobbes e Locke contra Spinoza. Mesmo que eles não pudessem ajudar o pastor Niemoller, este caso ajudou-os a focalizar a oposição dos princípios políticos à luz de suas conseqüências práticas. Os alunos que não tinham encontrado erro em Hobbes e Spinoza. Começaram a duvidar de suas opiniões anteriores.

A utilidade da leitura extrínseca e, simplesmente, aumentar o valor do

contexto, quando se lê um livro por si mesmo. Vimos conto o contexto pode ser usado para se interpretar as palavras e sentenças, na descoberta dos termos e proposições. Assim como o livro todo é um contexto para cada uma de suas partes, os livros correlatos criam um contexto maior, que ajuda a interpretar o que se lê.

Gosto de considerar os grandes livros como participantes de uma longa conversa sobre os problemas básicos da humanidade. Os grandes autores eram grandes leitores, e uma das maneiras de compreende-los é ler os livros que eles leram. Como leitores, conversaram com outros autores, assim como conversamos com os livros que lemos, embora não escrevamos nada.

Para entrar nessa conversa, devemos ler os grandes livros, em relação uns com os outros, e numa ordem que, de certo modo, respeite a cronologia. A conversação dos livros virá a tempo. O tempo e essencial, aqui, e não deve ser desprezado. Os livros podem ser lidos do presente para o passado, ou do passado para o presente. Embora julgue mais vantajosa a ordem do passado para o presente, – porque é mais natural –, a cronologia pode ser observada de qualquer dos modos.

O aspecto-conversação da leitura (autores que conversam entre si, e leitores que conversam com seu autor) explica o terceiro fator extrínseco que mencionei acima, isto e, a discussão viva. Por discussão viva, não entendo mais do que a conversa real que eu e vocês podemos ter a respeito de um livro que lemos juntos.

Embora não seja um auxilio indispensável à leitura, é, no em tanto, um grande auxilio. Eis por que Hutchins e eu demos nosso curso de leitura, procurando chegar até os alunos, para discutir os livros. O leitor que aprende a discutir com outros leitores, chegará a ter uma conversa melhor com o autor, quando se encontrar só com ele, no estudo. Chegará, até, a apreciar melhor a conversa dos autores entre si.

III PARTE

O RESTO DA VIDA DO LEITOR

CAPÍTULO XV

A outra metade

– 1 –

Este livro ficou pela metade, ou, por outra, só tratou da metade das leituras que a maioria das pessoas fazem. E é provável que ainda isso seja muito. Não sou tão ingênuo para supor que o leitor passe sua vida a ler os grandes livros. Provavelmente, a maior parte do tempo de leitura de qualquer pessoa é dedicada aos jornais e revistas. E quanto aos livros, lemos de preferência a literatura de ficção à científica. Os sucessos de livraria se dividem em livros de ficção e livros científicos. Mas, apesar dos livros científicos terem um grande público, os livros de ficção, bons ou maus, têm um público maior ainda. Entre os livros científicos, os mais populares são, freqüentemente, os que, como jornais e revistas, tratam de assuntos de interesse contemporâneo.

Não quero decepcioná-los quanto às regras formuladas nos capítulos anteriores. No capítulo VII, antes de empreender a discussão das regras, expliquei que devíamos nos limitar a ler livros científicos sérios. Seria confuso expor as regras para se ler a literatura de imaginação e a científica, *ao mesmo tempo*. E para tratar adequadamente da leitura de romances e poesias, teríamos de fazer tanto esforço quanto fizemos para discutir as regras cientificas. Tive que escolher entre escrever um livro muito maior, talvez até um outro livro, ou ignorar a metade da leitura que as pessoas fazem. Por amor à clareza, tomei a segunda alternativa, nas duas primeiras partes deste livro. Mas, agora, quando considero o resto da vida do leitor, não posso continuar ignorando os outros tipos de leitura. Vou procurar reparar essas deficiências, apesar de saber que um simples capítulo, dedicado a todos os outros tipos de leitura é insuficiente.

Estaria longe da verdade se os deixasse pensar que a falta de espaço foi meu único empecilho. Devo confessar que tenho muito menos competência para a tarefa que este capítulo aborda, embora acrescente, para atenuar, que o problema de ler ficção é mais difícil.

Contudo, vocês podem pensar que a necessidade de formular regras seja

menos premente, porque há mais pessoas que parecem saber como ler ficção e que aproveitam mais com essa leitura do que com a cientifica.

Observem o paradoxo. De um lado, afirmo que a habilidade em ler ficção é mais difícil de analisar; de outro, parece evidente que tal habilidade é mais comum do que a arte de ler Ciência e Filosofia, Política, Economia e História. Talvez seja porque as pessoas desprezaram a habilidade de ler inteligentemente a literatura de ficção. Se este não é o caso, acho que posso explicar o paradoxo de outro modo. A literatura de imaginação É mais agradável do que instrutiva. É mais fácil ter prazer do que ser instruído, e muito mais difícil saber *por que* se tem prazer. A beleza é mais fugidia, analiticamente, do que a verdade.

Graças à minha experiência de professor, sei como se tornam as pessoas de língua presa quando alguém lhes pergunta o que apreciaram num romance. Que elas o apreciaram não há dúvida, mas não podem explicar seu prazer, nem mostrar o que havia no livro para causá-lo. Isso indica – dirão vocês – que podem existir bons leitores que não sejam bons críticos. Acho que esta é meia verdade. A leitura crítica depende da plenitude da compreensão da pessoa que lê. Aqueles que não podem dizer o que apreciaram num romance não o leram além da superfície.

Para esclarecer esta última observação seria preciso formular, explicitamente, todas as regras. Não tendo nem espaço, nem competência para o fazer, vou mostrar-lhes dois caminhos. O primeiro e o *caminho da negativa*, estabelecendo indiscutíveis “nãos”, em vez de regras construtivas. O segundo é o *caminho da analogia*, vertendo as regras para se ler a literatura científica em suas equivalentes na ficção. Vou usar a palavra “ficção” para denominar tudo que é literatura imaginativa, incluindo a poesia lírica, os romances e as peças de teatro. A poesia lírica merece, realmente, uma discussão à parte e mais cuidadosa. Na verdade, como acontece com os livros didáticos, onde as regras gerais são particularizadas para a História, a Ciência e a Filosofia, é preciso considerar os problemas especiais da leitura do romance, do drama e da lírica. Mas, aqui, temos de nos contentar com muito menos.

– 2 –

Prosseguindo no caminho da negativa, é necessário, antes de tudo, compreender as diferenças básicas entre a literatura didática e a de imaginação. Essas diferenças explicam por que motivo não podemos ler um romance, como se fosse um argumento filosófico; ou uma poesia lírica, como se fosse uma demonstração matemática.

As diferenças mais patentes, já mencionadas, se referem aos propósitos dos dois tipos de trabalho. Os livros didáticos visam, antes de tudo, a instrução, e os imaginativos, o prazer. Os primeiros procuram transmitir conhecimentos – conhecimentos de experiências que o leitor teve ou podia ter tido. Os últimos procuram comunicar uma experiência que o leitor só pode adquirir pela leitura. Se o conseguem, dão a esse leitor um motivo de prazer. Por causa de suas intenções diversas, os dois tipos de trabalho estimulam diferentemente a inteligência e a imaginação.

Provamos as coisas pelo exercício dos sentidos e da imaginação. Para conhecê-las, utilizamos nossos poderes de julgamento e raciocínio, que são intelectuais. Não quero dizer que podemos pensar sem a imaginação, ou que a experiência sensorial não se divorcie de uma certa reflexão racional. A questão é só a ênfase. A ficção dirige-se principalmente à imaginação. É por isso chamada de literatura imaginativa, ao contrário da Ciência e da Filosofia que são intelectuais.

Consideramos a leitura uma atividade por meio da qual recebemos comunicações dos outros. Se empregarmos, agora, um pouco mais de atenção, veremos que os livros didáticos *comunicam* o que é eminentemente e essencialmente comunicável – o *conhecimento abstrato*; enquanto que os livros imaginativos *procuram* comunicar o que é essencialmente e profundamente incomunicável – a experiência concreta. Há um certo mistério nisso. Se a *experiência concreta* é realmente incomunicável, por meio de que mágica espera o poeta ou o romancista transmitir, para lhes dar prazer, é experiência que o deleitou.

Antes de responder a esta pergunta, devo me certificar de que vocês compreenderam inteiramente a incomunicabilidade da experiência concreta. Todos já passamos por alguma crise emocional intensa – o momento de grande cólera, o medo de um desastre iminente, o ciclo da esperança e do desespero no amor. Vocês já tentaram contar isso a seus amigos? Poderiam contar-lhes tudo, sem muita dificuldade, porque os fatos exteriores e observáveis são matéria de conhecimento ordinário e podem ser facilmente comunicáveis. Mas será que vocês podem lhes dar a experiência que tiveram em seu íntimo – a experiência que acham difícil até de lembrar em toda a plenitude e intensidade? Se a memória que vocês têm dela é tão pálida e fragmentária, o que não dizer da impressão que transmitem por suas palavras? Observando a fisionomia de seus ouvintes, podem ver que eles não estão tendo a experiência de que vocês falam. E compreendam então que, para isso, é preciso mais arte do que a que possuem ao narrar – arte que É característica essencial dos grandes escritores

imaginativos.

Num certo sentido, nem o maior dos escritores comunica suas próprias experiências. São suas, unicamente, por toda a eternidade. Um homem pode partilhar seu conhecimento com outros homens, mas não pode partilhar as pulsações reais de sua vida. Desde que a experiência única e concreta não se comunica, o artista faz o melhor. Cria no leitor aquilo que não lhe pode transmitir. Utiliza as palavras para lhe dar uma experiência agradável, uma experiência que o leitor vive de um modo semelhante e proporcional ao do autor. Sua linguagem atua, assim, sobre as emoções e a imaginação dos leitores, e cada um deles, por sua vez, passa por uma experiência que nunca teve antes, mesmo se as recordações precisarem ser invocadas no processo. Essas experiências novas, diferentes para cada leitor, de acordo com sua natureza e recordações individuais, são, no entanto, semelhantes, porque foram todas criadas de acordo com o mesmo modelo – as experiências incomunicáveis com que luta o escritor. Somos, para ele, como vários instrumentos, de tons e ressonâncias especiais, mas a música que toca tão diferentemente em cada um de nós está numa única e mesma partitura. Essa partitura vem escrita no romance ou poema. À medida em que a lemos, parece comunicar, mas na verdade cria a experiência. Esta ê a mágica da boa ficção, que cria, imaginativamente, a similitude de uma experiência real.

Não posso consubstanciar o que disse, citando um romance inteiro ou um drama. Só peço ao leitor que se lembre do que lhe aconteceu, ao ler alguma coisa que o emocionou profundamente.

Será que teve conhecimento de fatos da vida- real? Seguiu argumentos e provas? Ou sofreu uma nova experiência, em sua imaginação, durante o processo da leitura? Vou, no entanto, citar algumas poesias simples e curtas, muito conhecidas. A primeira é de Robert Herrick:

> Whenas in silks my Julia goes,
> Then, then, methinks, how sweetly flows
> That liquefaction of her clothes.
>
> Next, when I cast mine eyes, and see
> That brave vibration, each way free,
> *O, how that glittering taketh me!*[7]

A segunda é de Percy Bysshe Shelley:

> Music, when soft voices die,
> Vibrates in the memory –
> Odors, when sweet violets sicken,

Line within the sense they quicken.

Rose leaves, when the rose is dead,
Are heaped for the beloved's bed;
And so thy thoughts, when thou art gone,
Lone itself shall slumber on[8].

A terceira é de Gerard Manley Hopkins:

Glory; be to God for dappled things –
For skies of couple-color as a brindled cow;
For rose-moles all in stipple upon trout that swim;
Fresh-firecoal chestnut-falls; finches' wings;
Landscape plotted and pieced – fold, fallow, and plough;
And all trades, their gear and tackle and trim.

All things counter, original, spare, strange;
Whatever is fickle, freckled (who know; how)
With swift; slow; sweet, sour; adazzle, dim;
He fathers-forth whose beauty is past change:
Praise him[9].

Diferentes em seus objetivos e na complexidade das emoções que exprimem, essas poesias atuam igualmente sobre nós. Tocam nossos sentidos, diretamente, pela música de suas palavras; mais do que isso, porém, evocam fantasias e lembranças que se confundem num todo único de significativa experiência. Cada palavra tem um papel a desempenhar, não só musicalmente, pela forma dos sons, mas como uma ordem de lembrar ou imaginar. O poeta orienta de tal modo nossas faculdades que, sem saber como isso aconteceu, participamos da experiência dele. Não recebemos alguma coisa, como recebemos o conhecimento de um escritor científico Concordamos em ser o meio de sua criação. Ele usou palavras que penetraram em nossos corações e em nossa imaginação, para uma experiência que reflete a sua, como um sonho reflete outro sonho. Por alguma emanação estranha, o sonho do poeta é imaginado diferentemente por cada um de nós.

A diferença básica entre a literatura didática e a imaginativa – uma institui, comunicando, enquanto que outra agrada, alegrando o que não pode ser comunicado – leva a uma outra diferença. Por suas finalidades radicalmente opostas; esses dois tipos de escrita usam linguagens diversas. O escritor imaginativo procura fazer máximas, das ambigüidades latentes das palavras, para atingir assim toda a riqueza e força, inerentes a seus múltiplos significados. Usa metáforas como unidades de construção enquanto o escritor lógico usa palavras restritas a um único significado. O que Dante diz da *Divina Comédia*

(que ela deve ser lida como se tivesse quatro significados distintos, embora relacionados), aplica-se geralmente à poesia e à ficção. A lógica dos trabalhos expositivos visa um ideal de clareza não ambígua. Não se deve deixar coisa alguma nas entrelinhas. Tudo o que for importante e capaz de ser expresso deve ser dito tão explicitamente e tão claramente quanto possível. Pelo contrário, os trabalhos imaginativos se baseiam mais no que se subentende, do que no que diz. A multiplicação das metáforas dá mais conteúdo às entrelinhas, do que às palavras que as compõem. Os poemas inteiros ou romance dizem alguma coisa que nenhuma de suas palavras diz ou pode dizer: falam na experiência incomunicável que criaram para o leitor.

Considerando a poesia lírica e a Matemática como os ideais, ou, melhor, Como as duas formas extremas de escrita imaginativa e didáticas podemos ver uma outra diferença entre as dimensões poéticas e lógicas da Gramática. Uma fórmula matemática pode ser indefinidamente traduzida em outras fórmulas que exprimem a mesma verdade. O grande cientista francês Poincaré afirmou, uma vez, que a matéria era a arte de dizer a mesma coisa em tão variadas maneiras quanto possível. Qualquer pessoa que observe uma equação sofrer inúmeras transformações a que é sujeita compreenderá isso. Em cada etapa, os símbolos reais podem ser diferentes ou se apresentar numa ordem diferente, mas o que está sendo expresso é a mesma equação matemática. Pelo contrário, uma frase poética e intraduzível, não apenas, de uma língua a outra, mas – na mesma língua – de um grupo de palavras a outro. Vocês não podem dizer o que se diz com “Music, when soft voices die, vibrates in the memory” em quaisquer outras palavras inglesas. Não há uma proposição a ser expressa em várias sentenças equivalentes e que exprimam a mesma verdade. O que há são palavras que tocam a imaginação e, não, que instruem a mente. Portanto só essas palavras, e nessa ordem, podem conseguir o que o poeta idealizou. Qualquer outra forma de palavras criará uma outra experiência – melhor ou pior, mas de qualquer modo diferente.

Vocês podem objetar que tracei uma separação muito rígida entre os dois tipos de escrita. E dizer, por exemplo, que a literatura imaginativa tanto nos instrui, quanto nos diverte. Não há dúvida que há verdade nisso, mas não é como se se tratasse de um livro científico ou filosófico. Aprendemos, pela experiência que adquirimos no correr de nossa vida cotidiana. Assim, também, podemos aprender pelas experiências vicárias ou artísticas que a ficção cria em nossa imaginação. Neste sentido, a poesia e o romance instruem, deleitando. Mas a Ciência e a Filosofia instruem de outro modo. Os livros didáticos não nos dão experiências novas. Comentam as experiências que já temos ou as que podemos adquirir. Eis por que parece razoável dizer que os livros didáticos, antes de tudo,

ensinam, enquanto que os livros imaginativos só ensinam incidentalmente – quando ensinam – criando experiências varias. Para aprender com tais livros, temos que pensar, sozinhos, sobre a experiência: para aprender com os cientistas e filósofos, temos de procurar compreender os pensamentos deles.

Realcei essas várias diferenças, para formular umas poucas regras negativas. Elas não vão ensinar-lhes a ler ficção. Dizem, apenas, o que não se deve fazer, porque a ficção ó diferente da Ciência. Todos esses "nãos" vão dar no seguinte: não leiam a ficção como se lessem a realidade; não leiam um romance, como se lessem um trabalho científico, nem mesmo, como se lessem um livro de Sociologia ou de Psicologia. Isso se explica largamente pelas seguintes regras:

1) *Não procurem achar uma "mensagem" num romance, drama ou poema*. A literatura imaginativa não é essencialmente didática. Nem o grande trabalho de ficção e a propaganda adocicada que alguns críticos querem insinuar. (Se *A Cabana do Pai Tomás* e As Vinhas da Ira são bons romances, são bons, apesar do que ensinam e, não, por causa do que ensinam.) Sem fazer uma divisão rígida entre a arte pura e a propaganda, sabemos que a ficção leva os homens a agir, muitas vezes com mais eficiência do que a oratória. A ficção só tem força quando é boa como ficção – e, não, quando é um discurso ou arenga que surge, por intervalos, numa historia mal contada. Se esse preceito geral é razoável – isto é, se vocês devem ler um livro pelo que ele contem – procurem a historia e, não, a mensagem, nos livros que se apresentam como narrativas.

As peças de Shakespeare foram dissecadas, durante séculos, em vista de tal mensagem – como se Shakespeare tivesse uma filosofia secreta, oculta em suas peças. A pesquisa foi infrutífera. E isso deve se tornar uma advertência clássica à incompreensão da ficção. É muito mais inteligente considerar cada peça como um mundo de experiências que Shakespeare descortina. Mark Van Doren, em seu recente livro sobre Shakespeare, começa dizendo, com muita razão, que o que encontrou foram *criações* e, não, pensamentos ou doutrinas em suas peças:

> "A grande virtude central de Shakespeare não foi conseguiria pelo pensamento, pois o pensamento não cria mundos. Seu papel ó compreender um mundo já existente. Shakespeare, partindo de um mundo que nenhum homem fez, e nunca o abandonando, criou, nele, vários outros. ... Lendo uma peça de Shakespeare, nós nos identificamos com ela. Podemos fazer isso de um modo rápido ou vagaroso – na maioria das vezes rápido – mas uma vez lá, estamos presos. Este e o segredo, e é o segredo do poder de Shakespeare em nos interessar ainda. Ele nos condiciona a um determinado mundo, antes de sabermos que esse mundo existe, para então, nos absorver em seus particulares."

O modo como Van Doren lê as peças de Shakespeare é um modelo de leitura para qualquer ficção digna do nome.

2) *Não procurem os termos, as proposições e os argumentos na literatura imaginativa*. Pois são sinais lógicos e, não, poéticos. Peculiares à linguagem que visa comunicar conhecimentos e idéias, são totalmente estranhos quando a linguagem serve de meio ao incomunicável – quando é empregada criadoramente. Como diz Van Doren: “Na poesia e no drama, as fórmulas são os mais obscuros dos meios.” Por mim, iria mais longe ainda, afirmando que a ficção não tem fórmulas, nem declarações verbais das crenças do escritor.

O que um poema lírico “afirma", por exemplo, não pode ser encontrado em nenhuma de' suas sentenças. E o todo, compreendendo as palavras em suas relações mútuas, dia alguma coisa que não se pode confinar na capa estreita das proposições.

3) *Não critiquem a ficção pelos padrões da verdade e da evidencia, que se aplicam mais às comunicações de conhecimento*. A verdade de uma boa história é sua verossimilhança e sua probabilidade ou possibilidade intrínseca. Sendo uma história plausível, não precisa descrever os fatos da vida ou da sociedade, de uma maneira verificável pela experiência ou pela pesquisa. Há muitos séculos, Aristóteles observou que “o padrão de correção não é, na Poesia, o mesmo da Política”, nem o da Física ou da Psicologia. Descuidos técnicos em Anatomia, ou erros de Geografia e História deviam ser criticados quando o livro, em que tais erros ocorrem, se apresenta como um tratado. Mas as citações erradas de um fato não prejudicam um romance, se o autor consegue contorná-las de um modo plausível. Lendo uma biografia, queremos a verdade sobre a vida de um dado homem. Lendo um romance, queremos uma história exata, no sentido de poder ter acontecido, no mundo de caracteres e fatos que o romancista criou.

4) *Não leiam todos os livros imaginativos como se fossem idênticos*. Assim como na literatura didática, aqui, também, ha diferenças em espécie – a lírica, o romance, o drama – que exigem leituras apropriadas.

Para fazer com que esses “nãos” sejam mais úteis, devemos acrescentar algumas sugestões construtivas. Desenvolvendo a analogia entre a leitura de livros de fato e livros de ficção, vou levá-los, rapidamente, às regras da última leitura.

– 3 –

Há, como vimos, três grupos de regras na leitura dos livros expositivos. O

primeiro é para descobrir a unidade e a estrutura parcial do todo; o segundo, para analisá-lo em seus termos, proposições e argumentos; o terceiro, para criticar a doutrina do autor, de modo a que concordemos ou discordemos inteligentemente dele. Chamamos a esses três grupos de regras *estrutural*, *interpretativo* e *critico*, respectivamente. Se há alguma analogia entre a leitura de livros expositivos e a de livros imaginativos, há também grupos semelhantes de regras para nos guiar no último caso.

Primeiro quais são as regras estruturais para se ler ficção? Se vocês se lembram das regras desse tipo, de que já tratamos (e se não se lembram, encontrarão o resumo delas no começo do capítulo XIV), Vou traduzi-las em seus análogos na ficção:

1) Classificar uma peça de literatura imaginativa de acordo com o tipo a que pertence. Saber se é um romance, um drama ou uma poesia lírica. A poesia lírica conta sua história de um modo primário, baseando-se numa única experiência emocional, enquanto que os romances e os dramas tem enredos muito mais complicados, abrangendo vários caracteres, com suas ações e reações recíprocas, e as emoções que sofrem no processo. Todos sabem, além disso, que o drama difere do romance, em virtude do fato de narrar tudo por meio de ações e diálogos. O autor nunca fala em sua própria pessoa, como o faz freqüentemente no correr de um romance. Todas essas diferenças no modo de escrever vão influir na receptividade do leitor. Portanto é preciso reconhecer à primeira vista a espécie de ficção que se lê.

2) Aprender a unidade da obra toda. Consegue-se isso quando se é 0capaz de exprimir a unidade numa sentença ou duas. A unidade de um livro expositivo está no principal problema que procura resolver. Portanto, pode ser expressa pela formulação dessa pergunta, ou pelas proposições que respondem a ela. Mas a unidade da ficção está sempre no enredo. Não sei bem a diferença que existe entre *problema e enredo* – fontes de unidade das obras expositivas e imaginativas, respectivamente. Vocês não compreenderam toda a história, antes de serem capazes de resumir seu enredo, numa breve narrativa – e, não, numa proposição ou argumento. Se tiverem à mão uma velha edição de Shakespeare, podem ver que, antes de cada peça, há um parágrafo chamado “o argumento”. Nada mais e do que um resumo da historia: uma condensação do enredo . Aí está a unidade da peça.

Além de reduzir o todo à sua unidade mais simples, vocês devem procurar ver que partes o constituem. As partes de um livro expositivo se relacionam com o problema geral, e as soluções parciais contribuem para a solução do todo. Mas as partes da ficção são as várias etapas que o autor percorre para desenvolver seu enredo – pormenores de caracterização e incidentes. O modo como se arranjam

as partes difere nos dois casos. Na Ciência e na Filosofia devem ser ordenadas logicamente. Num romance devem se adaptar a um esquema cronológica, que vai do começo, através do meio, até o final. Para conhecer a estrutura de uma narrativa, é preciso saber onde ela principia, como se desenvolve e onde termina. E as várias crises que levam ao clímax, quando e como ocorre esse climax e o que acontece no fim.

Tira-se uma série de conseqüências das observações que fiz. De um lado, as partes ou "subtodos" de um livro expositivo são lidos mais independentemente do que os da ficção. O primeiro dos treze livros de Euclides – embora seja uma parte do trabalho todo – pode ser lido por si mesmo. Isso acontece mais ou menos com todo livro expositivo bem, planejado. Suas seções ou capítulos, considerados separadamente ou em subgrupos, têm sentido. Mas os capítulos de um romance, ou os atos de um drama, tornam-se relativamente incompreensíveis, quando destacados do todo.

De outro lado, o escritor cientifico não precisa manter seus leitores na expectativa. Pode dizer no prefácio ou nos parágrafos iniciais o que pretende fazer e como vai fazer o que pretende. E o interesse não se prejudica por essa informação antecipada; pelo contrario, é bom ter quem oriente assim. Mas a narrativa, para ser interessante, deve manter e exaltar a curiosidade do leitor. Aqui, a expectativa é essencial. Mesmo quando se conhece a unidade do enredo, antecipadamente, como acontece se um "argumento" prefacia uma peça shakespeariana, tudo o que cria a expectativa deve permanecer oculto. Não se deve perceber as etapas, por meio das quais se chega a conclusão. Por poucos que sejam os enredos originais, o bom escritor consegue ser atraente e imprevisto, pela habilidade com que encobre as formas de sua narrativa, ao percorrer um campo familiar.

Segundo, quais são as regras interpretativas para se ler a ficção? A primeira analise que fizemos do uso poético e do uso lógico da linguagem prepara-nos para uma aplicação diferente das regras que ensinam a descobrir os termos, proposições e argumentos. Sabemos que não devemos fazer isso. Mas o que procurar, quando analisamos uma obra de ficção?

1) Os elementos da ficção são seus episódios, incidentes e caracteres, e os pensamentos, diálogos, sentimentos e ações deles. Cada uma dessas partes é uma parte elementar do mundo criado pelo autor. É manipulando esses elementos que ele nos conta sua história. Assemelham-se aos termos de uma dissertação lógica.

Assim como vocês devem concordar com um escritor didático, devem, aqui, tomar conhecimento dos pormenores de incidente e caracterização. Não se compreende uma narrativa, antes de se tornarem familiares seus caracteres, vivendo-se através dos acontecimentos.

2) Os termos estão encerrados nas proposições. Os elementos da ficção se encontram na cena que lhes serve de fundo. O escritor imaginativo, já o vimos, cria um mundo em que seus caracteres “vivem, movem-se e tem existência própria”. Na ficção, a regra análoga a que ensina a achar as proposições do autor, pode ser formulada assim: familiarizem-se com esse mundo imaginário; procurem conhecê-lo, como se vocês fossem observadores da platéia; tornem-se membros de sua população, desejosos de ajudar seus personagens e capazes de participar de seus acontecimentos, compreensivamente, como se fossem as ações e sofrimentos de um amigo. Se podem fazer isso, os elementos da ficção deixam de ser peões isolados a se moverem mecanicamente num tabuleiro de xadrez. Vocês terão descoberto as relações mútuas que dão vida a eles, como membros da sociedade.

3) Se há algum movimento num livro expositivo e a argumentação – uma passagem lógica das evidências e razões para as conclusões que sustentam. Lendo tais livros, e necessário seguir o argumento. Portanto, depois de terem descoberto os termos e proposições, devem analisar seu raciocínio. Há ainda uma etapa análoga na leitura interpretativa da ficção. Vocês tomaram conhecimento dos caracteres. Encontraram-se com eles no mundo imaginário em que vivem; concordaram com as leis de sua sociedade, respiraram seu ar, provaram sua comida, percorreram suas estradas. Devem, agora, segui-los em suas aventuras. A cena ou fundo – a organização social – e (como a proposição) uma espécie de conexão *estática* dos elementos da ficção. O desfecho do enredo (como os argumentos ou o raciocínio) e a conexão *dinâmica*. Aristóteles disse que o enredo e a alma de uma história. É sua vida. Para ler bem, é preciso tomar o pulso a narrativa, e contar cada uma de suas batidas.

Antes de abandonar esses equivalentes na ficção pelas regras interpretativas da leitura, devo preveni-los que não analisem demais a analogia. Uma analogia dessa espécie é como uma metáfora, que se dissolve quando não e tratada com cuidado. Só me servi dela, para dar-lhe a noção de que a ficção pode ser lida analiticamente. As três etapas que sugeri, esboçam o modo pelo qual uma pessoa vai adquirindo, aos poucos, a noção da realização artística de um escritor imaginativo. Longe de destruir o prazer que vocês possam encontrar num romance ou drama, elas os capacitam a aumentar esse prazer, pelo conhecimento das fontes dele. Não somente saberão o que apreciam, mas por que o apreciam.

Um outro aviso: as regras precedentes se aplicam sobretudo aos romances e dramas. Na medida em que os poemas líricos se revelam narrativos, aplicam-se a eles, também. Mas a essência de uma poesia lírica não está aí. É preciso um grupo especial de regras para revelar seu segredo. A leitura interpretativa da

poesia lírica é um problema sobre que não tenho competência, nem tempo para discutir. Já falei (no capitulo VII) de alguns livros que podem ser úteis a esse respeito. Posso acrescentar os seguintes: o prefácio de Wordsworth à primeira edição das *Baladas Líricas; os Essays in Criticism* de Matthew Arnold; os ensaios de Edgar Allan Poe: *The Poetic Principle e The Philosophy of Composition;* o trabalho de T. S. Eliot, *The Use of Poetry; a Form in Modern Poetry* de Herbert Read e o prefácio de Mark Von Doren, na *Anthology of English and American Poetry*.

Já que estou recomendando livros, posso' mencionar alguns que talvez os ajudem a desenvolver seus poderes analíticos, na leitura de romances: *The Graft of Fiction* de Percy Lubbock, *Aspects of the Novel* de E. M. Foster, *The Structure of the Novel* de Edwin Mnir e os prefácios de Henry James colecionados sob o título único: *The Art of the Novel*. Para a leitura de dramas, não há nada melhor do que a análise que Aristóteles fez da tragédia e da comédia, na Poética. Onde esta precisa ser completada, para setores modernos da arte do teatro, consultem-se livros como o ensaio de George Meredith *On Comedy* e *The Qitintesserice of Ibsenism* de Bernard Shaw.

Terceiro e último, quais são as regras críticas para a leitura da ficção? Talvez vocês se lembrem que distinguimos, nos livros didáticos, entre as máximas gerais que governam a crítica e um certo número de observações particulares – observações criticas específicas. No que se refere às máximas gerais, a analogia torna-se patente por uma transposição. Assim como no caso de obras didáticas, vocês não tinham de criticar o livro (nem para dizer se concordaram ou discordaram, antes de poderem afirmar que compreenderam), também não critiquem as obras imaginativas, antes de analisar completamente o que o autor procurou lhes transmitir. Para explicar esta máxima, lembrem-se de que não concordamos, nem discordantes da ficção. O que interessa é apreciá-la. Nosso julgamento critico, no caso dos livros expositivos, refere-se à *verdade;* e criticando as belas-letras, como a própria palavra o sugere, consideramos a beleza. A beleza de qualquer obra de arte está condicionada pelo prazer que proporciona, quando a conhecemos bem.

Há uma diferença importante entre a critica lógica c a estética. Quando concordamos com um livro de Ciência, de Filosofia ou de História, pensamos que ele está dizendo a verdade. Mas quando gostamos de um poema, de um romance ou drama, devíamos hesitar, pelo menos um instante, em atribuir beleza ou valor artístico a obra que nos agrada. Devemos nos lembrar que, em matéria de gosto, há muita divergência entre os homens, e que alguns, por sua maior cultura, tem um gosto mais apurado do que outros. Enquanto é provável que

aquilo que um homem de indiscutível bom gosto aprecia seja uma obra de arte, é muito menos provável que as preferências dos incultos signifiquem perfeições ou falhas artísticas. Devemos distinguir, em suma, a expressão do gosto que apenas significa agrado ou aversão, do julgamento critico que trata dos méritos objetivos do trabalho.

Vou formular as máximas assim: Antes de dizer se gostam ou desgostam, vocês devem ter feito um esforço sincero para apreciar o trabalho. Por apreciação, entendo a experiência que o autor procurou criar, influindo em suas emoções e imaginação. Vocês não podem *apreciar* um romance, lendo-o passivamente, como não podem *compreender* desse modo um livro filosófico. Para poder apreciar, como para poder compreender, devem ler ativamente, e isto significa realizar todos os atos de leitura estrutural e analítica, que esbocei.

Depois de completados tais leituras, têm competência para julgar. O primeiro julgamento se referirá, naturalmente, ao gosto, Não somente dirão *que* gostam ou desgostam do livro, mas *por quê*. As razões que derem sem uma certa importância crítica em relação ao livro, mas, na sua expressão primeira, dizem respeito a vocês mesmos, a suas emoções e preconceitos. Portanto, para completar a tarefa da critica, devem objetivar suas reações, indicando aquilo que, no livro, as causou. E dizer o que há de bom ou de ruim nele e por quê, depois de terem apontado aquilo que gostaram ou desgostaram.

Há uma grande distinção a fazer. Ninguém pode discordar do gosto alheio. A autoridade absoluta de seu próprio gosto é prerrogativa do homem. Mas pode-se discordar desse gosto, quando o que se discute ê o valor de um livro. O gosto pode não ser analisado, mas as concepções criticas são atacadas e definidas. Devemos apelar para os princípios da estética ou da critica literária, se desejamos manter nossos julgamentos críticos.

Se os princípios da crítica literária fossem firmemente estabelecidos e admitidos de um modo geral, seria fácil enumerar resumidamente as observações mais importantes que um leitor pode fazer, a respeito de um livro imaginativo. Infelizmente – ou felizmente – este não é o caso, e vocês devem apoiar minha discrição, hesitando em admiti-lo. Vou, no entanto, sugerir cinco perguntas que ajudarão qualquer pessoa a formar um julgamento crítico de uma obra de ficção: l) Ate que ponto o trabalho tem unidade? 2) Qual a complexidade, partes e elementos que essa unidade abarca e organiza? 3) É uma narração plausível, isto fã, tem a possibilidade inerente à verdade poética? 4) Será que os eleva, da semi-inconsciência ordinária da vida cotidiana, para a claridade de um despertar intenso, abalando suas emoções e satisfazendo sua imaginação? 5) Será um novo mundo, em que vocês se engolfam e onde parecem viver, na ilusão de que estão

vendo a vida de um modo proveitoso e total?

Não vou defender essas perguntas, sem dizer que, sendo respondidas afirmativamente, o livro em questão será uma obra de arte. Acho que elas os ajudarão a discriminar entre a boa e a má ficção, e a exprimir, mais nitidamente, seus gostos e aversões. Embora vocês não devam se esquecer da discrepância possível entre o que é bom em si mesmo e o que lhes da prazer, evitem o vazio tremendo da frase: “Não entendo nada de arte, mas sei do que gosto.”

Quanto melhor vocês discernirem as causas de seu prazer, lendo uma obra de ficção, tanto mais perto estarão de conhecer as virtudes artísticas do trabalho literário. Assim, pouco a pouco, desenvolvem um padrão de crítica. E, a menos que cheguem a ser críticos literários profissionais – torturados pela necessidade de exprimir as mesmas noções, de um modo diferente para cada livro, e levados, pela competição, a desprezar o que é evidente – encontrarão grande número de homens do mesmo gosto, para participar de seus julgamentos críticos. Poderão até descobrir que o bom gosto em literatura e apanágio de todos os que aprendem a ler.

– 4 –

Tendo ido tão longe na generalização da arte da leitura, ao transpor as regras didáticas em seus equivalentes na ficção, sou levado a percorrer a última etapa para completar a tarefa. Vocês conhecem, agora, as regras da leitura de *qualquer livro*: E os outros *impressos*? E a leitura de jornais, revistas, manifestos, propagandas políticas? Podem as regras ser formuladas de um modo tão geral que se apliquem a tudo?

Acho que podem. Necessariamente; à medida em que se tornam mais gerais, tornam-se menos numerosas e menos específicas quanto ao conteúdo. Em lugar dos três grupos de regras, cada um dos quais compreende três ou quatro subgrupos, os conselhos podem ser resumidos em quatro perguntas. E, para ler bem, vocês devem ser capazes de responder a essas perguntas, que, baseadas na discussão precedente, precisam de uma pequena explicação. Já se conhecem as etapas a serem percorridas. Mas, primeiro, vou lembrar-lhes da distinção que exprime tudo o que se disse sobre leitura. Em geral, lemos os jornais e revistas e, mesmo, os manifestos, pela informação que contêm. A quantidade desse material é enorme, tão enorme que ninguém, hoje em dia, tem tempo de ler mais do que uma pequena parte das fontes proveitosas de informação. A necessidade foi a mãe de muitas invenções boas no campo da leitura. As, assim chamadas, “revistas de notícias”, como o *Times* e o *News week*, desempenham uma função

apreciável, reduzindo as novidades a seus elementos essenciais de informação. Os homens que escrevem nessas revistas são antes de tudo leitores. Desenvolveram a arte de ler por informação muito mais do que o leitor normal.

O mesmo se aplica ao *Reader's Digest*, que procura reduzir quase tudo que merece nossa atenção nas revistas comuns ao espaço restrito de um volume pequeno e único. Sem dúvida os artigos realmente bons, assim como os melhores livros, não podem ser condensados sem prejuízos. Se os ensaios de Montaigne e Lamb aparecessem nem período qualquer, dificilmente ficaríamos satisfeitos com o resumo deles. O sumário só tem valor quando nos impele a ler o original. O artigo comum, no entanto, pode ser condensado, o que, muitas vezes, o torna melhor do que o original, por ser ele, sobretudo informativo. A habilidade que, cada mês produz o *Reader's Digest* é, primeiro, a habilidade de ler e, depois, a de escrever simples e claro. Faz, para nós, aquilo que poucos temos a técnica – e não apenas o tempo – de fazer. Destaca o que há de essencial na informação, em páginas e páginas de menos substância.

Mas no final das contas, temos de ler ainda os periódicos que realizam esses extraordinários resumos de novidades correntes e de informação. Se quisermos ficar informados, não podemos desprezar o trabalho de ler as condensações é, em última análise, o mesmo realizado pelos editores dessas revistas nos originais, que são mais úteis numa forma mais compacta. Nosso trabalho de ler reduziu-se, mas não se dispensa. Num sentido, a função que as condensações desempenham só é proveitosa, se as pudermos ler tão bem quando os editores originais.

As quatro perguntas que vou formular, como orientação para *qualquer* leitura, aplicam-se, igualmente, à que nos informa e AA que nos esclarece. Para utilizá-las inteligentemente, vocês precisam saber o que estão procurando – com que finalidade lêem. Assim seu propósito estará de pleno acordo com a natureza da leitura. Eis as quatro perguntas, seguidas de um breve comentário:

I. *O que foi dito de modo geral*? (para responder a esta pergunta, vocês devem percorrer todas as etapas da leitura estrutural, de acordo com as regras já formuladas.)

II. O que foi dito de modo particular? (Vocês não podem descobrir inteiramente o que se disse, sem pensar na linguagem do pensamento. Para isso, devem observar como se utiliza a linguagem, e como se ordena o pensamento, seguindo, então, todas as regras da leitura interpretativa.)

III. *É verdade?* (Só depois de saber se foi dito, e como, pode-se considerá-lo verdadeiro ou provável. Esta pergunta exige o exercício do julgamento crítico. Vocês devem saber se aceitam a informação que lhes é fornecida, ficando atentos

às distorções da propaganda, na relação das novidades. Ao ler por esclarecimento, vejam se concordam ou discordam daquilo que chegam a compreender. As regras a seguir são as da terceira leitura ou leitura crítica.)

IV. *E daí?* (A menos que aquilo que vocês leram encerre alguma verdade, não precisam ir mais além. Mas em caso afirmativo devem analisar essa pergunta. Não podem ler por informação, inteligentemente, sem determinar que significado tem ela ou devia ter, em relação aos fatos apresentados. Esses fatos vêm raramente até nós, sem alguma interpretação, explicita ou subentendida. Isso acontece com as condensações que, necessariamente, selecionam os fatos de acordo com seu significado e com a interpretação que se dá a eles. E se vocês estão lendo para compreender, nunca deixem de perguntar, em qualquer período do aprendizado. *E daí?*)

Essas quatro perguntas resumem todos os deveres do leitor. As três primeiras explicam, além disso, por que há três modos de ler. Tem uma certa correspondência com a natureza do discurso humano. Se as comunicações não fossem complexas, a análise estrutural seria inútil. Se a linguagem fosse um meio perfeito, em vez de relativamente opaco como é, não haveria necessidade de interpretação. Se o erro e a ignorância não limitassem a verdade e o conhecimento, não teríamos de criticar. A quarta pergunta trata da diferença que existe entre informação e compreensão. Quando o que vocês leram é, sobretudo informativo, devem ir mais longe e procurar compreendê-lo. Mesmo se os esclareceu de algum modo continuem a pesquisar seu significado.

Mas não basta conhecer essas perguntas. Lembrem-se de formulá-las quando lêem e, principalmente, responda a elas com precisão e clareza. Eis a habilidade de fazer justamente o que é a arte da leitura, resumidamente.

– 5 –

A habilidade de ler bem pode ser a meta final, mas não mostra em que lugar se deve começar adquirindo a arte. Não se formam os bons hábitos com qualquer espécie de leitura. Alguns livros tornam mais fácil a disciplina do que outros. É muito fácil, por exemplo, aprender alguma coisa com os jornais, revistas e seleções, mesmo quando se lê mal e passivamente. Mais do que isso, todos os nossos hábitos de leitura descuidada se associam a esses impressos. Eis por que insisti em provar que a compreensão desenvolve mais a habilidade do que a informação, por ser mais difícil e menos freqüente. Pelo mesmo motivo, a leitura dos bons livros, ou melhor, dos grandes livros, é receita ideal para os que querem aprender a ler. Não é que os rigores da leitura difícil sejam o castigo para

o crime dos maus hábitos; do ponto de vista da terapêutica, os livros que não podem ser compreendidos, a menos que sejam lidos ativamente, são a precisão ideal para quem ainda é vítima da leitura passiva. Também não acho que esse remédio seja como aquelas drogas drásticas e violentas que ou curam ou matam. Porque, neste caso, o paciente pode determinar a dosagem. E aumentar o número de exercícios que faz nas etapas mais fáceis. O remédio começará a produzir efeito, logo que se principie a tomá-lo, e quanto mais efeito produzir mais se pode tomar.

Portanto, em primeiro lugar, estão os grandes livros. Servem tanto para a finalidade, como se tivessem sido escritos para ensinar as pessoas a ler; Estão para o problema de aprender a ler, como a água está para o de aprender a nadar. Há uma diferença importante, no entanto. A água é indispensável para a natação. Mas depois que vocês aprendem a ler, praticando nos grandes livros, podem utilizar essa habilidade em qualquer espécie de leitura. Quem sabe flutuar onde não tem pá, não se assista com lugares rasos.

CAPÍTULO XVI

Os grandes livros

– 1 –

Nunca se deixará de fazer livros. E nunca se deixará, também de fazer listas de livros. São causas recíprocas. Sempre houve mais livros do que leitores. E como os primeiros se multiplicaram infinitamente através dos séculos, as listas são cada vez maiores.

É tão importante saber o *que* ler, quanto saber como ler. Quando vocês aprendem a ler, têm à sua frente uma longa vida de leitura. Mas só terão tempo de ler poucos livros de todos os que foram escritos, e entre esses poucos devem incluir os melhores. Vocês podem se regozijar pelo fato de não existirem muitos grandes livros para ler. Parece haver menos grandes livros do que famílias importantes, e, certamente, muito menos do que "quatrocentos", como se vê pela expressão "os cem melhores livros", que se tornou frase feita. Embora não deva ser levada muito a serio, a expressão é sugestiva. O número é relativamente pequeno.

Apesar disso, quero repetir o que disse a respeito da *quantidade*. Senão vocês não hão de compreender os títulos que aparecem neste capitulo e a lista dos grandes livros do Apêndice. Poderão supor que o fato de se recomendarem esses livros implica no desejo de ler *todos eles*. De um certo modo, isso é verdade. Idealmente falando, devíamos ler muitos, ou, mesmo, todos os grandes livros, mas o ideal está sempre no infinito e só pode ser aproximado. E o que há de mais importante é saber que nos aproximamos mais dele, lendo bem alguns livros do que lendo mal muitos. A questão é ler bem. É melhor ler um grupo de livros básicos com eficiência, do que todos eles sem eficiência, porque uma grande quantidade de leituras descuidadas traz um proveito pequeno ou nulo.

Se vocês se lembrarem disso, estou certo de que não terão medo dos livros ou dos títulos que indicam especialidades com que não estão familiarizados. No curso deste capítulo, vou tentar agrupar os livros de acordo com seus assuntos e principais centros interesse, de modo a que vocês possam começar a ler o que

melhor se adapta as suas inclinações. Um livro ha de trazer outro, e, assim, começando com os que estão mais perto, vocês saberão encontrar seu caminho em círculos cada vez maiores e mais remotos. Podem usar toda a lista do fim, mas a importância de qualquer lista de livros é que ela lhes dê um bom começo.

Catalogar os grandes livros é tão velho quanto ler e escrever. Os professores e bibliotecários da antiga Alexandria o fizeram. Suas listas de livros constituíam os alicerces do currículo educacional. Quintíliano o fez para a educação romana, selecionando, como disse, os clássicos *antigos* e *modernos*. Com o mesmo propósito, os maometanos, judeus e cristãos o fizeram, na Idade Média. Na Renascença, certos orientadores da educação, como Montaigne e Erasmo, organizaram listas dos livros que leram, apresentando-se como modelos de cultura literária. A educação humanística se baseava nas “letras humanas”. A leitura prescrita era a. das grandes obras da literatura romana: poesia, biografia, Historia e ensaios morais.

No século XIX, havia ainda listas de livros. Se vocês quiserem saber que livros constituíam a bagagem intelectual de um chefe desse tempo, consultem a *Autobiografia* de John Stuart Mill. Mas a mais famosa das listas de livros do século passado foi provavelmente a de Augusto Comte. Comte foi o pensador francês que personificou a mania do século XIX pela Ciência, e pelo progresso, através da ciência.

É de se esperar, sem dúvida, que a seleção dos “melhores livros” mude com o tempo. Entretanto, há uma surpreendente uniformidade nas listas que representam o que ha de melhor em cada período . Em todos os tempos, antes e depois de Cristo, os organizadores de listas incluíam tanto os livros modernos, quanto os antigos, em suas seleções, e sempre se admiraram dos modernos completarem os grandes livros do passado. As mudanças que cada época traz, são mais adições do que substituições. Naturalmente a lista aumenta com o correr do tempo, mas suas bases e linhas gerais parecem continuar as mesmas. Da arvore, brotam galhos novos.

A razão disto é que as listas famosas assumem vários aspectos. Procuram incluir tudo o que é grande na tradição humana. Uma seleção é má, quando é motivada por uma tendência sectária, dirigida por um partido qualquer. Houve listas dessa espécie, que mencionavam os livros que pudessem provar determinado fato. E essas listas omitiram muitos grandes livros. A tradição européia não pode ser encaixada assim, porque inclui muita coisa que parece falsa, quando considerada de um ponto de vista especial. Sempre que se descobre a verdade, descobrem-se grandes erros em sua companhia. Para catalogar bem os livros, é preciso incluir tudo o que é original e, não, apenas aquilo com que concordamos ou aprovamos.

Até trinta ou quarenta anos atrás, os cursos de colégio giravam em redor de algumas leituras obrigatórias. Sob a influência do sistema eletivo e de outras reformas educacionais, as exigências foram relaxadas, neste pais, a um ponto tal que o grau de bacharel não significava mais cultura literária. Ainda aparecem grandes livros, num curso ou noutro, mas raramente relacionados entre si. Em geral, constituem leitura suplementar aos compêndios que dominam o currículo.

As coisas estavam piores, quando ingressei no colégio por volta dos vinte anos. Corno já contei, vi o começo de uma nova era. John Erskine tinha persuadido a congregação da Universidade de Colúmbia a instalar o “Honors Course”, cuja finalidade era ler os grandes livros. A lista que compôs incluía entre sessenta e setenta autores, representantes de todos os ramos do ensino e de todas as escolas poéticas. Diferia das seleções correntes, porque obedecia a um padrão mais elevado de escolha e, também, porque procurava incluir todos os grandes livros e não, apenas, os de um certo período ou os de uma certa especialidade. Era uma lista mais compreensiva do que as usadas nos cursos de leitura de Oxford, por exemplo, onde o estudante se especializava nos “grandes do passado” ou nos “grandes do presente”.

A lista de Erskine foi modificada e revista muitas vezes, desde o princípio. Eu e Hutchins nos servimos dela, com algumas alterações, na Universidade de Chicago. Os quatro anos de leitura do St. John's College se baseiam na mesma lista, embora enriquecida, no campo da Matemática e das Ciências Naturais. Uma lista parecida, apesar de um pouco menor, está sendo usada em Colúmbia, num curso obrigatório para todos os calouros. Acho que a de Erskine, com algumas adições e mudanças, é a expressão mais exata daquilo que qualquer pessoa de hoje considera como patrimônio da cultura ocidental.

Tive uma experiência, que me ensinou a catalogar os grandes livros. Trabalhei como secretário da congregação que ensinou no “Honors Course" de Colúmbia, durante os anos em que a lista original estava sendo reorganizada. Vários membros da congregação fizeram ouvir seus protestos. Queriam suprimir alguns autores e incluir outros. Para conciliar a questão, fizemos uma lista de quase trezentos livros, muito mais do que qualquer um pretendia incluir, e suficientemente longa para conter todos os autores que pudessem ser citados.

Pusemos a lista em votação, excluindo, gradualmente, os livros ou autores que os votos indicavam não terem popularidade. Depois de vários escrutínios, conseguimos satisfazer a todos. Organizamos oitenta itens, quinze mais do que a enumeração de Erskine, e quase todos os títulos da lista original. Nesses dois anos de revisão, vi até que ponto vai a unanimidade de julgamento sobre os

grandes livros. Ficou evidente que seria difícil fazer uma lista de mais de cem autores, respeitando o consentimento universal. Indo além disso, o que se procura é o interesse dos especialistas num período ou num assunto determinado.

Não pretendo fazer uma nova lista dos grandes livros para vocês. Acho que as atuais satisfazem plenamente. Como já disse, a de Colúmbia foi publicada pela "American Library Association", sob o título de *Classics of the Western World,* e pode ser adquirida por menos de um dólar. A utilizada pelo St. John‟s College de Anápolis, que é um pouco mais completa, pode ser obtida lá mesmo.

Mas vou poupar-lhes o trabalho de procurar essas listas. No Apêndice, vocês encontrarão uma enumeração bem razoável. Ê uma seleção dos autores e títulos de todas as listas que mencionei. Segui dois critérios, ao fazer essa seleção: primeiro, que o livro fosse facilmente compreensível em inglês; segundo, que pudesse ser lido por qualquer pessoa, sem necessidade de instrução especial. Sei que o segundo critério se aplica menos aos clássicos matemáticos e aos grandes livros científicos do que aos outros. Entretanto, servem até para eles, com a condição de serem lidos em sua ordem cronológica. Um trabalho anterior pode explicar um mais recente.

Rigorosamente falando, um catálogo não é para ser lido. É para ser consultado. Eis por que fiz o inventário cronológico dos livros, no Apêndice. Neste capítulo, vou procurar dar uma certa vida à lista, falando dos livros. E englobar os grandes livros em grupos menores, que participam de uma conversa sobre algum problema que lhes tenha interessado. Em certos casos, as conversas coincidirão com os problemas. E em alguns, a conversa sobre um problema levará a outro. Assim, em vez de ficarem lado a lado, como os túmulos num cemitério, os livros terão o aspecto que devem ter – autores vivos de uma tradição viva. É. lógico que não vou citar todos os livros, neste capitulo, mas farei com que muitos deles participem da conversa, de modo a que vocês possam considerar o trabalho terminado. Se forem levados à conversa, lendo alguns desses livros, eles tomarão conta do resto.

– 2 –

Antes de começar, talvez seja prudente falar um pouco mais no que consiste um grande livro. Usei várias vezes esta expressão, esperando que o que disse, no capitulo IV, a respeito dos grandes livros, como *comunicações originais,* seria o bastante. No capitulo VII, mostrei que entre as obras poéticas há uma distinção paralela. Assim como os grandes livros científicos são os que, mais do que os outros, podem aumentar nossa compreensão – os grandes livros

de literatura são os que elevam nosso espírito e desenvolvem nossa humanidade.

No correr dos outros capítulos, falei nas qualidades que os grandes livros possuem. Mas, agora, quero reunir, num só lugar, todos os sinais que os caracterizam – repetindo alguns e acrescentando outros. São os sinais que todos usam ao fazer listas ou seleções. Os seis que vou mencionar podem não ser todos que existem, mas são os que alguns de nós – o reitor Buchanan e o diretor Barr do St. Jolm's College e eu e Hutchins em Chicago – consideramos mais úteis, para explicar a consagração de uma obra literária.

1) Era meu hábito dizer, brincando, que os grandes livros são os que todo o mundo recomenda e ninguém lê, ou os que todos querem ler, sem nunca chegar a fazê-lo. A brincadeira (de Mark Twain, na verdade) talvez se aplique a alguns de nossos contemporâneos, mas, no geral, é falsa. O fato é que os grandes livros são os mais lidos. Durante um ou dois anos não têm saída. Mas seu sucesso e durável. E o *Vento Levou...* teve poucos leitores, comparado com as peças de Shakespeare ou o Dom Quixote. Seria razoável calcular, como o fez um escritor, recentemente, que a Ilíada de Homero foi lida por 25.000.000 de pessoas, pelo menos, nos últimos 3.000 anos. Quando se pensa nas línguas todas em que esses livros foram traduzidos e nos anos durante os quais vêm sendo lidos, não há de parecer exagerado avaliar em milhões o número de seus leitores.

Não se conclua, decerto, que todo livro que atinge um público enorme, seja, só por isso, considerado clássico. Three *Weeks, Quo Vadis?* e *Ben-Hur*, para só falar em romances, estão nesse caso. Também não digo que um grande livro precise ser um sucesso de livraria, entre seus contemporâneos. Talvez leve tempo para que ele adquira um público estável. Conta-se que o astrônomo Kepler, cuja obra sobre o movimento dos planetas e, agora, clássica, disse dela: “Tem de esperar um século por um leitor, como Deus esperou 6.000 anos por um observador.”

2) Os grandes livros são populares e, não, pedantes. Não foram escritos por especialistas sobre especialidades para especialistas. Sejam de Filosofia ou Ciência, de História ou Poesia, tratam dos problemas humanos e, não, dos acadêmicos. Foran1 escritos para homens e, não, para professores. Quando afirmo que são populares, não quero dizer que sejam vulgarizações do que pode ser encontrado em outros livros. E, sim, que foram escritos, inicialmente, para um público comum, de principiantes. Esta, como já o mostrei, É uma conseqüência de serem comunicações originais. No que se refere ao que esses livros tem a dizer, a grande maioria dos homens são principiantes.

Para ler um compêndio adiantado, é preciso ler primeiro um mais elementar. E todos os grandes livros são elementares. Tratam dos elementos de qualquer assunto. Não se relacionam entre si, como uma série de compêndios

graduados, quanto a dificuldade ou especialização dos problemas que abordam. É isso que entendo ao dizer que são todos para principiantes, embora nem todos partam do mesmo ponto, na tradição do pensamento.

Há, entretanto, uma leitura *anterior*, que pode ajudá-los a ler um grande livro: são os outros grandes livros que o autor leu. Se vocês começarem onde ele começou, estão melhor preparados para o novo rumo que vai seguir. Foi isso que sugeri antes, quando disse que mesmo os livros científicos e matemáticos podem ser lidos sem uma instrução especial.

Vou ilustrar este ponto, citando os *Elementos de Geometria* de Euclides e os *Princípios Matemáticos da Filosofia Natural* de Newton. Euclides não obriga a nenhum estudo anterior de Matemática. Seu livro é realmente, uma introdução à Geometria e à Aritmética elementar. Não se pode dizer o mesmo de Newton, porque Newton utiliza a Matemática na solução de problemas físicos. O leitor deve ser capas de seguir seu raciocínio matemático, para compreender de que modo ele interpreta as observações que fez. Newton entendeu Euclides. Seu estilo matemático revela o quanto foi influenciado pelo tratamento que Euclides deu as razões e proporções. Portanto, seu livro não e imediatamente compreensível, mesmo para especialistas competentes, se Euclides não [oi lido antes. Mas com Euclides como guia, o esforço para ler Newton ou Galileu deixa de ser infrutífero.

Não estou dizendo que esses grandes livros científicos possam ser lidos sem dificuldade. Mas se forem lidos numa ordem cronológica, o esforço será recompensado. Assim como Euclides esclarece Newton e Galileu, estes, por sua ver, tornam Maxwell e Einstein inteligíveis. A questão não se limita aos trabalhos matemáticos e científicos. Aplica-se. também, aos livros filosóficos. Seus autores dizem que livros vocês deviam ter lido, antes de virem a eles. Dewey gostaria que vocês conhecessem Mill e Hume; Whitehead gostaria que vocês conhecessem Descartes c Platão.

3) Os grandes livros são sempre contemporâneos. E, pelo contrário, os livros que chamamos “contemporâneos”, por que são populares, só duram um ou dois anos – dez, no máximo. Tornam-se, logo, antiquados. Vocês certamente não se lembram dos sucessos de livraria de vinte anos atrás. Se alguém os rememorasse, não teriam interesse em lê-los. Especialmente no campo dos livros científicos, o que se quer é a última “novidade”. Os grandes livros nunca passam de moda, com a mudança do pensamento ou os ventos variáveis de doutrinas e opiniões. Tendem, até, a realçar o valor de outros que abordaram o mesmo tema. Assim, O Capital de Marx e a *Riqueza das Nações* de Adam Smith se esclarecem reciprocamente – o que também acontece com livros muito diversos,

como a Introdução à Medicina Experimental de Llaude Bernard e as obras médicas de Hipócrates e Galeno.

Schopenhauer é dessa opinião: “Ao olhar um catalogo de livros, temos vontade de chorar, pensando que, dai a dez anos, ninguém mais falará neles.” Sua explicação e digna de ser seguida:

> “Em todos os tempos, há duas literaturas em formação. tuas que se desconhecem reciprocamente: uma real,. outra não. A primeira transforma-se em literatura definitiva daqueles que vivem para a Ciência ou para a poesia; seu desenvolvimento é discreto e silencioso mas muito lento; e produz, na Europa, num século, pouco mais *de* doze obras, permanentes. A outra é seguida pelos que vivem na Ciência e na poesia. Vai aos galopes, com muito barulho e gritaria dos adeptos. Cada doze meses põe um trabalho no mercado. Mas, passados alguns anos, pergunta-se: Onde estão Eles? Onde esta a glória que veio tão cedo e com tanto clamor? Essa literatura é flutuante. enquanto que a outra, já o dissemos, é permanente.”

Permanente” e "flutuante" são lavras que exprimem bem a característica dos grandes livros que persistem e dos livros populares que logo ficam antiquados. Porque são contemporâneos e porque devem ser lidos como tais, evite-se a palavra “clássico”. Mark Twain, como sabem, definiu o clássico como “alguma coisa que todos querem ter lido e que ninguém lê”. Acho que nem isso é verdade, para a maioria das pessoas. “Clássico” passou a significar livro velho e antiquado. Consideram-se os clássicos como livros que foram grandes. “Mas nosso tempo é diferente” – diz-se. Deste ponto de vista, a única justificativa para se ler os clássicos seria um interesse histórico ou filológico. É como vagar entre as ruínas de uma cultura passada. Os clássicos, considerados assim, não podem colaborar na instrução de um homem moderno, a não ser no que diz respeito às peculiaridades de seus antepassados.

Mas os grandes livros não são glórias murchas. Não são fósseis poeirentos a desafiar a investigação científica. Não são lembranças de civilizações mortas. São *as mais poderosas forças civilizadoras do mundo atual*.

Sem dúvida, as coisas progridem. Ninguém gosta de guiar um carro fora de moda, quando há modelos novos no mercado. Ninguém vai nos aconselhar que troquemos as luzes elétricas, os encanamentos e aspiradores de pó de um apartamento moderno pelas inconveniências espaçosas de um palácio antiquado. Há progresso em todas as utilidades que o homem inventa, para tornar a vida mais fácil e mais eficiente. Há progresso nas relações sociais, assinalado pelo advento da democracia nos tempos modernos. E há progresso no conhecimento e na resolução dos problemas e idéias.

Mas não há progresso em tudo. Os problemas humanos fundamentais são

os mesmos, sempre. Qualquer pessoa que leia os discursos de Demóstenes e as cartas de Cícero, ou, se preferem, os ensaios de Bacon e Montaigne, descobrirá como é constante a preocupação dos homens com a felicidade e a justiça, com a virtude e a verdade e, mesmo, com a estabilidade e a mudança. Podemos acelerar os movimentos da vida, mas não mudamos os caminhos que levam a seus fins. Não é somente nas questões morais ou políticas que o progresso é relativamente superficial. Mesmo no conhecimento teórico, mesmo na Ciência e na Filosofia, onde o conhecimento se desenvolve e a compreensão deve ser mais profunda, o adiantamento atingido por todas as épocas se baseia na tradição. As civilizações crescem como cebolas, camada após camada. Para compreender Einstein, é preciso, como ele mesmo o diz, conhecer Galileu e Newton. Para conhecer Whitehead, é preciso conhecer Descartes e Platão. Se os livros contemporâneos são grandes, porque tratam de assuntos fundamentais. então todos os grandes livros são contemporâneos, porque participam da mesma discussão.

4) Os grandes livros são os mais legíveis. Já o disse antes. E isso significa muita coisa. Se as regras da boa leitura se relacionam de algum modo às regras da boa escrita, então são esses os livros mais bem escritos. (Se um bom leitor é eficiente em arte liberal, o grande escritor é muito mais.) Esses livros são *obras-primas* de arte liberal. Dizendo isso, refiro-me, primeiramente, aos livros científicos. Os maiores trabalhos de poesia ou ficção são obras-primas imaginativas. Em ambos os casos, a linguagem é utilizada pelo escritor para servir ao leitor, seja seu fim instruir ou agradar.

Dizer que os grandes livros são os mais legíveis é dizer que eles não proclamam sua inferioridade, se vocês souberem lê-los. Podem seguir as regras de leitura tanto quanto sua habilidade o permitir; e, eles, ao contrário dos livros sem valor, não deixarão de pagar dividendos. Mas também têm mais o que se ler. O que importa não é apenas o modo como foram escritos, mas o que tem a dizer. Cada uma de suas páginas encerra mais idéias do que o resto dos livros, considerados totalmente. Eis por que vocês podem ler e reler os grandes livros, sem diminuir seu conteúdo e sem conseguir dominá-los de um modo completo. Os livros mais legíveis são indefinidamente legíveis. E há outro motivo para isso. Eles podem ser lidos em diferentes níveis de compreensão, e com uma grande diversidade de interpretações. Os exemplos mais evidentes dos vários níveis de leitura se encontram em obras como *As Viagens de Gulliver, Robison Crusoe* e a *Odisséia*. As crianças podem lê-los com prazer. mas não encontram neles toda a beleza e profundidade que encantam a inteligência adulta.

5) Já disse, também, que os grandes livros são os que mais instruem, os que mais ilustram. Isso se origina do fato de serem eles comunicações originais e

de conterem o que não se encontra noutros livros. Vocês podem concordar ou discordar de suas doutrinas, mas eles continuam a ser professores primários da humanidade, porque deram sua contribuição básica ao aprendizado e ao pensamento humano. Na medida em que selecionamos os problemas importantes. total ou parcialmente, os princípios que se encontram neles são os princípios orientadores do conhecimento. E as conclusões a que chegam seus autores são os feitos mais importantes do pensamento.

É quase inútil acrescentar que os grandes livros são os que exercem maior influência. Na tradição do aprendizado, foram muito discutidos por leitores que também eram escritores. São os livros *sobre os quais* se escrevem outros. Estes últimos são inúmeros e, na maioria das vezes, logo esquecidos – comentários, seleções ou vulgarizações .

6) Finalmente, os grandes livros tratam dos problemas permanentemente insolúveis da vida humana . Não basta dizer que resolveram problemas importantes, em todo ou em parte. Este é, apenas, um aspecto de seu papel. Há mistérios no mundo que limitam a sabedoria e o raciocínio humanos . A pesquisa não começa, apenas, pela admiração; termina com ela, também.

As grandes inteligências não devem ser como as inteligências medíocres que desprezam ou que fogem dos mistérios. Tomam conhecimento deles, com sinceridade, e procuram defini-los pela formula mais clara de alternativas imponderáveis, A sabedoria se fortifica sem se destruir pela compreensão de suas limitações. A ignorância não faz um tolo tão freqüentemente quanto a decepção.

– 3 –

Vocês podem ver, agora, como esses suis critérios só completam. Podem ver que com tais exigências a sociedade exclusivista dos grandes autores tem menos de quatrocentos membros. O tamanho das listas de Erskine e do St. John‟s College não se altera quando esses critérios constituem o padrão.

Talvez, vocês também possam compreender por que devem ler os granules livros em vez de lerem livros sobre Eles ou livros que procuram destilá-los. “Alguns” – diz Lord Bacon – “podem ser lidos por deputados e as condensações deles pelos outros. Mas isso só no que diz respeito aos argumentos menos importantes e aos livros rr1ediocres.” Quanto aos outros, “os livros destilados são como a água comum destilada – inteiramente desprovidos de gosto”. A mesma razão que me leva à sala de Concertos ou à galeria de arte, deveria me levar aos grandes livros, e, não, as reproduções imperfeitas. O testemunho de

primeira mão é sempre preferível ao mais escolhido ouvir dizer. Uma boa histeria pode ser estragada por um mau narrador.

O único motivo que os homens deram para terem lido livros sobre esses livros não se justifica aqui, mais do que no caso da música mecânica ou das réplicas baratas de pintura e escultura. Sabem que é mais fácil e melhor, também, encontrar o artista em sua obra do que nas imitações dela. Mas acham que os grandes professores não podem ser encontrados em suas obras. Acham que isso é muito difícil, que esta muito acima deles e se consolam com substitutos. Procurei mostrar que o caso não é este. E repito: Os grandes livros são os mais legíveis para qualquer um que saiba ler. A única condição para entrar nessa boa companhia é a habilidade era ler.

Não considerem a lista dos grandes livros como outra dessas listas que os homens fazem na ilha isolada em que naufragaram. Vocês não precisam da solidão idílica, com que os modernos só podem sonhar como compensação de um desastre, para ler os grandes livros. Se têm alguma hora vaga, podem aproveitá-la, lendo. Mas não cometam o erro do comerciante que passou toda a vida ajuntando, para gozar, depois de aposentado. O descanso e o trabalho devem ser os elementos da semana inteira, e, não, as divisões da existência.

A procura do aprendizado e da ilustração, através dos grandes livros, pode atenuar o tédio do trabalho e a monotonia dos negócios, tanto como a música e outras das belas-artes. Mas o descanso deve ser essencialmente descanso. Deve ser um tempo livre de rádio e de crianças e de preocupações monetárias. Não só quinze minutos de leitura são insuficientes – (será que alguém que se interessa por golfe ou bridge acha que bastam quinze minutos de jogo?) – mas o tempo dedicado a ela não deve ser aquele em que vocês fazem Teddy pular em seus joelhos, ou em que respondem às perguntas de Mary ou em que ouvem Jack Benny e Charlie MacCarthy.

Entretanto, há uma observação quanto à seleção de livros que os homens fazem, pensando num possível naufrágio. Quando são forçados a escolher um número muito pequeno deles, sua tendência é pegar nos melhores. Esquecemos que todo descanso que podemos roubar ao nosso tempo de trabalho, não é maior do que uns poucos anos numa ilha deserta. Se compreendermos isso, podemos fazer uma lista de leituras para o resto da vida, tão cuidadosamente quanto o faríamos para uma ilha deserta. Já que não é preciso empacotar os livros numa caixa impermeável, podemos escolher mais de dez. No entanto, não contemos com a eternidade. O sino não demora a tocar. O colégio ficou longe, e, a menos que tenhamos feito e seguido nossos planos, ê provável julgarmos – quando passar o tempo de leitura – que poderíamos ter jogado golfe ou bridge, e o resultado seria o mesmo para nossas mentes.

A lista de livros do Apêndice é para os que dispõem de um tempo maior. Qualquer que seja a quantidade de leitura que vocês façam, estou certo de uma coisa. Não haverá tempo perdido. Vivam na abundância ou na economia, acharão que cada item dessa lista é uma aplicação proveitosa de horas e de energia.

– 4 –

Disse antes que ia tratar de grupos menores de livros, em que os autores abordassem os mesmos problemas e conversassem entre si. Vamos começar de uma vez. O modo mais fácil é usar os temas que dominam nossa conversação diária. Os jornais e o rádio não nos deixam esquecer a crise mundial e o papel que temos a desempenhar. Falamos na mesa e de noite e, mesmo, nas horas de expediente, sobre guerra e paz, sobre democracia contra regimes totalitários, sobre economia dirigida, sobre fascismo e comunismo, sobre a próxima eleição nacional e, daí, sobre a Constituição, que os candidatos vão usar como plataforma e como prancha para bater na cabeça do adversário.

Se fazemos mais do que olhar os jornais ou ouvir o rádio, podemos ter lido livros como The Good *Society* de Walter Lippmann ou *Swords and Symbols* de James Marshall. Pode ser até que sejamos levados por esses livros e outras considerações a estudar a própria Constituição. Se os problemas políticos de que tratam os livros atuais nos interessassem, temos mais leituras a fazer em relação a eles e à Constituição. Esses autores contemporâneos provavelmente leram alguns grandes livros e os homens que escreveram a Constituição, também. Todo o nosso trabalho é seguir a orientação – que o rastro se mostrará por si mesmo.

Primeiro, estudemos outros escritos dos autores da Constituição. O mais conhecido de todos é a coleção de peças que tratam da ratificação da Constituição, publicadas semanalmente no *The Independent Journal* e noutros lugares, por Hamilton, Madison e Jay. Para compreender *The Federalist Papers* – além de ler os Artigos da Confederação que a Constituição pretendia suplantar – é preciso ler as obras do maior opositor dos Federalistas, Thomas Jefferson. (Uma coletânea de seus discursos políticos foi publicada há pouco tempo.)

Infelizmente, é mais difícil encontrar o que escreveu um outro grande participante da argumentação, John Adams, mas suas obras completas podem ser achadas na biblioteca. Consultem, principalmente, sua *Defense of the Constitutions of Government of the United States*, respondendo a um ataque do economista e estadista francês, Turgot; e, também, seus *Discourses on Davila*. As obras de Tom Paine estão divulgadas em muitas edições. Seu Common Sense

e seu Rights of Man esclarecem as controvérsias do dia e as ideologias que dominavam os opositores.

Esses escritores, por serem, também, leitores, levam-nos aos livros que os influenciaram. Estão usando idéias cuja exposição mais minuciosa e desinteressada pode se achar em outra parte. As páginas do *The Federalist Papers* e os escritos de Jefferson, Adams e Paine nos ligam aos grandes pensadores políticos europeus dos séculos XVII (fim) e XVIII. Devíamos ler o *Espírito das Leis* de Montesquieu, o ensaio de Locke sobre o *Governo Civil* e o *Contrato Social* de Rousseau. Para saborear o racionalismo dessa Idade da Razão, devíamos ler alguma coisa dos volumosos escritos de Voltaire.

Vocês podem supor que o individualismo descuidado de Adam Smith também pertença à nossa tradição revolucionária, mas lembrem-se de que a primeira edição da *Riqueza das Nações* é de 1776. Os patriarcas foram influenciados, em suas idéias sobre propriedade, agricultura e comércio livre, por John Locke e alguns economistas franceses, contra os quais escreveu, mais tarde, Adam Smith. Nossos patriarcas conheciam bem a História antiga. Tiravam muitos de seus modelos políticos dos anais da Grécia ou de Roma.

Tinham lido as *Vidas* de Plutarco e a *História da Guerra* do Peloponeso de Tucídides – a guerra entre Esparta e Atenas e suas aliadas. Seguiram a sorte das várias federações gregas, para ilustrar o empreendimento a que iam se dedicar. Não somente conheciam História e Política, mas também estudaram os oradores antigos. Revelaram a influência dos discursos de Cícero. Portanto, sua propaganda política não foi somente bem arquitetada, mas admiravelmente eficiente, mesmo para hoje. Com a exceção de Lincoln (que leu poucos grandes livros), os estadistas americanos nunca falaram nem escreveram tão bem.

O rastro vai mais longe. Os escritores do século XVIII foram, por sua vez, influenciados por seus antepassados imediatos em Política. *O Leviatã* de Thomas Hobbes e os tratados políticos de Spinoza abordam os mesmos problemas de governo – a formação da sociedade por contrato, as razões da monarquia, a oligarquia e a democracia, o direito de revolta contra os tiranos. Locke, Spinoza e Hobbes participam de urna conversa única. Locke e Spinoza leram Hobbes. Spinoza, além disso, leu *O Príncipe* de Maquiavel, e Locke sempre se refere e cita "o prudente Hoolter", o Richard Hooker que escreveu um livro sobre o *Ecclesiatical Government*, no fim do século XVI, e cuja vida foi escrita por Isaac Walton, o peixeiro.

Citei Hooker, porque ele, mais do que os homens da geração anterior, leu bem os antigos, sobretudo a Ético e a Político de Aristóteles. Leu-os certamente melhor do que Thomas Hobbes, se pudermos julgar pelas referências do trabalho

do último. A influência de Hooker sobre Locke resulta em parte da discordância que Locke e Hobbes manifestaram em várias questões políticas.

De outro lado, nossos patriarcas foram também influenciados por um pensador católico do século XVI, Robert Bellarmine. Como Locke contestou a teoria do direito divino dos reis. Madison e Jefferson conheciam os argumentos de Bellarmine. Menciono Bellarmine, pela mesma razão por que mencionei Hooker, pois foi através dele que os outros livros entraram em etnia. Bellarmine refletia as grandes obras medievais sobre Política, especialmente as de S. Tomás de Aquino que era partidário da soberania popular e dos direitos naturais do homem.

A conversação sobre essas controvérsias se alarga, a ponto de se estender a todo o pensamento político europeu. Se voltarmos à Constituição e às obras de 76, iremos, inevitavelmente, mais longe, a medida em que cada escritor se revela, também, leitor. Sobrou pouca coisa. Se acrescentarmos a *República*, e as *Leis* de Platão que Aristóteles leu e comentou; e *Da República*, e *Das Leis* de Cicero, estudadas pelos juristas romanos e que, através deles, influenciaram o desenvolvimento do direito na Europa medieval – teremos citado quase todos os livros políticos.

– 5 –

Isso não é bem verdade. Voltando à conversa inicial e tomando novo alento, podemos descobrir algumas grandes omissões. Suponha-se que um nazista leia o *Mein Kampf* para nos. Mas como não se provou que Hitler tenha lido os grandes livros, os discursos políticos de Mussolini talvez dêem uma melhor orientação. Seremos capazes de perceber a influência do filósofo Frances Sorel que escreveu as *Reflexíons sur la Violence*. Talvez nos lembramos de que Mussolini foi, primeiramente, socialista. Se seguimos essa trilha, em todas as suas ramificações, há outros livros que também podem entrar na conversa. Por exemplo, a *Filosofia do História* e a *Filosofia do Direito* de Hegel. Al encontraremos as justificativas do absolutismo e da deificação do estado. E ainda os livros de Nietzsche, como *Assim falaria Zaratustra, Para além do Bem e do Mal* e *A Vontade de Poder*. Encontraremos ai a teoria do super-homem, que está além das regras do bem e do mal, e a teoria da justificação do poder pelo uso do poder. E por trás de Hegel, de um lado, e de Nietzsche, de outro – no último caso, através da influência de Schopenhauer – estará o maior dos pensadores alemães, Emanuel Kant. Qualquer pessoa que leia a *Filosofia da Lei* de Kant verá que ele não pode ser responsabilidade pelas idéias de seus discípulos mais

influentes.

Pode também sentar-se um comunista à nossa mesa, seja um trotskista ou stalinista. Ambos juram sobre o mesmo livro. A conversação não ira muito longe, sem que se fale em Karl Marx. Sua obra-prima, *O Capital*, também será citada, embora ninguém a tenha lido, nem mesmo o comunista. Mas quem a leu e leu outras obras revolucionárias, encontrará um caminho que leva, de um lado, a Hegel – ponto de partida tanto para o comunismo, quanto para o fascismo – e, de outro, aos grandes teóricos econômicos e sociais da Inglaterra e da França: à Riqueza das Nações de Adam Smith, aos *Principles of Political Economy and Taxation* de Ricardo e à *Philosophie de la Misére* de Proudhon.

Um advogado presente desviaria a discussão da teoria econômica, orientando-a para os aspectos legais do comércio e do governo. Talvez tenha lido *The Folklore of Capítalism* de Thurman Arnold ou seu livro mais recente, *The Symbols of Governmenl*. Provavelmente, alguém se lembrará, então, que Jerome Frank também escreveu um livro chamado *Low and the Modern Mind*. Esses livros arrastarão outros consigo, se se perceber o que se esconde atrás deles.

Ficando interessados nesses assuntos de direito, abandonaremos logo Arnold e Frank pela companhia do finado Justice Holmes e daquele grande reformador inglês, Jeremy Bentham. Procuraremos especialmente, a *Theory of Legislalion* e a *Themy of Fiction* de Bentham. Isso faria lembrar todo o movimento utilitarista e seus fiéis discípulos, John Austin e John Stuart Mill. A *Jurisprudência* de Austin e os ensaios de Mill sobre a Liberdade e o Governo *Representativo* estão sendo parafraseados cada dia, com aprovação ou desaprovação de homens que não os leram – de tal modo se tornaram parte da controvérsia contemporânea sobre o liberalismo. Bentham pode ressuscitar Blackstone, e, com ele, os fundamentos básicos das leis tradicionais.

Blackstone, lembram-se, escreveu os *Comentários on the Laws of England*, que Lincoln estudou tão cuidadosamente. Bentham atacou-os sem piedade, num livro chamado *Comment on the Commenteries*. Se continuássemos com essa orientação, voltaríamos ao *Dialogue of the Common Law* de Hobbes e às grandes obras medievais e antigas sobre direito e sobre justiça. E, de novo, encontraríamos Platão e Aristóteles, Cícero e S. Tomas.

Nosso interesse pelo livro de Frank pode levar-nos a tomar outro rumo. O livro de Frank tem muito a dizer sobre as neuroses dos legisladores e juízes. Ele leu Freud e, se pararmos aí, toda a história da Psicologia vai resultar numa outra lista de grandes livros, incluindo o de Pavlov sobre *Os Reflexos Condicionados*, *Os Princípios de Psicologia* de William James, a *Filosofia do Inconsciente* de Hartmann, *O Mundo como Vontade* e como Representação de Schopenhauer, o

Tratado sobre à Natureza Humana de Hume, o *Tratado das Paixões* de Descartes, e assim por diante.

Se seguirmos Arnold até suas fontes, iremos por uma tangente diversa. Ele não foi apenas influenciado por Bentham como advogado, mas também por sua teoria da linguagem e dos símbolos. Bentham é o antepassado dos semânticos modernos, Ogden e Richards, Korzybsyi e Stuart Chase. Se continuarmos assim, todas as grandes obras de arte liberal tem de ser redescobertas, porque os trabalhos modernos são incompletos, conto análises da linguagem e das artes da Comunicação.

Uma lista de leituras obrigatória para o semântico amador incluiria o *Ensaio sobre o Entendimento Humano* de Locke, especialmente o Livro III que trata da linguagem; o *Leviatã* de Hobbes, especialmente o Livro I e sua *Retórica*, que segue de perto a Retórica de Aristóteles. Incluiria, também, os diálogos de Platão sobre a linguagem e a oratória (*Crátilo, Górgias* e sobretudo o *Fedro*) e duas grandes obras medievais sobre o ensino e o aprendizado, uma de Sto. Agostinho, outra de S. Tomas, ambas chamadas *De Magistro*. Não ouso entrar nos trabalhos lógicos, porque a lista se tornaria longa de mais, mas o *Sistem of Logic* de John Stuart Mill, as *Laws of Thought de Boole*, o *Novum Organum* de Bacon e o *Organon* de Aristóteles devem ser mencionados.

Há uma outra orientação possível. A consideração das bases políticas e econômicas tende a trazer à baila os problemas éticos fundamentais sobre o prazer e a virtude, sobre a felicidade, os objetivos da vida e os meios que levam a eles. Quem leu *Freedom in the Modem World* de Jacques Maritain poderá ter observado o que esse discípulo vivo de Aristóteles e de S. Tomas tem a dizer sobre os problemas contemporâneos, especialmente os aspectos morais das doutrinas políticas e econômicas mais correntes. Isso não só nos fará voltar aos grandes tratados morais do passado – a *Ética* de- Aristóteles e à segunda parte da *Summa Theologica* de S. Tomás – mas talvez nos coloque em meio de uma disputa cerrada. Para perceber alguma coisa, teríamos de consultar o *Utilitarianism* de Mill, a Crítica da Razão Pura de Kant e a *Ética* de Spinoza. Talvez seja até preciso estudar os estóicos e epicuristas romanos - *as Meditações* de Marco Aurélio e *Da Natureza das Coisas* de Lucrecio.

– 6 –

Vocês devem ter observado uma série de coisas nessa parte das. reflexões sobre problemas correntes. Não apenas um livro leva a outro, mas cada um deles contém, implicitamente, uma grande diversidade de orientação. Nossa conversa

ou nosso pensamento poderá se esgalhar em várias direções, e cada vez que isso acontece parece que um novo grupo de livros entra em cena. Notem, além disso, que os mesmos autores são muitas vezes apresentados em ocasiões diferentes, porque, em geral, escreveram sobre vários desses tópicos relacionados, às vezes em livros diversos, mas, comumente, no mesmo trabalho.

Nem causa estranheza o fato de se encontrarem os mesmos nomes muito repetidos, à medida em que se estuda o mundo medieval e o antigo. Aristóteles e Platão, Cícero e S. Tomas, por exemplo, são a origem de tudo. Foram lidos e discutidos, seguidos e contestados pelos escritores da época atuai. E quando isso não aconteceu, suas doutrinas se infiltraram por caminhos indiretos, através de homens como Hooker e Bellarmine. Até aqui, tratamos de assuntos práticos principalmente – Politica, Economia, Moral – embora vocês tenham percebido uma certa tendência teórica. Falamos na Psicologia, através da influência de Freud sobre os juristas. Se a controvérsia ética fosse um pouco mais seguida, cairíamos, logo, na Metafísica. Na verdade, foi o que ocorreu com a análise de Maritain sobre o livre arbítrio e com a *Ética* de Spinoza. *A Critica da Razão Prática* de Kant poderia nos ter levado a sua *Critica da Razão Pura* e a todas as questões teóricas sobre a natureza do conhecimento e a experiência.

Suponha-se que consideramos resumidamente algumas questões teóricas. Tratamos da educação, através deste livro. Quem tiver lido *The Higher Learning in America* de Hutchins, ou a *Idea of a University* do Cardeal Newman, pode propor um problema de Metafísica, situando-o no ensino superior. É assim que se começa uma discussão sobre a natureza da Metafísica. E há quem diga que tal coisa não existe. Se tomarmos conhecimento da *Democracia e Educação* e da *Quest for Cartainty* de John Dewey, veremos que todo o conhecimento válido ou é científico ou experimental. Se seguíssemos todas as orientações que se encontram nesses livros, estaríamos perto das origens da moderna tendência antimetafísica: a *Filosofia Positiva* de Augusto Comte e o *Ensaio sobre o Entendimento Humano* de Hume e talvez mesmo os *Prolegômenos* para uma *Metafísica do Porvir* de Kant.

Quem tiver lido livros recentes como *Process and Reality* e *Science and the Modem World* de Whitehead, ou o *Realm of Essence* e o *Realm of Matter* de Sautayana, ou *Les Degrés* da Savoir de Maritain, poderá protestar contra o abandono em que se encontra a Metafísica. Pode defender as pretensões da Filosofia teórica em nos querer dar um certo conhecimento sobre a natureza das coisas, de um modo diferente e à parte da Ciência. .Se leu bem esses livros, será levado a estudar as grandes obras especula tiras do tempos modernos e antigos: a *Fenomenologia do Espírito* de Hegel; a Ética de Spinoza; os *Princípios da*

Filosofia de Descartes; os Discursos Metafísica: e a *Monadologia* de Leibniz; o livrinho de S. Tomás *Do Ser e da Essência*; a *Metafísica* de Aristóteles e os diálogos de Platão (*Timeu, Parmenides* e o *Sofista*).

Ou suponhamos que nossos interesses teóricos se voltem para as Ciências naturais, e, não, para a Filosofia. Já falei em Freud e Pavlov. Os problemas do comportamento e da natureza humana se espraiam numa série de outros problemas, do tipo dos que foram estudados, recentemente, por Alexis Carrel e J. B. S. Haldane. Não somente o homem, mas o lugar que ele ocupa na natureza, deve nos preocupar. Todos esses caminhos levam à *Origem das Espécies* de Darwin e daí, por desvios, a *Antiguidade do Homem* de Lyell e ao *Ensaio sobre a População* de Malthus.

Atualmente, publicam-se muitos livros sobre a praticar da medicina e poucos sobre sua teoria. A hipocondria normal do homem faz com que ele tenha um interesse anormal pelos médicos, pela saúde e pelo funcionamento de seu próprio organismo. Há, aqui, muitos setores de leitura, mas todos darão provavelmente, através da *Introdução à Medicina Experimental* de Claude Bernard e da *Circulação do Sangue de Harvey*, nas *Faculdades Naturais* de Galeno e nas fórmulas extraordinárias de Hipócrates.

O recente livro de Einstein e Infeld, *A Introdução da Física*, faz ver os grandes marcos do progresso do conhecimento experimental humano. Nossa leitura seria mais profunda, se consultássemos *La Valeur de la Science*, de Poincané e o *Common Sense of the Exact Sciences* de Clifford. Isso, por sua vez, nos levaria a livros como o *Experimental Researches into Electricity de Faraday* e o *Skeptical Chymist* de Boyle; e, até, à *Óptica* de Newton, às *Duas Novas Ciências* de Galileu e aos *Manuscritos* de Leonardo da Vinci.

As ciências mais exatas não são, apenas, as mais experimentais, mas as mais matemáticas. Se nos interessantes pela Física, não podemos desprezar a Matemática. Há alguns livros recentes, como *Matirernatics for the Million* de Hogben, mas acho que nenhum é melhor do que a obra-prima de Whitehead, denominada *An Introduction to Mathematics*. O grande trabalho de Bertrand Russell sobre *Os Principios da Matemática* também foi reeditado.

Se tivermos lido esses livros, teremos a coragem de abrir o *Foundations of Geometry* de Hilbert, o *Theory of Numbers* de Dedekind e o *Treatise on Algebra* de Peacock. Através deles, não podemos deixar de considerar os pontos de partida da Matemática moderna, na *Geometria* de Descartes e nos trabalhos matemáticos de Newton e Lcibnis. As *Mathematical Lcectures* de Barrotv, mestre de Newton, serão muito úteis, mas é necessário ver toda a Matemática atual em seu contraste com as obras gregas, sobretudo com os *Elementos de*

Geometria de Euclides, a *Introdução à Aritmética* de Nicômaco e o *Tratado sobre as Seções Cônicas* de Apolônio.

A relação entre os grandes livros e a maleabilidade de seus autores, aparece, agora, mais claramente do que antes. Leibniz e Descartes eram, ao mesmo tempo, matemáticos e metafísicos. *O Ensaio sobre a População* de Matheus não foi só um trabalho de Sociologia, mas influenciou as noções de Darwin de luta pela vida e sobrevivência dos mais aptos. Newton não foi só um grande físico experimental, mas, também, um grande matemático. Os *Manuscritos* de Leonardo da Vinci contêm, juntamente com sua teoria da perspectiva em pintura, a relação de suas pesquisas mecânicas e de suas invenções.

– 7 –

Vou dar um passo além. Embora nos tenhamos referido principalmente aos livros científicos, seria lamentável não enumerar as obras-primas literárias. Aqui, também, os contemporâneos podem ser motivo de interesse para seus discípulos. O romance atual tem uma historia variada, que começa antes de Proust, Thomas Mann, James Joyce e Hemingway, para chegar ás formas de narração que eles procuraram modificar. Proust, e, talvez, André Gide nos levam a Flaubert, Zola e Balzac e aos grandes russos, Dostoeivski e Tolstoi. E não podemos esquecer os nossos: Mark Twain, Herman Melville e Henry JameS: ou Hardy, Dickens e Thackeray. Atrás desses, estão os grandes romancistas do século XVIII, Defoe e Fielding. *Robison Crusoe*: e Tom Jones nos fazem lembrar de muitos outros, inclusive do *Gulliver de Swift.* Nossa viagem não termina, antes de chegarmos ao *Dom Quixote de Cervantes* e ao *Gargantua* e *Pantagruel* de Rabelais.

As peças agradáveis e desagradáveis de Shaw e outros contemporâneos seguem tradição mais antiga de produções dramáticas. Não foram os dramas modernos de Ibsen que exerceram uma influencia considerável em Shaw, nem as velhas comédias de Sheridan e Congreve, de Dryden e Molière; mas, antes das tragédias de Racine e Corneille e das peças de Shakespeare e outros escritores do tempo de Isabel, estavam as comédias gregas de Aristófanes e as grandes tragédias de Eurípides. Sófocles e Ésquilo.

Afinal, os grandes poemas narrativas, as grandes epopéias, como: o *Fausto de Goethe*, o *Paraiso Perdido* de Milton, *The Gonterbury Tales* de Chaucer, a *Divina Comédia* de Dante, a *Canção de Rolando*, os *Nibelungenlied*, as sagas nórdicas, a *Eneida* de Vergílio e a *Ilíada* e a *Odisséia* de Homero.

Não citei todos os grandes livros e autores, mas referi-me a muitos deles,

de modo que possam ser agrupados, no correr de uma conversa ou na pesquisa de interesses levantados pelos problemas contemporâneos ou pelas obras atuais. Não há barreiras intransponíveis entre esses livros. Eles estão sempre se fundindo uns nos outros.

Isso não se aplica só a assuntos tão obviamente relacionados, como a Política e a Ética, a Ética e a Metafísica, a Metafísica e a Matemática, a Matemática e as Ciências Naturais. Aparece em rasos mais afastados. Os autores dos *Federalist Papers* consideramos axiomas de Euclides como modelos de princípios políticos. Um leitor de Montaigne e Maquiavel e de Plutarco, também, encontrará os sentimentos e história e, até, a linguagem desses autores nas peças de Shakespeare. A *Divina Comédia* reflete a *Summa Theologica* de S. Tomás, a *Ética* de Aristóteles e a *Astronomia de Ptolomeu*. E sabemos quão freqüentemente Platão e Aristóteles se referiram a Homero e aos grandes poetas trágicos.

– 8 –

Talvez vocês compreendam agora por que motivo afirmei que os grandes livros devem ser lidos em relação uns com os outros e do modo mais variado possível. Assim, eles se justificarão mutuamente, se esclarecerão mutuamente e intensificarão mutuamente seu significado, tornando-se, por isso, mais legíveis. Ao divulgar seus nomes ao traçar seus pontos de contato, fui além dos livros contemporâneos, percorrendo as etapas, de acordo com os livros que os autores leram. Isso mostra de que modo a tradição' dos grandes livros se identifica com nossa vida atual.

Mas se vocês querem se servir de um grande livro para ler outro, será melhor lê-los do passado para o presente. Se lerem, antes, os livros que o autor leu, vocês o compreenderão melhor. A inteligência de vocês se desenvolve como a dele e, portanto, será mais fácil concordar com esse autor, conhecê-lo e compreende-lo.

Mas, às vezes, é interessante seguir outro rumo. Como se fizessem um trabalho de detetive ou brincassem de esconder. Mesmo quando se pretende ler os livros no passado, é preciso, no entanto, entende-los no futuro. Foi assim que foram feitos e não podem ser compreendidos de outro modo.

Nossas considerações sobre os grandes livros ajudam-me a fazer outra observação. Estamos muito perto deles para julgar sensatamente. Às vezes, podemos ter uma certa segurança, como no caso de um trabalho de Einstein ou Freud, de um romance de Proust ou Joyce, ou da Filosofia de Dewey,

Whiteheadl e Maritain. Mas, em geral, devemos desconfiar dessas escolhas. O templo da fama é um lugar muito augusto para mandarmos nossos candidatos, sem passagem de volta. Mas os livros correntes podem ser bons, mesmo quando não estamos certos de sua grandeza. O sinal que mais caracteriza um bom livro e que ele pode ser julgado grande um dia, por suas relações intimas com obras-primas. Eles são levados e nos levam a participar da conversa em que entram os grandes livros. Necessariamente, seus leitores leram bem. Pertencem à tradição, qualquer que seja a idéia que tenham dela ou por mais revoltados que se mostrem. E o melhor modo de lermos um bom trabalho contemporâneo e lê-lo à luz dos grandes livros. Como vocês notaram, as conversas iniciadas por esses livros tendem, naturalmente, a alargar-se e a abranger outros, sobretudo os grandes. Isso indica que espécie de leitura esses bons livros merecem.

Vou chegar a uma outra conclusão. Sofremos hoje não somente de nacionalismo político, mas de provincianismo cultural, também. Desenvolvemos a idolatria do momento presente. Em geral, só lemos os livros atuais – quando lemos. Não só fracassamos na leitura dos bons livros deste ano, mas esse fracasso nos isola do mundo, assim como a fidelidade à suástica faz um alemão do que e um homem – se e que é. Um dos mais sagrados privilégios humanos é o de sermos homens, primeiro, e cidadãos ou nacionais, depois. Isso se aplica tanto à esfera cultural, quanto à política. Não fomos hipotecados nem ao nosso país, nem ao nosso século. E direito nosso pertencer à vasta confraria de homens, que não reconhecem fronteiras ou quaisquer ídolos locais ou de tribo. É, mesmo, nosso dever. Não sei como evitar a estreiteza do nacionalismo político, mas sei como podemos nos tornar cidadãos do mundo das letras, e amigos do espírito humano em todas as suas manifestações, passando por cima do espaço e do tempo.

Vocês podem adivinhá-lo. É lendo os grandes livros que isso acontece. Assim, a mente humana, em qualquer lugar que se encontre, pode se libertar das emergências vulgares e dos “preconceitos locais”, elevando-se ao plano universal da comunicação. É lá que aprende as verdades gerais, a que toda a tradição humana presta homenagem.

Quem sabe ler bem, pode pensar de um modo critico. No tocante a isso, sua inteligência se tornou livre. Quem leu os grandes livros – e os leu *realmente* – terá a liberdade de se mover como quiser, no mundo dos homens. Só assim pode levar integralmente a vida da razão, pois, embora vivendo num tempo e num lugar determinados, não pertence nem a um nem a outro.

CAPÍTULO XVII

Inteligências livres e homens livres

– 1 –

Não confundamos meios e fins. Os grandes livros não são lidos só para assunto de conversa. O fato de mencionar seus títulos talvez de uma aparência de cultura, mas não é preciso lê-los para falar de esportes ou para brilhar num banquete. Espero que mostrei que há melhores razões para ler – ler realmente – os grandes livros.

No tocante à conversação, o que está em foco é diferente. Recomendei a discussão como auxilio à leitura e, não, a leitura como objetivo de uma conversa "cintilante". A conversa entre o leitor e o autor – parte integral da boa leitura – não ocorre antes que o leitor se acostume a discutir. Se tem amigos com os quais fala de suas leituras, isso o levará, mais facilmente, a falar com os livros mesmos. Mas há um outro fator importante. Ler os grandes livros não é um fim em si. É um meio para se viver uma vida verdadeiramente humana, como homem e cidadão livre. Este deve ser o nosso principal objetivo. E é o tema final deste livro. Voltarei a ele ao terminar o capitulo. Por enquanto, darei um pouco mais de atenção aos problemas da discussão e da leitura.

Vocês podem manter uma conversa com um livro, mas muita gente pensará que estão falando sozinhos. Para que a conversa seja viva, vocês precisam mais do que livros e do que habilidade de ler. Precisam ter amigos e serem capazes de falar e ouvir. Infelizmente o fato de ter amigos não basta. Todos temos amigos. Mas suponha-se que nossos amigos não gostam de livros, e não os saibam ler, nem falar sobre eles. Suponha-se que gostem de golfe ou bridge, ou música ou teatro, ou de outra coisa qualquer – exceto livros. Neste caso, as conversas que imaginei no último capitulo não tem cabimento.

Vocês podem participar de conversas que começam do mesmo modo, com assuntos ou livros atuais. Entre os presentes haverá alguém que repita os cabeçalhos dos jornais ou as últimas novidades do rádio. As grandes noticias destes dias estão cheias de problemas. Contem os germes de inúmeras

conversações. Mas será que nos desenvolvem? Será que deixam o nível do jornal e do rádio? Se não for assim, todos acharão tola a conversa e, cansados de repetir as mesmas velhas frases, resolverão jogar cartas, e ir ao cinema, ou falar dos vizinhos. E não precisam de cultura especial para isso.

E haverá alguém que tenha lido um livro, provavelmente comentado nos círculos bem informados. Eis uma nova oportunidade de começar a conversa. Mas ela vacila e morre se não existirem outros leitores do mesmo livro. Na certa, estes entrarão com o jogo, falando em *outros* livros que leram recentemente. Mas não se estabeleceu relação alguma. Quando todos tiverem dado e recebido sugestões sobre o novo livro a ser lido, a conversa girará em torno de coisas que se possuam em comum. Mesmo se houver, entre os presentes, muitos que tenham lido o mesmo livro, sua conversa pode ser interrompida se eles não forem capazes de discutir de um modo útil.

É possível que eu esteja exagerando a situação, mas falo baseado em minha própria experiência de muitas reuniões sociais inteiramente estúpidas. Em geral, dão-nos a impressão de que não existem muitas pessoas com um cabedal razoável de leitura. Tornou-se moda usar a expressão “ponto de referencia”. A conversa bem orientada exige que todos os seus participantes tenham o mesmo ponto de referencia. A comunicação não resulta, apenas, de alguma coisa em comum; precisa, em geral, de uma base comum para começar. Nossas deficiências na comunicação são em grande parte devidas à falta de comunhão inicial de idéias, assim como à incapacidade de falar e ouvir.

O que estou dizendo parece implicar sanções drásticas. Não somente quero que vocês aprendam a ler, mas pretendo que mudem de amigos! Acho que há uma certa verdade nisso. Ou vocês se adaptam, ou devem mudar de amigos. E estou dizendo o que todo o mundo sabe – que a amizade depende de uma comunhão de interesses. Se vocês lêem os grandes livros, hão de querer amigos, com que possam discuti-los. Não precisam procurar novos, se conseguirem persuadir os velhos a lerem com vocês. Lembro-me do que disse John Erskine, quando levou o grupo de alunos a que eu pertencia à leitura dos grandes livros. Tinha notado que os colegiais não eram capazes de falar inteligentemente entre si. Sob o sistema eletivo, freqüentavam classes diversas, encontrando-se raramente e lendo só um ou outro compêndio em comum. E os alunos da mesma classe não eram amigos intelectuais. Indo para Colúmbia, no começo do século, observou que todos seguiam os mesmos cursos e liam os mesmos livros – grandes livros, alguns. As conversas eram boas, e, mais do que isso, formaram-se amizades no terreno das idéias, como se formam no campo de esportes ou nas irmandades.

Uma de suas razões, ao fundar o “Honors Course”, era fazer a vida de

colégio voltar a ser uma comunidade intelectual. Se um grupo de alunos lia o mesmo livro, reunindo-se semanalmente durante dois anos para discuti-lo, formavam uma nova espécie de amizade. Os grandes livros não só os iniciaram no mundo das idéias, mas dariam um ponto de referência, para conversações posteriores. Aprenderiam a falar inteligentemente e inteligivelmente entre si, não apenas sobre livros, mas através deles, sobre todos os problemas que desafiam o pensamento e a ação.

Em tal comunidade – dizia Erskine – a democracia seria salva, porque a democracia exige uma comunicação inteligente e uma participação comum na solução dos problemas humanos. Isso foi antes de ninguém pensar que a democracia pudesse jamais ser ameaçada de novo. Lembro-me que não demos muita atenção a Erskine, naquele tempo. Mas ele estava com a razão. Estou' certo disso agora. A educação liberal é o maior baluarte da democracia.

– 2 –

Não sei o que adianta modificar os ginásios e colégios deste pais. Eles estão mal orientados, afastando-se dos três R e da cultura. (Paradoxalmente as modernas tendências educacionais, que também critiquei, são motivadas pela devoção à democracia.) Mas alguma coisa pode ser feita pela educação dos adultos. Ainda não esta, inteiramente, sob o controle dos colégios de professores e das escolas de educação. Vocês e seus amigos têm a liberdade de arquitetar seus próprios planos. Não precisam esperar que alguém venha e lhes apresente um programa. Não precisam de nenhuma maquinaria complicada. Não precisam, também, de professores. Reúnam-se, leiam os grandes livros e, depois, os discutam. Assim como vocês aprenderão a ler, lendo – aprenderão a discutir, discutindo. Tenho minhas razões para achar isso justificável. Quando estava em Chicago, ensinando num curso de leitura com o reitor Hutchins, algumas pessoas dos arredores me pediram que lhes falasse sobre esse assunto. O grupo era formado por homens e mulheres maduros, todos licenciados de colégio – havendo entre os homens alguns profissionais e alguns comerciantes, e, entre as mulheres, muitas ocupadas com a educação, com as atividades políticas e com suas famílias. Decidiram-se a seguir o curso. No colégio, líamos mais ou menos sessenta livros em dois anos, numa média de um por semana. Como o grupo suburbano não dispunha de tanto tempo (tendo as crianças e os negócios a ocupá-los), só podiam ler um livro por mês. Seriam precisos oito anos, portanto, para completarem a mesma lista. Francamente, nunca pensei que tivessem suficiente força de vontade para isso.

A principio não liam melhor do que o gral dos licenciados de colégio. Estavam partindo da superfície. a superfície finalmente polida que deixa a educação colegial. Descobriram que seus hábitos de leitura, que serviam para o jornal diário e, mesmo, para o melhor periódico e livro corrente, eram ineficientes na leitura da *Ilíada*, da *Divina Comédia* ou do Crime e Castigo; da *República* de Platão, da *Ética* de Spinoza ou do ensaio sobre a *Liberdade* de Mill; da *Óptica* de Newton ou da *Origem das Espécies* de Darwin. Mas leram todos eles e, fazendo isso, aprenderam a ler.

Persistiram porque sentiam sua eficiência aumentar cada ano, e porque estavam aproveitando sua habilidade. Podem dizer, agora, o que o autor está procurando lazer, a que pergunta está procurando responder, quais são seus conceitos mais importantes, que motivos têm para suas conclusões e, mesmo, que defeitos existem no tratamento de seu assunto. A inteligência de sua discussão é evidentemente maior do que há dez anos passados, e isso significa uma coisa: aprenderam a ler mais inteligentemente.

Esse grupo se manteve unido durante dez anos. E pretendem continuar assim indefinidamente, aperfeiçoando o escopo de sua leitura e relendo alguns livros que leram mal nos primeiros tempos. Eu os posso ter ajudado, orientando suas discussões, mas eles são capazes de prosseguir sem meu auxilio. E prosseguirão. Descobriram a vantagem que isso trazia para sua vida.

Eram amigos, antes de começar, mas, agora, sua amizade amadureceu intelectualmente. A conversação se anima, quando, antes, podia logo morrer ou desviar-se para outras coisas. Experimentaram o prazer de falar inteligentemente sobre problemas sérios. Não trocam opiniões como o faziam. A discussão se tornou responsável.

O homem deve provar o que diz. As idéias tem relações mútuas entre si e com os problemas da vida diária. Aprenderam a julgar as proposições e argumentos, por sua inteligibilidade e importância.

Muitos anos antes de ir para Chicago, organizamos um programa semelhante de educação para adultos, em Nova York. Buchanan era, então, diretor-assistente do “People's Institute” e ele e eu persuadimos Everett Dean Martin a nos deixar ler os grandes livros com turmas de adultos. Estávamos propondo o que era considerado uma experiência selvagem em educação. Não é mais experiência, agora. Não devíamos tê-la considerado como tal, se nos lembrássemos dos fatos da História européia. A discussão dos problemas importantes sempre foi a maneira dos adultos continuarem sua educação, e isso raramente acontece, se não houver uma base comum de leitura.

Começamos com dez turmas, nos arredores de Nova York. Elas se encontravam nas bibliotecas, ginásios, festas sociais e igrejas e nos Y. M. C. A.

{10} Constituíam-se de toda espécie de pessoas – umas que tinham estado em colégio e outras que não, ricas e pobres, apagadas e brilhantes. Os líderes desses grupos eram jovens que, em geral, não tinham lido os livros, mas tinham vontade de o fazer. Sua principal função era orientar a discussão, provocando-a com algumas perguntas importantes, mantendo-a animada – quando parecia morrer – esclarecendo as disputas – quando se desviavam do ponto de partida originário.

Foi um grande sucesso. Só se interrompeu por que precisava de auxilio financeiro para se manter. Mas pode ser repetido em qualquer tempo, em qualquer lugar e por qualquer grupo de pessoas que se resolvam a ler e a falar dos grandes livros. Tudo o que vocês precisam é de alguns amigos que serão mais amigos seus, por causa disso.

Podem dizer que me esqueci de uma coisa. Em ambos os grupos que descrevi, de Nova York e de Chicago, havia lideres responsáveis pela discussão, lideres que precisavam ter um pouco mais de experiência de leitura. Admito que os especialistas no assunto seriam muito úteis. Mas constituem um luxo, e, não, uma necessidade.

É melhor agir de um modo mais democrático, elegendo um líder em cada seção. Deixem que várias pessoas se apliquem nisso. Assim o líder aprenderá mais sobre a leitura e discussão do livro do que os outros. Se cada membro do grupo passar por essa experiência, o grupo todo aprenderá mais depressa do que se contratasse algum estranho. É outra sugestão para o plano, embora possa ser difícil no começo.

Não preciso ensinar vocês a discutir um livro. Todas as regras de leitura já o mostraram. Há uma série de regras para discutir e para ler E assim como devem orientar a conversa que vocês mantêm com o autor, orientam a que vocês têm com seus amigos sobre o livro. Por que ambas se justificam mutuamente.

Conduz-se uma discussão, formulando perguntas. As regras de leitura mostram quais são as perguntas mais importantes sobre qualquer livro considerado em si ou em relação a outros. A discussão se mantêm pela resposta às perguntas. Aqueles que participam dela compreendem as perguntas e têm cuidado com as observações que fazem. Mas se vocês adquiriram a disciplina de concordar com o autor, não terão dificuldade em concordar com seus amigos. É até mais fácil isso, por que podem ajudar-se reciprocamente, na compreensão. Estou subentendendo que tenham educação intelectual, que não hão de julgar, antes de compreender o que os outros estão dizendo, e, quando julgarem, darão suas razões.

Toda a conversa boa é única. Nunca existiu, nem existirá outra igual. A ordem das perguntas será diferente em todos os casos. As opiniões expressas, o modo como se opõem e esclarecem, variam de livro para livro, e de grupo para

grupo que discute o mesmo livro. Entretanto, toda boa discussão é idêntica, sob certos aspectos. Move-se livremente. O argumento é seguido em qualquer lugar que esteja. A compreensão e a concordância são objetivos constantes que podem ser atingidos por caminhos infinitamente diversos. Uma boa conversa não é sem finalidade, nem oca. Quando alguma coisa digna de ser discutida foi bem discutida – a discussão não é aquela coisa árida e pouco proveitosa que muita gente pensa.

A boa discussão de problemas importantes, através dos grandes livros, e um exercício quase completo para o raciocínio e para a comunicação. Falta somente a escrita. Bacon já tinha dito: “A leitura faz um homem completo, as aulas um homem preparado, a escrita um homem exato.” Talvez até a exatidão seja conseguida por uma conversa bem orientada. Em qualquer caso, pode-se disciplinar a inteligência, lendo, ouvindo e falando.

– 3 –

A inteligência que foi treinada na boa leitura desenvolveu seus poderes analíticos e críticos. A inteligência que foi treinada na boa discussão tem esses poderes mais aperfeiçoados ainda. Adquire-se tolerância com os argumentos, tratando deles pacientemente e com boa vontade. O impulso animal que nos leva a pretender impor nossas opiniões é, assim, refreado. Aprendemos que a única autoridade é a razão – e os únicos árbitros de qualquer disputa são as razões e as evidências. Não procuramos ganhar ascendência por uma demonstração de força, contando o número dos que concordam conosco. As verdadeiras conclusões não podem ser formuladas semente pelo peso da opinião. 'Temos de apelar para a razão, sem depender dos grupos opressores.

Todos queremos aprender a pensar direito. Um grande livro pode nos ajudar, pelos exemplos que encerra, de intuição penetrante ou de análise convincente. Uma boa discussão pode dar maior apoio, orientando-nos quando estivermos pensando mal. Se nossos amigos não nos deixam continuar assim, aprenderemos que o mau pensamento, como o assassino, acaba se revelando. O embaraço pode reduzir-nos a fazer um esforço de que nunca nos supusemos capazes.

A menos que a leitura e a discussão realcem as exigências de um pensamento reto e claro, a maioria de nós iremos pela vida com uma falsa confiança em nossas percepções e julgamentos. Pensamos mal a maior parte das vezes e, o que e pior, não o sabemos, porque raramente somos compreendidos.

Aqueles que sabem ler bem, e ouvir e falar bem, tem mentes disciplinadas.

A disciplina é indispensável para um emprego livre de nossos poderes. Quem não tem uma habilidade qualquer fica tolhido quando procura agir. A disciplina que vem do hábito e necessária para a facilidade. Como se poderá discutir um livro com alguém que não sabe ler nem falar sobre ele? Ate onde irão vocês em sua própria leitura, sem uma habilidade treinada?

A disciplina, como já o afirmei, É uma fonte de liberdade. Só uma inteligência bem exercitada pode pensar livremente. E onde não há liberdade de pensar, não pode haver liberdade de pensamento. Sem inteligências livres, não podemos permanecer muito tempo como homens livres.

Agora, talvez, vocês estejam preparados para admitir que aprender a ler pode se relacionar com outras coisas – com todo o resto da vida do leitor. Suas conseqüências sociais e políticas não são remotas. Antes de considerá-las, entretanto, vou lembrar-lhes uma justificativa imediata para esse trabalho.

Ler – como pensar e aprender – é uma atividade agradável para quem sabe usá-la. Assim como temos satisfação em exercitar nossos corpos habilmente, podemos encontrar prazer no emprego de nossas outras faculdades. Quanto melhor usarmos nossas inteligências, tanto mais acharemos bom ser capazes de pensar e aprender. A arte da leitura pode, portanto, ser considerada como intrinsecamente boa. Temos poderes mentais a utilizar e tempo para exercitá-los desinteressadamente. A leitura é, por certo, uma das maneiras de aperfeiçoá-los.

Se isso fosse tudo, não me contentaria. Apesar da leitura ser uma fonte imediata de prazer, não é um fim em si mesmo. Temos que fazer mais do que pensar e aprender, para viver uma vida humana. Devemos agir. Se queremos reservar nossas horas de descanso para as atividades desinteressadas, não podemos ocultar nossas responsabilidades práticas. É em relação com a vida prática que a leitura tem sua justificação última.

Mas não adianta ler os grandes livros, se não tratarmos de formar uma boa sociedade. Todos gostaríamos de viver nela, mas poucos parecem trabalhar para isso. Vou dizer, resumidamente, o que entendo por boa sociedade. É, simplesmente, o alargamento da sociedade em que vivemos com nossos amigos. Vivemos com nossos amigos uma associação pacífica e inteligente. Constituímos uma -comunidade, na medida em que nos comunicamos, em que participamos de idéias e propósitos comuns. A boa sociedade, em suma, deve ser uma associação de homens que se tornaram amigos pela comunicação inteligente.

– 4 –

Quando aos homens faltam as artes da comunicação, a discussão

inteligente morre. Quando não se consegue dominar o meio para a troca de idéias, as idéias deixam de desempenhar um papel na vida humana. Se isso acontece, os homens se revelam pouco melhores do que os animais dominados pela força e pela astúcia; e logo procurarão dominar seus semelhantes, do mesmo modo.

Segue-se a perda da liberdade. Quando os homens não podem viver juntos, como amigos, quando a sociedade inteira não se baseia numa comunidade de verdadeira compreensão, a liberdade não pode florescer. Só vivemos livremente com nossos amigos. Com os outros, estamos sempre oprimidos por toda espécie de receios, e tolhidos, em cada movimento, pela desconfiança.

Preservar a liberdade, para nós mesmos e nossos descendentes, é uma das maiores preocupações dos dias que correm. Um respeito bem compreendido pela liberdade é a essência do verdadeiro liberalismo. Mas não posso deixar de duvidar da sinceridade disso. Parece que não conhecemos nem as origens nem os objetivos da liberdade. Reclamamos todas as espécies de liberdade – de palavra, de imprensa, de reunião – sem compreender que a liberdade de pensar é a base de todas as outras. Sem ela, a liberdade de palavra é um privilégio vão, e a liberdade de consciência, nada mais do que um preconceito privado. Sem ela, nossas liberdades civis só podem ser exercidas *pro forma*, e não havemos de conservá-las muito tempo, se não soubermos usá-las.

Como o reitor Barr, do St Jonh's College, afirmou, o liberalismo americano atual exige muito pouco. Não pedimos – como fizeram nossos antepassados – uma inteligência libertada da ignorância, uma imaginação alerta e uma razão disciplinada – sem as quais não podemos usar efetivamente nossas outras liberdades, nem preservá-las. Demos atenção ao uso externo da liberdade e, não, à sua essência. O sistema educacional reinante mostra, além disso, que não sabemos como se formam as inteligências livres e, através delas, os homens livres. Não é um simples jogo de palavras relacionar *liberalismo* com educação liberal, ou dizer que o treinamento nas artes *liberais liberaliza* – nos torna livres. As artes de ler e escrever, de ouvir e falar, são artes que nos possibilitam pensar livremente, porque disciplinam a inteligência. *São artes libertadoras*. Por sua disciplina, libertam-nos dos caprichos da opinião infundada e da estreiteza dos preconceitos locais. Libertam nossas mentes de qualquer jugo que não seja o da razão. Porque um homem livre não reconhece outro. Aqueles que querem se livrar de qualquer autoridade – e até da razão – são liberais falsificados. Como disse Milton, “pensam na licença, quando gritam pela liberdade".

O ano passado, o *American Council on Education* convidou-me para

participar de sua reunião anual, em Washington. O tema que escolhi para meu discurso foram os significados políticos dos três R, sob o titulo de Liberalismo e Educação Liberal. Procurei mostrar o quanto o falso liberalismo e inimigo da educação liberal e por que este país precisa de uma verdadeira educação liberal, para corrigir as confusões que trouxe esse falso liberalismo, atualmente em voga. Por falso liberalismo entendo aquele que confunde autoridade com tirania e disciplina com arregimentação. Aparece quando os homens consideram as coisas como uma questão de opinião. Ê uma doutrina suicida. Reduz-se a idéia de que só na força está o direito. Quem procura se libertar *da* razão, em vez de se libertar *através* dela, submete-se ao outro único árbitro dos conflitos humanos – a força, que Chamberlain chamou de "árbitro terrível das guerra".

As conseqüências políticas dos três R, ou das artes liberais, não são difíceis de achar. Se a democracia é uma sociedade de homens livres, deve manter e intensificar a educação liberal ou morrer. Os cidadãos democráticos precisam ser capazes de pensar por si mesmos. Mas antes precisam ser capazes de pensar e de ter o que pensar. De se comunicar com clareza e receber criticamente todas as espécies de comunicação. E para esse fim os únicos meios que servem são a habilidade de ler e de ler os grandes livros.

No *Henrique VI* de Shakespeare ocorrem às seguintes palavras:

> "Corrompeste, traiçoeiramente. a juventude 'do reino, fundando uma escola primaria; e, enquanto nossos avós não tinham livros, mas semente a tábua e o estilete, foste a causa do nascer da imprensa e abriste uma fábrica de papel – desprezando o rei, sua coroa e dignidade."

Ler e escrever eram sinônimos de alta traição, para o tirano. Ele via neles as forças que poderiam derrubá-lo. E foi o que aconteceu, na democratização gradual do Ocidente, pela divulgação do ensino e desenvolvimento da cultura. Mas os negócios humanos seguem hoje outro rumo. Os meios de comunicação, usados pelos libertadores para libertar os homens, são usados, hoje, pelos ditadores para subjugá-los.

A pena tornou-se tão poderosa quanto a espada na formação de um déspota. Os tiranos já foram grandes generais, mas, agora, são estrategistas da comunicação, oradores e propagandistas mentirosos. Suas armas são o rádio e a imprensa, a polícia secreta e os campos de concentração. E quando os homens são levados pela propaganda, são tão escravos, como quando são dominados pela força bruta. São bonecos políticos e, nunca, homens livres, democraticamente governados.

Hobbes desconfiava da democracia, porque temia sua tendência em

degenerar numa oligarquia de oradores. Embora nossos objetivos sejam diferentes dos dele, temos de admitir que a História atual confirma essa sua idéia. Vimos de que modo o orador-líder de um país pode se tornar seu tirano. Devemos salvar a democracia dessa fraqueza inata, fechando os caminhos ao despotismo. Se estivermos sendo oprimidos por organizações de força, lutemos para desarmá-las. Do mesmo modo, temos de desarmar os oradores, e isso antes que suas palavras comecem a enfeitiçar. Só há uma maneira de fazê-lo, numa terra em que a liberdade de palavra e direito que todos têm. Os cidadãos devem ser capazes de criticar o que lêem e o que ouvem: devem ser liberalmente educados. E adquirir essa educação sozinhos, lendo e aprendendo, se os colégios fracassarem. Mas, para a salvação de seus filhos, precisam compreender que os colégios tem de ajudar.

O fato de as inteligências liberalmente educadas tornarem mais difícil a atividade dos que procuram corromper pelos meios de comunicação, é negativo. Há também vantagens positivas. A democracia precisa de lideres competentes e de adeptos responsáveis. E eles não podem existir, a menos que os homens exerçam um julgamento livre e tenham os princípios, que levam a ação a seus verdadeiros fins. Um cidadão democrático é um indivíduo independente, porque está sujeito, apenas, à sua livre escolha. Um líder democrático governa mostrando e, não, impondo essa liberdade.

Assim como um bom professor procura estimular a atividade de seus alunos, a arte de governar uma democracia é despertar a participação ativa dos cidadãos. Mas, já que o ensino não produz resultado algum, se os alunos não possuem a arte de aprender – isto é, aprender ativamente com um professor – o governo democrático também fracassa, se os cidadãos não possuem a arte recíproca de serem governados. Sem a arte de aprender, os alunos recebem a instrução passivamente. Só podem instruir-se pela *doutrinação* – no mau sentido da palavra. Como vimos, somos maleáveis ou dóceis, na medida em que temos a disciplina mental de aprender pela utilização ativa e livre de nossas capacidades. E, do mesmo modo, sem a arte de sermos governados, só podemos ser dominados pela força ou pela imposição.

Uma democracia, em suma, depende de homens que podem se governar, porque possuem a arte de ser governados. Ocupem eles cargos de governo ou sejam simples cidadãos, podem governar e ser governados sem perder sua integridade ou liberdade. A força bruta e a propaganda insidiosa são males que são capazes de combater. Manter a reciprocidade entre governar e ser governado à garantia de liberdade política e civil. E por isso não importa que todos os. homens não estejam no governo, ou que se apliquem leis justas. A arte de ser governado e a arte recíproca de governar – como as artes de aprender e ensinar –

são atividades da inteligência, são artes liberais. O chefe democrático deve-nos influenciar pela persuasão racional. Se formos cidadãos verdadeiramente democráticos devemos ser capazes de ser influenciados desse modo – *e só desse modo*. O apelo ao fato e à razão distingue a persuasão racional da propaganda má. Os homens que são movidos por tal persuasão permanecem livres, porque se moveram a si mesmos. Foram persuadidos, *sabendo*.

Saber como ser governado é o primeiro título para a cidadania democrática. A educação liberal é necessária, ao preparar os homens para seus deveres políticos, e para sua vida intelectual. A arte de ler se relaciona tanto com a arte de ser governado, como com a arte de aprender. Em ambos os casos, os homens devem ser capazes de entrar em comunicação, ativamente, inteligentemente, criticamente. O governo democrático, mais do que qualquer outro, depende da comunicação bem feita; pois, como disse Walter Lippmann, "numa democracia, a oposição não e somente tolerada como constitucional, mas deve ser mantida como indispensável". O consentimento dos governados se realiza plenamente quando, pelo debate inteligente das idéias, todos os matizes da opinião política entram nas decisões. O debate que não se baseia na comunicação de todos os partidos é superficial. O processo democrático é uma vergonha, quando os homens não conseguem se compreender mutuamente. Devemos ser capazes de nos aproximar de outras inteligências nos processos do governo e da vida social, assim como nos processos do aprendizado; e, em ambos os casos, façamos nossos próprios julgamentos, para agir de acordo com eles.

Devemos agir, no entanto. Esta e a última palavra, em qualquer fase da vida humana. Não hesitei em apresentar a leitura e a discussão dos grandes livros como coisas intrinsecamente boas, mas repito: *não são os objetivos últimos da vida*. Desejamos felicidade e boas relações. Considerada assim, a leitura é apenas um meio para um fim.

Se, depois de terem aprendido a ler e de terem lido os grandes livros, vocês agem mal, em negócios pessoais ou políticos, não precisavam ter tido tanto trabalho. Trabalho que podia ser interessante quando o fizeram, mas o interesse não dura sempre. A menos que aqueles que leram bem possam agir bem, logo deixarão de ter prazer nessas atividades. O conhecimento pode ser um bem em si mesmo, mas o conhecimento sem ação leva a um mundo em que a procura do primeiro é impossível – um mundo em que se queimam livros, fecham-se bibliotecas, proíbe-se a pesquisa da verdade e se perde o descanso desinteressado.

Acho que não é ingenuidade minha esperar o contrário da educação

liberal, no colégio e fora dele. Tenho certas razões de acreditar que aqueles que leram *realmente* os grandes livros podem pensar bem sobre os problemas que nos desafiam. Quem vê claro os problemas práticos, sabe que eles se podem ser resolvidos pela ação. A obrigação de agir não diz respeito às artes liberais. Entretanto, e a origem da liberdade. Faz inteligências livres e forma uma comunidade de amigos que participam de um mundo comum de idéias. É nossa a responsabilidade de agir como homens livres.

[1] Reading (= ler), (W)riting (= escrever), (A)rithmetic (= aritimética).

[2] B. A.: Bachelor of Arts (bacharel em arte). ² Ph. D.: Philosofiae Doctor (doutor em filosofia).

[3] M. A.: Master of Arts (mestre em artes)

[4] Estante de Cinco Pés.

[5] Esboço da Imoralidade e Espírito Profano do Teatro Inglês, juntamente com o juízo da Antiguidade sobre esse Argumento.

[6] Em francês, no original.

[7] Quando minha Júlia sai de vestido de seda,
Fico pensando como é doce
A emanação de suas roupas.

Depois, ao fixar os olhos, vejo
Uma vibração livre pelo caminho,
E como esse brilho me ofusca!

[8] E A música da voz meiga que calou
Vibra ainda na memória;
O perfume das violetas murchas
Vivo nos sentidos despertados.

As pétalas da rosa, quando a rosa morre,
São desfolhadas por sobre a bem-amada;
E assim teus pensamentos quando partires,
Abrigarão o amor.

[9] Glória a Deus pela variedade das coisas –
Pelos céus pintados como vacas malhadas;
Pelas manchas róseas das trutas que nadam;
E os carvões acesos; as castanhas caídas; as asas dos pintassilgos.
E as terras incultas ou aradas;
E todos os instrumentos, com seus enfeites e guarnições.
E as coisas contraditórias, novas, supérfluas ou originais;
Tudo que é inconstante,
Ou que foi estranhamente atingido e ferido e aniquilado;
O que é ligeiro ou lento; doce ou amargo; brilhante ou turvo; E
le chama a si quem possui e perdeu a beleza:
Honrai-o.

[10] Young Men's Cristian Association (Associação Cristã dos Moços).